



Universidade Federal  
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL – PROFSOCIO**

**TOMIRES DA COSTA E SILVA NASCIMENTO**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO  
DO CAMPESINATO NEGRO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB:  
UMA DISCUSSÃO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

**SUMÉ-PB  
2020**

**TOMIRES DA COSTA E SILVA NASCIMENTO**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO  
DO CAMPESINATO NEGRO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB:  
UMA DISCUSSÃO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Linha de pesquisa: Educação, Escola e Sociedade.

**Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto**

**SUMÉ-PB  
2020**

N244q Nascimento, Tomires da Costa e Silva.

A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé – PB: uma discussão com o ensino de sociologia. / Tomires da Costa e Silva Nascimento. - Sumé - PB: [s.n], 2020.

306 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de Campina Grande.

1. Campesinato negro. 2. Questão agrária – Sumé - PB. 3. Camponeses. 4. Marxismo. 5. Negros camponeses. 6. Ensino de Sociologia. I. Cavalcante Neto, Faustino Teatino. II. Título.

CDU: 316.343.37(=013)(043.2)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**TOMIRES DA COSTA E SILVA NASCIMENTO**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E A FORMAÇÃO  
DO CAMPESINATO NEGRO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB:  
UMA DISCUSSÃO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Profsocio, ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto**  
**Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Prof. Dr. José Nascimento França**  
**Examinadora Externa - UFAL**

---

**Prof. Dr. Isaac Alexandre da Silva**  
**Examinador Interno - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Trabalho aprovado em: 13 novembro de 2020.**

**SUMÉ – PB**

Dedico essa dissertação a todos e todas, meus e minhas, alunos e alunas, em especial do município de Sumé. Pois foi através deles que sentir-me responsável por tentar entender, estudar e responder parte das indagações que surgiram em sala de aula. Assim, a pesquisa sobre a própria história camponesa negra de Sumé não é apenas a história desses estudantes, mas a história que eles me deram oportunidade de fazer parte.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer nunca foi uma tarefa fácil, pois são poucas linhas para tantas pessoas que fizeram parte dessa escrita cheia de emoções e muito dolorida. Inicialmente quero agradecer a mim mesma! Sim, a mim porque é uma forma de reconhecer o trabalho e a luta para dar continuidade a uma pesquisa onde os obstáculos se tornaram maiores por vários motivos: primeiro por se tratar de uma pesquisadora mulher; depois por ter realizado uma pesquisa que está dentro do campo de grupos tão marginalizados e tão pouco estudados e reconhecidos como são os povos camponeses; ainda por se propor estudar a etnia negra, ainda tão lançada às margens sociais; e por último por dedicar-se a uma pesquisa marxista, que orgulhosamente digo, de antemão, este é um trabalho desenvolvido por uma professora cuja resistência faz-se a partir das contradições, da luta de classes e por uma educação classista e contra o revisionismo. A arrogância que me dissertam ter, nada mais é do que medo, desenvolvido dentro de uma estrutura capitalista e do patriarcado em que uma filha do povo lutou por um lugar de existência, uma mulher cujo caráter forte, de luta, se torna na nossa sociedade significado de arrogante! E se arrogância for sinônimo força de uma mulher atrevida, insolente, que não baixa a cabeça para o machismo acadêmico, sim, sou arrogante e o agradecimento inicial vai para mim.

Segundo, quero não apenas agradecer ao meu orientador prof. Faustino pela construção coletiva da pesquisa, mas também pela paciência na orientação. Sabes tu que não sou fácil de orientar, pois questiono, brigo, teimo a todo momento. Porém, posso afirmar, que ambos temos um gênio forte, e forte foi o resultado da pesquisa, cheia de detalhes, combativa, formando uma resistência que briga, questiona, teima e subleva contra o capitalismo. Mas, para, além disto, quero informar - e sei que você sabe - que para mim, és exemplo de profissional e ser humano que se preocupa não apenas com o desenvolvimento de um trabalho acadêmico científico, mas, principalmente, que ele sirva para a vida, para as mudanças e resistências de todos que vivem à margem da sociedade. As palavras passam, caro camarada orientador, mas as ações ficam, modificam e formam a consciência para que possamos atuar na sociedade e transformá-la para a resistência do povo trabalhador. E para além de palavras, tu mostraste a luta para e com o povo!

É um dever de referendar meus agradecimentos aos meus pais, irmãos e sobrinhos por serem meu exemplo e significado de olhar e ver de onde eu vim, do povo, por isso escrevo e luto pelo povo porque faço parte dele.

Depois gratidão ao meu querido amigo e camarada de luta dissertativa Dione Pereira, cujo orientador não apenas nos aproximou enquanto orientandos, mas como companheiros de luta e resistência dentro de uma academia ainda tão cheia de devaneios utópicos. Também agradeço pela delicadeza de outra companheira, Daniella, que nunca me deixou sozinha na construção dessa dissertação, me dando calma e perseverança em continuar firme na jornada de escrita.

A minha coleguinha Rosangela que nunca me desamparou nas longas viagens de ida e volta para assistirmos aula no mestrado. E por fim, na conclusão da dissertação o contato contínuo foi de extrema relevância para que eu não desanimasse. Ainda ecoa o “termina essa dissertação, Tomires!” o que me alegrava, pois sei que era uma forma humorada de estímulo e dizer que estava comigo na construção dessa escrita. Eternamente grata.

Não poderia esquecer da minha amiga, colega e professora de Geografia, Vanderleia, que tanto me deu força desde a inscrição do mestrado até o fim. Obrigada por não me deixar desistir.

Fundamental o auxílio de Francisco Adriano e José Pequeno, aos quais não apenas agradeço por ter me ajudado com a documentação para a construção da dissertação, mas estendo o fascínio que ambos têm pelo conhecimento da estrutura local.

Por último, não por grau de importância, agradeço ao motivo da construção dessa dissertação, aos meus alunos do município de Sumé. Pois foi através deles que afloraram as indagações e as inquietações que fizeram surgir o objeto da pesquisa. Dessa forma, a minha pesquisa parte da realidade para a modificação da realidade.

“Da luta não fujo!”

Margarida Maria Alves, líder sindicalista dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande-PB, assassinada em 1983, por lutar pelos direitos dos camponeses.

## RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida a partir da percepção de um número considerável de estudantes negros camponeses, moradores, arrendatários, meeiros de minifúndios no município de Sumé, Cariri paraibano. A presença da questão agrária no Brasil dentro do ensino das escolas, é de fundamental importância para a formação reflexiva dos estudantes. Assim, o presente estudo realizou a pesquisa sobre a formação camponesa negra no município de Sumé a partir do século XIX, utilizando-se de fontes eclesiais, assim como cartórias, inventários, censos, legislações, além de um aparato bibliográfico. Foi utilizado o materialismo histórico-dialético marxista para analisar as contradições existentes no campo agrário e através da luta de classes entre os latifundiários e o povo negro escravizado, formadores de uma classe camponesa negra na região sumeense. Essa estratificação do povo negro camponês vem se perpetuando nos dias atuais através do sistema capitalista que se reorganiza buscando novas formas de exclusão desse povo trabalhador. Dessa forma, buscamos observar se o ensino de Sociologia no município de Sumé, problematizava as contradições que permeiam as relações sociais dos estudantes do ensino médio, enquanto camponeses negros descendentes do povo marginalizado e excluído do direito à propriedade da terra. Concluímos, ao término da pesquisa, que nos conteúdos e temas existentes no conjunto de documentos escolares e nos livros didáticos de Sociologia utilizados na rede pública e privada sumeenses, não existe relação com o povo camponês negro. Conteúdo este, imprescindível para ser incluído no componente curricular, tendo em vista, a possibilidade de uma abordagem para o conhecimento revolucionário sobre a realidade dos estudantes da região sumeense.

**Palavras-chave:** Questão agrária. Camponeses. Etnia negra. Marxismo.

## RESUMEN

La investigación fue desarrollada a partir de la percepción de un número considerable de estudiantes campesinos negros, residentes, arrendatarios y granjeros de minifundio en el municipio de Sumé, Cariri paraibano. La presencia de la cuestión agraria en Brasil dentro del plan de enseñanza en las escuelas, es de fundamental importancia para la formación reflexiva de los estudiantes. Así, el presente estudio realizó la investigación sobre la formación campesina negra en el municipio de Sumé a partir del siglo XIX, utilizando fuentes eclesiásticas, así como registros, inventarios, censos, legislaciones, además de un aparato bibliográfico. Fue utilizado el materialismo histórico dialectico marxista para analizar las contradicciones existentes en el campo agrario y a través de la lucha de clases entre latifundistas y el pueblo negro esclavizado, formadores de una clase campesina negra en la región sumeense. Esa estratificación del pueblo negro campesino se viene perpetuando en los días actuales a través del sistema capitalista que se reorganiza buscando nuevas formas de exclusión de este pueblo trabajador. De esta forma, buscamos observar si la enseñanza de Sociología en el municipio de Sumé, problematizaba las contradicciones impregnadas en las relaciones sociales de los estudiantes de enseñanza media, en cuanto a campesinos negros descendientes del pueblo marginalizado y excluido del derecho de propiedad de las tierras. Concluimos, al término de la investigación, que los contenidos y temas existentes en el conjunto de documentos escolares y en los libros didácticos de Sociología utilizados en la red pública y privada sumeenses, no tienen relación con el pueblo campesino negro. Este contenido, es imprescindible para ser incluido en el componente curricular, teniendo en vista, la posibilidad de ahondar para el conocimiento revolucionario sobre la realidad de los estudiantes de la región sumeense.

**Palabras claves:** Cuestión agraria. Campesinos. Etnia negra. Marxismo.

## ABSTRACT

The research was developed based on the perception of a good number of black peasant students, that live as residents, tenants or sharecroppers in Sumé, Cariri paraibano. The agrarian theme in the study guide at the schools in Brazil is very important in order to have reflective formation of students. Thus, this capstone carried out a research on the black rural students' graduation in Sumé starting on XIX century, using ecclesiastics sources, and also using notary publics, inventories, censuses, legislation besides a structured bibliographic reference. Marxist historic-dialectical materialism was used to analyze the contradictions in the agrarian field and, throughout the class struggle between the landowners and the slave black community, who formed a black peasant community in Sumé area. This part of black peasant community has been keeping themselves nowadays through the capitalist system that reorganizes themselves seeking for new ways to keep this hard work community apart. Based on that, it was observed if the Sociology's teaching in Sumé was bringing up the problem of the contradiction that affects the social relationship among the High School students as black descendants of an excluded and marginalized people from their rights to land. At the end of this research, it was concluded that in the content and themes in the number of school documents and the Sociology books used either on a public or private school in Sumé, there is no relation with the black peasen. It is very important to add this kind of content to the curriculum, seeking a possibility to bring up the revolutionary knowledge about Sumé students' reality.

**Keyword:** Agrarian issues. Peasants. Black ethnicity. Marxism.

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 01</b>	–	CARTOGRAFIA DO SÉCULO XVIII DE BAPTIST HOMANN ...	42
<b>IMAGEM 02</b>	–	MAPA DE ANTOINE FRANÇOIS PRÉVOST .....	43
<b>IMAGEM 03</b>	–	DISTRIBUIÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS E SUAS TRIBOS NO TERRITÓRIO PARAIBANO .....	45
<b>IMAGEM 04</b>	–	DOS POVOS SUCURUS NO PERÍODO COLONIAL .....	50
<b>IMAGEM 05</b>	–	PINTURAS RUPESTRES NA PEDRA COMPRIDA: INDÍCIOS DOS POVOS SUCURUS .....	53
<b>IMAGEM 06</b>	–	SESMARIA DA FAMÍLIA OLIVEIRA LEDO AO LONGO DO RIO PARAÍBA .....	57
<b>IMAGEM 07</b>	–	LOCALIZAÇÃO DA MISSÃO DOS CARIRIS DE FORA NO SÉC. XVII OU ALDEIA DE CARNOIÓ, ATUAL MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO .....	58
<b>IMAGEM 08</b>	–	FAZENDAS VINCULADAS À CASA DA TORRE (PAJEÚ) E SESMARIAS (PAJEÚ E CARIRI) .....	67
<b>IMAGEM 09</b>	–	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX .....	74
<b>IMAGEM 10</b>	–	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX .....	75
<b>IMAGEM 11</b>	–	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ NA PARAÍBA .....	75
<b>IMAGEM 12</b>	–	PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA PARAÍBA COM DESTAQUE PARA O RIO SUCURU ENTRE OS RIOS TAPEROÁ, PARAÍBA E MOXOTÓ .....	149

## LISTAS DE MAPAS

<b>MAPA 01</b> – MESORREGIÕES DO ESTADO DA PARAÍBA .....	55
<b>MAPA 02</b> – REGIÕES DA CAPITANIA DA PARAÍBA .....	64
<b>MAPA 03</b> – LOCALIZAÇÃO DAS SESMARIAS DE SÃO THOMÉ (SUMÉ) SÉCULO XVIII .....	68
<b>MAPA 04</b> – DIMENSÕES FRONTERÍCIAS TERRITORIAIS DOS MUNICÍPIOS COM SUMÉ .....	76

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> – QUANTIDADE DE SESMARIAS CONCEDIDAS NA PARAÍBA (SÉCULOS XVI-XIX) .....	39
<b>QUADRO 02</b> – SESMARIAS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB .....	66
<b>QUADRO 03</b> – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB .....	77
<b>QUADRO 04</b> – RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PAROCHIA DE ALAGÔA DO MONTEIRO EM RELAÇÃO A RAÇA/ETNIA/COR/ GÊNERO (1872) .....	85
<b>QUADRO 05</b> – BATISMOS DE ESCRAVIZADOS EM SÃO JOÃO DO CARIRI (1752-1815 e 1850-1872) .....	89
<b>QUADRO 06</b> – BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1752 - 1815) .....	90
<b>QUADRO 07</b> – BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NA CAPELA DE SÃO THOMÉ (1752-1815 E 1850-1871) .....	93
<b>QUADRO 08</b> – BATISMOS DE ESCRAVIZADOS REALIZADOS NA CAPELA DE SÃO THOMÉ (1850-1871) .....	94
<b>QUADRO 09</b> – BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1850-1871) .....	104

<b>QUADRO 10</b> –	BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1850-1871) CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1850-1871) SNCR .....	108
<b>QUADRO 11</b> –	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS E A QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS QUE CADA UM TINHA .....	111
<b>QUADRO 12</b> –	REGISTROS DE BATISMOS, CRISMAS CASAMENTOS E ÓBITOS DE ALVES (1752-1837) .....	112
<b>QUADRO 13</b> –	CRISMAS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1778-1816).....	113
<b>QUADRO 14</b> –	CASAMENTOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1752-1811).....	113
<b>QUADRO 15</b> –	ÓBITOS DE ESCRAVIZADOS DE FAZENDEIROS QUE APARECEM BATIZANDO ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1761-1800).....	114
<b>QUADRO 16</b> –	REGISTROS DE BATISMOS E ÓBITOS DE CAVALCANTE (1850-1872).....	117
<b>QUADRO 17</b> –	ÓBITOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1854-1872).....	117
<b>QUADRO 18</b> –	INVENTÁRIOS DE FAZENDEIROS DO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E NÚMERO DE ESCRAVIZADOS (1796-1885) .....	120
<b>QUADRO 19</b> –	ES CRAVIZADOS DE JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS (1796) .....	121
<b>QUADRO 20</b> –	ES CRAVIZADOS DE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVEIRA (1838) .....	121
<b>QUADRO 21</b> –	ES CRAVIZADOS DE FRANCISCO ALVES PEQUENO FILHO (1839) .....	122
<b>QUADRO 22</b> –	ES CRAVIZADOS DE DAMÁSIO RODRIGUES DE BARROS (1841) .....	123

<b>QUADRO 23</b> – ESCRAVIZADOS DE MANOEL JOSÉ PEREIRA DA COSTA (1841) .....	123
<b>QUADRO 24</b> – ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIA MARIA MONTEIRO (1866) .....	124
<b>QUADRO 25</b> – ESCRAVIZADOS DE JOÃO DE AMORIM SOUSA (1867) .....	124
<b>QUADRO 26</b> – ESCRAVIZADOS DE MANOELA ROSA DE JESUS (1870) .....	125
<b>QUADRO 27</b> – ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIA CAETANA DE SANTANA (1885) .....	126
<b>QUADRO 28</b> – ESCRAVIZADOS DE PAULA MARIA DO CARMO (1885) .....	126
<b>QUADRO 29</b> – VENDEDORES E COMPRADORES DE ESCRAVIZADOS EM SÃO THOMÉ .....	128
<b>QUADRO 30</b> – POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E SUAS PROFISSÕES NA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DAS DÔRES DA ALAGÔA DO MONTEIRO EM 1872 .....	133
<b>QUADRO 31</b> – POPULAÇÃO LIVRE E SUAS PROFISSÕES NA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DAS DÔRES DA ALAGÔA DO MONTEIRO EM 1872 .....	142
<b>QUADRO 32</b> – RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PAROCHIA DE ALAGÔA DO MONTEIRO EM RELAÇÃO A RAÇA/ETNIA/COR (1872-1950) .....	156
<b>QUADRO 33</b> – CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PRODUTORES RURAIS EM RELAÇÃO ÀS TERRAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1960-1997) .....	160
<b>QUADRO 34</b> – NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS E MÉDIA DA DIVISÃO POR ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB .....	165
<b>QUADRO 35</b> – ENTES RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	176
<b>QUADRO 36</b> – ENSINO FUNDAMENTAL, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO, BRASIL, 1960 A 1996 .....	197
<b>QUADRO 37</b> – EIXOS TEMÁTICOS DOS PCNS 2002 .....	201
<b>QUADRO 38</b> – CENSO DEMOGRÁFICO PARAHYBA E ALAGOA DO MONTEIRO-PB (1890) .....	207
<b>QUADRO 39</b> – POPULAÇÃO ESTADO DA PARAÍBA RAÇA/COR (1940-2010) .....	207

<b>QUADRO 40</b> – POPULAÇÃO POR RAÇA/COR DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB (1940-1950) .....	208
<b>QUADRO 41</b> – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DISTRIBUÍDA PELA MODALIDADE DA EXPLORAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS .....	209
<b>QUADRO 42</b> – PESSOAS POR ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL NA PARAÍBA E EM MONTEIRO (1950) .....	210
<b>QUADRO 43</b> – INSTRUÇÃO POR RAÇA/COR DA POPULAÇÃO DA PARAÍBA (1940) .....	210
<b>QUADRO 44</b> – INSTRUÇÃO POR RAÇA/COR DA POPULAÇÃO DA PARAÍBA (1950) .....	211
<b>QUADRO 45</b> – POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR DE 5 A 39 ANOS QUE RECEBEU INSTRUÇÃO SEGUNDO O GRAU DO ENSINO (1940-1950) .....	214
<b>QUADRO 46</b> – INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 5 ANOS DE MONTEIRO-PB (1940-1950) .....	215
<b>QUADRO 47</b> – POPULAÇÃO DE MONTEIRO-PB ACIMA DE 10 ANOS QUE RECEBEU INSTRUÇÃO SEGUNDO O GRAU DE ENSINO (1940-1950) .....	216
<b>QUADRO 48</b> – INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 5 ANOS DE SUMÉ-PB (1960) .....	218
<b>QUADRO 49</b> – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1970) .....	220
<b>QUADRO 50</b> – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1970) .....	222
<b>QUADRO 51</b> – POPULAÇÃO ALFABETIZADA E QUE SABE LER E ESCREVER DO CAMPO E DA CIDADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1970) .....	223
<b>QUADRO 52</b> – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB SEGUNDO RAÇA/COR (1980) .....	225
<b>QUADRO 53</b> – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1980) .....	226

<b>QUADRO 54</b> – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1980) .....	228
<b>QUADRO 55</b> – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1991) .....	232
<b>QUADRO 56</b> – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB SEGUNDO RAÇA/COR (2010) .....	235
<b>QUADRO 57</b> – COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL DA ECI “JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ” DE SUMÉ .....	245
<b>QUADRO 58</b> – ETNICIDADE DOS ESTUDANTES DO BRASIL SEGUNDO O SAEB 2017.....	245
<b>QUADRO 59</b> – DOCUMENTOS ANALISADOS DO COMPONENTE CURRICULAR DE SOCIOLOGIA DAS DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE .....	268

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 01</b> – POPULAÇÃO LIVRE E SUAS PROFISSÕES NA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DAS DÔRES DA ALAGÔA DO MONTEIRO EM 1872 .....	143
<b>GRÁFICO 02</b> – CONDIÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS EM RELAÇÃO A TAMANHO (HA) DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1960-1997) .....	161
<b>GRÁFICO 03</b> – MOBILIDADE VERTICAL DOS PRODUTORES RURAIS EM RELAÇÃO QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1980 a 1985) .....	163
<b>GRÁFICO 04</b> – MÉDIA DE IMÓVEL RURAL POR PROPRIETÁRIO NO TERRITÓRIO DE SUMÉ-PB.....	166
<b>GRÁFICO 05</b> – PREDOMINÂNCIA DO FENÓTIPO PARDO NOS CENSOS DEMOGRÁFICO DA PARAÍBA (1940-2010) .....	208
<b>GRÁFICO 06</b> – POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR QUE SABIA LER E ESCREVER (1940-1950) .....	212
<b>GRÁFICO 07</b> – POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR QUE NÃO SABIA LER E ESCREVER (1940-1950) .....	213
<b>GRÁFICO 08</b> – POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR DE INSTRUÇÃO NÃO DECLARADA (1940-1950) .....	213
<b>GRÁFICO 09</b> – INSTRUÇÃO POR RAÇA/COR SEGUNDO O GRAU DO ENSINO NA PARAÍBA (1940-1950) .....	214
<b>GRÁFICO 10</b> – POPULAÇÃO DE MONTEIRO-PB E SEU GRAU DE INSTRUÇÃO (1940-1950) .....	216
<b>GRÁFICO 11</b> – POPULAÇÃO DE MONTEIRO-PB ACIMA DE 10 ANOS QUE RECEBEU INSTRUÇÃO SEGUNDO O GRAU DE ENSINO (1940-1950).....	217
<b>GRÁFICO 12</b> – ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1960) .....	219
<b>GRÁFICO 13</b> – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1970) .....	221

<b>GRÁFICO 14 –</b>	POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1970) .....	223
<b>GRÁFICO 15 –</b>	POPULAÇÃO ALFABETIZADA E QUE SABE LER E ESCREVER DO CAMPO E DA CIDADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1970) .....	224
<b>GRÁFICO 16 –</b>	POPULAÇÃO POR RAÇA/COR RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ (1980) .....	226
<b>GRÁFICO 17 –</b>	POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1980) .....	227
<b>GRÁFICO 18 –</b>	POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1980) .....	229
<b>GRÁFICO 19 –</b>	POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1991) .....	233
<b>GRÁFICO 20 –</b>	POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1991) .....	234
<b>GRÁFICO 21 –</b>	POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (2000) .....	234
<b>GRÁFICO 22 –</b>	POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (2010) .....	235
<b>GRÁFICO 23 –</b>	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB SEGUNDO RAÇA/COR (2010) .....	236
<b>GRÁFICO 24 -</b>	ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1991, 2000 E 2010) .....	237

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>BNCC</b>	–	BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM
<b>CNBB</b>	–	CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
<b>DCNEM</b>	–	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO
<b>DNOCS</b>	–	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA
<b>IBGE</b>	–	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
<b>IEIC</b>	–	INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA CONCEIÇÃO
<b>INCRA</b>	–	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
<b>INEP</b>	–	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA
<b>LCP</b>	–	LIGA DOS CAMPONESES POBRES
<b>MEC</b>	–	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
<b>MEB</b>	–	MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
<b>MOBRAL</b>	–	MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
<b>MST</b>	–	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA
<b>NSM</b>	–	NOSSA SENHORA DOS MILAGRES
<b>OCNEM</b>	–	ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO
<b>PCN</b>	–	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
<b>PROFSOCIO</b>	–	MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL
<b>PPP</b>	–	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
<b>PPP-JGQ</b>	–	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ
<b>PPP-IEIC</b>	–	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA CONCEIÇÃO
<b>SNCR</b>	–	SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>A QUESTÃO AGRÁRIA EM SUMÉ: INTERIORIZAÇÃO, INVASÕES E EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS.....</b>	<b>33</b>
<b>2.1</b>	<b>A Administração Territorial da América Portuguesa: capitâneas hereditárias e sesmarias.....</b>	<b>34</b>
<b>2.2</b>	<b>Povos originários da América Portuguesa: o caso da Capitania da Parahyba.....</b>	<b>41</b>
<b>2.3</b>	<b>Colonização do Interior da Capitania da Parahyba: a formação de dois grandes latifúndios.....</b>	<b>54</b>
<b>2.4</b>	<b>A Questão Agrária no Município de Sumé: colonos x sucurus.....</b>	<b>66</b>
<b>3</b>	<b>FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NEGRO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1</b>	<b>Latifúndio e Escravismo Colonial no Cariri Paraibano: o caso de São Thomé.....</b>	<b>78</b>
<b>3.2</b>	<b>Escravidão africana no território de São Thomé.....</b>	<b>86</b>
<b>3.3</b>	<b>Trabalhadores Escravizados: o protocampesinato negro em São Thomé</b>	<b>132</b>
<b>3.4</b>	<b>A Brecha Camponesa e o surgimento do trabalhador livre pobre em São Thomé.....</b>	<b>141</b>
<b>3.5</b>	<b>O Campesinato Negro e a Questão Agrária no Município de Sumé no Século XX: Continuidade na Exploração da terra.....</b>	<b>153</b>
<b>4</b>	<b>A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA A CLASSE TRABALHADORA NEGRA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB: UMA DISCUSSÃO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA.....</b>	<b>173</b>
<b>4.1</b>	<b>Legislações da Educação brasileira: como ela tem visto o povo negro?.....</b>	<b>174</b>
<b>4.2</b>	<b>Estrutura social e educacional sumeense.....</b>	<b>205</b>
<b>4.3</b>	<b>A questões agrária e camponesa negra no ensino de Sociologia em Sumé-PB: limites e possibilidades.....</b>	<b>238</b>
<b>4.3.1</b>	<b>Livros didáticos de Sociologia: uma análise das questões agrária e negra em Sumé.....</b>	<b>249</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Planos, Projetos e Programas dos professores de Sociologia: uma análise das questões agrária e negra em Sumé.....</b>	<b>267</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>287</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>293</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A construção histórico-social dos indivíduos ao longo do tempo dito moderno foi edificada através de uma divisão social em classes. Essa divisão foi respaldada – como ainda continua sendo – através da acumulação de capital, que se apoia para estruturação social em *classes dominantes e classes dominadas*<sup>1</sup>. Assim, analisando a sociedade pré-capitalista<sup>2</sup> e a formação da sociedade capitalista brasileira e, mais especificamente, na estruturação social do território de Sumé, no Cariri paraibano, a partir da distribuição das terras, observamos que para sua construção e permanência foi necessária a exploração da mão-de-obra de trabalho e das *forças de trabalho*<sup>3</sup> das classes dominadas<sup>4</sup>. Inicialmente através da espoliação, de um grupo

---

<sup>1</sup>Sobre *classe dominante* é a classe que é econômico, material e intelectualmente favorecida, e que detêm os meios de produção e domina e controla todos os aspectos da vida social. Em contrapartida a *classe dominada* é a classe menos favorecida e explorada e que detêm a força de trabalho. (BOTTOMORE, 1988, p. 110).

<sup>2</sup>As sociedades pré-capitalistas estão ligadas ao modo de produção que antecede o capitalismo, em que as relações de produção no campo são as mais significativas, constituídas pelo latifúndio, a burguesia, semicolonialidade, semifeudalidade e o imperialismo. Temos exemplo de sociedades pré-capitalistas ligadas ao escravismo, ao feudalismo, ao modo de produção asiática entre outros. No tocante a dissertação, analisamos a sociedade brasileira nos seus vários momentos históricos em que a o modo de produção vai modificar as relações econômico-sociais. Nesta diapasão, podemos observar que no Brasil tivemos exemplos de sociedade pré-capitalistas formada a partir dos modos de produção escravista-feudal, semifeudal, e através também de um capitalismo burocrático, isto é, capitalismo tardio, que vai surgir especificamente a partir da década de 1930, mas que vai está ligado aos modos de produção agrárias com características do próprio capitalismo, porém com resquícios do semifeudalismo. Em certos casos, esses modos de produção podem coexistir, um sem necessariamente excluir o outro. Cf. Bottomore, 1988. Cf. Marx, 1985.

<sup>3</sup>Entende-se por *força de trabalho* não apenas a força produtiva exercida para fabricação da mercadoria, mas também, o valor acrescentado às mercadorias. Assim o operário vende a sua força de trabalho em troca do salário. Em geral o valor pago como pela classe dominante, pela força de trabalho é bem menor do que o trabalho exercido pela classe dominada. (BOTTOMORE, 1988, p. 253).

<sup>4</sup>Para Marx uma sociedade se organiza para produzir seus bens, sustento e gerar riquezas através dos *modos de produção* (que abrange as relações de produção mais os meios de produção). Todas sociedades dependem de um modo de produção para sua existência, assim como exemplos de modo de produção temos: Primitivo, Asiático, Escravista, Feudal, Capitalista, Socialista e Comunista. Nas *sociedades ditas primitivas ou coletivistas*, sua produção se baseia da propriedade coletiva e a produção para subsistência, isto é, eles produzem o que vão consumir a curto prazo. Apesar de Marx e Engels analisar modos de produção primitivas, (também podem vir configuradas por outros nomes como pré-capitalistas, não capitalistas ou até comunismo primitivo), como formas de sociedades mais antigas, isso não quer dizer, necessariamente, que venham apenas antes do sistema capitalista. (BOTTOMORE, 1988, p. 125). No modo de *produção escravista*, o escravizado era ao mesmo tempo mercadoria de propriedade privada, e a também quem era negado a posse dos meios de produção (as próprias terras e instrumentos para produzir), isto é, o escravizado, era de propriedade privada da classe dominante que utilizava da sua força de trabalho e ainda não recebiam nada em troca pelas suas atividades laborais. (BOTTOMORE, 1988, p.216). O *modo de produção feudal* tem a característica a relação de suserania e vassalagem europeus, o servo não era de propriedade do senhor, porém não eram juridicamente livres e eram privados de possuírem terras. A força de trabalho dos servos era utilizada para trabalhar nas terras privadas dos seus senhores em troca de casa e comida, em que a grande porcentagem da produção era destinado aos senhores feudais, combinando agricultura, artesanato, etc., formando castas sociais estáticas que não permitia a movimentação social em que o poder autárquico era representado na figura de um Estado. (BOTTOMORE, 1988, p.552). A os *modo de produção asiático* (que não estava apenas redimensionado às sociedades asiáticas), produziam uma economia autossuficiente, o excedente produzido servido como uma espécie de tributo para o Estado. Assim, o Estado centralizava e dominava a sociedade civil, dessa forma temos um Estado superdesenvolvido e uma sociedade civil subdesenvolvida e superexplorada (BOTTOMORE, 1988, p. 546). O *modo de produção capitalista* as relações sociais existentes são de assalariamento, trabalho livre, ainda os meios de produção são privados e pertencentes a classe dominante. No

social de suas terras e que vivia através do *modo de produção primitivo* e depois com o impedimento da posse de terras de grupos marginalizados que foram surgindo com a fixação do sistema opressor, esses grupos menos favorecidos foram: os povos originários, os africanos, os quilombolas, os camponeses, os operários, entre outros sujeitos, muitas vezes, sem terras. Através dessa mão-de-obra explorada pelo capital que foi formando uma classe que alimenta, através do seu trabalho, o sistema opressor.

Em contrapartida, a classe dominante monopoliza em suas mãos os *meios de produção*<sup>5</sup> e devido esse status econômico de dispor das ferramentas da produção material, vai exercer poder sobre o Estado, a política, sobre os meios de produção intelectual - e, por isso, dispõe quem vai ter acesso ao conhecimento - e todos os demais aspectos da vida social. Os sujeitos dessa classe, por muito tempo foram representados pela monarquia e, posteriormente, por outras figuras de dominação, como burgueses, latifundiários, industriais, etc. Essa classe que faz parte da dominação se utiliza das manobras do sistema capitalista para permanecer explorando, seja através da própria legislação, seja através do aparato da Igreja, do Estado, do sistema educacional, entre outros.

Não estamos aqui afirmando que essas duas grandes classes sociais, dominantes e dominadas, que já são distintas entre si, são compostas no seu âmago, por indivíduos ou grupos homogêneos, mas, cada qual compõe um grupo diversamente heterogêneo. Muitos desses grupos surgiram e desapareceram com o tempo, outras coexistiram. Exemplo disto é a corte portuguesa e a burguesia enriquecida que tanto vieram de Portugal no período das invasões do território brasileiro tanto em 1500 quanto, ambos estiveram presente em 1530<sup>6</sup> e 1534 com a tentativa de colonizar com a implementação das capitânicas hereditárias. Essas figuras, membros da corte e burguesia portuguesa, formaram os principais requerentes de *sesmarias*<sup>7</sup> faziam parte

---

capitalismo não significa apenas existência de trocas monetárias, mas a classe dominante detém o processo de produção do capital. (BOTTOMORE, 1988, p.89). Já o *modo de produção socialista* era a negação do sistema capitalista e toda a sua estrutura de exploração e que, ao longo do processo revolucionário socialista, a classe dominada iria tomar os meios de produção para transformar a sociedade e a si mesmo. O estágio mais concreto seria o *modo de produção comunista* em que se colocaria o fim do Estado, abolição da alienação da classe dominada e os meios de produção são regidos de forma coletiva. (BOTTOMORE, 1988, p. 531). Segundo o próprio Marx o comunismo é o retorno do próprio homem como um ser social. (MARX, 2004, p. 105)

<sup>5</sup>Pode-se entender como *meios de produção* a soma dos objetos de trabalho (as ferramentas para produção) mais os meios de trabalho e o próprio do trabalho do ser humano, isto é, os meios de produção são os meios necessários para a produção e reprodução da vida material de uma determinada sociedade. Quem detém os meios de produção é a classe dominante, já a classe dominada não dispõe da propriedade econômica e por isso não têm controle dos meios de produção. (BOTTOMORE, 1988, p. 255).

<sup>6</sup>A primeira sesmaria data de 1530, em que temos como sesmeiro Martim Afonso de Sousa. Cf. Nozoe, 2006.

<sup>7</sup>As sesmarias são institutos jurídicos de concessão de terras. Existiam na Europa desde o período medieval e foram implementadas no Brasil com as invasões portuguesas com o intuito de colonização do território. No geral indivíduo requeria as sesmarias através de requerimentos, ou cartas a rogo da coroa Portuguesa. Vale salientar que lei de sesmarias foi criada através do Alvará de 1375 pelo rei português Dom Fernando I, alvará este, trazido para o Brasil em 1530, em que temos com primeiro sesmeiro Martim Afonso de Sousa.

da grande classe dominante, se assemelhavam por deterem os *meios de produção*, mas eram ideologicamente diferentes entre si. Do mesmo modo, observando a classe dominada, temos os povos originários que por um tempo coexistiram com os africanos escravizados, sujeitos diferentes, mas que compunham um organismo que tinha sua *força de trabalho* explorada pelo capital.

A burguesia de hoje, transformada em latifundiários, industriários e grandes empresários comerciais, têm suas manobras um pouco diferentes dos tempos da colonização, contudo ainda acumulam privilégios. Os escravizados, pelo menos teoricamente, não existem do mesmo modo que no período da escravidão brasileira, porém, ainda existem formas de exclusão dos seus descendentes. Os exemplos citados herdaram as facetas do capitalismo que vem se reorganizando para manter essas classes nos mesmos lócus da pirâmide hierárquica dos tempos da colonização, porém com uma nova roupagem que caiba no novo tempo histórico do capitalismo moderno.

A nossa pesquisa é orientada pelo materialismo histórico marxista, tendo em vista que buscamos analisar as modificações através do desenvolvimento dinâmico por meio das práxis transformadora dos seres humanos como agentes histórico-sociais, examinando, ao mesmo passo, o sistema econômico, assim como as suas *forças produtivas*<sup>8</sup> que ajudam a entender a dinâmica social atual a partir das indagações passadas. Assim, neste caso, examinamos como os agentes históricos, a classe dominante (a monarquia e a burguesia) contribuiu para o surgimento das contradições e na formação do latifúndio no Brasil nas relações escravistas e semifeudais<sup>9</sup>. Assim como os grandes proprietários de terras, a burguesia industrial e comercial na contemporaneidade, deram continuidade para reorganização desse latifúndio, através do sistema do capitalista burocrático. É importante analisar a outra classe social que emergiu das contradições dos sistemas econômicos, os outros agentes históricos, como os povos negros escravizados e camponeses foram colocados dentro da estrutura dinâmica social que compôs o sistema pré-capitalista (período referente a colonização) e posteriormente esses agentes

---

<sup>8</sup>O conceito de *forças produtivas* abrange os meios de produção e a força de trabalho empregada para a produção material. Assim dentro das forças produtivas podemos ter tanto fatores objetivos, como os objetos de trabalho (matérias-primas etc.) e meios de trabalho (como os próprios objetos que auxiliam nas atividades laborais ou até mesmo as condições de trabalho). Quanto fatores mais subjetivos ligados ao trabalho como o próprio trabalho intelectual ou até mesmo o braçal. BOTTOMORE, 1988, p. 254.

<sup>9</sup>A semifeudalidade está ligado aos traços de feudalismo trazidos do império para a colônia, contudo, tomando novos contornos. A exemplo, o arrendamento trazido pelo Alvará de 1375, implementado em Portugal feudal, vai ser imposto, posteriormente, no Brasil. Nos dias atuais temos ainda as categorias do arrendatário, com traços, inclusive parecidos com o que ocorria em Portugal e no Brasil no período colonial e imperial, havendo inclusive troca de produtos produzido pelo arrendatário ao proprietário do lote. Dessa feita, esses traços existiram e coexistem no Brasil demonstrando uma estrutura precária e atrasada. Cf. Sodré, 1962; Guimarães, 1964.

históricos se transformaram numa classe de ex-escravizados que compunham as *forças produtivas* do sistema capitalista, expropriados de direitos.

Conceitos de extrema relevância para entendermos a dinâmica social através do materialismo histórico são os de *forças produtivas*. No caso do presente estudo, como analisamos a construção histórico-social dos camponeses negros no território de Sumé, pudemos perceber que os *meios de produção* pertenciam a classe dominante, no caso o principal *meios de produção* foram as terras, transformada em latifúndio e concentrada nas mãos da classe dominante no território. No caso da região de Sumé, assim como em todo o Brasil, com as invasões portuguesas, os *meios de produção* tanto foram as terras transformadas em latifúndio como os próprios escravizados, pois, ao mesmo tempo que trabalhavam nos latifúndios, esses sujeitos eram *meios de produção* (pois eram objetos e meio de lucro da classe dominante) podendo ser comercializado, inventariado como um objeto, um bem semovente, conforme demonstram os inventários de São Thomé do século XVIII e XIX. Observamos que a classe social formada pelos escravizados dentro das terras empregava sua *força de trabalho* para a produção dentro do território no sistema inicialmente pré-capitalista. Contudo, os *meios de produção* e as *forças produtivas* são uma relação dinâmica e, com o fim da escravização do povo negro, deu margens para o surgimento do capitalismo<sup>10</sup> que reorganizou a força de exploração das *forças produtivas*, caracterizadas agora pelo trabalho assalariado e até servil, em que surgiram figuras como o meeiro<sup>11</sup>, arrendatário, parceiro e ocupantes, figuras que não serão – isso até nos dias atuais – reais proprietários dos *meios de produção* e ao mesmo tempo pagarão um valor para poder implementar seu trabalho nas terras dos latifundiários. Essas *relações de produção*<sup>12</sup> sociais foram construídas a partir da infraestrutura econômica que formará a superestrutura (Estado, Igreja, sistema jurídico normativo, escola entre outros).

<sup>10</sup>Como a opção foi trabalhar com Nelson Werneck Sodré, partimos do entendimento da regressão feudal, em que temos na colonização do Brasil resquícios feudais implementados pela Coroa portuguesa no Brasil, e posteriormente a implementação do modo de produção escravista na colônia portuguesa. Ocorre que mesmo com o escravismo do Brasil esses resquícios feudais permaneceram, e até mesmo no pós-abolição, com a implementação do sistema capitalista, concomitantemente traços feudais permaneceram, como a exploração de uma mão-de-obra servil camponesa, o que será analisado durante a pesquisas nas terras sumeenses. (SODRÉ 1962)

<sup>11</sup>Meação ou meeiro, diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões mais atrasadas. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/meeiro/>>. Acesso em 23 de maio de 2019.

<sup>12</sup>Podemos entender como *relações de produção*, as relações que surgem das contradições entre desenvolvimento de forças produtivas (níveis sociais, inclusive através da apropriação privada dos meios de produção. Assim, as relações de produção condiz com o modo de produção, isto é, por exemplo, o modo de produção capitalista faz com que haja relações de produção de exploração, salarial etc., entre classe dominante e dominada, aquela possui os meios de produção e a propriedade privada, e a outra é impedida de possuir os meios de produção e é detentora

Desta feita, o nosso intuito na utilização do método marxista se deu porque o mesmo nos possibilita atuarmos na realidade dos estudantes do Ensino Médio, problematizarmos a realidade desses sujeitos, elaborarmos aulas que atinjam esses alunos de forma a atuarem nas suas vivências e modificarem criticamente as outras esferas sociais que fazem parte como o campo, a cidade, a escola etc., problematizarmos sua formação enquanto seres sociais e soluções possíveis de acabarmos com a exploração e conquista de direitos. Isto é, buscamos analisar sociologicamente como se deu a formação da classe camponesa negra através da formação dos latifúndios usando das dinâmicas reais dos sujeitos históricos como os invasores portugueses, os povos originários e os povos negros africanos apontados na Capitania da Parahyba por meios das fontes das cartas de sesmarias e como esses agentes históricos se comportaram para luta e formação de classe. E para, além disto, examinarmos como esse movimento vem se perpetuando dentro do território sumeense em que ainda se percebe o latifúndio e o minifúndio que foram formados desde o século XVIII.

Assim, utilizando o materialismo histórico marxista como enfoque teórico-metodológico, conseguimos entender a dinâmica social e as grandes transformações históricas da formação do latifúndio e conseqüentemente dos camponeses e também compreendermos atualmente a condição material da existência do povo camponês negro no território de Sumé e sua permanência dentro das escolas de ensino médio, assim como, a atuação da problematização no ensino de Sociologia para com esses estudantes. Desta feita, partido da metodologia do materialismo histórico-dialético dentro da educação, pretendemos analisar as possibilidades de atuação das temáticas do ensino de Sociologia na formação de uma cognição crítica dos educandos, que os possibilitem modificar, através da práxis, a realidade social sobre a questão agrária negra local, de modo que eles tenham ação para lutar, reivindicar, resistir e transformar as suas realidades.

A formatação do nosso objeto de pesquisa surgiu quando percebemos que os próprios alunos do município de Sumé não sabiam da história local, não se viam enquanto povo do campo, nem, muito menos, fazendo parte da etnia negra. Condições estas, que faz com que os estudantes não percebam as contradições que os oprimem e que haja uma formação de classes antagônicas existente em sua volta.

Ponto relevante foram as correlações que a grande maioria dos estudantes faziam, nas aulas de história, principalmente sobre as relações feudais, os mesmos identificavam suas

---

apenas da força de trabalho. Já as relações de produção escravista (modo de produção escravista) os senhores detêm os meios de produção e até são detentores do trabalho e da força de trabalho do escravizado. (BOTTOMORE, 1988, p. 15).

práticas, e de seus familiares, tanto nas terras que viviam, plantavam e criavam animais, quanto com as relações entre os donos das terras que eram meeiros, parceiros, arrendatário etc., com as características do feudalismo europeu, porém dentro do próprio município de Sumé nos dias atuais. Isso mostra, também, que a expropriação e a concentração fundiária vista no período da colonização e da interiorização da capitania na Parahyba, que traziam traços de um feudalismo europeu, repercutiu na vida dos estudantes e de seus familiares até nos dias atuais, porém reorganizado com as facetas do capitalismo.

Desta forma, seria necessário demonstrar esse processo, problematizar e contextualizar o que resultou em uma grande classe social composta de camponeses detentores de minifúndio ou desprovidos de terras (no caso trabalhadores rurais sem-terra) e que vivia – como ainda vivem - basicamente de uma agricultura de subsistência de terras para produção de alimentos para família e o excedente para venda em feiras locais, produzida em uma pequena propriedade ou, através do sistema da meação, parceria, arrendamento, que pertenciam a uma extensão de um latifúndio no território sumeense.

Entendemos que a construção de uma historiografia local voltada à análise das relações sociais da formação camponesa negra problematizada dentro das aulas de Sociologia no ensino médio, através de uma crítica às superestruturas, poderá possibilitar uma formação do cidadão crítico e atuante na sociedade de forma a agir e modificar positivamente contra a malha opressora.

As aulas de Sociologia voltadas para questões sociais que afligem os alunos são de extrema relevância para que os mesmos se percebam enquanto agentes modificadores da sua realidade dentro da sociedade. Porém, isso só será possível através de uma problematização e contextualização para os inserirem na sua história e entender o porquê de seu grupo historicamente pertencer a uma classe de indivíduos explorados pelo sistema que reproduz a sua marginalização desde a colonização.

Os nossos alunos e alunas da educação básica, filhos e filhas do campo, vem sendo expropriados não apenas do direito à terra, mas o direito a educação, isso porque o capital, reorganizado pela classe dominante, vem sucateando e retirado o direito a uma educação de qualidade, uma educação que esses estudantes tenham o direito ao acesso a sua história e a uma crítica a construção social que ocupam hoje junto com seus familiares, levando-os a questionarem o porquê das contradições existentes: por que os seus familiares têm pouca ou nenhuma terra para trabalhar enquanto existe terras vizinhas sem produção? Por que devem pagar uma quantia maior pela produção nas terras que possuem desde seus antepassados, mas que legalmente pertencem a outros?

O intuito da pesquisa foi, portanto, discutirmos e demonstrarmos os limites e possibilidades da implementação de uma Sociologia rural através do método do materialismo histórico-dialético, de forma a contribuir para a construção de uma consciência de classe camponesa negra. E, assim, produzir uma ferramenta para as salas de aula da educação básica no ensino de Sociologia no município de Sumé.

É de notar que o uso de uma educação contextualizada pode possibilitar os alunos a terem um contato mínimo com um objeto que permeia a esfera da qual fazem parte, neste caso a zona rural. E entender o porquê a maioria dos seus pais e parentes não tem terras ou são proprietários ou posseiros de pequenas glebas, enquanto que uma minoria monopoliza as grandes extensões de terras. Deste modo, a pesquisa procura examinar uma Sociologia camponesa como ferramenta para uma educação que busque a luta de alguns sujeitos historicamente excluídos.

Há uma necessidade de se construir uma identidade camponesa através da valorização da origem do povo trabalhador da zona rural, para isso as Ciências Sociais devem se aproximar desses lócus de marginalização, tão amplo e esmagadoramente excluído pelo capital, inclusive pelo capital existente dentro das universidades que não forma para abarcar o conteúdo, principalmente quando nos reportamos ao povo do campo.

É muito comum que os jovens não se identifiquem com as suas origens camponesas, isso porque a nossa sociedade, envolvida por um capitalismo excludente e discriminatório, já classifica e estigmatiza o povo do campo como “matuto”, “subdesenvolvido” e sem tecnologia. A construção do aparato capitalista das cidades e da vida industrial busca, muitas vezes, dar o esquecimento a essa parte da sociedade e, quando se trata de questões do campo do Norte e Nordeste brasileiros, isso ainda piora. É muito comum nos livros didáticos das Ciências Humanas trazerem os conteúdos dos mais diversos saberes científicos voltados ao etnocentrismo branco ou ligados às estruturas dos estereótipos vindos do Sul e Sudeste do Brasil, excluindo uma dimensão “local” nortista e nordestina, como se elas não existissem. A consequência dos jovens do campo do Norte e Nordeste não se identificarem com sua origem é, justamente, a falta de uma consciência de classe pela qual esses jovens são consumidos pela massificação de todo um aparato industrial, cosmopolita que é produzido cotidianamente e que é distante de suas realidades.

A ideia inicial era a de trabalharmos com conceitos sociológicos utilizando a Sociologia Histórica local como possibilidade de sua aplicabilidade através da intervenção em sala de aula abarcando questões como: o processo de interiorização da Capitania da Parahyba; de dizimação dos povos originários; de distribuição de sesmarias no município de Sumé; formação

camponesa negra no Cariri paraibano e no território sumeense; e, por fim, as problemáticas atuais que atingem os alunos como: análise do percentual de alunos que moram na zona rural, a estrutura agrária das terras que vivem e trabalham junto com seus familiares, sobre as questões étnicas e se as questões da vida desses estudantes são discutidas nas aulas de Sociologia. Contudo, devido surto de covid-19 ocorrido neste ano de 2020, as nossas estratégias foram reformuladas em razão de todas as escolas do Brasil terem tido suas aulas suspensas.

Partimos, então, para uma análise dos Censos demográficos de 1940 a 2010 para verificar o grau de instrução dos habitantes sumeense, principalmente a população proveniente da zona rural. Além disto foi necessário, examinar os documentos das escolas de Ensino Médio de Sumé (Projeto Político Pedagógico, Planos de Cursos ou Ementas, Projetos, Planos de Aulas). No caso, nesse município só existem duas escolas: uma pública, a Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, que faz parte das escolas integrais na região; e uma particular, o “Instituto Educacional Imaculada Conceição” – IEIC. Desta feita, procuramos realizar um estudo sobre se nesses documentos existia algum fundamento e/ou conteúdo que abarcasse a questão agrária e étnica, sobretudo, nos Planos de Aulas dos professores de Sociologia.

Para que a nossa temática fosse desenvolvida partimos da seguinte problematização: como podemos construir uma educação agrária antirracista nas aulas de Sociologia do ensino médio de forma a auxiliar numa educação crítica dos educandos que residem no município tendo em vista se tratar de um município eminentemente rural?

Especificamente, os objetivos da presente pesquisa foram: construir uma análise sociológica através de uma historiografia agrária observando a formação do latifúndio na Capitania da Parahyba, pormenorizando o território de Sumé a partir da expropriação das terras e do genocídio de sociedades originárias; investigar a distribuição dos latifúndios nas terras sumeenses examinando as cartas de sesmarias e o surgimento de classes antagônicas com enfoque a formação de uma classe camponesa negra no território a partir do século XVIII; e analisar as reorganizações do capitalismo burocrático através das aulas de Sociologia tendo como enfoque os conteúdos e propostas dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e os planos de aulas dos professores de Sociologia, tendo em vista a ótica das superestruturas das políticas educacionais e o ensino de uma Sociologia agrária e negra.

O tipo de pesquisa desenvolvida foi a documental através da análise bibliográfica e de documentos legislativos por meio da perspectiva qualitativa, uma vez que a mesma nos possibilita a interpretação dos dados observados e coletados na documentação e a relação dinâmica que os mesmos exercem entre o mundo. Para isso, analisamos registros cartorários,

inventários da Freguesia de São João do Cariri e os registros de Recenseamento de 1872 a 1996, buscando entendermos como se formou a estrutura populacional do território sumeense, assim como na esfera macro dos Estados, municípios, distritos, freguesias e paróquias que integravam cada unidade federativa, o número de habitantes, retirando dos dados os indícios que comprovam a existência da escravidão, assim como questões que envolvem o âmbito agrário no Cariri paraibano, mais especificamente em São João do Cariri e Alagôa do Monteiro, locais a quem Sumé esteve subordinada até 1951.

Para construção da questão da escravidão no território do Cariri paraibano, foi de extrema relevância utilizarmos as importantes obras acadêmicas de autores e autoras que realizaram suas pesquisas em universidades federais e estaduais do Nordeste. Relativo à questão da escravização negra na região com enfoque marxista, analisamos o trabalho da professora Diana Soares de Galliza (1979), tendo em vista que a autora faz uma análise da atuação dos escravizados nas atividades econômicas, questão de aquisição de alforrias e manumissões. Além desta autora, utilizamos o estudo de Solange Mouzinho Alves (2015)<sup>13</sup>, obra esta da qual retiramos da listagem elaborada pela pesquisadora de documentos cartorários de registros de nascimento, batismo, crisma, casamento e óbito que trazem dados referentes a todo território do Cariri paraibano, em que fizemos uma triagem para redimensionar ao município de Sumé. A mesma analisa os laços de parentesco e sociabilidades do povo negro escravizado dentro da organização fundiária da região. Ainda uma importante obra para o estudo foi a de Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015)<sup>14</sup>, deste também foram retirados dados referentes ao território de Sumé que nos possibilitou construir a estrutura social do município no século XVIII e XIX, através da tabela de documentos eclesiásticos como registro de batismo e óbitos elaborado pelo autor. Com Aldo Manoel Branquinho Nunes (2017)<sup>15</sup> observamos a importância dos novos atores sociais, como escravizados e homens livres enquanto agentes atuantes e modificadores da região do Pajeú e Cariri. José de Souza Pequeno (2014)<sup>16</sup> analisa inventários do século XIX, de São João do Cariri, permeando o estudo dos escravizados inventariados, inclusive adentrando a alguns inventários de latifundiários que detinham terras em toda região do Cariri,

---

<sup>13</sup>ALVES, Solange Mouzinho. Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. 2011. P. 68. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

<sup>14</sup>CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no Cariri paraibano. João Pessoa, 2015.

<sup>15</sup>NUNES, Aldo Manoel Branquinho. Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920). Campina Grande-PB, 2017.

<sup>16</sup>PEQUENO FILHO, Jose de Sousa. Experiências vividas, escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 – 1843. 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

bem como no litoral. Com relação as pesquisas, especificamente, sobre a questão sociológica e até mesmo histórica na região de Sumé, constatou-se que existe pouquíssimos, sendo um importante estudo o do historiador Ivandro Batista de Queiroz (2006), intitulado “*A História Social da Escravidão na Paraíba: um estudo de caso: Sumé-Pb*”<sup>17</sup>, que faz um apanhado geral da questão negra em São João do Cariri e algumas ligações cartorários com Sumé. O que podemos afirmar é que todas as pesquisas se debruçam sobre a estrutura social escravista na região do Cariri paraibano a partir dos dados fornecidos pelos documentos cartorários da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, assim como as tabelas dos livros de registro de nascimentos, batismos, crismas, casamentos e óbitos<sup>18</sup> da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, que englobava os registros de todos os municípios que hoje fazem parte do cariri ocidental.

Desta feita, a partir dos objetivos propostos, após esta introdução dissertação foi dividida em três seções. No que trata a seção 2, intitulada “*A Questão Agrária em Sumé: interiorização, invasões e expropriação das terras*”, compartimentado em três subtítulos, quais sejam: “*2.1 A Administração Territorial da América Portuguesa: capitânicas hereditárias e sesmarias*”; “*2.2 Povos originários da América Portuguesa: o caso da Capitania da Parahyba*”; “*2.3 Colonização do Interior da Capitania da Parahyba: a formação de dois grandes latifúndios*”; e por fim “*2.4 A Questão Agrária no Município de Sumé: colonos x sucurus*”. Observamos que nesse primeiro seção o intuito foi realizarmos uma historicização da exegese do latifúndio no Brasil, tendo como base alguns aparatos normativos que irão legalizar essa exclusão territorial e social, realizando um apontamento de quais eram os habitantes locais do Brasil, mais especificamente da Capitania da Parahyba, tentando quebrar com a noção de homogeneização trazidas pelos viajantes europeus, relativos aos povos que habitavam o local antes da chegada os invasores portugueses. Sendo de extrema relevância relatar nessa seção, a necessidade dos portugueses na interiorização e dizimação dos habitantes originários para construção dos latifúndios e uma formação de uma sociedade de classes a partir da visão eurocêntrica que será permitida a partir de uma legislação, como observado nas cartas de sesmarias. Ainda foi pertinente a análise de como esse processo se deu no território onde

---

<sup>17</sup>QUEIROZ, Ivandro Batista de. *A História Social da Escravidão na Paraíba: um estudo de caso: Sumé-PB*. Monografia em Licenciatura Plena em História UEPB, Campina Grande-PB 2006.

<sup>18</sup>Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. Assentos de Batismo de 1752-1837, livros 1, 2 e 3, folhas 02 a 91, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba. Ainda o arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. Assentos de Batismo de 1850-1872, livros 8,9, 10, 11, 12 e 13, folhas 84 a 199, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

hoje fica localizado Sumé, analisando as sesmarias do século XVIII, que constituíram justamente esse ataque e essa formação latifundiária na região.

Desta feita, foram analisadas obras tais como Almeida (1979) uma vez que a autora traz informações da existência de povos no território de Sumé através das pinturas rupestres. Ainda foi utilizado Barbosa (2000), uma vez que, sua pesquisa analisa os povos originários da Paraíba utilizando de uma perspectiva em que traz as várias nações e, por conseguinte, as várias tribos existentes na Paraíba. Com o mapa de Nimuendaju (2002), podemos localizar os povos Sucurus. Seixas (2000), examinamos a questão da interiorização das famílias que formaram grandes latifúndios no Cariri e no Sertão da Paraíba, no caso as famílias dos Garcia D'Ávilla (Casa da Torre) e os Oliveira Lêdo. Foram utilizadas fontes primárias como os institutos jurídicos das sesmarias, através da obra de Tavares (1982).

A seção 3, *“A Formação do Campesinato Negro no Município de Sumé”*, divide-se em: *“3.1 A grande propriedade no município de Sumé”*; *“3.2 A formação do campesinato negro no território sumeense”* e *“3.3 Atual distribuição das terras sumeenses.”* Nesse momento foi examinado a distribuição das sesmarias do território sumeense tentando compreender a má distribuição territorial que originou os latifúndios, tentando observar a quais famílias pertenciam e ainda a quem pertencem nos dias atuais essas grandes dimensões territoriais. Foi realizado uma análise de documentos eclesiásticos de batismo, crismas, casamentos e óbitos dos escravizados da tabela de dados de Alves (2015) e Cavalcante (2015) que faziam parte do território sumeense, assim como foram analisados os escravizados que estavam contidos nos inventários da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, fazendo cruzamento de fazendas que estavam contidas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e no nome das sesmarias que estão contidas na obra de Tavares (1982). Dessa forma, tivemos o resultado do quantitativo de escravizados que faziam parte do território de Sumé, assim como os seus proprietários e como eram as relações sociais que permeavam a região no século XVIII e XIX.

Por fim, a quarta seção, *“A Educação Brasileira para a Classe Trabalhadora Negra No Município De Sumé-Pb: uma discussão com o ensino de Sociologia”*, que foi subdividido no seguintes subtemas: *“4.1 Legislações da Educação brasileira: como ela tem visto o povo negro?”*; *“4.2 Estrutura social e educacional sumeense”* *“4.3 A questões agrária e camponesa negra no ensino de Sociologia em Sumé-PB : limites e possibilidades”*; *“4.3.1 Livros didáticos de Sociologia: uma análise das questões agrária e negra em Sumé”*; *“4.3.2 Planos, Projetos e Programas dos professores de Sociologia: uma análise das questões agrária e negra em Sumé”*.

A 4ª seção examinou a legislação do ensino e sua relação com a Sociologia e como foi desenvolvida a educação a partir dos dados do IBGE, observando como estava estruturada a população rural sumeense em relação com o grau de instrução da população e as relações étnicas locais. Com a análise e com os resultados obtidos foi desenvolvido como estava constituída as relações sociais do povo sumeense com relação ao número total de habitantes, número e grau de instrução dos habitantes analisados, assim sua relação com a etnia dos estudantes sumeenses.

Com a análise histórico-sociológica dos habitantes de Sumé, foi realizada uma correlação com o que está sendo ensinado a disciplina de Sociologia, para isso foi examinado os Projeto Político Pedagógico, Planos de Cursos ou Ementas, Projetos, Planos de Aulas das escolas de ensino médio e dos professores de sociologia do município de Sumé

Analisando os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que possuem ensino médio no município, isto é, Ensino Médio, uma pública, a Escola Cidadã Integral “Professor José Gonçalves de Queiroz”, e a outra privada, o “Instituto Educacional Imaculada Conceição” (IEIC). Foi importante, ao mesmo passo, analisar os conteúdos trazidos pelos livros didáticos que eram utilizados nas escolas de ensino médio no município de Sumé. Assim forma analisados os dois livros base que os professores de Sociologia usam *Sociologia Hoje* (2013) e o outro *Sociologia em Movimento* (2016). A partir disso, fizemos um cruzamento de dados dos conteúdos trazidos pelos livros didáticos com sua relação com o ensino campesino negro no município de Sumé.

Foi importante, do mesmo modo, examinar Programas Gerais de Componente Curricular (Plano de Curso/Plano de Ensino), Guias de Aprendizagem, Projeto Mestre da Educação, Programas Estratégicos e Planos de Aulas fazendo uma interligação com os temas trazidos pelos livros didáticos assim como a sua relação com a formação camponesa negra no município de Sumé.

A finalidade foi tentar constatar a existência da abordagem sobre assuntos referentes a formação da sociedade sumeense e as relações sociais camponesas étnicas. E ainda com base na observação dos temas, conteúdo proposta na disciplina de sociologia se existia a possibilidade se desenvolver uma discussão sociológica sobre a realidade dos alunos a partir das propostas pedagógicas ofertadas nos documentos apresentados.

Dessa forma, a seções 2 e 3 construíram as relações histórico-sociais da população sumeense apontando dados mostrando a construção de exclusão camponesa negra no município e sua continuidade ao longo das décadas. Observando, as contradições existentes no cotidiano dos estudantes provenientes dessa construção e marginalização do povo camponês negro.

## 2 A QUESTÃO AGRÁRIA EM SUMÉ: INTERIORIZAÇÃO, INVASÕES E EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica. (MARX, 2013, p. 997).

As invasões estrangeiras, sobretudo dos portugueses, no Brasil, se deram através de um processo de invasões das terras dos povos originários para acumulação e exportação dos recursos existentes até a metrópole portuguesa. Com a decadência dos recursos no litoral do Brasil - pau-brasil, cana-de-açúcar e sobretudo com a decadência da exportação do açúcar, houve a necessidade de procurar novos recursos no interior no território brasileiro -, surgiu, assim, a necessidade de explorar novos produtos para acumulação de capital. Na presente seção realizamos o constructo historiográfico sobre a questão agrária no território de Sumé a partir da formação do latifúndio no Brasil tendo por base o Tratado de Tordesilhas; as capitanias hereditárias; e as sesmarias. Mas, para que houvesse a formação desse latifúndio no dito interior do Brasil e, mais especificamente, no Cariri paraibano – na época chamado de sertão –, foi necessário analisarmos como se deu a dizimação dos povos originários locais.

Utilizando dos fatores históricos, percebemos que os aparatos normativos influenciaram diretamente na exegese do latifúndio no Brasil e nas questões sociais daí resultantes, como a de exclusão de uma camada da população por um direito à terras por ter sido estigmatizada pela visão eurocêntrica dos invasores das terras brasileiras no período da interiorização do território brasileiro. Essa exclusão fez com que houvesse uma formação de classes dominadas locais em que serão excluídos e pertenceram a castas ditas “inferiores” povos originários e africanas escravizadas e seus descendentes, fazendo parte tanto da base de sustentação econômica quanto dos socialmente marginalizados proibidos, até de ascensão social pelo fato de pertencerem a esses grupos.

## 2.1 A Administração Territorial da América Portuguesa: Capitánias Hereditárias e Sesmarias

No século XVI, o território que hoje pertence a América do Sul foi dividido por uma linha imaginária que cortava o continente de norte ao sul, dividindo-o entre duas grandes potências europeias que formavam a Península Ibérica: Portugal e Espanha<sup>19</sup>. A parte ao leste eram terras que passaram a pertencer a Espanha, já as terras que ficavam ao oeste estavam sob dominação de Portugal. A porção territorial que cabia a Portugal foi dividida em 14 grandes faixas de terras (Capitánias hereditárias), exegese do latifúndio brasileiro<sup>20</sup>. Esses latifúndios foram concedidos aos capitães donatários, como forma de Portugal evitar a tomada das terras por outras nações europeias.

Examinamos que as invasões portuguesas em 1500 tiveram suas pretensões na acumulação primitiva de capital através das relações de modo produção pré-capitalista de exploração da colônia portuguesa na América, em que consistia o interesse na exploração do território. Desta forma, Marx (2013) coloca como acumulação primitiva:

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2013, p. 961)

Desta feita, a acumulação primitiva de capital foi o processo que as sociedades passaram a viver após as invasões de países europeus impondo as mesmas o sistema colonial de forma brutal, através da violência e expropriação de terras dos povos originários. De fato, não podemos dizer que o período das invasões portuguesas no Brasil caracterizou um estágio feudal, contudo as características econômicas de Portugal, que passava por um estágio de transição feudal para capitalista com o sistema mercantilista, foram trazidas minimamente para o Brasil, seguindo as singularidades locais.

---

<sup>19</sup> O Tratado de Tordesilhas, assinado entre D. João II de Portugal e os reis católicos Fernando e Isabel, reis da Espanha no período, foi assinado em 7 de Junho de 1494, e as esferas de influência ficaram definidas: pertenceriam a Castela as terras descobertas para além do meridiano que passava a 370 léguas a ocidente de Cabo Verde. Segundo Adriano Moreira (1978), o tratado tem um significado muito mais amplo do que uma delimitação de áreas de influência dos dois reinos que assinaram o Tratado, pois, de acordo com esse autor, D. João II já tinha conhecimento da existência do Brasil no momento da assinatura. Ver em MOREIRA, 1978. Biblioteca Nacional de Portugal Disponível em :< [http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado\\_tordesilhas/ficha.html](http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html)>: Acesso em 23 de maio de 2019.

<sup>20</sup> É importante dizer que em 1534, foram criadas 14 capitánias hereditárias divididas em 15 lotes que combinava elementos feudais e capitalistas. Os beneficiários pertenciam a pequena nobreza de Portugal. A extinção do sistema de capitánias ocorreu formalmente em 28 de fevereiro de 1821. Ver MATTOS, INOCCENTINI, e BENELLI. 2012. Disponível em:< <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1428/1124>>: Acesso em 23 de maio de 2019.

As expedições guarda-costas nada mais eram do que excursões para reconhecimento do litoral brasileiro para averiguação do que de mais precioso os portugueses poderiam surruiar do território recém-conquistado. A problemática é que, apesar das expedições para averiguarem se existia algo de valor econômico, inicialmente, nada disso foi encontrado, partindo-se para a primeira atividade econômica de cunho apenas extrativista que foi a do pau-brasil<sup>21</sup>. Tudo que foi achado na colônia portuguesa foi enviado para acumulação de capital em Portugal.

Ao mesmo tempo em que ocorre a expropriação das terras e utilização da força de trabalho dos povos originários na extração das matérias-primas do Brasil, ocorrem os primeiros contatos para catequização e escravização dos povos nativos. Assim, nesses primeiros anos das invasões portuguesas, a colonização para o povoamento do território brasileiro quase que não existiu. Apenas com as invasões de outras nações europeias surgiu a necessidade de, enfim, colonizar o território brasileiro, colonizar para não perder o que começara a ser usurpado dos povos originários.

Observa-se, assim, que com as capitanias hereditárias deu-se início ao latifúndio no Brasil e, a partir de regulamentações já existentes na Europa, especificamente com as ordenações Manuelinas, Afonsinas e Filipinas<sup>22</sup>, essas legislações foram implementadas nas terras brasílicas.

O grande problema para Portugal era que as Capitanias Hereditárias se tornaram latifúndios quase que impossíveis de se efetivar a colonização, tal como queria a Coroa portuguesa, por inúmeros motivos, seja pela própria grandeza territorial das capitanias ou pelo desinteresse dos capitães-donatários em colonizá-las ou ainda pela resistência dos povos originários ou pelas invasões de outros povos europeus nas terras brasileiras tomadas e pertencentes agora à Portugal, fatores que no seu conjunto culminaram com o fracasso de quase

---

<sup>21</sup>Sobre o regime econômico do Brasil colônia ver em Guimarães (1964).

<sup>22</sup>Ordenações são ordens, decisões ou normas jurídicas lançadas de forma separada ou em coletâneas. De maneira geral, as ordenações portuguesas eram compilações de leis nas quais estavam registradas as normas jurídicas fixadas nos reinos, neste caso, Portugal, para centralização de poder. Dessa forma, muitas ordenações portuguesas eram aplicadas em suas colônias, a exemplo do Brasil, que, no caso da pesquisa sobre sesmarias, as ordenações já mencionavam a colônia brasileira na aplicação da ordenação/lei sesmariana. A modificação do nome das ordenações em Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, diz respeito ao rei que regia Portugal no momento, dessa forma, podemos afirmar: as Ordenações Afonsinas (1500-1514) foi finalizada no reinado de Afonso V; segundas ordenações são as Ordenações Manuelinas (1514-1603) reinado do Dom Manuel I; Ordenações Filipinas compilação data do período do domínio espanhol em Portugal, do rei Felipe I (1581-1598). As três ordenações estão presentes na Biblioteca Nacional de Portugal. Ordenações Afonsinas: Disponível em: < <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>: Acesso em 3 de março de 2019; Ordenações Manuelinas. Disponível em: < <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>: Acesso em 3 de março de 2019; DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808. Ordenações Filipinas. Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>: Acesso em 3 de março de 2019.

todas as capitanias<sup>23</sup>. Examinamos que a todo custo a coroa portuguesa tenta implementar a estrutura econômica e social da metrópole na colônia brasileira, o que vai se perpetuar até nos dias atuais com a presença de grandes latifúndios, expropriação, exploração dos povos camponeses – sua maioria descendentes de escravizados - das suas terras. É óbvio que essa reestruturação que perpassou o pré-capitalismo para o capitalismo, chegando a um capitalismo moderno há uma reestruturação para que a classe dominante se mantenha no poder. É uma reestruturação do “velho” para permanecer existindo mesmo depois das mudanças sociais.

Nos primeiros mapas sobre as capitanias hereditárias no Brasil não existe a capitania da Paraíba, isso porque, segundo a historiadora Silveira (1999), a capitania surgiu do desmembramento da capitania de Itamaracá, esta que ficava entre as capitanias do Rio Grande e de Pernambuco, sendo, a Capitania Real da Parahyba criada através do Decreto Real de 1574. Ainda, é importante frisar que as dimensões territoriais da capitania da Parahyba não eram as mesmas que se encontram nos dias atuais, seus contornos foram se desenhando com o passar dos anos até ter a chegar à configuração da divisão territorial atual.

O instituto jurídico da sesmaria<sup>24</sup>, que já existia na Europa, foi exportado para a colônia portuguesa como permanência do latifúndio que tinham iniciado com as Capitanias Hereditárias e passou a ser o “novo” regime jurídico acerca das terras e para promoção da colonização do território brasileiro. Isso porque, o modo de produção pré-capitalista, enquanto antecessor do capitalismo, necessitou adaptar-se a estrutura econômica local para permanecer e se fortalecer como sistema econômico hegemônico. Desta feita, se as Capitanias Hereditárias são a exegese do latifúndio no Brasil, a sua continuidade se confirma por meio das sesmarias, que eram porções de terras dadas a indivíduos que detinham posse e prestígio. A Coroa portuguesa concedida o alvará sesmario para que o requerente pudesse se fixar nelas (colonizar) evitando, assim, outras invasões. Isto é, as sesmarias são um instituto feudal bem semelhante a relação de suserania e vassalagem europeus, porém, ganha novos contornos na colônia portuguesa. Não era qualquer sujeito que poderia dispor do domínio de uma sesmaria, apenas aqueles que detinham poder aquisitivo e que eram, de certo modo, reconhecidos pela Coroa

---

<sup>23</sup>Diante dos inúmeros conflitos entre as nações estrangeiras para invadir as terras brasileiras e a resistência e luta de indígenas para o retorno de suas terras, a política divisional das capitanias hereditárias não teve muito êxito, apenas duas capitanias chegaram prosperar, a de Pernambuco e a de São Vicente, está se dará origem ao estado de São Paulo. INNOCENTINI 2012, p. 15. Disponível em:< [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2790/1\\_63070100009.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2790/1_63070100009.pdf)>: Acesso em 23 de maio de 2019, p. 19.

<sup>24</sup>Sanches trata da sesmaria como sistema de legislação, o mesmo continua por analisar a sesmarias como instituto jurídico do direito régio e o abalo que esse sistema normativo vai trazer para os povos da colônia da América portuguesa. Ver em SANCHES 2018. Disponível em:< <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/download/694/pdf>>: Acesso em 23 de maio de 2019.

portuguesa. Inicialmente a implementação das sesmarias no Brasil, assim como em todas as colônias portuguesas, teve como embasamento os preceitos normativos da lei de D. Fernando de 1375, também conhecida como Lei das Sesmarias<sup>25</sup> e as prerrogativas presentes nas Ordenações Régias. Posteriormente, o Alvará de 3 de março de 1770, impunha pré-requisitos para concessão de terras no Brasil, dessa forma o requerente deveria se enquadrar no que exigia a coroa Portuguesa, assim, a lei já indicava quais eram os sujeitos que poderiam ter o direito para concessão das terras e que estavam formando a classe dominante brasileira. Portanto, sobre o Alvará de 1770, Pollig (2012, p.73) coloca:

O alvará sistematizava o processo para a realização da concessão: ao ser recebido o requerimento solicitando a concessão, este era repassado ao ouvidor da capitania que averiguava as condições ali presentes com as determinações legislativas, para enfim dar seu parecer. Ao ser verificado que tudo era correspondente as ordens reais e que o indivíduo não possuísse terras anteriores, logo era realizado um processo de inquirição de testemunhas como prova e afirmação do constado no requerimento, e em seguida verificado o interesse do requerente em cultivar e aproveitar as ditas terras. Após o cumprimento dessas obrigações burocráticas a carta de concessão era passada e registrada na Secretaria do Governo e na Casa da Fazenda e Administração.

Observa-se que para o sujeito requerer uma sesmaria deveria se enquadrar nas pré-disposições impostas pelos preceitos normativos régios do período e a concessão se daria através de um alvará. É importante dizer que no Brasil colônia não havia uma legislação específica para ordenar essas doações e que, por isso, o requerimento era enviado à Coroa Portuguesa através do que já vinha sendo pré-estabelecido em Portugal, conforme as várias citações existentes sobre as sesmarias nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Nas Ordenações Afonsinas, de meados do século XV, as sesmarias se encontram no “*Livro IV, Título LXXXI: Das sesmarias*”<sup>26</sup> e basicamente as demais ordenações só repetiram a letra normativa ou pouco aditaram o que era indicado nesta primeira ordenação. Neste caso, nas Ordenações Manuelinas, de 1512 a 1603, as sesmarias estão dispostas no “*Livro IV Título 67: Das sesmarias*”<sup>27</sup> e, por fim, nas Ordenações Filipinas, de 1603, as sesmarias estavam contidas a partir do seu Livro IV, que tem como “*Título XLIII: Das Sesmarias*”. Contudo, apesar da existência das sesmarias em Portugal desde o período medieval, no Brasil elas aparecem pela

<sup>25</sup>Lei das Sesmarias 1375. Pergaminhos Avulsos, nº 29. Disponível em <http://www.cm-coimbra.pt>>: Acesso em 23 de maio de 2019.

<sup>26</sup>Ordenações Afonsinas: Livro IV, Título LXXXI: Das sesmarias, Disponível:< <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/14p281.htm>>: Acesso em 3 de março de 2019.

<sup>27</sup>Ordenações Manuelinas. Livro IV Título 67: Das sesmarias. Disponível em:< <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/14p164.htm>>: Acesso em 3 de março de 2019.

primeira vez no século XVI<sup>28</sup> no aditamento do Livro 4, no Decreto 25 de outubro de 1808<sup>29</sup> que dita as sesmarias concebidas para colonizadores portugueses no Brasil.

É importante mencionar que os pré-requisitos impostos pelo alvará de 1770 não eram cumpridos e, dessa forma, a Rainha de Portugal, D. Maria I, redigiu o Alvará de 05 de outubro de 1795,<sup>30</sup> reprovando e tentando corrigir os abusos e irregularidades do regime de sesmaria no Brasil. Analisando o Alvará de 1795, Pollig (2012, p. 74) examina:

Só era permitido possuir o domínio da terra após o cumprimento da exigência legal de demarcação e confirmação, não podendo o indivíduo ocupar as terras antes das resoluções jurídicas necessárias. Anteriormente, ocupava-se a terra e ao recebê-la era exercido o domínio pleno sobre ela, e caso a demarcação não fosse cumprida a terra voltaria para a Coroa, para ser concedida novamente com a atribuição de ser “devoluta”.

Exigências essas que estão presentes nos pedidos de concessão de sesmarias quando os requisitantes, nos próprios requerimentos, já pediam e delimitavam as terras que estavam suplicando a concessão. As demarcações das terras nos requerimentos sesmarios eram feitas através da medição em léguas informando por escrito quais eram as fronteiras que faziam limites das sesmarias, em geral utilizando os nomes dos relevos, da hidrografia dos sítios e dos nomes dos sesmeiros das terras vizinhas. Analisamos que os requerimentos de pedido de concessão de sesmarias, contidos na obra de Tavares (1982) e que tratam do caso da Paraíba, eram concedidos para indivíduos de posses e que muitas vezes as sesmarias requeridas serviam para aumentar a posse de outra que os sesmeiros já assenhoravam.

A estrutura econômica formatada no período da colonização que constrói institutos jurídicos para redimensionar quem eram os polos ativos dos requerimentos de sesmarias. Assim, o sistema econômico mercantilista necessitava de expansão comercial e as novas terras seriam, assim, os meios de produção para captarem matérias-primas para produção de produtos a baixos preços e poder vender as manufaturas a altos preços, inclusive essa venda superfaturada era feita nas próprias colônias. Para que isso fosse possível o *plantation*, a monocultura deveria ser implementada para produção em larga escala e isso só poderia ocorrer se a concentração fundiária estivesse nas mãos de poucas pessoas abastardas. Assim, a

<sup>28</sup>As primeiras sesmarias existentes no Brasil foram concedidas a Martin Afonso de Souza no dia 20 de novembro de 1530. No caso da Capitania Real da Parahyba, a primeira sesmaria data de 1 de janeiro de 1586, na povoação de Nossa Senhora das Neves, isto é, povoado que dará origem a capital da Paraíba. Sobre a sesmaria no Brasil ver CIRNE. 1988, p. 36. Sobre as cartas de sesmarias na Paraíba ver TAVARES, 1982, p. 29.

<sup>29</sup>DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808. Ordenações Filipinas. Título XLIII: Das Sesmarias. Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14pa1028.htm> >: Acesso em 3 de março de 2019.

<sup>30</sup>Alvará 5 de outubro de 1795. Disponível em: < <https://arisp.files.wordpress.com/2010/02/alvara-de-5-de-outubro-de-1795-dig.pdf> >: Acesso em 03 de março de 2019

quantidade de exigências para concessão redimensionava quem eram que tinham direito a posse das sesmarias, isto é, sujeitos que faziam parte da nobreza ou da burguesia portuguesa.

O processo de interiorização da capitania da Parahyba também se deu de forma a privilegiar uma classe social, porém surgiu em torno de uma problemática que foi o desinteresse dos sesmeiros em cumprirem com a obrigação principal da sesmaria que era a de colonizar as terras através de plantações ou da criação de animais, para efetivar o objetivo da Coroa portuguesa que era de colonizar e evitar os saques das terras, dar uma finalidade prática era uma forma de consolidar sua posse, afastar outros sujeitos e era uma forma de dar retorno financeiro à metrópole. Abaixo apresentamos um quadro com a quantidade de sesmarias que foram distribuídas pela Coroa portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, ao longo do território que hoje compreende a Paraíba.

**QUADRO 01 – QUANTIDADE DE SESMARIAS CONCEDIDAS NA PARAÍBA (SÉCULOS XVI-XIX)**

SÉCULO	QUANTIDADE DE SESMARIAS CONCEDIDAS
XVI	05
XVII	15
XVIII	1033
XIX	100
Total	1153

**Fonte:** (TAVARES, 1982).

Percebemos que as primeiras sesmarias da capitania da Parahyba foram concedidas no século XVI e as últimas no século XIX. A sesmaria nº 1 foi de 10 de janeiro de 1586, localizado perto do Rio Paraíba e Unna, supostamente na principal cidade da capitania na época, hoje João Pessoa. Já a última sesmaria foi a de nº 1.138, datada de 21 de fevereiro de 1824, nas terras chamada de Riacho da Cruz da ribeira do Parahyba. Analisamos que o período que mais se concedeu sesmaria foi no século XVIII, quando cerca de 1.033 sesmarias foram concedidas.

Mas, importante destacar que o Cariri foi a microrregião mais antiga no que se refere ao processo de interiorização da Paraíba. Apesar de analisarmos que as primeiras concessões sesmarias se deram no litoral e posteriormente mais ao interior da capital, não podemos dizer que o processo de interiorização se deu através do litoral ao centro, mas as entradas da colonização se deram a partir das nascentes do Rio Sucurú, localizadas no município de Ouro Velho. Pereira (2008, p. 160), a partir do livro em que Joffily (1893) compilou todas as sesmarias referentes à Paraíba, disse que:

(...) foram identificadas 76 (setenta e seis) cartas de sesmarias relacionadas aos Cariris Paraibanos. O referido autor na relação geral das cartas teve a preocupação em colocar além da numeração, um título relacionado a algum acidente geográfico, sitio fazenda, etc. Além disso, várias contém termos como Sertão do Cariry e Carirys de Fora, que eram de uso na época para definirem os limites naturais para as regiões.

Segundo o autor, essas sesmarias relacionadas ao Cariri paraibano foram distribuídas entre os anos de 1695 e 1818, representando a forte concentração fundiária nas mãos de poucos: grandes extensões de terras que posteriormente se dividiram em milhares de fazendas e sítios.

Por seu turno, a exegese do problema fundiário e do direito a posse de terras no Brasil está diretamente ligada aos povos originários que habitaram o território antes das invasões portuguesas. Inicialmente porque estes eram os reais detentores das terras, segundo porque, mesmo sendo os primeiros a terem as posses das mesmas, são os últimos a conseguirem deter o poder após as invasões portuguesas. Ainda são os seus descendentes os reais herdeiros, mas são os que não irão ter, ao longo da história, sua herança de direito, isso porque a legislação da época – e porque não dizer nos dias atuais – irá tirá-los esse direito, ou pior, irá colocá-los, na grande maioria das vezes, como inimputáveis perante o poder excludente e repressor português. Assim como nos dias atuais, as regulamentações da época excluíram ou delimitaram os direitos dos povos originários e seus descendentes na posse e no direito a reivindicarem as terras que já eram deles há milhares de anos.

Foi através de uma política repressora e excludente de uma visão eurocêntrica<sup>31</sup> que nasceu o latifúndio no Brasil, saindo dos ditames europeus para serem aplicados nas terras ameríndias. Com a extração do pau-brasil houve a necessidade da mão-de-obra que seria utilizada através do trabalho indígena. Com a divisão do Brasil em Capitânicas, mais uma vez a figura dos nativos vai surgir não apenas como trabalho escravo, mais também como retirada do direito às terras para implementação e surgimento de pontos de apoio para as Capitânicas. Assim, era necessário retirar as terras desses povos, era necessário “domesticá-los” através da catequização, era necessário sumir com esse povo de cultura e língua diferentes do que era imposto pela visão eurocêntrica, esses povos eram o oposto do que se requeria aos moldes europeus.

---

<sup>31</sup>Eurocentrismo ou europocentrismo é a visão pela qual se tem como padrão ou modelo o Europeu. Dessa forma, com as invasões portuguesas no território brasileiro no século XV, foram implantados os modelos vindos da Europa, tanto nas questões físicas dos habitantes locais que passaram a ser tidos como inferiores culturalmente e religiosamente por não se enquadrarem na visão dos invasores, quanto nas questões políticas e econômicas em que foram impostos os ditames europeus.

## 2.2 Povos Originários da América Portuguesa: o caso da Capitania da Parahyba

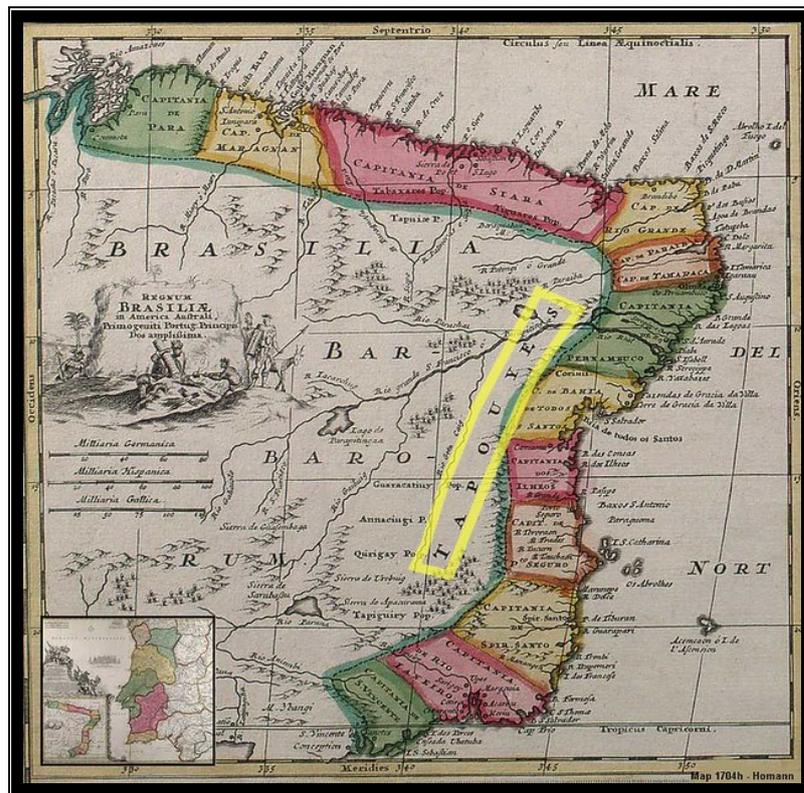
Em todo o território onde hoje se encontra o Brasil existiam inúmeras nações formadas por uma infinidade de tribos que coexistiam numa variedade de culturas diferentes, essas nações que se deslocavam de um canto a outro em todo o território brasileiro. Examinamos a variedade de nações e tribos de povos originários dentro do território brasileiro já na obra *Nimuendajú* (1883-1945) condensados pelo IPHAN (2017), quanto no mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (1944)<sup>32</sup> em que o autor demonstra a diversidade de nações existentes no Brasil. Assim, a América Portuguesa não era um “lugar de ninguém” ou de terras devolutas, mas seus donos estavam fixados nesses lugares há milhares de anos, vivendo em formas de sociedades coletivas, plantando, colhendo, caçando, fazendo trocas culturais entre si.

Contudo, a historiografia tradicional teve por base os escritos dos viajantes e cronistas do período da colonização portuguesa. Esses sujeitos, na maioria das vezes eram os responsáveis por desenvolverem a cartografia da época, muitas vezes, esses cronistas só tiveram contato com uma parcela dessas sociedades, outros descreveram apenas no que ouviram falar, deturpando e omitindo a história dessas nações. Assim, são comuns as cartografias da época descreverem os povos originários do “sertão” genericamente como tapuias. Vejamos:

---

<sup>32</sup>NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etnico-histórico. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

## IMAGEM 01 – CARTOGRAFIA DO SÉCULO XVIII DE BAPTIST HOMANN



Fonte: (HOMANN, 1704)<sup>33</sup>

Observamos no mapa acima de Homann (1704) que toda parte colorida se referia ao litoral já tão conhecido pelos portugueses, devido a implementação do *plantation* da cana-de-açúcar e o uso o trabalho escravo, mais ao interior, onde há o aparecimento do etnônimo “tapuia”<sup>34</sup> era referido como “sertão”, até aquele momento desconhecido ou pouco explorado pelos colonizadores. Assim, constatamos que no mapa há a tentativa de homogeneizar todas as nações existentes no interior brasileiro naquele período. Homann (1704) não foi o único viajante a descrever o território e seus povos e a homogeneizá-los, abaixo verificamos o mapa de Antoine François Prévost<sup>35</sup>:

<sup>33</sup>Recorte de mapa retirado do exemplar de Johann Baptist Homann. HOMANN, Johann Baptist. Portugalliae et Algarbiae cum finitimis Hispaniae Regnis: Castiliae, Legionis, Andalusiae. Biblioteca Nacional de Portugal, 1664-1724. Disponível em: < <http://purl.pt/912>>. Acesso em 20 de abril de 2019.

<sup>34</sup>Nome dado pelo europeu às nações dos “sertões” que se diferenciavam em língua e cultura da nação tupi do litoral. Ainda o termo tapuia tem um sentido genérico para os portugueses como sendo povos bárbaros, selvagens. KRAISCH. 2008.

<sup>35</sup>PRÉVOST, A. F. Carte du Bresil, prem. partie, depuis la Riviere des Amazones jusqua la Baye de Tous les Saints, pour servir à l'Histoire Generale des Voyages. Biblioteca Nacional de Portugal, 1757. Disponível em: <<http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/306/306.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

## IMAGEM 02 - MAPA DE ANTOINE FRANÇOIS PRÉVOST



Fonte: (PRÉVOST, 1757).

Conforme demarcado, Prévost (1757) também teve interesse em indicar na sua cartografia os povos originários do interior genericamente como “tapuias”. Não por acaso isso foi feito, a identificação desses povos demonstrava que o colonizador no interior teria enfrentamentos para a conquista. Assim, através da cartografia do século XVI e XVIII, percebe-se o teor do desconhecimento dos “sertões” como um todo. Os cronistas ajudaram a construir o estereótipo das nações que viviam nesse local e que serviu de justificativa para a conquista e a formação subsequente do latifúndio.

Vários escritos coloniais já mencionavam a existência dessas nações que tanto compunham o litoral quanto o território dito como “sertão” da Capitania da Parahyba. Autores como Herckmans (1886)<sup>36</sup>, Joffily (1977)<sup>37</sup> e Medeiros (1915)<sup>38</sup> relatam apenas a existência de duas nações na capitania da Parahyba: a Tupi no litoral; e a Cariry no interior da Capitania. Vejamos o que coloca Medeiros na Revista do Instituto Histórico e Geográfica de São Paulo:

<sup>36</sup>Herckman, Elias. Descrição geral da Capitania da Parahyba. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, Recife, Tomo V, n. 31, 1886.

<sup>37</sup>JOFFILY, Irineu. Notas sobre a Parahyba. 2. ed. Brasília-DF: Thesaurus, 1977.

<sup>38</sup>MEDEIROS. J. B. Coriolano de. PARAHYBA. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfica de São Paulo. Typographia do Diário Oficial. São Paulo, 1915.

Duas raças distintas habitavam a Parahyba na época da conquista: a dos tupis e a dos carirys. A primeira habitando a região compreendida entre o littoral e o brejo, e subdividida em duas tribus a dos tabajaras ocupando os terrenos ao S. do rio Parahyba, e a dos potiguaras ao N. (...) Os carirys ocupavam todo o planalto da Borborema e o alto sertão, subdividindo-se em muitas tribus como a dos sucúrús, que habitava os actuaes municípios de S. João do Cariry, Soledade, Teixeira, Taperoá e Alagôa do Monteiro; a dos panatis, areás e pegas que ocupavam Pinharas, Sabugy e alto Piranhas: os payacús a serra do Cuitê e Picuhy; a dos curemas o Piancó e a dos icós e icosinho os actuaes municípios de Souza, Cajazeiras, etc. (MEDEIROS, 1918, p. 85).

É importante constatar que as ações colonizadoras serviram para além da tomada de terras dos povos originários, auxiliando também para a extinção das diversas identidades desses povos, em um primeiro momento tentando homogeneizar todas essas categorias, enquadrando em uma dimensão histórica eurocêntrica, inclusive os categorizando-as como se estivessem na “pedra polida”. Posteriormente a extinção também se deu de forma violenta, através do genocídio dos povos e por meio da catequização na tentativa de enquadrar os sobreviventes na cultura europeia.

No tocante a Capitania da Parahyba, predominava em todo litoral a nação Tupi que, por sua vez, se subdividia em duas tribos, a potiguara ao norte e a tabajara ao sul. Ainda existiam duas outras grandes nações que se encontravam nos ditos sertões da capitania que eram os Carirys e os Tarairius, que, muitas vezes, ambas foram categorizadas como sendo da grande nação Tapuia. Ao analisarmos a obra de Tavares (1982), que compila as sesmarias referentes ao que hoje é o Estado da Paraíba, identificamos a recorrência ao termo “tapuia” para designar alguns povos nativos do seu “sertão”. A seguir apresentamos um exemplo:

Nº 23 EM 11 DE MAIO DE 1701

Diogo Pereira da Silva, Domingos Fernandes de Souza, e Antonio Lopes de Figueirêdo dizem que pelas ilhargas da data do Reverendo Antonio de Viveiros e seus companheiros, que **pedirão do rio Seridó do norte para o sul descobrirão um riacho, a que o gentio tapuia chama— Quincú** estava um porço do mesmo nome pela parte direita da data do Reverendo Vigário, correndo também do norte para o sul **e o tapuia vendo-se com mais povoação ficaria mais domestico e elles supplicantes descobrirão á sua custa as ditas terras e tinhão gados e escravos para as cultivar (...)** (TAVARES, 1982, p. 44) (Grifos nossos).

Percebemos que no requerimento de sesmarias acima o suplicante, além de descrever o território que está solicitando, indaga que há no dito local um “gentio”, fazendo referência ao povo nativo daquele território. O requerente ainda justifica seu pedido de aquisição dizendo que pretendia domesticar e escravizar esses habitantes locais para o cultivo das ditas terras.

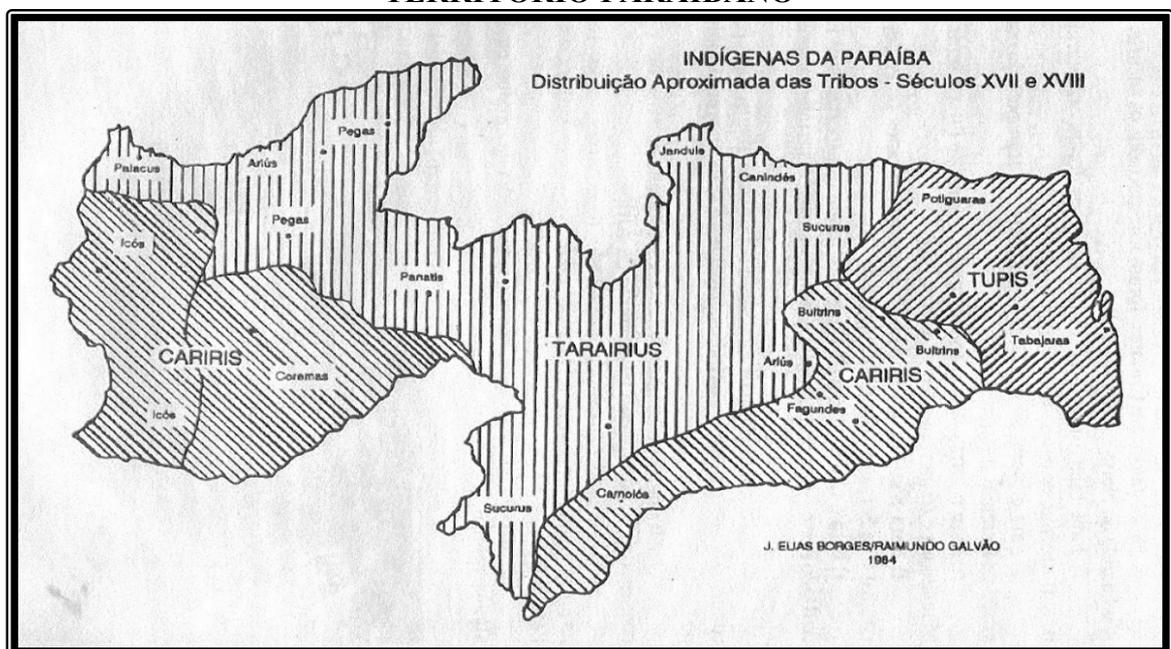
Contudo, a historiografia nos últimos anos vem modificando vários pontos com relação aos povos originários do Brasil e, particularmente, da Paraíba, através de novas metodologias

de abordagens de fontes. Exemplo a se considerar é do pesquisador Barbosa (2000), que analisa os povos originários da Paraíba utilizando dessa nova perspectiva:

Na Paraíba havia, no mínimo, três grupos indígenas diferentes. Os tupis, que habitavam o litoral, e eram divididos em potiguaras, ao norte do Paraíba e os tabajaras, ao sul do Paraíba. Os tabajaras vieram do São Francisco, da região de Sergipe. Mas havia um terceiro grupo, que era tido como cariri. Era o grupo dos tarairiús (...) (BARBOSA, 2000, p. 135).

Percebemos, portanto, que a historiografia tradicional colocava a nação Tarairiús como se fosse uma tribo da nação Cariri, contudo, era uma nação com língua e costumes diferentes da nação Cariri, assim como diz Barbosa (2000) ao afirmar os Tarairiús como terceiro grupo confundido como se fosse da nação Cariri. Assim, de acordo com essa nova historiografia indígena, podemos afirmar que, adentrando ao interior da capitania da Parahyba, encontrávamos não apenas uma nação, a Cariry, mas duas grandes nações coexistentes, os Cariry<sup>39</sup> e os Tarairiús<sup>40</sup>, cada qual era composta por mais tantas outras tribos.

### IMAGEM 03 – DISTRIBUIÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS E SUAS TRIBOS NO TERRITÓRIO PARAIBANO



Fonte: (BARBOSA, 2000).

<sup>39</sup>A nação dos Cariris apresentava as seguintes tribos: Janduí, Ariús, Pegas, Panatis, Sucurus, Paiaçus, Canidés, Genipapos, Cavalcantis e Vidais. Viviam nas regiões secas do Sertão, do Curimataú e do Seridó juntos aos rios temporários de Piranhas (Pombal e Catolé do Rocha), de Pinharas (Patos), de Sabugi (Santa Luzia), de Curimataú (Cuité e Bananeiras). Cf. Barbosa, 1993.

<sup>40</sup>A nação dos Tarairiús apresentava as seguintes tribos: Chocós, Paratiós, Carnoiós, Bodopitás, Bultrins, Icós e Coremas. Viviam nas regiões secas do Sertão, do Cariri, juntos aos rios temporários de Rio do Peixe (Sousa), Rio Piancó (Conceição), Rio Paraíba (Monteiro, Cabaceiras e Boqueirão) e no Brejo (Fagundes e Pilar). Cf. Idem.

Importante destacar que, mesmo sendo as tribos classificadas como pertencentes a uma mesma nação, não significa dizer que esses povos eram homogêneos na sua cultura ou língua, mas eram multiplicidades idiomáticas e culturais que o invasor português e, posteriormente, uma historiografia tradicional elitista quis os colocar enquanto “bárbaros”, “incivilizados” ou fazendo parte de um grupo apenas. No olhar do invasor europeu, esses povos originários, por deterem características totalmente diferentes da cultura europeia, deveriam ser dizimados ou enquadrados nos costumes sociais e culturais do colonizador, muitas vezes através da catequização católica. Além disto, fatores econômicos estiveram intrinsecamente ligados ao genocídio dos povos originários e a espoliação de suas terras, como consequência, observamos, a resistência através das rebeliões indígenas por conta da tomada das terras.

Desta feita, as características dos povos nativos da Parahyba serviram para que os invasores portugueses justificassem que não detinham capacidade para possuírem as terras, pois, para os colonizadores, os povos nativos não fariam bom uso das mesmas, como era feito pela sociedade europeia da época, através de uma economia mercantilista e exploratória dos bens materiais e, posteriormente, no século XVIII, nos moldes de uma sociedade capitalista através da exploração dos meios de produção e do trabalho e acumulação de capital<sup>41</sup>. Isto é, a cultura “indígena”, de não exploração das terras, da fauna e da flora, não era determinada pela estrutura social do invasor e, por isso, deveria ser extirpada.

---

<sup>41</sup>Observamos que a legislação irá construir a figura do índio como incapaz de gerir seus atos, estratégia dos legisladores para que os povos originários não consigam possuir terras. Verificamos isto no Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN), que foi criado pelo Decreto-Lei nº 8072/1910. A SPI/ILTN inaugura uma política higienista na República brasileira, vale salientar que o decreto legisla também pelos “trabalhadores nacionais”, e não apenas voltado aos povos originários. Em todo o corpo da lei a mesma tenta “civilizar”, padronizar as categorias. Ver em BRASIL. Decreto nº 8072, de 20 de junho de 1910. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, RJ, 24 jun. 1910. Em 1918 o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais através do Decreto-Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918. Porém, mesmo com a separação, continuava o objetivo da integração pacífica dos “índios” aos costumes da “civilização” baseada na atuação do órgão. Ver em BRASIL. Decreto nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918. Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, RJ, 08 de janeiro 1918. Analisamos que essa política de administração dos “índios” adotada pela SPI através da União foi legalizada no Código Civil de 1916, Lei nº 5.484 de 27 de junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI, isto é, o “índio” seria sujeito incapaz de gerir seus atos, atuar como polo passivo, e, a grosso modo, não seria tido como sujeito de direito gozando de amplos poderes. Observamos que os únicos “índios” que eram tido como possuidores de capacidade eram aqueles que teoricamente estavam inseridos nos centros agrícolas, isto porque, na cabeça do legislador da época, o “indígena” uma vez integrado ao padrão dito como civilizado ele adquiria a personalidade jurídica e assim era capaz de gerir seus atos. Verificamos aqui que o “índio” ao ser tutelado pela União, através de um órgão no século XX, perpassa toda a questão histórica como ser incivilizado, que não pode gerir sua própria vida e que outrem deve ocupar piedosamente esse lugar de “salvação” quase como os jesuítas faziam na catequização “indígena” no período colonial. Assim, quem dita o “indígena” capaz ou incapaz é a própria legislação da época, aqueles que conseguiram se integrar no padrão ditado pela lei, era “civilizado”, os que não seguiam o aparato normativo seguiam com a pachorra de “incivilizado”, não integrado e por isso tinha que ser tutelado pelo órgão, pois seria incapaz de responder por si.

E se no litoral os povos originários eram tidos como “dóceis”, adentrando ao interior da Capitania da Parahyba eram considerados como “selvagens”, “bravios”. Examinamos que todos esses adjetivos pejorativos dados aos nativos pelos invasores eram devido à resistência. Os povos originários que viviam nos “sertões” não admitiam, de certa maneira, a retirada de suas terras ou a imposição da cultura de outro povo à sua.

Além disto, também encontramos que a dizimação desses povos originários dos “sertões” da Capitania da Parahyba era algo que trazia uma espécie de honra para o dito “desbravador”, assim servindo, também, de justificativa para o requerimento da sesmaria à Coroa portuguesa. Vejamos o relato de uma sesmaria:

Nº 37 EM 8 DE JANEIRO DE 1704

João de Andrade, sargento-mór, residente nesta a capitania, diz que não tendo terra, onde situar os seus gados, e ora se acha na ribeira das *Piranhas* um riacho fronteiro da serra do *Patú*, o qual corre para o nascente com poços d’agua, **aos quaes chama o gentio— *Ocuã-Copy-e Fery*, tudo devoluto, e porque elle o quer aproveitar, ainda que com risco do gentio bravo (...)** (TAVARES, 1982, p. 51). (Grifos nossos)

Na carta de sesmaria acima vemos que o invasor demonstra a pretensão de possuir as terras para criação de gado, assim, tratava-se de uma justificativa econômica de colonização do interior da capitania o que era comum e necessário a exploração de terras no interior para essa finalidade e para acumulação de capital no período tendo em vista que se buscava um substituto para a lavoura de cana-de-açúcar que sofria com a diminuição na demanda. Vale salientar que os povos originários já estavam presentes nas terras brasileiras muito antes das invasões portuguesas no território e foram utilizados como mão de obra escravizada para a retirada do pau-brasil e para a retirada da cana-de-açúcar. Os registros de sesmaria utilizavam como justificativa que as terras eram “devolutas”, isto é, terras que teoricamente não pertenciam a ninguém e, por isso, colonizáveis, mesmo fazendo referência a existência “indígena”, contudo, este sujeito não era considerado como pessoa na época e, por fim, revela que seu ato é de “bravura”, uma vez que pretende colonizar àquela região onde se encontra os povos nativos ditos “bravos”.

Como já foi mencionado anteriormente, para construção do latifúndio no Brasil e, neste estudo, na Paraíba, a exegese foram as Capitânicas Hereditárias e sua continuidade as sesmarias. Mas, para que isso pudesse ocorrer foi necessária a dizimação dos povos originários, através de sua morte física ou pela morte cultural ao introjectarem neles os costumes do invasor. Assim, a catequização católica foi necessária para “domesticar” esses povos. Lembremos que os mesmos não eram tidos como pessoas pelos portugueses e, por isso, não poderiam deter terras. Contudo,

para toda regra há exceção. Vejamos a concessão de sesmaria abaixo trazida por Tavares (1982):

Nº 7 EM 19 DE DEZEMBRO DE 1614

Os índios da Aldeia da Jacoca situada nesta capitania em virtude de um despacho do governador passado a instancia deles suplicantes lhes foi limitados pelos officiaes da Camara desta cidade para suas lavouras toda a terra que se continha da barra do Gramame da banda do sul correndo para cima do rio Jacoca até dar caminho que hia da dita Aldeia para Tibiri e dahi correndo rumo direito ao rio Sabauna e dahi a barra do rio Abiai ficando-lhe toda a dita terra por costa e sertão da barra e porque a queriam ter por carta, para com isso **não terem mais diferença com os brancos e conservarem sua Aldeia pediam que visto o despacho do Sr. Governador e deligencia que de sua parte se fizera pelos diitos officiaes da Camara desta cidade, lhes desse de sesmaria**, mandando passar-lhes carta desse sua posse por devolutas e desaproveitadas atento **que foram os conquistadores dela nos tempos das guerras com os *petiguaras*, ajudando sempre os brancos a conquista e povoação desta capitania** e avendo alguns brancos que nelas de pouco tempo a esta parte estivessem com pretensão de posse e adquirido direito despejassem visto o mito e serviço que era de S.M. e bem desta capitania, visto, outro sim, não serem terras capazes de engenho e só servirem para mantimentos e conservação da dita Aldeia. Foi feita a concessão no governo de João Rabello de Lima. (TAVARES, 1982, p. 36) (Grifos nossos)

Na obra de Tavares (1982) verificamos quatro sesmarias requeridas por povos originários: a de Nº 7, de 19 de dezembro de 1614, pelos indígenas da Aldeia da Jacoca; a de Nº 115, de 24 de março de 1714, requeridas pelos povos Carirys; a de Nº 155, de 4 de agosto de 1718, requeridas pelos povos Sucurus; e a de Nº 254, de 12 de janeiro de 1738, cujos suplicantes eram os povos Pegas. Contudo, apesar de serem requerentes dentro das cartas sesmarias, esses povos necessitavam de um representante legal, seja o capitão-mor daquela região, seja os oficiais da Câmara pelos quais eles suplicavam as sesmarias, fato que os mesmos por si só não poderiam requerer sem ter alguém que os representasse nos pedidos de suplicas de sesmarias à Coroa portuguesa.

É de se observar que os povos originários só puderam fazer o requerimento da supramencionada sesmaria, porque já tinham passado por um processo de contato com o invasor europeu, muitas vezes através da catequização e, por isso, conviviam “harmoniosamente” com ou trabalhavam a serviço dos europeus, ajudando nas guerras e nas conquistas de terras, fazendo alianças para evitar que outros povos europeus e até mesmos originários não se apropriassem daqueles territórios já conquistados. Tanto que na sesmaria acima descrita, quem transcreveu o pedido fez questão de frisar que os mesmos não tinham mais diferença com o homem branco, isto é, com os colonizadores e que os “indígenas”, ora requerentes, já tinham ajudado na conquista. Analisamos que, com o tempo, esses povos nativos foram perdendo sua cultura e introjetando a cultura do colonizador. Observamos isso nos próprios pedidos de sesmarias que,

com o passar dos anos, quase não se verifica mencionar o contato dos colonizadores com os povos originários. Supomos que isso foi em razão da dizimação do povo nativo ou mesmo da sua incorporação à cultura do colonizador, restando apenas como resquícios dos povos originários os nomes de algumas vilas, relevos ou até através da nossa cultura material como em alguns alimentos, objetos, entre outros, e em nossa cultura imaterial como já mencionado na língua, palavras da topografia da região, dança, etc.

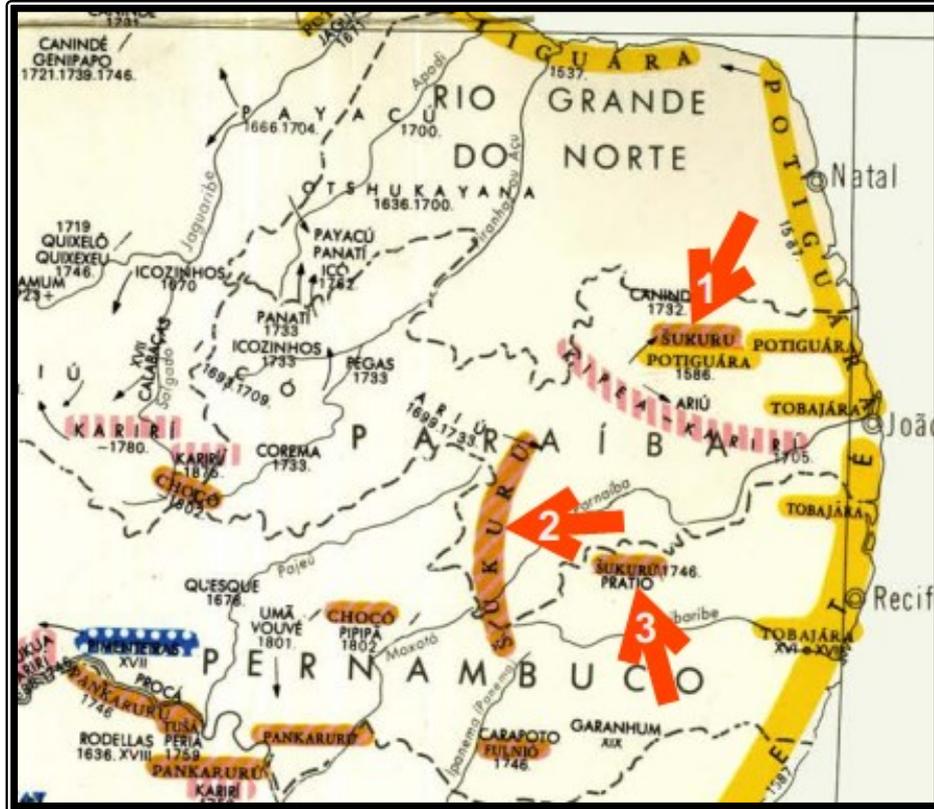
A área que hoje conhecemos como Cariri paraibano fazia parte do grande “sertão” desconhecido e repleto por “gentios bravios”, segundo relatos dos invasores portugueses. Na escassa historiografia sobre município de São Thomé (Sumé), registra-se que a ocupação do território começou no ano de 1762, com a chegada do colono Manuel Tavares Baía que construiu sua fazenda de gados nas terras ocupadas pelos povos originários pertencentes a tribo sucurus/xucurus/xukurus da nação Tarairiús. Contudo, a presente seção vai trabalhar com os verdadeiros ocupantes do território de São Thomé, ou seja, com os habitantes nativos da região que utilizavam o nome Sumé devido a ser uma divindade mitológica narrada pelos povos sucurus e repassado através da história oral através dos habitantes locais. A documentação sobre o povoamento da região de Sumé pelos povos originários é escassa. Existe um almanaque construído por habitantes locais e amplamente divulgado nas escolas municipais que foi elaborado a partir de relatos através do senso comum local. Vejamos como esse povo é apresentado nesse material paradidático:

Misteriosamente, chegou entre os índios Tupis, um homem branco de cabelos longos e alvos, como flocos de algodão. Tinha olhos azuis da cor do céu, cintilantes, provocando reflexo sobre a barba limpa, abundante. (...) Sumé descreveu para os indígenas os castigos a que seriam submetidos se continuassem a formar mais de uma família, se continuassem a poligamia e provocassem a antropofagia. Os índios ficaram enfurecidos contra seu deus, que proibia seus gostos, seus rituais, suas comemorações. Sumé respondeu-lhe num gesto: será dividida a grande nação Tupi; homens de outras terras os tornarão escravos. Suas terras serão tomadas em grandes guerras. Suas famílias abatidas. Suas mulheres serão castigadas. Sobreviverão aqueles que procuraram o nascer do sol. (ALMANAQUE DE SUMÉ, 2011, p, 09).

A passagem acima foi retirada do “ALMANAQUE DE SUMÉ: Lenda e história de um povo caririzeiro” é um livro distribuído nas escolas do município de Sumé. Os relatos acima apresentam os costumes dos Sucurus de maneira estereotipada, cujo deus se assemelha com os traços físicos do europeu. O almanaque é repleto de outros fatos equivocados como, por exemplo, chamar os Sucurus de Tupis e construir uma história lendária muito próxima a uma versão bíblica, indo de encontro com os costumes dos povos originários, levando ao leitor a pensar na história do povo sucuru erroneamente.

Mas, para iniciarmos uma análise sobre os xucurus, examinaremos os indícios da existência desse povo através de algumas fontes. Inicialmente analisemos o mapa etno-histórico, vejamos:

#### IMAGEM 04 – DOS POVOS SUCURUS NO PERÍODO COLONIAL



Fonte: (NIMUENDAJU, 2002).

As três setas indicam a presença dos povos Sucurus e seus movimentos. A primeira seta (1) indica localização da existência de uma tribo sucuru localizada na microrregião do Agreste paraibano (atual município de Bananeiras); a segunda seta (2) aponta presença de povo sucuru onde fica localizado o Cariri ocidental (que engloba o atual território de Sumé), atravessando para o território de Pernambuco; e, por fim, a terceira seta (3) assinala a existência desse povo nas terras pernambucana do atual município de Pesqueira. Esses três pontos da presença do povo Sucuru pode ter se dado devido as movimentações que podem ter ocorrido através tanto de um processo migratório espontâneo da própria tribo, como afirma Borges (2000) ao dizer que os Sucurus eram uma tribo da grande nação Tarairiús que tinha como uma de suas principais características o nomadismo. A segunda hipótese é a de que essa migração tenha se verificado por meio da política de aldeamento que foi muito usual no período da conquista e colonização

portuguesa na Capitania da Parahyba<sup>42</sup>, ao que parece ter ocorrido com essa tribo no que corresponde a seta “03”, cuja datação existente (1746) parece indicar o ano em que aquela política de aldeamento trazida pelos invasores foi implementada nessa tribo.

Outros importantes documentos que vão comprovar a existência da tribo Sucuru são justamente as próprias cartas de sesmarias. Como já mencionado, após as invasões portuguesas os povos originários foram expropriados de suas terras não podendo requerê-las diretamente a Coroa portuguesa através de sesmarias, pois eram impedidos de serem possuidores das terras, muito menos detentores de gerir suas próprias vidas. Contudo, em Tavares (1982) encontramos um pedido de terras pelos Sucurus:

Nº 155 em 4 de Agosto de 1718

**Os índios Sucurús, representados por seo capitão-mor Sebastião da Silva, dizem que por ordem do meu antecessor vieram com sua aldeia para esta capitania a defender e reparar os assaltos que davão os Tapuias barbaros levantados**, em que faziam grande estrago e se situaram na serra *Bôa Vista*, no olho d’agua, **aonde estavam assistindo de baixo de missão**; e como para sua assistência era mais conveniente para defensão desta capitania a dita paragem, por estar nas cabeceiras do districto della, como era entre o *Curimataú o Araçagy*, por onde entra vão os Tapuias levantados a fazer o maior damno nesta capitania—requerirão uma legoa de terra em quadro fazendo peão no *Olho d’agua-do meio*—correndo delle do norte para o sul e do sul para o norte e do leste para oeste e do oeste para leste por devolutas para que podesse elle supplicante com sua aldeia viver e plantar suas lavouras para se sustentarem. **Fez-se a concessão com a clausula de não poder ser alheada a terra e ficar devoluta no caso de mudança da aldeia**, uma legoa em quadro no governo de Antonio Velho Coelho. (TAVARES, 1982, p. 10).

Aqui se percebe que o sesmeiro é a própria tribo Sucuru, mas, apesar desse povo requerer as terras por sesmarias, verificamos que eles necessitavam de um representante legal para esse pedido (seu capitão-mor Sebastião da Silva), ou seja, a tribo não podia por si só requerê-la, alguém ligado a Coroa portuguesa teria que validar o pedido. Além disto, esse documento traz indícios de que esses Sucurus estavam passando por um processo de catequização. Vejamos o trecho que fala que os povos Sucuru “(...) situaram na serra Bôa Vista, no olho d’agua, aonde estavam assistindo de baixo de missão (...)” (TAVARES, 1982, p. 10). Para além do processo de catequização que o povo indígena passara, é importante frisar que a fixação no local desses Sucurus por meio de carta de sesmaria era estratégico, tendo em vista que a sesmaria requerida, dentre outras coisas, serviria como forma de aldeamento e vigilância

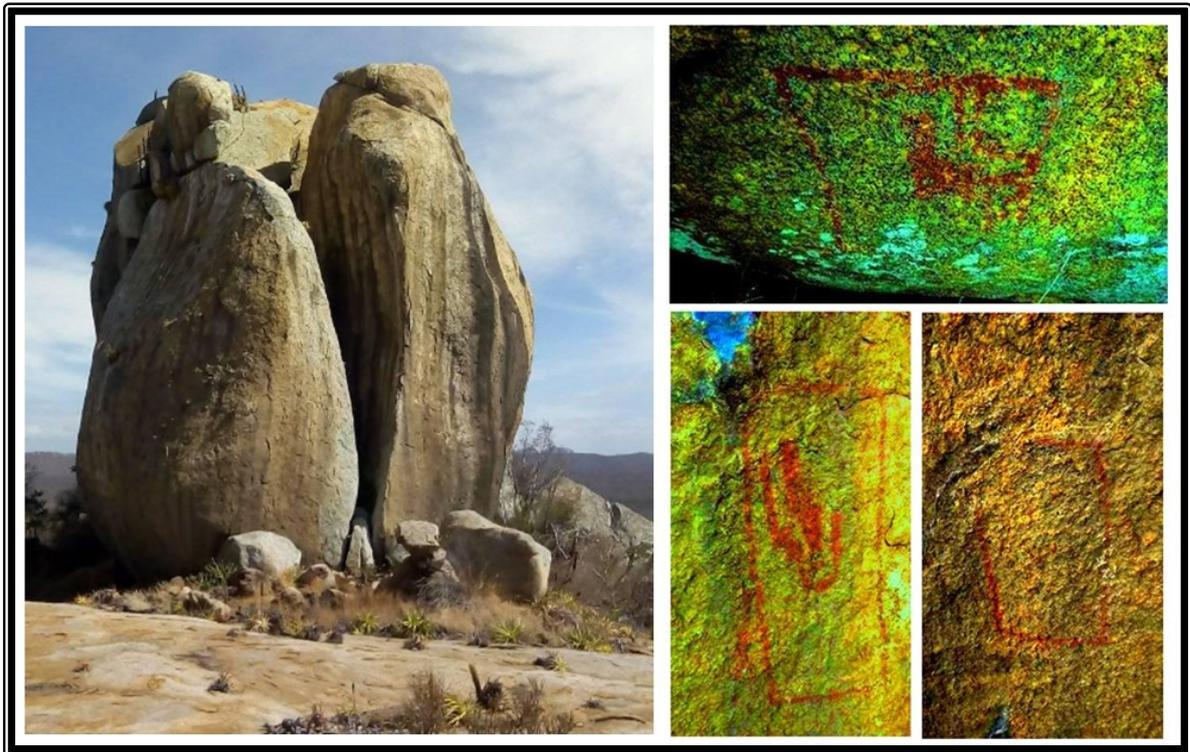
<sup>42</sup>Segundo Borges (2000) os Sucurus foram trazidos do que hoje é o município de Bananeira e foram aldeados na região de Monteiro em 1662, o mesmo comenta “(...) os sucurus, em Bananeiras, Cuité, rios do Curimataú e Trairi, posteriormente, em 1662, na região de Monteiro;” (BORGES, 2000, p. 140) o autor continua dizendo que começou a haver mudanças das localizações dos povos originários na época do Marquês de Pombal “(...) Para Alhandra, foram transferidos os paiacús do Apodi; para Bananeiras foram transferidos os canindés, onde já estavam os sucurus; (...)” (BORGES, 2000, p. 141).

em nome da Coroa portuguesa contra as invasões estrangeiras e de povos originários não catequisados (“bravos”). Assim, a concessão de terras evitaria a perda das já requeridas e de outras que os portugueses pretendiam colonizar. Tanto que no mesmo pedido se diz que os nativos “(...) vieram com sua aldeia para esta capitania a defender e reparar os assaltos que davão os Tapuias barbaros levantados (...)” (TAVARES, 1982, p. 10), ou seja, é possível que essa tribo de sucurus já vinha migrando de outros lugares para se fixar nesse território requerido por sesmaria. A justificativa dita pelos requerentes também revela a importância militar que os mesmos tinham para com os portugueses, o que revela como alguns povos originários conseguiam se inserir na ordem colonial.

É de se observar, ainda, que o pedido de sesmaria contém uma cláusula específica em que as terras que estavam servindo de aldeamento para os Sucurus não podiam se tornar devolutas ou vendidas (alheias), isto é, os Sucurus não eram donos das terras de fato e a figura do representante (seu capitão-mor Sebastião da Silva) é justamente a pessoa que vai gerir todos os atos daqueles que são ditos como incapazes de sozinhos proverem suas vidas. Assim, o representante dos Sucurus nesse requerimento de sesmaria, era o real dono daquela terra requerida.

Outras fontes de grande relevância para comprovação da existência de povos originários no território sumeense são as pinturas rupestres existentes no município de Sumé. Dentre os sítios arqueológicos, destacamos o da Pedra Comprida:

### IMAGEM 05 – PINTURAS RUPESTRES NA PEDRA COMPRIDA: INDÍCIOS DOS POVOS SUCURUS



Fonte: Acervo particular Francisco Adriano Costa Moura, 2019.<sup>43</sup>

A obra de Almeida (1979) já traz informações dessas pinturas rupestres e outras mais existentes no território de Sumé. A autora coloca ainda as pinturas rupestre existentes no Sítio Balaço, que pertenceu a Sumé e que hoje pertence a Serra Branca, e faz menção as gravuras localizadas no Sítio Olha D'Água do Padre, que pertenceu a Sumé e hoje também pertence a Serra Branca. No que concerne a pintura rupestre da imagem acima a autora diz que a mesma se encontra na Fazenda Pedra Comprida e que na época pertencia a Sílvio Braz. Almeida (1979) classifica como pintura esses indícios dos povos sucurus, tendo em vista que:

A grande maioria dos desenhos é abstrata, o objeto não sendo representado tal como é visto ou encontrado na realidade, mas esquematicamente ou simplificada. (...) Muito do abstracionismo da região é expresso por símbolos geométricos como o quadrado o círculo, o triângulo, o losango e outros. (ALMEIDA, 1979, p. 39).

Ao analisarmos as sesmarias correspondentes ao território do Cariri paraibano, e especificamente ao do atual município de Sumé, constatamos que há poucas indicações sobre a existência dos povos nativos dessa região, porém podemos afirmar a sua existência em todo

<sup>43</sup>Devido a degradação das pinturas rupestres da Pedra Comprida, a imagem foi editada para que as imagens ficassem mais nítidas. Ver acervo particular Francisco Adriano Costa Moura, disponível em: <[https://www.facebook.com/messenger\\_media?thread\\_id=100006468384459&attachment\\_id=170307447746035&message\\_id=mid.%24cAAAAB4xK2rp4akw821yOQbwgaTI\\_>](https://www.facebook.com/messenger_media?thread_id=100006468384459&attachment_id=170307447746035&message_id=mid.%24cAAAAB4xK2rp4akw821yOQbwgaTI_>): acesso em 21 de maio de 2020.

território devido pelo próprio nome dado aos rios, riachos e poços, locais que remetem a língua dos povos originários, pelas pinturas rupestres existentes, pelas fontes sesmarias etc.

Atualmente os poucos relatos sobre os povos sucurus ocorrem devido ao processo histórico dessa sociedade após a colonização do interior da Paraíba que fez quase que desaparecer sua existência local. Isso devido ao etnocídio sofrido por esses povos, ou porque eles tiveram que migrar para outro território fugindo das invasões portuguesas, ou ainda devido a catequização que fez com que esses povos introjetassem a cultura do colonizador e fossem perdendo a sua com o passar do tempo. O fato é que a cultura dos Sucurus foi desaparecendo, sendo reduzida aos pouquíssimos resquícios.

### **2.3 Colonização do Interior da Capitania da Parahyba: a formação de dois grandes latifúndios**

As entradas<sup>44</sup> dos colonos portugueses que dizimaram a população “indígena” no interior da Capitania da Parahyba aconteceram a partir de vários pontos de confluências. No decorrer das entradas, os invasores foram dizimando e aldeando a população nativa para formação de grandes extensões de terras ditas devolutas que seriam requeridas ao rei de Portugal por meio das sesmarias, como já dito.

Percebemos que a ocupação portuguesa na Capitania vai ser quase totalmente restrita ao seu litoral durante os séculos XVI e XVII. Porém, com a expulsão holandesa em 1654<sup>45</sup> e a consequente crise da exportação de açúcar, houve uma intensificação na interiorização da Capitania para legitimação do controle português na formação latifundiária e exploração das terras. Nesse sentido, os cronistas da época tiveram um papel fundamental em auxiliar na legitimação da interiorização, construindo o perfil do colonizador de forma a justificar o controle e concentração das terras. Assim, eles colocaram os colonizadores como

---

<sup>44</sup>As entradas eram espécies de expedições para reconhecimento e conquista territorial do interior das capitanias, no Sul eram chamados de bandeiras e seus expedidores de bandeirantes. No caso da Paraíba, os documentos encontrados dão também o nome de “bandeiras”, mas o mais comum encontrado para essas espécies de expedições é o nome de “entradas” e os expedidores “entradistas”. Seixas (2000) relata que as entradas tinham uma dimensão de expansão colonizadora e serviam para alargar e fixar as fronteiras da Paraíba na época, desde a Capital até o extremo oeste da mesma.

<sup>45</sup>Em 1625, ocorreu a primeira incursão holandesa no território paraibano em que data de 1634 quando os holandeses conquistaram a Capitania da Parahyba que tratou de mudar o nome da capital de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (em homenagem ao rei Felipe) para Frederica (em homenagem ao rei da Holanda Frederico Henrique). Em 1645, começaram a ficarem mais acirradas as insurreições contra os holandeses, inicialmente são derrotados nas terras pernambucanas, fato este que influenciou na derrota dos mesmos na capitania da Parahyba. SILVEIRA, 1999, p. 23-26.

desbravadores, homogeneizaram os povos originários, classificando-os como um povo único, os tapuias, e uniformizaram o espaço geográfico desconhecido de conquista enquanto “sertões”.

É importante frisar que atualmente a Paraíba é classificada geograficamente através de mesorregiões: Zona da Mata, Agreste, Borborema e Sertão. O que entendemos hoje enquanto Zona da Mata foi considerada no período colonial como litoral, povoado a partir da atividade econômica açucareira. Já o que nessa época entendia-se como “sertão” da Parahyba, no momento da interiorização, vai compreender atualmente toda a parte que engloba as mesorregiões paraibanas: Agreste, Borborema e Sertão. Vejamos:

### MAPA 01 – MESORREGIÕES DO ESTADO DA PARAÍBA



Fonte: Baixa Mapas Mesorregiões do Estado da Paraíba<sup>46</sup>

Cada mesorregião está dividida em outras partes menores, no caso a mesorregião da Borborema está subdividida em mais quatro microrregiões, quais sejam: Seridó Ocidental e Oriental; e Cariri Ocidental e Oriental. Em se tratando no município de Sumé, ele está situado na microrregião do Cariri Ocidental que, por sua vez, está contido na mesorregião da Borborema.

As divisões em mesorregiões ou microrregiões não existiam no período da colonização, contudo suas diferenciações em termos de clima, vegetação, relevo e povos já estavam

<sup>46</sup> MESORREGIÕES DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: < <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-paraiba-mesorregioes/> >: Acesso em 23 de maio de 2019.

presentes até em número e uma diversidade ainda maior, porém, os colonizadores homogeneizaram todo esse território como se fosse formado por uma única massa climática, pluviométrica e populacional.

E se no litoral prevalecia a economia da cana-de-açúcar para auxiliar na colonização, no dito “sertão” o invasor português implementou a criação de gado e cavalo, tanto que, como veremos mais adiante, é comum encontrarmos nas cartas de requerimentos de sesmarias a indicação das localizações das fazendas requeridas, muitas vezes, a partir de um lugar que possuía água para criação de gado e cavalo, assim como nos inventários e testamentos dos fazendeiros que sempre traz uma descrição do cabedal deixado pelos falecidos, principalmente no que se trata de gado, cavalo, bezerros, novilhas, potro, escravizados, etc., indicando os valores desses bens semoventes tendo em vista se tratar de atividade econômica de grande relevância no momento e substituta da cana-de-açúcar que sofria com a crise.

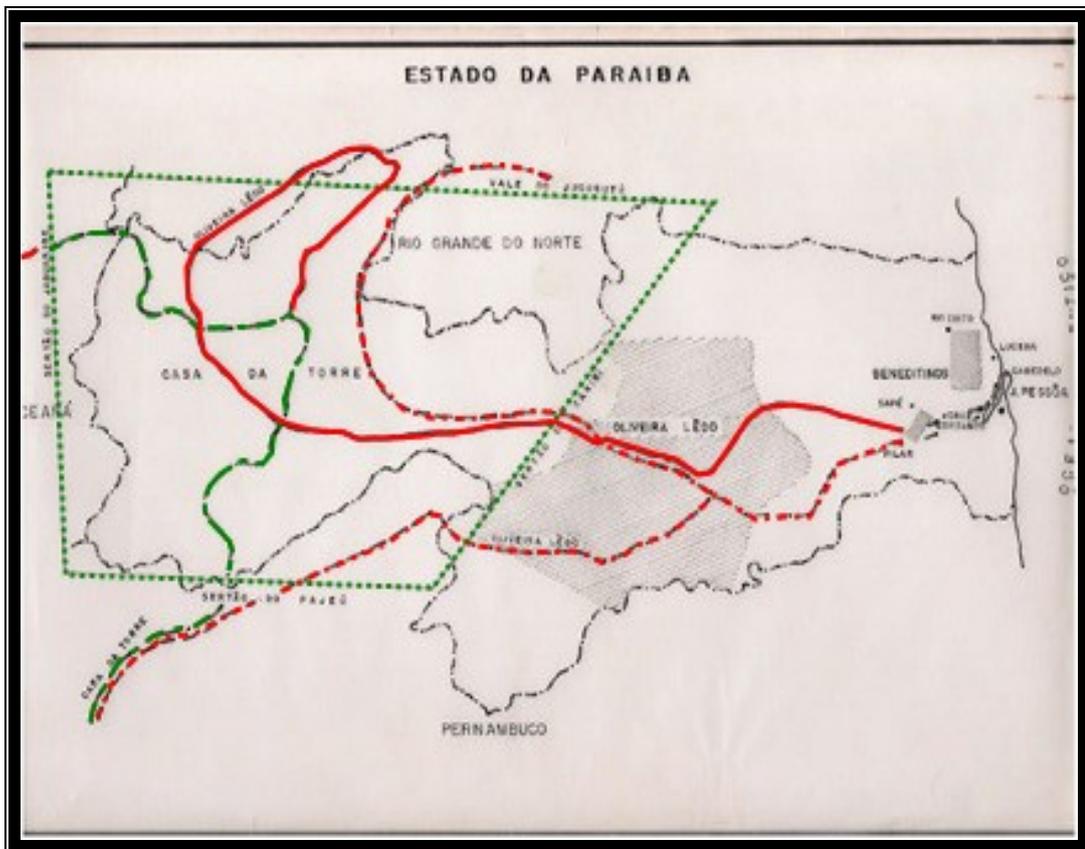
Como já mencionado anteriormente, a ocupação territorial do interior da Capitania da Parahyba se inscreve no contexto em que a Coroa portuguesa se vê motivada a colonizar o interior devido as invasões de outras nações estrangeiras, bem como provocada também pelas narrativas de um possível encontro de materiais preciosos nos “sertões”, mas essas atrações estavam atrepidas a um interesse maior que era econômico, pois ela necessitava intensificar a interiorização devido ao declínio das exportações açucareiras. Assim, a criação de gado no interior da Capitania serviria para auxiliar na acumulação de riquezas para a Coroa portuguesa. Para isso, essas entradas teriam que ir conjuntamente com os jesuítas que deveriam catequizar os povos originários na tentativa de “domesticação” para a conquista de terras e sua ocupação por meio das sesmarias.

Apesar de uma concepção historiográfica firmar que as invasões portuguesas no interior do Brasil partiram do litoral para o sertão, constatamos que a interiorização da Capitania da Parahyba se deu a partir do próprio “sertão” nordestino. Muitos dos ditos “conquistadores” saíram da Bahia seguindo através do rio São Francisco, onde já tiveram contatos com os povos da nação Tarairiús:

Com a restauração do domínio português, na segunda metade do século XVII, é que, na verdade, começou a penetração para o interior paraibano. E a figura de sertanista que se impõe como o primeiro a pisar o semi-árido paraibano foi Antônio de Oliveira Ledo, o qual, procedente da Bahia, atravessou o São Francisco e, seguindo o curso do Moxotó, um dos principais afluentes desse rio da unidade nacional, entrou na Paraíba através do rio Sucuru e prosseguiu pelo rio Paraíba até atingir a região do Boqueirão. Ali fundou uma aldeia que recebeu este nome e se estabeleceu, dando os primeiros passos para o povoamento da região do Cariri Velho. (SEIXAS, 2000, p. 110).

Antônio de Oliveira Ledo acompanhou o rio Sucurú e atingiu o rio Paraíba, seguindo o curso deste onde, em 1665, requereu uma sesmaria (ALMEIDA, 1962) informando que já se encontrava estabelecido ali desde 1663. Essa sesmaria tinha trinta léguas de comprimento com doze léguas de largura, ao longo do rio da Paraíba, confrontando com as terras do governador André Vidal de Negreiros<sup>47</sup>. É possível ter uma dimensão espacial da localização dessa sesmaria a imagem que segue:

### IMAGEM 06 – SESMARIA DA FAMÍLIA OLIVEIRA LEDO AO LONGO DO RIO PARAÍBA



Fonte: Wilson Seixas 1973<sup>48</sup>

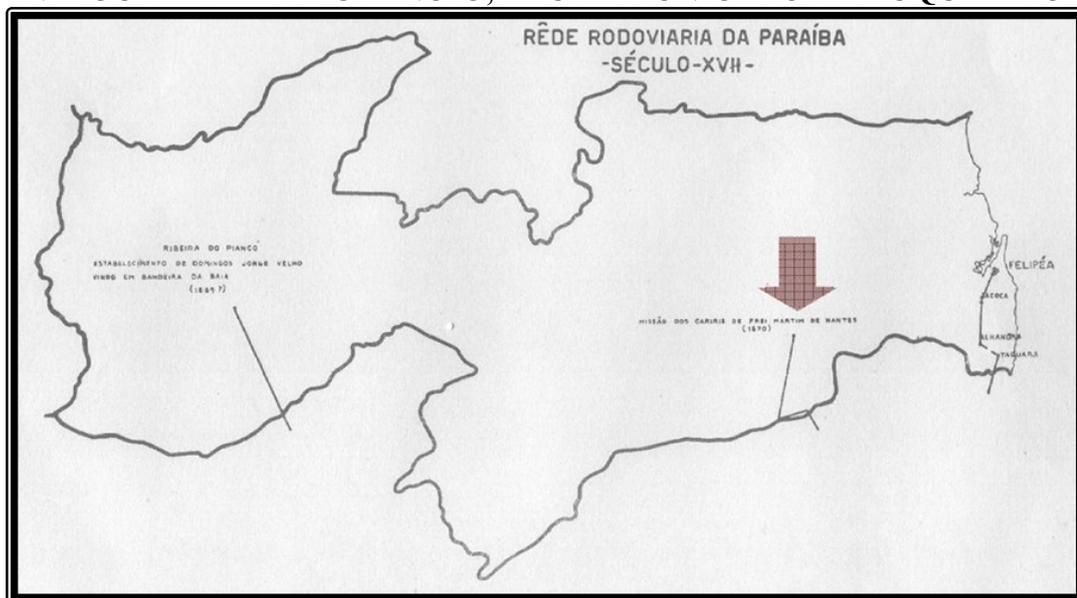
<sup>47</sup>Essa sesmaria foi requerida por Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo, Constantino de Oliveira Ledo, Francisco de Oliveira, Bárbara de Oliveira, Luís Albernaz, Maria Barbosa Barradas, Sebastião Barbosa de Almeida, Pascácio de Oliveira Ledo, Sebastião da Costa e Custódio Alves Martins em 20 de março de 1665. Cf. Almeida, 1962.

<sup>48</sup>As demarcações em verde e vermelho foram colocadas para melhor análise do mapa. Os grifos de verde referem-se a entrada da Casa da Torre através do Rio São Francisco e subindo até o Pianco, Piranhas e Rio do Peixe. Já as marcações em vermelho é a possível entrada da família Oliveira Ledo pelo rio Moxotó afluente do rio São Francisco, subindo em direção ao rio Sucurú. SEIXAS, Wilson N. A conquista e povoamento do sertão da Paraíba. Almanaque da Paraíba. João Pessoa: Almanaque da Paraíba, Ltda, 1973, p. 12.

Percebemos que os rios, riachos, poços, lagoas e olhos d'água foram de extrema relevância para os povos nativos poderem subsistir, como também auxiliaram para que os colonizadores adentrassem o interior do Brasil.

Ainda de acordo com Almeida (1962), no ano de 1670, em paz com os povos Carnoió da Nação Cariri, Antônio de Oliveira Ledo fundou a fazenda (missão) de Boqueirão, primeira célula de povoamento daquela região<sup>49</sup>. A partir de então, toda a região passou a ser denominada de Cariris de Fora, pelo fato de estar situada além da Aldeia dos índios Bultrin também da Nação Cariri, estabelecidos onde hoje está situado o município de Pilar.

### IMAGEM 07 - LOCALIZAÇÃO DA MISSÃO DOS CARIRIS DE FORA NO SÉC. XVII OU ALDEIA DE CARNOIÓ, ATUAL MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO



Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba (1965).

Pereira (2008, p. 163) diz que, após 1670, há uma ausência nos registros oficiais que tratam do povoamento da região em termos de aldeamentos e missões, mas, “(...) mesmo não documentado, houve um processo de ocupação intenso, quando as secas permitiam, de modo que houve a colonização desde a Aldeia do Pilar até as nascentes do Rio Sucuru”.

Analisando as Sesmarias na obra de Tavares (1982), notamos que entre a primeira sesmaria (20/03/1665), requerida por Antonio de Oliveira Lêdo e outros, e a segunda (30/04/1695), solicitada por Pascácio de Oliveira Ledo, do lugar Aaduquê (?), onde hoje está localizado o município de São José dos Cordeiros, se passaram 48 anos. Essa sesmaria foi

<sup>49</sup>Antônio de Oliveira Ledo solicitou e foi instalada a Missão “indígena” de Boqueirão no ano de 1671, para onde foi o padre capuchinho Martin de Nantes, que ali esteve durante oito meses e que escreveu a importante obra “Relação de uma missão no Rio São Francisco”. Cf. Nantes, 1979.

renovada pelo filho de Pascácio de nome Felipe Rodrigues (1739), como podemos observar a seguir:

Felipe Rodrigues, como herdeiro e doado por seu pai Pascácio de Oliveira Ledo, e os mais herdeiros de Sebastião Costa, estando a 48 annos de posse de seis legoas de terra em quadro, que fora concedida por este Governo aos seus antepassados Pascácio de Oliveira Ledo e Sebastião da Costa no poço ou riacho, chamado Aaáuquê (?) com quatro legoas para cima e duas para baixo, como constava da petição e documentos juntos, que se achavão nesta Secretaria, sem jamais se poder descobrir a data nos livros de registro delias, não obstante a nota do Secretario, que então era Diogo Pereira de Mendonça, em que declara nas costas da dita petição, que passara a carta de data em 30 de Abril de 1695; e porque os supplicantes estavam possuindo ditas seis legoas de terra, sem terem titulo algum, por evitarem contendas pedião por nova data de sesmaria toda terra que assim foi concedida a seus antepassados, que constava dos documentos juntos. Fez-se a concessão na forma requerida da renovação, da data, de sesmaria aos 7 de Fevereiro de 1739. (JOFFLY, 1893, p. 131)

Ainda analisando as sesmarias da Paraíba trazidas na obra de Tavares (1982), identificamos que a primeira que cita um requerimento de terras no “sertão” – hoje cariri - da capitania da Parahyba é a de Nº 18, de 17 de novembro de 1699, quando Custódio Alves Martins (um dos requerentes da primeira sesmaria de 1665), dizendo ocupar a terra desde 1696, pediu o sítio Cujajique (São João), onde hoje se encontram os municípios de Prata e Ouro Velho<sup>50</sup>. Vejamos:

Nº 18 EM 17 DE NOVEMBRO DE 1699

Alferes Custódio Alves Martins, diz que morador na capitania de Pernambuco e dezejando povoar algumas terras no sertão e tendo noticias de algumas que havia nas cabeceiras e nascenças do Parahyba, metteo com gente **que levou em sua companhia pelo sertão com pessoa pratica, por serem partes aonde até então não tinha ido gente branca pelo receio de se toparem com gentio bravo, com despesa e risco de vida**, e com effeito descobriu alguma terra que **o gentio deo o nome de Cujajique** em cuja terra ele supplicante situou-se e deo o nome de sitio – *S. João* – e logo lhe metteo gado, correndo pelo riacho acima duas légoas e pelo riacho abaixo outras duas legoas, fazendo novo sitio, e com effeito está de posse da referida terra a mais de três annos procurando dentro delles com toda diligencia saber a que jurisdicção pertencia para as poder pedir de sesmaria, para que com legitimo titulo podesse revalidar a sua posse, e porque tem entendido assim por informação particular e como por resolução comum e geral dos moradores daquelle governo requeria das ditas terras quatro legoas confrontadas na forma da Ord. L. 4.º til. 43 e conforme o capitulo do regim. deste governo. Foi feita a concessão de uma legoa de comprido e trez de largo, deixando salvas pedreiras **e alguma aldeia de índios**, pelo capitão-mór Manoel Soares de Albergaria. Esta concessão foi confirmada pelo Rei de Portugal em 22 de Março de 1702. (TAVARES, 1982, p. 40). (Grifos nossos).

O que queremos destacar da sesmaria supracitada são os termos “riscos de vida”, que exalta o homem branco europeu, e “gentio bravo”, que quer desqualificar o nativo morador

<sup>50</sup>Esta sesmaria, erroneamente, tem sido citada como a que originou o município de São João do Cariri.

daquele espaço. Assim, o sesmeiro sempre vai correr risco por desbravar as terras e enfrentar os nativos, já estes, por sua vez, serão os entraves para construção do latifúndio.

Muito embora se determine a família Oliveira Ledo como pioneira na interiorização e ocupação do que se conhecia como sertão da Parahyba, já havia a existência de ocupação portuguesa no curso dos rios Piancó e Piranhas, que data de meados de 1660. Tratava-se da Casa da Torre de Francisco Dias D'Ávila e sua esposa Leonor Pereira Marinho, que já vinham ocupando o interior do Nordeste desde a Bahia, aglutinando terras em seus domínios por meio de sesmarias, formando um imenso latifúndio que ultrapassava os limites de muitas capitâneas existentes na época.<sup>51</sup> No que diz respeito a Capitania da Parahyba, as vastas extensões de terras da Casa da Torre se localizavam no curso do Rio Piancó, do Rio Piranhas e do Rio do Peixe, conforme podemos observar na imagem 04 (detalhe em verde).

Todas as sesmarias encontradas na obra de Tavares (1982) que mencionam a Casa da Torre como possuidora das terras citam esses rios, revelando a grande extensão territorial daquele latifúndio. Vejamos alguns exemplos:

Nº 266 em 1 de Outubro de 1739

O Commissario Theodoro Alves de Figueredo, morador no **sertão do Piancó** (...) e pela parte do leste e oeste com terras da **Casa da Torre**; (...) (TAVARES, 1982, p. 155). (Grifos nossos).

Nº 457 em 3 de Novembro de 1757

Antonio Affonso de Carvalho, morador no sertão do **Rio do Peixe, freguezia do Piancó** (...) queria a concessão por data de sesmaria das tres legoas de terras de comprido do nascente á poente e uma de largo de norte á sul, por estar de posse na forma das ordens, com condição que tendo a **Casa da Torre** títulos por onde estas terras lhe pertença, seria esta que pedia de nenhum vigor. Fez-se a concessão requerida, não offendendo a **Casa da Torre**. (IDEM, p. 250). (Grifos nossos).

Nº 459 em 5 de Novembro de 1757

Governo de José Henriques de Carvalho. O capitão Basilio Rodrigues Seixas, morador no Recife de Pernambuco, havendo 20 annos pouco mais ou menos, que elle supplicante havia povoado com seos gados vaccum e cavallar o sitio S. Gonçalo, assim chamado **na ribeira das Piranhas, e delle havia pago as rendas á Casa da Torre**, (...) (IDEM, p. 251). (Grifos nossos).

---

<sup>51</sup>Seixas (2000) quanto trata da “Conquista do Sertão Paraibano” comenta sobre os sertanistas baianos no desbravamento dos sertões da Paraíba, sendo o pioneiro Antonio de Oliveira Ledo a adentrar pela Capitania da Parahyba através do rio Sucurú chegando até onde hoje se localiza a cidade de Boqueirão, passando por Taperoá, atravessando a serra da Borborema até chegar a atual cidade de Patos. Contudo, o autor não se resume a única entrada ao interior da Capitania aos Oliveira Ledo, mas outra via de penetração através da família Garcia D'Ávila, conhecida também como instituição familiar da Casa da Torre, Seixas (2000) chega a comparar a estruturação da Casa da Torre com um feudo quando comenta “(...) Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, e que se tornou com o tempo o maior feudo do Nordeste, e tinha como principal objetivo a criação de gado (...)” SEIXAS, 2000, p. 120.

É importante destacar que, a partir de 1764, muitos dos suplicantes de sesmarias passam a pedir para comprar as terras da Casa da Torre<sup>52</sup>. Seria uma possível decadência da instituição familiar? Observemos abaixo:

Nº 607 em 31 de julho de 1764

Francisco de Santa-Cruz de Jesus, possuindo um sitio de terras **na ribeira do Piancó, chamado a Cruz, o qual comprou a casa da Torre**, e porque ouve dizer, que as muitas terras que a mesma casa possui se julgão devolutas, por não haver tirado d'ellas, quer el lo supplicante tiral-a do que possui, que são tres logons **de terras no rio Piancó** (...) (IDEM, p. 317). (Grifos nossos).

Nº 615 em 30 de Abril de 1765

O capitão José Baptista Soares sendo senhor e possuidor de um sitio de terras de crear gado **na ribeira do sertão do Piancó** com tres legoas de comprido e uma do largo no dito rio, meia para cada banda, **que houve por compra á,— Casa da Torre (...)** e **porque o supplicante não tem mais titulo que a escriptura** de venda, quer do mesmo sitio tirar data para seu justo titulo e conservação do sua posse e dominio na forma do sua escriptura de compra. (IDEM, p. 321). (Grifos nossos).

Nº 619 em 18 de Julho de 1765

Governador Jeronymo José de Mello Castro. P capitão João Dantas Bothea, morador no **districto do Piancó**, sendo senhor de um sitio de croar gado na ribeira **do no do Peixe**, chamado S. João, que houve por **compra á casa da Torre** por escriptura, de que teve data que também pertence ao suplicante (...) (IDEM, p. 323). (Grifos nossos).

Analizamos, desta forma, que a Casa da Torre pode ser considerada como mais uma via de acesso ao interior da capitania da Parahyba. Ao observarmos as informações acima conjuntamente como mapa de Seixa (2000), verificamos duas entradas vindas de Pernambuco: uma seria justamente a da família D'Ávila que originaria a Casa da Torre; e a outra seria a dos Oliveira Ledo. Assim, a Casa da Torre dos D'Ávila seria mais uma ocupação no interior da Parahyba, caracterizando-se como um grande latifúndio familiar, conjuntamente com as entradas dos Oliveira Ledo. Percebemos que ambas as famílias que formaram esses grandes latifúndios no Sertão e no Cariri, inicialmente, seguiram um mesmo trajeto: rio São Francisco, rio Moxotó, rio Pajeú. A partir daí, essas famílias tomam pontos distintos: a família D'Ávila sobiu até o rio Piancó, alcançando o Rio Piranhas e o Rio do Peixe; já a família Oliveira Ledo percorreu o rio Moxotó, seguindo pelo Rio Pajeú, adentrando a Capitania da Parahyba através do Rio Sucuru até atingir o Rio Paraíba. Sobre os D'Ávila, Seixas (1975) coloca:

---

<sup>52</sup>A doação não era a única forma de acesso à terra na colônia, mas também existia a compra da terra poderia ser também era uma maneira de se adquirir imóveis rurais. Segundo Nunes foi observado tanto o regime de compra, quanto arrendamento e até mesmo posse de pessoas que não tinham relação direta de parentesco com as famílias de sesmeiros entres os séculos XIX. No caso da Casa da Torre ocorria a existência até de rendeiros que exploravam a área dada aos Garcia D'Ávila por sesmaria e até a compra das mesmas. NUNES, 2017.

(...) a primeira a ocupar as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, a partir de 1664, quando o Coronel Francisco Dias d'Ávila, transpondo o São Francisco, subiu o rio Pajeú, afluente do grande rio nordestino, daí se comunicando com a bacia dos Piranhas. (SEIXAS, 1975, p. 65 *apud* SOARES, 2012, p. 79).

Muito embora a fonte diga se tratar de uma ocupação do sertão do Rio Piranhas, Rio do Peixe e Rio Piancó, a Casa da Torre não teve o objetivo da colonização imediata da região, mas apenas o aumento patrimonial das suas terras. A partir do conjunto de sesmarias compilado por Tavares (1982), procuramos, inicialmente, aquelas requeridas por colonos com o sobrenome D'Ávila, mas, não identificamos nenhuma. Em seguida, buscamos as que tivessem sido solicitadas por portugueses com o sobrenome Garcia e, mais uma vez, nada foi encontrado. Por fim, pesquisamos se existia alguma sesmaria pedida pela matriarca Leonor Pereira Marinho e, também, nada foi encontrado no nome da mesma. Sendo assim, constatamos que aquele latifúndio na Capitania da Parahyba jamais esteve no nome de um ou de outro componente daquela família e sim no nome da própria Casa da Torre.

Devido a vasta extensão da propriedade, os D'Ávila arrendavam parte de suas terras como forma de manter seu patrimônio. Abaixo apresentamos tanto a titularidade em nome da Casa da Torre quanto a demonstração de arrendamento através de procurador na região do Peixe, Piranhas e Piancó:

Nº 262 em 20 de Março de 1739

O procurador da Corôa opinou que ditos sitios pertencem ao **Senhor da Casa da Torre, na Bahia** e o marido da supplicante em sua vida os possuiu por arrendamento e da mesma sorte a supplicante; e para mais averiguação desta verdade se informara com o sargento mór José Gomes de Farias e Nicolau de Farias, pessoas de toda fé por terem sitios de gados naquelle sertão das Piranhas; pelo que não podia ter logar a concessão das terras; e quando se quisesse indagar mais da verdade, se devia mandar por este juízo por editaes na matriz do Piancó e juntamente na capella do mesmo rio do Peixe. (TAVARES, 1982, p. 153).

Esses arrendatários eram comumente chamados de procuradores, pois, apesar de não serem donos efetivos das terras, as utilizavam como se fossem, mas, em nome do proprietário. Dessa forma, produziam e criavam e, ao mesmo passo, colonizavam a região que compreendia a Casa da Torre. É importante frisar que um dos fatores primordiais para se conceder uma sesmaria era produzir para colonizar e não deixar que os nativos, nem outros povos de outras nações europeias as tomassem.

Como já mencionado, além da existência dos D'Ávila, encontramos também registros históricos sobre a interiorização do “sertão” paraibano a partir da família Oliveira Ledo. Segundo Seixas (2000), a primeira entrada para os sertões paraibanos se deu através de Antonio

de Oliveira Ledo<sup>53</sup>, seguindo a linha que partiu do sul (Bahia) para o norte (Pernambuco), através do Rio São Francisco, depois percorrendo o seu afluente, o rio Moxotó, seguindo pelo Rio Pajeú e adentrando a Capitania da Parahyba através do Rio Sucuru até atingir o Rio Paraíba e chegar à serra do Carnoió, onde hoje é Boqueirão.

Com a restauração do domínio português, na segunda metade do século XVII, é que, na verdade, começou a penetração para o interior paraibano. E a figura de sertanista que se impõe como o primeiro a pisar o semi-árido paraibano foi Antônio de Oliveira Ledo, o qual, procedente da Bahia, atravessou o São Francisco e, seguindo o curso do Moxotó, um dos principais afluentes desse rio da unidade nacional, entrou na Paraíba através do rio Sucuru e prosseguiu pelo rio Paraíba até atingir a região do Boqueirão. (SEIXAS, 2000, p. 110).

Assim, Antonio de Oliveira Ledo é considerado como sendo o primeiro colono português que saiu da Bahia e chegou ao interior da Paraíba (Cariri), onde se instalou. Analisando Tavares (1982), conseguimos identificar requerimentos de sesmarias no Cariri, no século XVIII, em nome de Antonio de Oliveira Ledo, quais sejam: a de N° 371, de 2 de fevereiro de 1749, ao sul do sítio Campina Grande; a de N° 574, de 10 de abril de 1762, terras próximo ao riacho de Bodocongó; e a de N° 754, de 6 de outubro de 1778, terras no sertão chamada Caissara dos Moços.

Com o falecimento do patriarca dos Oliveira Ledo, em 1688, seu sobrinho, Constantino de Oliveira Ledo, se tornou capitão-mor da região conhecida como Piranhas, Cariris e Piancós. No mapa que segue se é possível identificar as delimitações de onde ficavam essas regiões.

---

<sup>53</sup> Antonio de Oliveira Ledo foi o patriarca da família Oliveira Ledo. Segundo Seixas (2000), quando, na segunda metade do século XVII, começou a penetração para o interior paraibano, ele foi considerado como o primeiro sertanista a pisar o semi-árido paraibano, vindo da Bahia, atravessou o São Francisco seguindo o curso do Moxotó, entrou na Paraíba através do rio Sucuru e prosseguiu pelo rio Paraíba até atingir a região do Boqueirão. SEIXAS, 2000, p. 110.

## MAPA 02 – REGIÕES DA CAPITANIA DA PARAÍBA



Fonte: (SOARES, 2012, p. 15).

Notamos que a região do Sertão de Piranhas e Piancó compreende toda essa parte enumerada como 01, se tratando de uma vasta extensão de terras obtida por sesmarias. Como já dito, essa região que compreendia o Piancó, Piranhas e Rio do Peixe pertencia a família D'Ávila, mas, os Oliveira Ledo ali se tornaram arrendatários e, com o tempo, passaram a obter essas terras. Ao analisarmos o estudo de Tavares (1982), identificamos que Constantino de Oliveira Ledo e outros requereram à Coroa portuguesa a sesmaria de Nº 195, de 19 de julho de 1724, referente justamente no sertão das Piranhas, perto do riacho de mesmo nome chamado também de Pau-ferro. A mesma sesmaria denuncia que esse capitão-mor já possuía outras terras nas imediações como o sitio Pilar.

Após a morte de Constantino, assumiu o seu cargo de capitão-mor da região das Piranhas, Cariris e Piancó o seu irmão, Teodósio de Oliveira Ledo. A este colono não se é dado o mérito de ter sido o pioneiro nas entradas ao sertão, mas o que ele fez de diferente dos demais entradistas, entre outras ações, foi estabelecer o contato entre sertão e a capital da Capitania da Parahyba. Da mesma maneira que Antonio de Oliveira Ledo, Teodósio entrou pela Capitania saindo da Bahia pelo rio São Francisco, adentrando pelos seus afluentes até a chegada aos “sertões” da Capitania da Paraíba. Identificamos que existem em Tavares (1982) dois requerimentos de sesmarias de Teodósio de Oliveira Ledo, quais sejam: a de Nº 28, de 01 de novembro de 1701, em que ele requereu terras do sertão e que esbarrava nas Piranhas fazendo

referência ao rio confrontando com o Seridó; e a de Nº 29, também de 01 de novembro de 1701, em que ele requereu “(...) as terras que pediam eram no sertão das Piranhas e nunca foram povoadas nem descobertas e confrontam com o Seridó e com as datas dos Oliveiras ao lago (...)” (TAVARES, 1982, p. 47).

Por meio da sesmaria de Nº 191, de 08 de março de 1723, Teodósio voltou a solicitar terras à Coroa portuguesa na região dos Piranhas e Seridó do Sertão do Cariri, mencionando ele que o nativo chamava o sítio solicitado de “Pedras-Grandes” e, ao mesmo tempo, dizendo que se tratava de terras devolutas, informando, também, que aquele capitão-mor batalhou contra os gentios dos tapuias Pegas. Ao cruzarmos essa fonte com o mapa elaborado por Borges e Galvão (1964), que demonstra a distribuição das tribos indígenas na Paraíba entre o século XVI e XVIII (Ver IMAGEM 03), vemos que os povos originários Pegas se localizavam justamente na região dos Piranhas. Portanto, esses documentos revelam que Teodósio já era proprietário de terras naquela região, conquistado por requerimento de sesmaria, e que mesmo o capitão-mor sendo um exímio homicida de povos originários diz que aquelas terras nunca tinham sido povoadas, ou seja, a figura do “indígena” era desconsiderada enquanto verdadeiras proprietárias das terras.

Com toda essa descrição das entradas de colonizadores até o interior da Capitania da Parahyba quisemos mostrar a intenção colonizadora de dizimar os habitantes nativos locais para construir fazendas que se tornariam, posteriormente, vilas para o povoamento. Para isso, pelas confluências que os colonizadores fizeram, tiveram contato com inúmeros povos originários, realizando a dizimação ou a catequização dos mesmos para poder obterem êxito, que consideramos como sendo a formação da exegese latifundiária na Paraíba.

Vale salientar que muito embora as cartas de sesmarias sejam documentos que datam o povoamento, ou melhor, a titularidade das terras, muito antes delas já existiam tribos de povos originários e logo depois a posse “irregular” das terras tomadas pelos colonizadores. Dessa forma, mesmo que tenham datas oficiais de fundação, muitas fazendas se originaram antes das concessões das sesmarias, elas existiam bem antes do pedido ou da concessão da Coroa portuguesa. Veremos no próximo ponto que as regiões, territórios, municípios que conhecemos hoje são resultados de pedidos de uma ou de várias sesmarias e que depois irão dar surgimento a uma única ou várias vilas ou até mesmo cidades.

Como já foi mencionado a interiorização da Capitania da Paraíba vai se dar de vários pontos, essa interiorização será realizada para formação de grandes latifúndios e para isso necessitará da retirada de seus reais donos que eram os povos nativos.

## 2.4 A Questão Agrária no Município de Sumé: colonos x sucurus

As delimitações do território do atual município de Sumé começaram a se desenhar a partir da interiorização do “sertão” da Capitania da Parahyba. A primeira sesmaria que vai dar início a colonização do Cariri paraibano vai ser a o sítio Cujajique (São João), de 17 de novembro de 1699, onde hoje se encontram os municípios de Prata e Ouro Velho, que são vizinhos ao de Sumé, sendo este, obrigatoriamente, a rota que o colonizador seguiu pelo Rio Sucuru até atingir o Rio Paraíba.

No conjunto de sesmarias da Capitania da Parahyba compilado por Tavares (1982), conseguimos identificar um significativo número de dez pedidos de cartas ao longo do século XVIII, correspondente ao atual município de Sumé. A relação com numeração, datas, requerentes, áreas e sítios segue no quadro abaixo.

**QUADRO 02 – SESMARIAS REFERENTES AO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

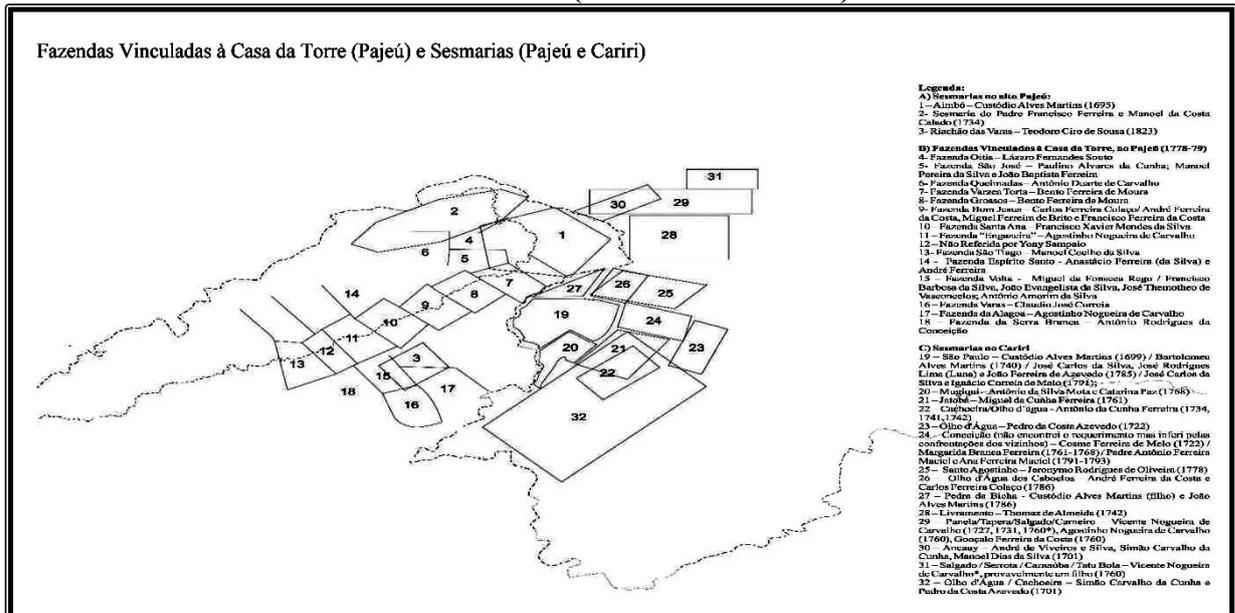
Nº	DATA	REQUERENTE	ÁREA (ha)	SÍTIO
137	15/04/1717	João da Rocha Mota	10.800,0	Catoé/Conceição
140	19/05/1717	João da Rocha Mota	21.000,0	Sucuru/Catoé/Buraco/Campo da Ema
189	18/12/1722	Pedro da Costa de Azevedo	10.800,0	Conceição/Sucuru/Olho D'água/São Paulo
240	07/11/1734	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Olho D'água Oity
282	15/05/1741	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Gerimun
307	16/11/1742	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Cachoeira
586	25/08/1762	Antônio Duarte Vieira	10.800,0	-
656	07/11/1768	Antônio da Silva Motta	10.800,0	-
834	28/10/1785	José Francisco Torres	10.800,0	Riacho dos Porcos
943	14/08/1790	Antônio Fernandes da Silva	10.800,0	Mocós, Impoeiras, Carrapateira, Olho D'água do Cunha e Sucuru

Fonte: (TAVARES, 1982).

Ao analisarmos os requerimentos de sesmarias acima sumariados, a partir da identificação dos aspectos físicos, principalmente pelos rios, riachos e poços, percebemos que os mesmos faziam parte das terras que hoje pertencem a Sumé. Para tanto, nos foi importante a utilização do mapa do Censo do IBGE de 2010, quando então buscamos onde estavam localizadas cada uma das dez sesmarias. Vale salientar que, devido as variações dos limites municipais ocorridas ao longo dos anos, algumas dessas sesmarias, que antes eram identificadas como dentro do território de Sumé, hoje são localizadas como estando entre este e outro município vizinho, ou mesmo totalmente dentro de outros municípios. Outra questão também identificada foi a de que, ao longo do tempo, alguns nomes de acidentes geográficos se perderam ou se modificaram, o que tornou difícil afirmar a exata localização dessas sesmarias.

Após essa nossa tentativa de localização das sesmarias, um importante estudo que corroborou o mapeamento das mesmas no mapa do IBGE (2010) foi a pesquisa de Nunes (2016) que traz uma análise georreferencial das fazendas vinculadas à Casa da Torre e sesmarias do Pajeú e do Cariri. Observemos o mapa:

### IMAGEM 08 - FAZENDAS VINCULADAS À CASA DA TORRE (PAJEÚ) E SESMARIAS (PAJEÚ E CARIRI)



Fonte: (NUNES, 2016)<sup>54</sup>.

Nessa análise Nunes não dispõe de todas as sesmarias de Sumé, justamente devido seu recorte territorial e histórico. Todavia, o estudo desse pesquisador traz importantes informações sobre a localização das fazendas e sesmarias de Sumé. Observamos que na legenda o autor tem uma preocupação de apontar a localização das fazendas do alto Pajeú, enumeradas de 1 a 3, das fazendas vinculadas a Casa da Torre dos Garcia D'Avila no Pajeú, dispostas entre 4 e 18, e, por fim, das sesmarias no Cariri, do 19 ao 32. Vejamos o que a legenda dessas últimas nos informa:

#### C) Sesmaria no Cariri

19 - São Paulo - Custódio Alves Martins (1699)/ Bartolomeu Alves Martins (1740)/ José Carlos da Silva, José Rodrigues Lima (Luna) e João Ferreira de Azevedo (1785)/ José Carlos da Silva e Ignácio Correia de Melo (1791);

20 - Mugiqui - Antonio da Silva Mota e Catarina Paz (1768);

21 - Jabotá - Miguel da Cunha Ferreira (1761);

22 - Cachoeira/Olho d'água - Antônio da Cunha Ferreira (1734, 1741, 1742);

23 - Olho d'Água - Pedro da Costa Azevedo (1722);

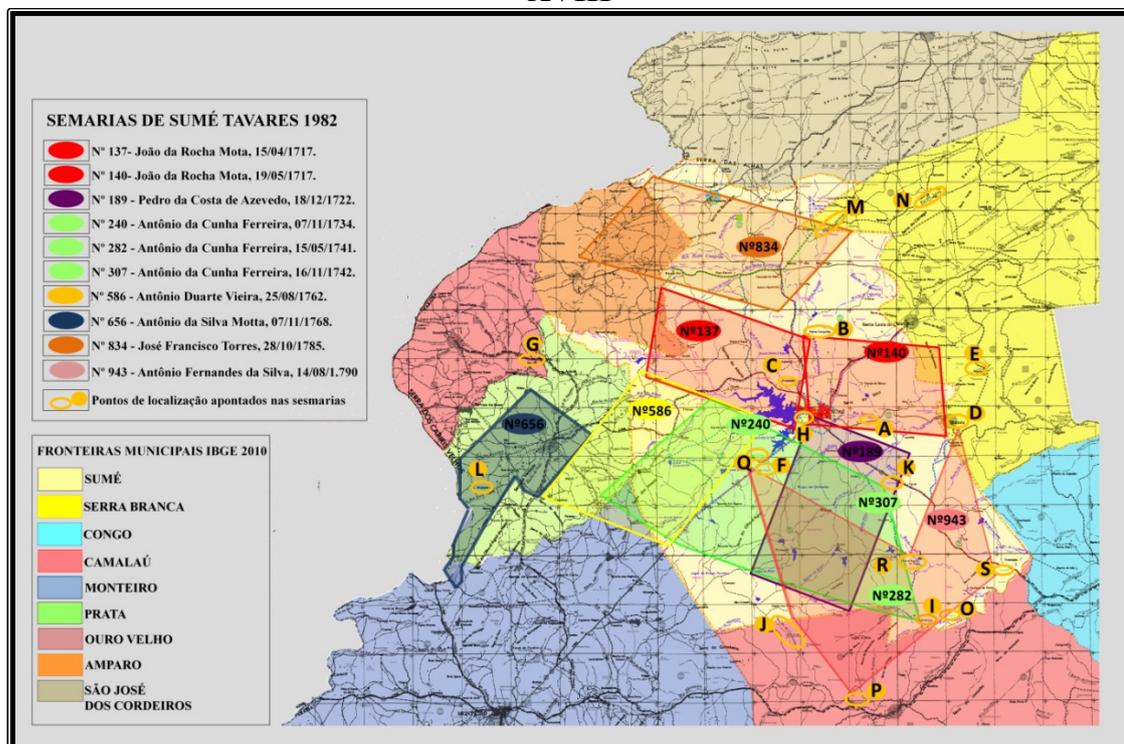
24 - Conceição (não encontrei o requerimento, mas inferi pelas confrontações dos vizinhos) - Cosme Ferreira de Melo (1722)/ Margarida Branca Ferreira/ (1761-1768)/ Padre Antônio Ferreira Maciel e Ana Ferreira Maciel (1791-1793);

<sup>54</sup>O mapa de encontra no anexo 4, páginas 429 do trabalho de Nunes 2016. Mas, importante também analisar conjuntamente o mapa da página 430 da mesma pesquisa.

- 25 - Santo Agostinho - Jeronymo Rodrigues de Oliveira 91778);**  
**26 - Olho d'Água dos Caboclos - André Ferreira da Costa e Carlos Ferreira Colaço (1786);**  
 27 - Pedra da Bicha - Custódio Alves Martins (filho) e João Alves Martins (1786);  
 28 - Livramento - Thomaz de Almeida (1742);  
 29 - Panela/Tapera/Salgado/Carneiro - Vicente Nogueira de Carvalho (1727, 1731, 1760\*)/ Agostinho Nogueira de Carvalho (1760)/ Gonçalo Ferreira da Costa (1760);  
 30 - Ancauy - André de Viveiros e Silva, Simão carvalho da Cunha, Manoel Dias da Silva (1701);  
 31 - Salgado/Serrota/Carnaúba/Tatu Bola - Vicente Nogueira de Carvalho (1760);  
**32 - Olho d'Água/Cachoeira - Simão Carvalho da Cunha e Pedro da Costa Azevedo (1701).** (NUNES, 2016, p. 429) (Grifos nosso).

Ao sobrepor a imagem do nosso primeiro levantamento, que teve por base as sesmarias dispostas em Tavares (1982) e o mapa do IBGE (2010), com a imagem do mapa de Nunes (2016), concluímos que, das sesmarias do Cariri dispostas por esse autor, 8 estão localizadas no território de Sumé (20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 32). Por fim, tendo por base essas três fontes, construímos um mapa final com a localização das 10 sesmarias de Sumé, como segue:

### MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS SESMARIAS DE SÃO THOMÉ (SUMÉ) SÉCULO XVIII



Fonte: Mapa construída pela autora com os dados do IBGE 2010, Nunes (2016) e Tavares (1982)<sup>55</sup>

<sup>55</sup>O mapa acima foi construído com a base de dados fornecido por Nunes (2016) com o mapa georreferenciador da página 429 e 430. A única sesmaria que não estava mapeada foi a de nº 934. Desta feita, com base nas limitações topográficas indicadas nas sesmarias, encontramos a indicação de uma possível localização. Dessa forma, na obra de Tavares (1982) no requerimento diz que a sesmaria estava localizada nas sobras de algumas fazendas cujos pontos enumeramos da seguinte forma: Ipoeiras(I); Carrapateira (P); olho d'água do Cunha (Q); Sujurú (R); Olho

Das 8 sesmarias registradas no estudo de Nunes (2016), algumas estão na obra de Tavares (1982): a sesmaria de nº 20, que Nunes referencia como do Maguqui e pertencendo a Antonio da Silva Mota e Catarina Paz (1768)<sup>56</sup>, na obra de Tavares está como sesmaria nº 656 de 07/11/1768, apenas em nome de Antonio da Silva Motta; a sesmaria de nº 22, que Nunes diz como da Cachoeira/Olho d'água de Antônio da Cunha Ferreira (1734, 1741, 1742), vem disposta na obra de Tavares como as sesmarias nº 240, de 07/11/1734<sup>57</sup>, nº 282, de 15/05/1741<sup>58</sup>, e de nº 307, de 16/11/1742<sup>59</sup>; e a sesmaria de nº 23, que Nunes cita como do Olho d'Água de Pedro da Costa Azevedo (1722), na obra de Tavares é a sesmaria nº 189 de 18/12/1722<sup>60</sup>.

O que ocorre que no mapa de Nunes (2016) não foram encontrados os nomes dos sesmeiros das sesmarias nº 137 e 140, ambas de João da Rocha Mota; nº 586, de Antônio Duarte Vieira; nº 834, de José Francisco Torres; e a de nº 943, de Antônio Fernandes da Silva. Dessa feita, passamos para analisar e tentar mapear as localizações das sesmarias não indicadas no mapa desse autor e concluímos que:

A) A sesmaria de nº 137, em 15 de abril de 1717, de Coronel João da Rocha Motta, indica o pedido das terras do sítio *Cotaé*, Detraz da Serra e poço da Pedra Comprida que

---

D'agua do Juá (R); pelo riacho da porteira, esta fica sentido Congo, pela PB 214, e não foi achada, contudo existe uma com nome "Porteira" (S), que fica justamente nas proximidades da PB 214, que possivelmente pode ser a mesma.

<sup>56</sup>No mapeamento feito por Nunes (2016) o autor enumera essa sesmaria como sendo a 20 e nomeia como Maguqui, pertencente a Antonio da Silva Mota e Catarina Paz de 1768. Já a sesmaria de número 656 na obra de Tavares (1982) tem o mesmo nome de sesmeiro, Antonio da Silva Motta e ano, 1768. Na obra de Tavares (1982) a sesmaria nº 656, coloca os pontos de localização como riacho no Maguqui (K), que ficava ao poente com terras da Torre (região do Pajeú que hoje pertence à Pernambuco), porém chegou a pertencer a capitania da Parahyba e que eram terras da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila, de acordo com IMAGEM 6, página 35, deste estudo. E na parte do nascente pelo sítio do sargento-mór Antonio da Cunha, isto é, sesmarias de nº 240, 282 e 307. Observando o mapa do IBGE a região é pertencente ao município do Prata, e que existe um sítio com o nome Mujiique(K), não se sabe se se trata do Maguqui da sesmaria. O município do Prata pertencia a Alagôa do Monteiro, contudo dentro da análise das sesmarias de Sumé segundo a obra de Tavares (1982) a mesma se encontra entre as 10 sesmarias do território sumeense.

<sup>57</sup>A localização desta sesmaria de nº 240 do sargento-mór Antonio da Cunha Ferreira, indica terras no olho d'agua Oity (H), e riacho Sucurú que neste caso se trata do rio Sucurú que transpassava as terras, ainda diz que faziam fronteira com João Ferreira de Mello que era herdeiro de João da Rocha Motta, isto é, sesmarias 137 e 140.

<sup>58</sup>Sesmaria nº 282 também de Antonio Cunha Ferreira, indica localização Gerimun(I), rio Cachoeira (K) e riacho das Lages, este não encontrado. Da mesma fora dita que que faziam fronteira com João Ferreira de Mello que era herdeiro de João da Rocha Motta. Tendo em vista que as terras de Antonio da Cunha Ferreira era um dos maiores latifúndio do século XVIII de Sumé, tendo em vista que justava três sesmarias. Apesar da obra de Nunes (2016) juntar a três sesmarias no nº22, acredita-se que as dimensões chegaram a ser bem maiores, chegando as terras a compreender a sesmaria nº 943, que depois 48 anos foram requeridas por Antonio Fernandes da Silva.

<sup>59</sup>Outra sesmaria que fez parte do latifúndio de Antonio Cunha Ferreira foi a de nº 307 que informa localização no sítio Cachoeira(K)e rio cachoeira (J).

<sup>60</sup>Terras requeridas por sesmaria de nº 189 de Pedro da Costa de Azevedo, requer terras que ficam no rio Sucurú, cima a fazenda da Conceição (C) de baixo a fazenda do Sucuru (D), sul a fazenda Olho d'agua(F). apesar da Fazenda São Paulo ficar distante na mesma sesmaria diz que na parte norte dessa sesmaria ficava o rio Sucuru, fazenda Conceição e 4 léguas a cima a fazenda São Paulo (G), isso devido a mesma ficar mais ao norte, para indicar a sesmaria não necessariamente deveria fazer fronteira.

pertenciam e se limitavam com outras terras pertencentes ao tenente Raphael Ferreira de Mello, sítio Conceição, e do Capitão Cosme Ferreira de Mello. Na análise de Nunes (2016) o autor diz que não achou requerimento na sesmaria de nº 24, apenas os nomes dos donos das terras vizinhas, o que faz indagar que se tratava de João da Rocha Mota, uma vez que assemelham as disposições da localização<sup>61</sup>. Ainda, a sesmaria de nº 140, em 19 de maio de 1717, dos requerentes Coronel João da Rocha Motta e o capitão Paulo Monteiro de Barros fazem pedido indicando os sítios “Sucurus”, “Cotaé”, “Buraco”, “Campo da Ema”, Riacho “Detraz da Serra”, Riacho do “Campos da Lagôa de Cima” e “Poço Salgado”, o que faz entender o aumento territorial da sesmaria que já possuía a de nº 137<sup>62</sup>. Desta feita, as sesmarias de nº 137 e 140 têm disposições de localização bem parecidas com a sesmaria nº 24, citada na obra de Nunes, porém, a mesma se estende até o sítio Sucuru e imediações de onde ficava o sítio Buraco, hoje próximo a serra e o riacho de mesmo nome.

B) Partindo para análise da sesmaria nº 586, de 25 de agosto de 1762, vemos que Antonio Duarte Vieira requereu as sobras das fazendas Conceição e Sucurú, apontando as fronteiras entre riacho “Sucurú”, riacho “Detraz da serra”, rio da “Conceição” e sul com a fazenda do “Olho d’Agua”<sup>63</sup>.

C) Observando a sesmaria nº 834, em 28 de outubro de 1785, vemos que o sesmeiro José Francisco Torres requereu terras em áreas ao sul das cabeceiras do riacho do Jatobá e o riacho do Mulungú. Com a sobreposição no mapa de Nunes ao do IBGE (2010), observamos que a sesmaria de nº 25, indicada na obra de Nunes, fica na passagem do riacho do Mulungú e nas proximidades do riacho do Jabotá, conforme IBGE (2010)<sup>64</sup>.

D) Por fim, a sesmaria nº 943, de 14 de agosto de 1790, do requerente Antonio Fernandes da Silva, sesmaria esta que não se encontra localizada na obra de Nunes (2016). Examinando o requerimento de sesmaria, vemos que o sesmeiro requereu sobras das fazendas

---

<sup>61</sup>Observa-se que a sesmaria nº 137 que os sesmeiros, o coronel João da Rocha Motta, requer terras e indica local que dita: sobra o Cotaé (A), Pedra Comprida (B) e Conceição (C).

<sup>62</sup>Com relação a sesmaria de nº 140, o requerente cita terras no Sucurus(D), Cotaé (A), Buraco (E), esta não foi encontrada, porém existe a serra do Buraco e o riacho do buraco um bem próximo do outro, dessa forma, entende-se que a localidade chamada por Buraco ficava justamente nessas proximidades entre o riacho e a serra de mesmo nome, além disto o chamado Campo da Ema, riacho do Campos da Lagôa de cima e Poço Salgado, estas três últimas não foi possível achar a localização.

<sup>63</sup>Desta forma, para a sesmaria de nº 189, temos os pontos de localização a fazenda Conceição (C), fazenda Olho D’água(F) e riacho do Sucuru, este caso não se trata da fazenda, mas o rio que até hoje corta a cidade de Sumé e que passava por dentro desta sesmaria.

<sup>64</sup>Na sesmaria nº 834 localiza o pedido das terras ditas devolutas a ribeira do riacho dos Porcos, este não foi encontrado no mapa do IBGE 2010, e riacho do Mulungu (M) e Jabotá (N).

dos Mocós<sup>65</sup>, Ipoeiras, Carrapateira<sup>66</sup>, Olho D’água do Cunha<sup>67</sup>, Sucurú, Olho D’água do Juá pelo riacho da porteira<sup>68</sup>. Dessa feita, a partir da análise topográfica, foi construída uma possível indicação da mesma no mapa.<sup>69</sup>

Como podemos observar, em uma mesma sesmaria poderia existir mais de um sesmeiro, além disto, muitas sesmarias se localizavam dentro de outras, tendo em vista que com o passar do tempo eram feitos novos requerimentos que abrangiam terras pertencentes a antigos sesmeiros já falecidos. Por meio de doação, foragem ou terras que retornaram à corte e tornaram-se devolutas.

Constatamos que nas sesmarias era necessário o suplicante dizer quem eles eram, os bens que possuíam, quais terras queriam e para que queriam, em geral a justificativa tinha viés econômico, dizendo-se que era para criação de gado. Além disto, ao estudarmos os textos dessas dez sesmarias notamos que não era todo indivíduo que poderia requerer uma sesmaria, mas era necessário fazer parte da classe social mais abastada, a dominante. Vemos que dos dez requerimentos, seis tinham alguma patente, seja coronel, capitão-mor ou sargento. Os demais solicitantes de terras não apresentaram patente alguma, porém a escrita revela que os mesmos eram possuidores de gado, significando, assim, que detinham posses. Outra constatação é a de que esses colonos portugueses chegaram ao Cariri paraibano advindo da Capitania de Pernambuco, muitos já detinham, inclusive, bens naquela região e faziam parte de círculos de influência da administração colonial, o que os ajudavam a conseguirem mais as terras nos “sertões” através de sesmarias. Tanto que, muitas vezes, nas sesmarias eles descreviam que “ouviu falar de terras devolutas” e, ao mesmo tempo, citam nomes de pessoas que já detinham terras na região.

Notamos que das dez sesmarias encontradas no território de Sumé ao longo do século XVIII, só o colono coronel João da Rocha Mota requereu duas sesmarias (as de números 137 e 140), totalizando uma área de 32.600 hectares. O outro grande latifúndio encontrado foi a do

---

<sup>65</sup>A fazenda Mocós se localiza no município do Congo, porém não foi localizado no mapa do IBGE de 2010. Entrevista com Francisco Adriano Costa Moura em 27 de junho de 2020.

<sup>66</sup>A fazenda Carrapateira, Ipueiras ficam localizadas atualmente no município de Camalaú. Entrevista com Francisco Adriano Costa Moura em 27 de junho de 2020. Contudo foi encontrado dois sítios Ipueiras, um em Sumé, quase divisa com Camalaú, e outro já no território de Camalaú. Optamos por discriminar no mapa que se localiza no território de Sumé, tendo em vista que a sesmaria quando se trata do sítio Ipueiras, diz que na mesma ribeira, e o sítio que fica no mesmo sentido é justamente o que está dentro do território de Sumé pelo IBGE de 2010.

<sup>67</sup>Atual Água do Cunha e Cachoeira do Cunha. Entrevista com Francisco Adriano Costa Moura em 27 de junho de 2020.

<sup>68</sup>Riacho da Porteira fica no sentido Congo na PB 214, no mapa do IBGE de 2010, não conseguimos a sua localização. Entrevista com Francisco Adriano Costa Moura em 27 de junho de 2020.

<sup>69</sup>Ipueiras (O), Carrapateira (P), olho d’água do Cunha (Q), Sucurú (D), olho d’água do Juá (R) e Porteira (S).

sargento-mor Antonio da Cunha Ferreira que requereu três sesmarias (as de números 240, 282 e 307), totalizando uma área de 32.400 hectares.

Ao analisarmos esse conjunto de requerimento de sesmarias, podemos chegar a algumas conclusões, quais sejam: todos os pedidos solicitam terras onde se situam riachos, rios, olhos d'água ou poços; as justificativas de requerimento utilizavam o requisito a criação de currais de gado, um indício da interiorização e colonização da Capitania da Paraíba com utilização de atividade econômica de pastoreio (a única que não usa dessa justificativa é a de N° 943); poucas referências aos povos originários, a não ser pelos nomes dos acidentes geográficos locais que eram, na maioria, na língua nativa; os pedidos também se justificavam por serem as terras requeridas ditas como devolutas (com exceção da N° 586). Importante lembrar que naquele momento a Coroa portuguesa dava importância ao interiorizar e colonizar as terras ditas devolutas através das cartas de sesmaria para evitar as invasões dos povos originários nessas terras assim como as invasões de outros países europeus.

Notamos, portanto, que a concessão de sesmarias no território correspondente ao atual município de Sumé contribuiu sobremaneira para a formação do latifúndio nesta região e, ao mesmo tempo, para a formação de uma classe dominante que detinha patentes políticas coloniais. Em contrapartida, os que não tinham posses (povos originários e africanos) não poderiam requerer terras e ficavam a mercê do trabalho escravo ou servil.

Na obra de Silva (2011) há relato sobre a existência de terrenos que pertenceram a Manuel Tavares Baía que datam de 1762, e que posteriormente essas terras passaram a pertencer a fazenda de São Thomé, de Manuel Augusto de Araújo, em meados de 1803, na confluência do rio Sucuru com o rio da Pedra Comprida. Porém, é importante salientar que não há fontes históricas que comprovem a descendência genealógica desses colonos, requerentes das 10 sesmarias do município de Sumé com a do mito do fundador Manuel Tavares Baía. Como já dito antes, a historiografia oficial registra que a ocupação do território começou no ano de 1762, com a chegada do colono Manuel Tavares Baía que construiu sua fazenda de gados nas terras ocupadas pelos povos originários pertencentes a tribo Sucurus. Todavia, não encontramos registros em nome dos fazendeiros Manuel Tavares Baía e Manuel Augusto de Araújo na região que deu origem a Sumé no livro de Tavares (1982), nem na obra de Joffily (1893) e muito menos nos documentos eclesiásticos e cartorários que pudessem dar sustentação a essa tese da fundação do município. Contudo, identificamos uma sesmaria no nome de Manoel Tavares Bahia, em que não sabemos se se trata da mesma pessoa, que relata um pedido de terras nas ribeiras do riacho do Sabogy, que atualmente fica nas proximidades de cidade de São Mamede, na microrregião da Borborema, no Seridó Ocidental, isto é, bem distante das terras

sumeenses. Vejamos: “Nº 568 em 28 de Janeiro de 1762 Manoel Tavares Bahia diz que possui um sítio de terras de crear gados na ribeira do Sabogy, que houve por compra, chamado S. Mamede (...).” (TAVARES, 1982, p. 301). Desta feita, não se sabe se se trata de homônimos ou se esse sesmeiro Manuel Tavares Baía era um grande latifundiário que se apossou das terras no Cariri e no Sertão do Sabugi.

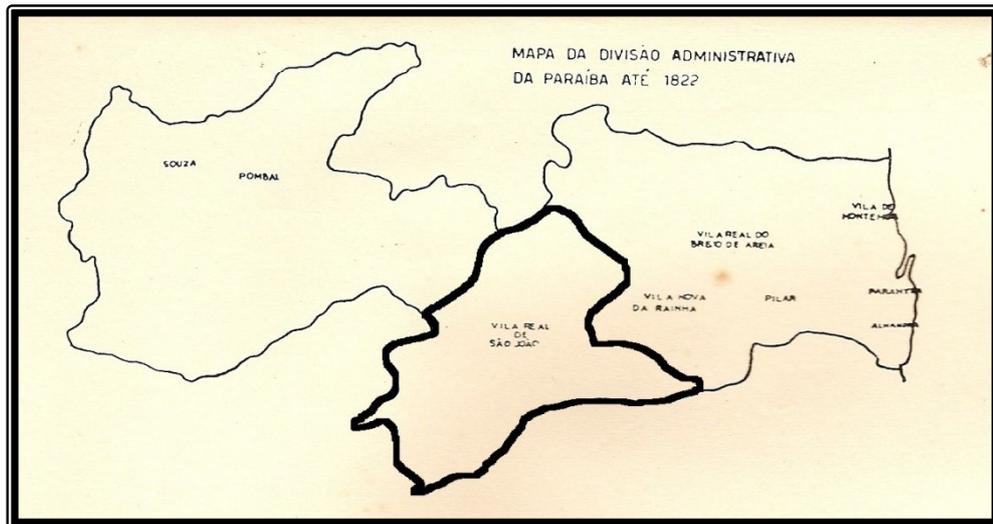
O que podemos confirmar é que não existe documentação que podemos comprovar a existência de terras na região do Cariri ou que vão pertencer a São Thomé (Sumé) em nome de Manuel Baía Tavares ou até mesmo de Manuel Augusto de Araújo. Assim, podemos concluir que os primeiros invasores a colonizarem a região de São Thomé foram os suplicantes dos requerimentos de sesmarias mencionados (Quadro 02, p. 66).

Para Silveira (1999), “Concluída momentaneamente a ‘pacificação’ dos nativos (como dizem os documentos oficiais), a obra da conquista se consolida, ao iniciar-se o século XVIII.” Em seguida, chegaram as organizações religiosas como, por exemplo, a Missão Jesuíta localizada as margens do Rio Travessia (atual Rio Taperoá) que deu origem ao lugar Travessia dos Quatro Caminhos (1700), posteriormente denominada de Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres dos Cariris de Fora (1750), Povoação da Travessia, Julgado dos Cariris de Fora (1776), Villa Real de São Pedro (1798), Villa Real de São João do Cariri (1803) e atualmente São João do Cariri. Assim, o povoamento português nas terras do atual Cariri paraibano data da primeira metade do século XVIII, conforme nos diz Pereira (2008, p. 162):

Por este período já existiam núcleos de fazendas onde hoje se encontram terras pertencentes aos municípios de Cabaceiras, Boa Vista, Taperoá, Prata, **Sumé**, Soledade, São José dos Cordeiros, Queimadas, Parari, Umbuzeiro, Natuba, Serra Branca, Gurjão, Santo André, Caraúbas, Amparo, entre outros. (Grifo nosso).

Abaixo apresentamos a divisão administrativa da Paraíba até o ano de 1822, com destaque para a circunscrição da Vila Real de São João do Cariri que abarcava uma área para além do atual cariri paraibano, incluindo, portanto, a área do atual município de Sumé.

### IMAGEM 09 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

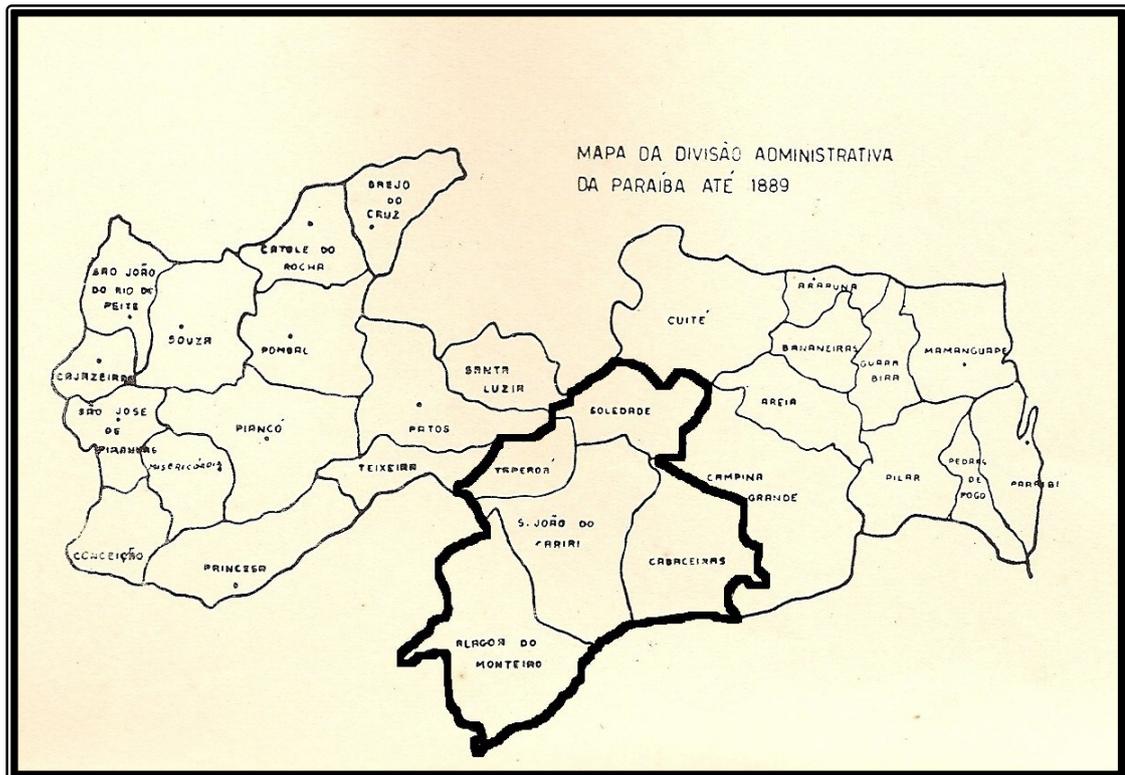


Fonte: Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

Pela Lei Provincial de Nº 194, de 04-09-1865, se criou o distrito de Alagôa de Monteiro subordinado a São João do Cariri. Apenas com a elevação de Alagôa do Monteiro a categoria de município, com a Lei Provincial de Nº 457, de 28-06-1872, foi que a mesma deixou de ser subordinada a São João do Cariri, chegando a possuir um total de 6 distritos: São Thomé (Sumé), Prata, Ouro Velho, São Sebastião do Umbuzeiro, Camalaú e São João do Tigre. Dessa forma, a região pertencente a São Thomé (Sumé) passou a fazer parte não mais a São João do Cariri e sim a Alagôa de Monteiro, tanto que, nos inventários de fazendeiros cujos latifúndios se situavam próximos à São Thomé, é comum encontramos que a povoação pertencia a Alagôa do Monteiro.

Abaixo apresentamos uma imagem que destaca a divisão administrativa da Paraíba no ano de 1889, com destaque para Cariri paraibano e onde se pode ter uma ideia da dimensão territorial do então município do Monteiro, que abarcava o território do atual município de Sumé.

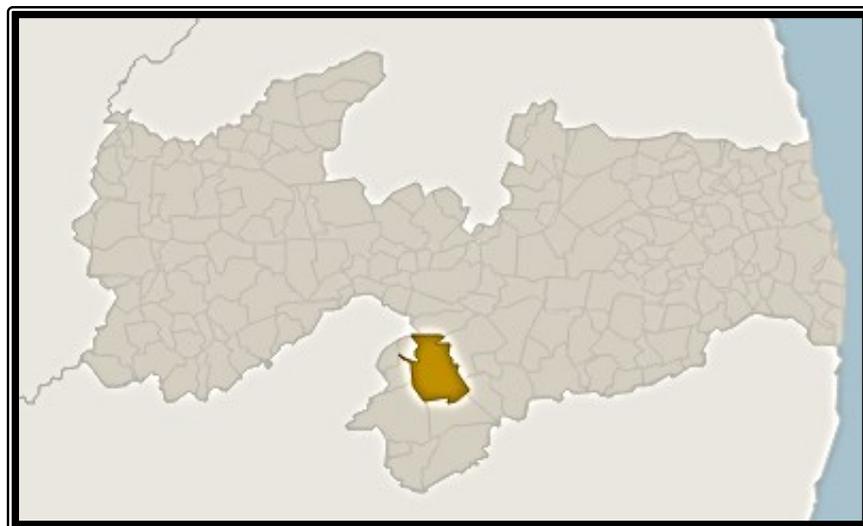
### IMAGEM 10 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO FINAL DO SÉCULO XIX



FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

A sede do município de Sumé está situada a 263 km da capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Com 838,070 km<sup>2</sup>, o município se destaca como sendo a 2º maior do Cariri em extensão territorial (IBGE, 2018). Atualmente sua população conta com o total de 16.060 habitantes (IBGE, 2010), sendo que 3.824 representam a população rural e os outros 12.236 compõe a população urbana.

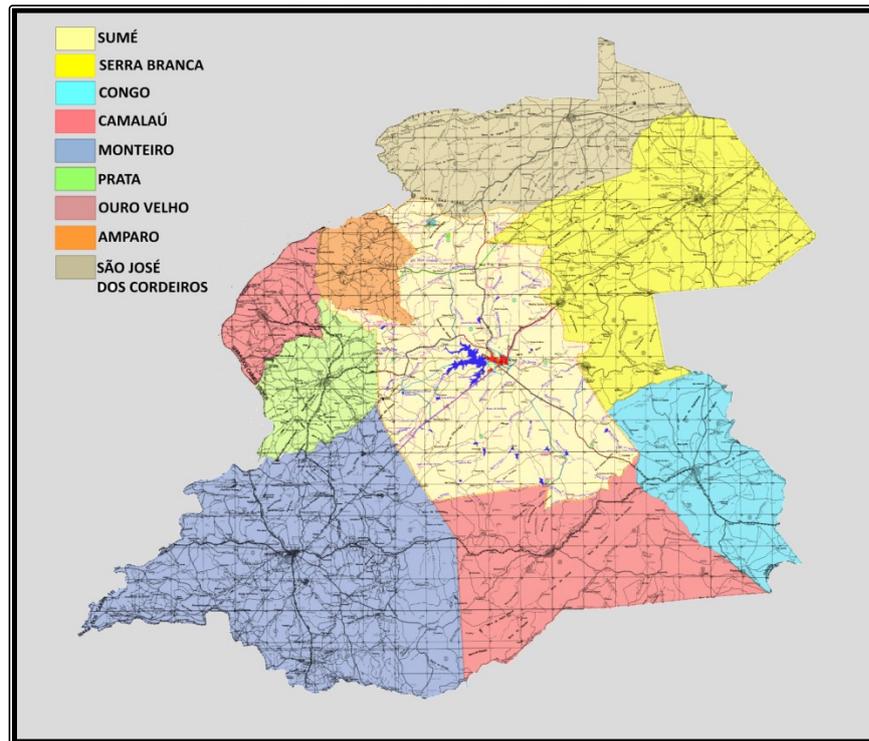
### IMAGEM 11 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ NA PARAÍBA



Fonte: IBGE, 2019.

O município de Sumé ainda faz fronteiras com mais 8 municípios: Serra Branca, Congo, Camalaú, Monteiro, Prata, Ouro Velho, Amparo, São José dos Cordeiros, como dispostos no mapa abaixo:

#### MAPA 4 – DIMENSÕES FRONTERÍCIAS TERRITORIAIS DOS MUNICÍPIOS COM SUMÉ



Fonte: Mapa construído pela autora a partir do IBGE, 2010.<sup>70</sup>

O IBGE só fornece mapa com quantidade de informações necessárias para o mapeamento por municípios. Como tínhamos a necessidade de realizar um estudo a partir de um levantamento que trouxesse não apenas dados do território de Sumé, mais das regiões circunvizinhas, com indicações dos relevos, hidrografia, sítios, entre outros, optamos, desta forma, por construir um mapa que pudesse agrupar a região como um todo e, assim, verificar quais e quantas sesmarias se estendiam aos demais municípios no século XVIII e em que municípios elas ficariam hoje, observando, assim, se estariam no território de Sumé ou sendo excluídas por não fazerem parte deste.

Ao somarmos a área das dez sesmarias que foram responsáveis pela formação territorial no município de Sumé no século XVIII obtemos um total de 118.200,00 hectares de terras.

<sup>70</sup>O mapa foi produzido a partir da cartografia individualizada de cada município fornecido pelo IBGE de 2010, em que foram encaixados para formar as regiões circunvizinhas de forma a localizar os municípios e suas fronteiras com Sumé.

Atualmente a área territorial que compõe o município de Sumé é de 83.779,603 hectares, que estão distribuídos da forma que segue:

**QUADRO 03 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB**

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (Até 54,99 ha)	607	10.142,055
Pequena propriedade (entre 55 e 219,99 ha)	154	17.892,3611
Média propriedade (entre 220 e 824,99 ha)	86	36.062,0673
Grande propriedade (A partir de 825 ha)	13	19.683,12
<b>TOTAL</b>	<b>860</b>	<b>83.779,603</b>

**Fonte:** Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Quadro elaborado pela autora do texto.

Observando os dados fornecidos pelo SNCR dispostos no quadro acima, notamos que, apesar de tanto se questionar o latifúndio no Brasil, na Paraíba e, especificamente, em Sumé, vemos que nesse último continua por existir uma má distribuição de terras voltada a uma formação latifundiária excludente. Analisamos que existe nos dias atuais uma grande quantidade de pessoas que fazem parte de uma classe social que possui poucas terras e um número mínimo de pessoas que faz parte de uma classe dominante e que ainda detêm grandes extensões de terras em suas mãos. Analisando os fatores históricos apontados até agora, percebemos que pouco se mudou na política de distribuição de terras e que a legislação brasileira, a serviço de uma infraestrutura econômica, anda contribuindo para uma má distribuição de terras e para a formação de uma camada marginalizada, privilegiando, ainda, que detêm o capital.

### 3 A FORMAÇÃO DO CAMPESINATO NEGRO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro. (MARX, 2013)

A seção construir a figura do povo camponês negro da região de São Thomé, atual Sumé, através da análise de inventários e os registros de batismo, crisma, casamento e óbitos da região de forma a formatar como estava estruturada a camada social da classe dominante, latifundiários e proprietários de escravizados assim como a classe dominada, os escravizados dentro do sistema semifeudal-escravista no território de São Thomé. Dessa forma, realizamos o cruzamento de fontes para analisar as relações familiares dos senhores das terras assim como as relações dos escravizados dentro da estrutura escravista fundiária.

Examinamos as questões das categorias do protocampesinato, campesinato nas relações econômicas semifeudais-escravistas, semifeudais e semicoloniais dentro da estrutura fundiária de Sumé. Observamos a continuidade de uma camada camponesa, negra que sobrevive através da agricultura de subsistência em pequenas glebas de terras que, apesar que pertencerem a famílias desses camponeses, contuam sendo marginalizados o seus direito a propriedade de terra.

#### 3.1 Latifúndio e Escravismo Colonial no Cariri Paraibano: o caso de São Thomé

A estrutura societária montada aos moldes dos padrões impostos pelo sistema capitalista sempre usou, principalmente, da economia, assim como da superestrutura para formatar uma sociedade de classes, em que uma se sobressaía sobre a outra, fazendo com que houvesse exclusão, exploração e estigmatização das classes ditas subalternas: povos originários, africanos, camponeses, etc. Estes sujeitos, dentro desse sistema, procuram sobreviver através da luta contra seus algozes, usando das resistências, burlando contra todo esse aparato que historicamente sempre os tentou redimensionar a um *locus* de uma classe marginalizada. Sobre luta de classes, Marx coloca:

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo mestre de corporação e companheiros, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteiro ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX e ENGELS, 1997, p. 40).

A historiografia tradicional<sup>71</sup> serviu, por muito tempo, para revalidação do capitalismo e seus agentes exploradores, construindo uma história de luta de classes em que um grupo é tido como o dos “vencedores”, “colonizadores”, “desbravadores” que vieram para “salvar” a outra subclasse, a dos “indígenas”, africanos escravizados, camponeses, operários, entre outros que serviam de mão-de-obra de exploração da burguesia dominante.

Desta feita, muitos escritos negligenciaram, negaram e omitiram a figura dos africanos escravizados no Brasil. Em se falando de crítica a essa visão dita oficial da historiografia tradicional e sobre a interiorização do território, os clássicos como Irineu Joffily, Capistrano de Abreu e José Américo de Almeida pouco mencionaram a figura do africano escravizado, essa omissão deixou um vácuo na historiografia que vem tentando ganhar novos contornos. Sobre Joffily, a historiadora Galliza. (2000) coloca:

Irineu Joffily, cognominado o historiador do sertão pelos estudos que realizou sobre a zona criatória, presenciou a escravidão. Mas não reconheceu sua importância para a economia da região. Ponderou que para a atividade criatória a raça americana, ou seja, o nativo, se prestou melhor do que o africano. Entretanto, tendo em mãos os dados estatísticos populacionais da Paraíba, do século passado, ficou surpreso com a quantidade de escravos existentes em municípios sertanejos, particularmente, em Piancó e São João do Cariri. À semelhança do historiador cearense afirmou que a presença significativa dos cativos constituía uma ostentação do fazendeiro. (GALLIZA, 2000, p.170).

É comum que esses clássicos, em se falando de colonização no interior do Brasil, terem sido construídos através de uma ótica eurocêntrica, branca e elitista, como se o interior do Brasil fosse apenas colonizado por estas figuras, esquecendo dos descendentes dos povos originários e africanos escravizados, omitindo não apenas suas presenças, mas a resistência dentro do sistema de exploração. Será que o povo africano escravizado, já tão pulverizado no litoral brasileiro, tendo a sua mão de obra explorada nos engenhos de cana de açúcar, não chegou até o interior do Brasil na Capitania da Parahyba? De fato, a historiografia tradicional castigou, mais uma vez, a memória desses povos. Resta-nos realizar uma crítica a essa historiografia, recorrer a outras fontes históricas e construir uma história do povo africano marginalizado pela classe dominante branca europeia, é o que propomos nessa seção.

O que podemos constatar é que, pós-expulsão holandesa (1654), quando começou o processo mais intenso de interiorização da Capitania da Parahyba, ocorreu não apenas a presença das etnias africanas ali, mas também a existência desses sujeitos enquanto

---

<sup>71</sup>A historiografia tradicional tinha influência positivista, e era voltada a análise de documentos oficiais, isto é, sua análise era construída através do olhar do vencedor, em geral ovacionava e ressaltava figuras dos ditos heróis nacionais que faziam parte da classe dominante branca, deixando de lado personagens históricos vindos das classes dominadas como indígenas, escravizados, camponeses etc.

escravizados, forros, ex-escravizados e seus descendentes de forma não apenas passiva, mas ativa, de modo que utilizaram do próprio sistema econômico de exploração e de toda a sua superestrutura (política, jurídica e cultural) como ferramentas de resistência, como mostraremos ao longo dessa seção.

No caso da questão agrária no território do Cariri paraibano, em específico, nos territórios de São João do Cariri, Alagôa do Monteiro e, por analogia, em São Thomé, verificasse essa resistência efetivada por um povo negro, padro e caboclo, camponeses escravizados ou livres, cuja estratégia da posse de terras serviu para que esse grupo marginalizado conseguisse obter bens materiais e imateriais como a compra das suas manumissões através do dinheiro adquirido com o próprio trabalho em suas terras. Para isso é fundamental analisar a “brecha camponesa” como fator de resistência da classe escravizada que modificou o sistema latifundiário de *plantation* para a existência de pequenas glebas em que era implementada a agricultura e a criação de subsistência. E estas surgiram através do grupo até então subjugado, que já implantava esse tipo de atividades em quilombos e, posteriormente, inseriram, através da brecha camponesa, em pequenos lotes cedidos por seus senhores e, depois, vão adquirir através do campesinato livre.

Assim, a escravidão no Brasil, enquanto construção semifeudal, modificou não apenas a geografia dos africanos escravizados que para aqui vieram, mais também suas formas de sociabilidade e relações culturais, pois estes tiveram que se reorganizarem para sobreviverem. Porém, através da resistência negra, esse sistema pré-capitalista com base num semifeudalismo-escravista também sofreu novos contornos na organização econômico-social. Ao mesmo tempo que classe dominante escravocrata utilizou do próprio sistema para explorar e ganhar força, a classe dominada, a dos escravizados, tiveram que se modificarem para se adaptarem aos moldes desse sistema econômico opressor.

Desta feita, examina-se que os escravizados, sendo a mão de obra explorada dentro do sistema escravista, coexistiam com aparatos de uma semifeudalidade, sistema semifeudal-escravista. Neste período Portugal e nem os países europeus viviam o capitalismo e, por isso, não podemos afirmar que o Brasil, sendo sua colônia, assim era, mas é possível verificar os aparatos feudais existentes em Portugal trazidos para a colônia brasileira, porém, tomando contornos próprios da realidade da América portuguesa. Numa exploração que renderia para à classe dominante, donos, agora, das terras do Brasil, exorbitantes lucros, uma vez que no sistema escravista brasileiro, os escravizados não recebiam valores pela utilização de sua força de trabalho, mas trabalhavam para suprir a necessidade do mercado externo, interno e se autossustentarem através de uma agricultura de subsistência.

E, para isso, a infraestrutura econômica do capitalismo utilizou das superestruturas para se perpetuar no poder, como é o caso do próprio poder judiciário, pois as leis não apenas permitiam a escravização do africano no Brasil e em outras partes do mundo, mais ainda faziam com que essa escravização permanecesse e fosse mais lucrativa para o burguês<sup>72</sup>. Mas, o que é a infraestrutura e a superestrutura para Marx?

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. (MARX, 2008, p. 23).

Assim, a infraestrutura é a junção das *forças de produção*<sup>73</sup> com as *relações de produção*<sup>74</sup>, isto é, a base econômica da sociedade. No caso do território onde vai surgir o município de Sumé, a economia colonial surgida foi a escravista, numa relação de exploração entre o escravizado e o latifundiário, requerente das sesmarias. Dessa feita, a infraestrutura dará resultado à superestrutura:

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 23).

Observando a particularidade do território sumeense, a superestrutura foi construída através do poder político, judiciário, religioso, etc., que sempre esteve a serviço da classe dominante colonial que formou estratégias para dominação e perpetuação da exploração da mão-de-obra dos escravizados. Não é a toa que o povo africano escravizado foi impedido do acesso a terras no Brasil colonial, já que era necessário que eles não a tivessem para a manutenção do sistema econômico que surgia. Segundo Guimarães:

<sup>72</sup>Observa-se nas respectivas legislações do período imperial brasileiro que: a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 ou Lei Eusébio de Queirós; ainda na Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre; ainda na Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885 ou Lei do Sexagenário; Lei Imperial nº. 3.353 de 13 de maio de 1888 mais conhecida como Lei Áurea; no Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, que apesar de ilusoriamente conceder o direito à liberdade, a chamada “lenta e gradual”, na realidade os legisladores não tinham intenções de humanizar os escravizados vindos da África, nem muito menos abolir a escravidão, mas fazer, a todo custo, com que os mesmos continuassem pertencendo a uma classe explorada.

<sup>73</sup>As forças de produção ou forças produtivas o trabalho exercido pelo ser humano para produzir o que é necessário para a sua subsistência. No estudo as forças de produção é o trabalho que o escravizado exerce para não apenas produzir sua subsistência, mas para a existência do sistema capitalista.

<sup>74</sup>As relações de produção induzem uma contradição existente dentro das relações de produção, isto é, entre os meios de produção concentrado nas mãos da burguesia latifundiária, e as forças produtivas, os escravizados dentro de uma estrutura econômica, o que vai resultar do surgimento de uma determinada superestrutura.

(...) o sistema escravista de plantação lançou mão dos mais variados meios ao seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam à ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e ao seu derredor, eram mais cedo ou mais tarde, expulsas com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E, se lhes concediam pequenos tratos de terra a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como a mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios. (GUIMARÃES, 1964, p. 95).

Esse grande problema vai repercutir na estrutura social dos dias atuais, quando se verifica a concentração de terras no nome de poucas famílias que vem sendo privilegiadas desde a interiorização da Capitania da Parahyba. Muitos dos camponeses vivem na condição de moradores e/ou trabalhando através da condição de “meeiro”, instituto medieval que chegou ao interior da Paraíba com a colonização dessas terras. Desta feita, foi necessário que os povos originários fossem expropriados e extintos para que suas terras fossem usurpadas pela classe dominante portuguesa.

Para que o acesso às terras pelas classes ditas subalternas fosse negado, como já posto, foi necessária a construção de uma superestrutura através de um aparato legal que concedia as terras para aqueles que já detinham posses e que justificassem o motivo do pedido através das cartas de sesmarias, pedido esse que deveria está atrelado justamente aos moldes do que o modelo pré-capitalista requeria. Desta feita, houve a concentração das terras em nome de pequenos grupos vindos de uma classe dominante colonial e de uma burguesia portuguesa enriquecida que, no geral, usavam de casamentos endogâmicos para que o latifúndio permanecesse nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Assim, tanto a classe dominante colonial quanto a burguesia portuguesa obtinham lucros através da mão de obra explorada, principalmente, na criação de gado e, posteriormente, no plantio do algodão, quando o mercado açucareiro despencou e foi necessário uma reorganização econômica com vista ao lucro através de um novo produto.

A pecuária serviu como atividade econômica secundária à agricultura, e que foi responsável tanto para auxiliar na ocupação das terras e a formação do latifúndio no interior da Capitania da Parahyba, no início do século XVII, como também de subsídio para alavancar a economia local. Ao analisarmos as cartas de sesmaria, observamos que, no geral, a maioria desses colonos já tinha terras no litoral, agreste de brejos paraibanos, na Capitania de Pernambuco entre outros, e, para além da concentração de terras, exploravam a mão de obra não assalariada. Para isso, o deslocamento de africanos escravizados foi necessário para a manutenção da atividade agrária e criatória mais para o interior da capitania. De acordo com Galizza (1979):

Inventários, mapas da população escrava, o recenseamento de 1872 e outros documentos mostram que o número de escravos nos municípios sertanejos da Paraíba não foi tão restrito como se propalou. Atestam que o escravo foi peça importante na economia da região. (GALLIZA, 1979, p. 83).

O latifúndio e o latifundiário que surgiram no interior da Capitania da Paraíba não podiam – como nunca pôde – ser formatados sozinhos, precisavam de uma mão de obra que, para além de explorada, fosse objetificada à base do que o sistema econômico vigente na época impunha e, de certa maneira, a escravização africana foi uma categoria requerida para obter o lucro exacerbado. Assim, embora muito se fale no trabalho africano escravizado no litoral dentro dos grandes engenhos de cana-de-açúcar, o mesmo também vai está presente como mão de obra no interior da Paraíba dentro do latifúndio pecuário.

O Recenseamento da Parahyba de 1872, em seu “Quadro Geral da População da Parochia de Nossa Senhora dos Milagres de São João”, como era conhecido São João do Cariri no século XIX, apresenta a existência de uma população de 15.113 almas, sendo que 642 destas eram relativas as pessoas africanas escravizadas em toda região que comportava São João do Cariri naquele período.

Mas, como já analisado, partindo para observar a região onde se localiza São Thomé (Sumé) naquele momento, vemos que o mesmo pertencia a Alagoa do Monteiro, que foi elevado a município no ano desse recenseamento (1872)<sup>75</sup>. Verificando os dados trazidos pelo recenseamento de 1872, da Parochia e Nossa Senhora das Dores da Alagôa do Monteiro,

---

<sup>75</sup>Vale salientar que no Censo de 1872 não consta nome de distritos dos respectivos municípios paraibanos. Porém, no Censo de 1890, através do documento Synopses do Recenseamento, consta os dados do Estado da Parahyba no período, colocando num quadro os dados dos municípios e seus respectivos distritos e parochias. Desta forma, observamos a existência do município da Alagôa do Monteiro e seus distritos (Alagôa do Monteiro, S. Thomé, S. Sebastião do Umbuzeiro, Fundão e Boi Velho) que comportava a paróquia de Nossa Senhora das Dôres, tendo um contingente populacional de 5.755 homens e 6.016 mulheres, totalizando 11.771 indivíduos. No Censo de 1890 não especifica o número de habitantes por distrito, mas o número geral que englobava o município, neste caso Alagôa do Monteiro. REPÚBLICA DOS E STADOS UNIDO DO BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Synopse do Recenseamento 31 de dezembro de 1890. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro 1898, pág. 77. Disponível em:< <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>>: Acesso em 23 de março de 2020. Em contrapartida, tanto o Censo 1900 quanto o de 1920 analisam os dados populacionais através de um quadro comparativo dos censos anteriores dos Estados. Contendo os dados dos seus respectivos municípios do número populacional e o sexo. Analisando o caso de Alagôa do Monteiro, temos 6.177 homens, 6.457 mulheres, chegando a um todo de 12.634 pessoas (p. 57). REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDO DO BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Synopse do Recenseamento 31 de dezembro de 1900. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro 1905, pág. 77. Disponível em:< <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse?value=Censo+demogr%C3%A1fico%2C+Brasil%2C+1900&type=subject>>: Acesso em 23 de março de 2020. Com relação ao recenseamento de 1920, verificamos que o município de Alagôa do Monteiro com seus respectivos dados populacionais separadamente, em que verificamos o distrito de São Thomé com 5.653 homens e 5.681 mulheres. Verificar em REPÚBLICA DOS E STADOS UNIDO DO BRAZIL. Ministério da Agricultura da Indústria e Commercio. RECENSEAMENTO DO BRASIL. POPULAÇÃO: população do Brasil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, estado civil e a nacionalidade. 01 de setembro de 1920. Volume IV, 1ª parte. TYP. DA Estatística. Rio de Janeiro 1926, pág. 458. Disponível em :< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>>: Acesso em 23 março de 2020.

observamos que naquele momento o mesmo tinha uma população de 10.502 pessoas, sendo que desses, 611 eram de pessoas escravizadas e 9.891 de livres. Vale ressaltar que os números de escravizados vinham diminuindo devido as epidemias (1856 e 1862)<sup>76</sup>, as leis abolicionistas que começam a ocorrer suas primeiras manifestações da década de 1860<sup>77</sup>, quase ao mesmo momento a Guerra Civil Estadunidense (1861 a 1865), que colocou fim da escravidão nos Estados Unidos e que serviu de estímulo para os movimentos abolicionista no Brasil, além disto, ocorreu a Guerra do Paraguai (1864-1870) que auxiliou para concessão da liberdade para os escravizados que participassem da guerra. Além disto, o aumento do tráfico interprovincial, que enviava escravizados para o Sudeste do país para servirem como força de trabalho nas lavouras de café, fazia com que o contingente de escravizado diminuísse dentro dos latifúndios do Nordeste. O próprio processo de manumissão (alforria legal) contribui para a diminuição do número de escravizados na Capitania da Parahyba. Galliza (1979) assim comenta sobre esse processo:

O processo de manumissão conduziu muitos escravos à liberdade. Desde os tempos coloniais os senhores tinham o direito de alforriar seus cativos. A manumissão era considerada legal se concedida tanto por uma declaração de batismo, como por testamento, ou através da carta de alforria. (GALLIZA, 1979, p. 139).

Os dados trazidos por Galliza (1979) demonstram que houve uma diminuição dos escravizados na Parahyba no decorrer dos anos da segunda metade do século XIX. Em 1852, se tinha contabilizado 4.391 pessoas escravizadas, esse número caiu para 2.684 no ano de 1872. Essa diminuição também pode ser observada no número de escravizados existentes em São João do Cariri que, no ano de 1852, era de 1.538 e já no ano 1872, esse número caiu para 642. Podemos dizer que essa diminuição se deve pelas razões já apresentadas no texto.

Como é de se observar, o Brasil já passara por leis abolicionistas, o que fez com que muitos se tornassem ex-escravizados, vivendo de trabalhos informais, relativos à formação de

---

<sup>76</sup>Lima (2008) em sua obra relata sobre as epidemias de *cólera-morbus* nos anos de 1855/1856 e 1861/1862 que atingiram a Paraíba, principalmente nos limítrofes entre Paraíba e Pernambuco. Segundo o autor, o primeiro surto deixou em torno de 25.390 habitantes mortos, sendo que o número de habitantes na época era de 210.000 habitantes, já no segundo surto morreram cerca de 3.323 habitantes. Outros tipos de epidemias também atingiram a Paraíba no século XIX como febre amarela e varíola, porém em todos eles os escravizados foram os mais atingidos. LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande- século XIX. 2008. p.429. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. Ainda em Cavalcante (2015) percebemos a diminuição do número de escravizados na Paraíba nos anos de 1852 e 1872 devido o surto de cólera, mais especificamente esse surto foi mais intenso na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres no ano de 1869, inclusive o autor coloca que isso foi demonstrado nos assentamentos de batismo.

<sup>77</sup>As leis que vão colocar fim a escravidão no Brasil foram a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós; Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 ou Lei do Ventre Livre e a Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885 ou Lei do Sexagenário.

uma classe camponesa negra, que irá surgir através de homens e mulheres livres e pobres, escravizados e alforriados, que, em alguns casos, já haviam passado por um processo de miscigenação da população. Tendo em vista essa tese e analisando o quadro do recenseamento de 1872 de Alagôa do Monteiro, constatamos que não podemos analisar a formação do campesinato negro naquele território levando em consideração apenas os dados relativos aos escravizados (pardos e pretos), mais também os dados referentes à população livre (pardos, pretos e caboclos). Vejamos como era o quadro dessa população em 1872:

**QUADRO 4 - RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DE ALAGÔA DO MONTEIRO EM RELAÇÃO A RAÇA/ÉTNIA/COR/ GÊNERO (1872)**

Raça/Etnia/ Cor	Livres		Total Parcial	Escravizados		Total Parcial	Total Geral
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		
<b>Branços</b>	1.652	1.795	<b>3.447</b>	0	0	<b>0</b>	<b>3.447</b>
<b>Pardos</b>	3.196	2.866	<b>6.062</b>	105	92	<b>197</b>	<b>6.259</b>
<b>Pretos</b>	99	102	<b>201</b>	191	223	<b>414</b>	<b>615</b>
<b>Caboclos</b>	92	89	<b>181</b>	0	0	<b>0</b>	<b>181</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.034</b>	<b>4.853</b>	<b>9.891</b>	<b>296</b>	<b>315</b>	<b>611</b>	<b>10.502</b>

Fonte: Censo (IBGE) de 1872. Produzido pela autora do texto.

Com base no quadro acima, podemos afirmar que o Censo de 1872 consta ao todo uma população de 10.502 pessoas residentes no município de Alagôa do Monteiro, entre livres e escravizados, sendo 9.891 de pessoas livres e 611 de escravizadas, ou seja, 94,18% eram de pessoas livres. Todavia, observamos que nem todos os indivíduos livres eram brancos, desta feita, presumimos que também nem todos desta categoria “livres” faziam parte da classe dominante brasileira composta pelos grandes latifundiários. O que podemos constatar é que das 9.891 pessoas que eram livres, apenas 34,84% eram brancas e, em contrapartida, 61,28% eram de pardas, apenas 2,03% eram de pretos e somente 1,82% eram de caboclos.

Dessas 10.502 pessoas residentes no município de Alagôa do Monteiro, 6.259 indivíduos, ou seja, 59,59% da população era de pessoas pardas (livres ou escravizadas), e 6.062 era composta de pessoas pardas livres, isto é, na Paróquia de Nossa Senhora da Alagôa do Monteiro, que compreendia o território de São Thomé (Sumé), era formada na sua maioria por uma população livre e parda.

Examinando o somatório dos indivíduos pardos, pretos e caboclos, livres e escravizados, obtemos um resultado total de 7.055 de pessoas não brancas que viviam no território de Alagôa do Monteiro. Assim, verificaremos, através do censo de 1872, que a maioria da população (67,17%) que compunha o território de Alagôa do Monteiro no período anterior

a abolição da escravidão (1888) era miscigenada e que, portanto, naquele contexto histórico não pertencia a classe que detinha privilégios, isto é, dos grandes latifundiários ou da burguesia.

Historicamente é divulgado que essa classe camponesa que surgia fazia parte dos marginalizados, excluídos de direitos, uma massa desempregada que vivia de trabalhos informais, que vivia perambulando a procura de se fixar, se encaixar, se manter dentro das zonas rurais ou das cidades. De fato, os indivíduos negros, escravizados ou libertos, e seus descendentes não detinham direitos no Brasil colônia e império, infraestrutura baseada no latifúndio do Brasil, no bojo do processo de desenvolvimento pré-capitalista, fazia com que esses indivíduos permanecessem no ostracismo social. Isso não quer dizer que essa classe não resistia contra o sistema opressor, o que vai ser explanado mais adiante.

### 3.2 Escravidão Africana no Território de São Thomé

Ao longo dessa pesquisa verificamos uma gama de documentos, como os registros cartorários (assentos de batismos, crismas, casamentos e óbitos) da Freguesia de São João do Cariri, os inventários de partilha dos bens e o Censo demográfico do Brasil de 1872, cujos dados comprovam a existência da escravidão no Cariri paraibano, mais especificamente em São João do Cariri e em Alagôa do Monteiro, ambos territórios a quem Sumé pertenceu até 1951<sup>78</sup>, quando então este se tornou município e que vão servir para entender a estrutura social do território. Existe uma vasta historiografia referente à escravização do povo africano no Brasil, como também na Paraíba, principalmente o que concerne à faixa litorânea. Contudo, quando se trata de pesquisas sobre a escravização africana no interior do Estado, essa bibliografia começa a ficar mais escassa.

Sobre escravidão no Cariri paraibano, encontramos alguns estudos como os dos pesquisadores José de Souza Pequeno<sup>79</sup>, Solange Mouzinho Alves<sup>80</sup>, Eduardo de Queiroz

<sup>78</sup>Através da Lei Estadual nº 513 de 08 de fevereiro de 1951, foi criado o município de Sumé que, até então, pertencia ao município de Monteiro. Silva, 2011, p. 126-127.

<sup>79</sup>PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas, escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 – 1843**. 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

<sup>80</sup>ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860**. 2015.p. 68. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

Cavalcante<sup>81</sup> e Aldo Manoel Branquinho Nunes<sup>82</sup>, que se debruçam sobre a escravidão no Cariri paraibano a partir dos dados fornecidos pelos documentos cartorários da Freguesia de São João do Cariri. No que concerne à escravidão no território de Sumé, existe um único estudo, trata-se da monografia do historiador Ivandro Batista de Queiroz intitulada “*A História social da escravidão na Paraíba: um estudo de caso: Sumé-PB*”<sup>83</sup>, contudo ainda tem poucas informações relativa ao povo africano escravizado que viveu nessa região. É a partir desses autores que a nossa pesquisa vai demonstrar a existência de uma escravidão no território de São Thomé, que hoje é o conhecido município de Sumé, buscando demonstrar como os escravizados e seus descendentes formaram uma estrutura socioeconômica camponesa negra do território enquanto contradição à estrutura latifundiária da classe dominante branca. Esse grupo de camponeses negros formaram o conjunto de posseiros, arrendatários, ocupantes, meeiros que apesar de deter a posse da terra não terão sua propriedade.

Assim, é de se concluir que Sumé também comportou homens e mulheres escravizados em seu território, tendo em vista a existência deles dentro das fontes históricas já descritas. Contudo a questão é: será que existem documentos comprobatórios da presença desses escravizados especificamente na região que hoje é o território de Sumé?

Como já demonstrado na segunda seção, inicialmente, tivemos a figura de duas famílias importantes na construção do latifúndio no interior da Parahyba, os Garcia D’Ávilla e os Oliveira Lêdo. Mas, posteriormente, as terras que pertenciam a essas duas famílias, foram doadas, através de sesmarias, para outras famílias que constituíram novos grandes latifúndios escravistas naquele território.

É importante perceber que nenhuma das 10 sesmarias que deram origem ao território de São Thomé (Sumé) relata a presença de algum tipo de escravização negra, mas apenas a solicitação de doação da sesmaria e localização das terras pedidas pelo apelante junto com a justificativa para requerê-la. Com isto, para pesquisarmos se houve realmente africanos e seus descendentes escravizados na região de Sumé, procuramos analisar documentos cartorários da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri e, para tanto, foram fundamentais as tabelas em *Excel* que foram organizadas pelos historiadores Solange Mouzinho

---

<sup>81</sup>CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade**: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no Cariri paraibano. 2015. p.183. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2015.

<sup>82</sup>NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Currais, cangalhas e vapores**: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920). 2017. p. 429. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB, 2017.

<sup>83</sup>QUEIROZ, Ivandro Batista de. **A História Social da Escravidão na Paraíba**: um estudo de caso: Sumé-PB. Monografia (Licenciatura Plena em História) Universidade estadual da Paraíba. Campina Grande-PB, 2006.

Alves (2015) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015), que tiveram por base os livros de registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos da mesma Paróquia<sup>84</sup>. A primeira pesquisadora, estudando esses livros entre os anos de 1752-1837, mapeou 750 batismos, 435 crismas, 132 casamentos e 373 óbitos de escravizados<sup>85</sup>. Já o segundo estudioso se dedicou apenas aos livros de registros de batismos e óbitos, entre os anos de 1850 e 1872, catalogando 1522 batismos e 211 óbitos de escravizados<sup>86</sup>.

Esses arquivos foram de extrema relevância para a identificação dos escravizados de São Thomé (Sumé) e, para tanto, adotamos a metodologia de, primeiro, fazermos uma busca neles extraindo àqueles que mencionavam a toponímia “São Thomé”, fazenda que deu origem ao povoado, bem como os que citavam os nomes das outras primeiras fazendas que surgiram no entorno desta. Em seguida, a metodologia consistiu em realizarmos o cruzamento desses arquivos com outras fontes que pudessem ajudar na afirmação de nossa investigação. Nesse sentido, nos foram importantes as 10 sesmarias do século XVIII, citadas na obra de Tavares (1982), correspondentes ao atual território de Sumé (Quadro 2 da segunda seção) e os dados dispostos no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (2019) que apresentam os imóveis rurais desse município, uma vez que ambas as fontes trazem os nomes das fazendas e de seus proprietários em duas temporalidades distantes entre si.

A nossa primeira busca se deu apenas sobre os registros de batismos organizados por Alves (2015) e Cavalcante (2015) e trouxe como resultado o disposto no quadro a seguir:

---

<sup>84</sup> Essas tabelas em *Excel* foram elaboradas por esses pesquisadores quando da realização de seus mestrados junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ *Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano* (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas.

<sup>85</sup> As tabelas em *Excel* que foram organizadas pela historiadora Solange Mouzinho Alves (2015) foram as seguintes: Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Batismos** de 1752-1837, livros 1, 2 e 3, folhas 02 a 91, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba; Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Crismas** de 1778-1816, livros Crismas, folhas 2 a 68, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba. Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Casamentos** de 1752-1816, livros 1, folhas 51 a 166, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba. Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Óbitos** de 1752-1808, livros 1, folhas 101 a 148, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

<sup>86</sup> Com relação aos arquivos do pesquisador Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015) foram: Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Batismo** de 1846-1853, livros 8,9, 10, 11, 12 e 13, folhas 84 a 199, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba; Arquivo da Paróquia da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Milagres. **Assentos de Óbitos** de 1854-1856, livros 15, folhas 30 a 172, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

**QUADRO 5 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS EM SÃO JOÃO DO CARIRI (1752-1815 e 1850 – 1872)**

Local do Batismo	Batismos de escravizados (1752-1815) - Solange Mouzinho Alves	Batismos de escravizados (1850-1871) - Eduardo de Queiroz Cavalcante	Total de escravizados identificados
São João do Cariri	750	1.522	2.272
São Thomé (Sumé)	18	111	129

FONTE: (ALVES, 2015; CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

Dentre todas as tabelas desses dois autores, constatamos que os de batismos detinham maior robustez de informações para coleta de dados. Foi através da de Alves (2015), cuja temporalidade é referente ao início da colonização do Cariri paraibano (1752-1816), que conseguimos os primeiros registros dos escravizados do território correspondente ao atual município de Sumé. Como posto no quadro, localizamos 129 registros batismais e, para tanto, metodologicamente, realizamos a nossa pesquisa em três momentos.

O primeiro consistiu em filtrar àqueles assentos batismais que trazem como “locais de batismos” o lugar “São Thomé”, aparecendo 4 registros de escravizados como pertencendo a José Rodrigues de Freitas, que, ao o pesquisarmos na tabela, também aparece como proprietário de mais 4 escravizados batizados em outras localidades<sup>87</sup>.

O segundo momento da pesquisa foi o em que cruzamos os “locais de batismos” dos registros deste sacramento da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri compilados por Alves (2015) com os nomes das primeiras fazendas que aparecem nas 10 sesmarias que abrangiam a área do atual território de Sumé, quais sejam: Catoé, Conceição, Olho D’água Oity, Gerimum, Cachoeira, Olho D’água do Cunha e Pedra Comprida.<sup>88</sup> Feito o cruzamento, o que não foi encontrado nenhum registro.

Por fim, no terceiro momento da pesquisa, cruzamos os “locais de batismos” dos registros deste sacramento da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri reunidos por Alves (2015) com os nomes das fazendas que aparecem no banco de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (2019) do município de Sumé. Para tanto, atentamos para os cuidados necessários com a forma em que eram escritos esses topônimos no

<sup>87</sup>José Rodrigues de Freitas possuía 4 escravizados na “Fazenda são Thomé”: Marcelino, Ambrozio, Cosma e Damiana. O mesmo ainda detinha mais 3 escravizados em outras localidades: Rita, não consta local de batismo; Ilaria na fazenda Taperá; Thereza na fazenda Trás da Serra. Alves (2015), Assentos de Batismo, APIMNSM, 1752-1837.

<sup>88</sup>Essas 10 sesmarias também citam as fazendas Sucuru (Serra Branca), Buraco, Campo da Ema, São Paulo (Ouro Velho), Riacho dos Porcos e Mocós, mas não as levamos em consideração no levantamento dos escravizados que ali supostamente existiram, uma vez que elas hoje estão circunscritas em municípios vizinhos ao de Sumé, que é o *locus* de nossa pesquisa.

século XVIII, tendo em vista que as suas grafias, muitas vezes, se mostravam diferentes de como elas são escritas atualmente. Realizado o cruzamento dessas duas fontes, identificamos que ambas têm em comum 4 fazendas, que no arquivo primeiro trazem 14 registros de escravizados: 06 na Fazenda Amparo<sup>89</sup>; 02 na Fazenda Bananeira; 02 na Fazenda Retiro; e 04 na Fazenda São Gonçalo<sup>90</sup>. Ver se aqui não seria interessante citar os escravizados dessas fazendas e seus proprietários.

Os três momentos de nossa pesquisa nos permitiram reunir 18 registros de batismos de escravizados na área do atual município de Sumé que estão dispostos no quadro a seguir:

**QUADRO 06 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO  
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1752-1815)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Data do nasciment o	Data do batismo	Local do batismo
Josefa <sup>91</sup>	Preta	Isabel	NC	Ana Catarina	08/02/1798	14/02/1798	Faz. Amparo
Francisca <sup>92</sup>	NC	Izabel	NC	Ana Catarina	NC	08/05/1807	Faz. Amparo
Francisco <sup>93</sup>	Parda	Florência	NC	Antônio Farias Castro	01/04/1800	26/04/1800	Faz. Amparo
Domingos <sup>94</sup>	Preta	Maria	NC	Francisco Alves Pequeno	NC	16/08/1788	Faz. Amparo
Cosme <sup>95</sup>	Preta	Maria	NC	Maria Manoella	NC	17/07/1797	Faz. Amparo
Damião <sup>96</sup>	Preta	Maria	NC	Maria Manoella	23/01/1797	17/07/1797	Faz. Amparo

<sup>89</sup>Consideramos essa fazenda como circunscrita no município de Sumé, uma vez que o seu território pertencia a este até a sua emancipação que se deu 29 de abril de 1994, pela Lei Estadual N° 5984.

<sup>90</sup>Com exceção da Fazenda Amparo, não afirmamos que as demais são de fato as que hoje estão inseridas no município de Sumé, uma vez que é possível que existam outras grandes propriedades com os mesmos nomes circunscritas nos outros municípios que compõem o que no passado foi a área da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri.

<sup>91</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio de Almeida (casado) e Ignácia Maria do Espírito Santos (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre Ângelo Custódio de Jesus Maria. Consta que a proprietária era solteira e filha de Manoel da Cruz e Escolástica de Sousa. Alves (2015), Assentos de Batismo, APIMNSM, 1752-1837.

<sup>92</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco da Cruz (solteiro) e Ana Joaquina (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre João David Madeira. *Idem*.

<sup>93</sup>Consta que os padrinhos foram João de Farias (solteiro) e Domingas (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre Veríssimo Machado. Consta que o proprietário era solteiro e que a madrinha era escravizada do Sargento Mor Jozé Francisco Alveres Pequeno. *Idem*.

<sup>94</sup>Consta que os padrinhos foram Bento Antonio Roiz e sua esposa Anna Roiz de [Sousa?], tendo realizado a cerimônia o padre José Coelho de Lemos. *Idem*.

<sup>95</sup>Consta que os padrinhos foram João de Mello (solteiro) e sua irmã Ana Maria (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro. *Idem*.

<sup>96</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel da Silva (solteiro) e Ignacia Maria do Livramento (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro. *Idem*.

Maria <sup>97</sup>	Parda	Arcangela	NC	João Cavalcante	?/05/1776	04/06/1776	Faz. Bananeira
João <sup>98</sup>	Parda	Ângela	NC	João Cavalcante	NC	12/06/1790	Faz. Bananeira
Fabiana <sup>99</sup>	Preta	Luzia	Miguel	Francisco Duarte	12/03/1796	19/03/1796	Faz. Retiro
Florência <sup>100</sup>	Preta/Cabra	Luzia	NC	Francisco Duarte	NC/04/NC	28/06/1794	Faz. Retiro
João <sup>101</sup>	Parda	Antonia	NC	Antônia Alves Bezerra	26/06/1790	21/08/1790	Faz. São Gonçalo
Ângela <sup>102</sup>	Parda	Damasia	NC	Antônia Alves Bezerra	29/07/1790	21/08/1790	Faz. São Gonçalo
Gonçallo <sup>103</sup>	Preta	Jozefa	NC	João Mendes	16/12/1774	08/02/1775	Faz. São Gonçalo
Maria <sup>104</sup>	NC	Feliciano	NC	Theodozio Gomes da Siqueira	NC	24/08/1786	Faz. São Gonçalo
Marcelino <sup>105</sup>	Preta	Maria	NC	José Rodrigues de Freitas	02/06/1792	30/07/1792	Faz. São Thomé
Ambrozio <sup>106</sup>	Preta	Jozefa	NC	José Roiz de Freitas	22/03/1797	22/07/1797	Faz. São Thomé
Cosma <sup>107</sup>	NC	Josefa	NC	[?] José Rois de Freitas	20/12/1798	05/05/1799	Faz. São Thomé
Damiana <sup>108</sup>	NC	Josefa	NC	[?] José Rois de Freitas	20/12/1798	05/05/1799	Faz. São Thomé

Fonte: (ALVES, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

<sup>97</sup>Consta que os padrinhos foram Domingoz Bezerra Cavalcante e Urçulla Cavalcante, consta que os padrinhos eram irmãos, tendo realizado a cerimônia o padre Sylvestre de São Joze. *Idem*.

<sup>98</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Cavalcante e Josefa Alves Feitosa, tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro. Consta que os padrinhos eram pai e filha. *Idem*.

<sup>99</sup>Consta que os padrinhos foram Felis de Cunha casado com a madrinha Francisca Vieira, tendo realizado a cerimônia o padre Antonio de Santa Tereza de Jesus. *Idem*.

<sup>100</sup>Consta que os padrinhos foram Joaquim da Silva e Luzia Roiz, tendo realizado a cerimônia o padre José Coelho de Lemos. Consta que O padrinho é escravizado de Thomé Ribeiro e a madrinha de Antonio Alves de Jesus. *Idem*.

<sup>101</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel de Govea Sousa (solteiro) e Maria Tavares (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro. *Idem*.

<sup>102</sup>Consta que os padrinhos foram Carlos José e Joana Antunes, tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro. Consta que Padrinho por procuração ap. p/ João Alves Beserra. Madrinha por procuração ap. p/ Maria Tavares *Idem*.

<sup>103</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Perera e Theresa de Jesus, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco Ordenha de Sopedá. *Idem*.

<sup>104</sup>Consta que os padrinhos foram José Ribeiro (escravizado) e Ignacia (escravizado), tendo realizado a cerimônia o padre José Coelho de Lemos. *Idem*.

<sup>105</sup>Consta que os padrinhos foram Policarpo da Veiga (solteiro) e Josefa Cordeiro (solteira), tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro.

<sup>106</sup>Consta que os padrinhos foram Felis Ferreira Maciel e Antônia Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Fabricio da Porciuncula Gameiro.

<sup>107</sup>Consta que os padrinhos foram [?] de Santa Ana e NC madrinha, tendo realizado a cerimônia o padre José Ignacio dos Santos Leal.

<sup>108</sup>Consta que esta criança era gêmea com a anterior e que os padrinhos foram Sipriano Jozé do Nascimento e NC madrinha, tendo realizado a cerimônia o padre José Ignacio dos Santos Leal.

Os batismos dos escravizados ocorriam em uma determinada fazenda, o que não significa que o escravizado pertencesse a ela. Contudo, através do cruzamento de dados podemos averiguar a possibilidade dos escravizados serem da fazenda devido o proprietário possuir outros escravizados no mesmo local, ou até mesmo o fazendeiro fosse de alguma propriedade vizinha daquela que estava sendo realizado o batismo.

Tanto que analisando os registros da fazenda Amparo podemos perceber que: Ana Catarina era proprietária da escravizada Isabel que foi mãe de Josefa e Francisca. Maria Manoella era proprietária da escravizada Maria que foi mãe de Cosme e Damião que, possivelmente, eram gêmeos. Todos eram filhos naturais<sup>109</sup>.

Francisco Duarte Pinheiro, que aparece no quadro como batizando escravizados na Fazenda Retiro, também consta registros como proprietário das crianças Felis<sup>110</sup> e Felisberto<sup>111</sup>, também filhos de Luzia e Miguel (legítimos), que foram batizados na Fazenda de São João. No registro de Felis consta que o padrinho dele era escravizado do mesmo senhor da mãe e da criança, logo, esse documento traz o dado de três escravizados que pertenciam a esse fazendeiro. Francisco Duarte ainda aparece como proprietário de Felipe, filho de Rosa (natural) e batizado nessa mesma fazenda<sup>112</sup>, e de Theresa<sup>113</sup>, sem pais e local de batismo como declarados. Ele e sua esposa Anna Maria Vieira aparecem como padrinhos de Maria Ino<sup>114</sup>, filha de Domingas (solteira), escravizada de Pascoal Vieira Lopes, porém sem a notificação do local onde ocorreu esse sacramento. O casal também aparece como padrinhos de Pedro<sup>115</sup>, filho da escravizada Domingas, que pertenciam a Pascoal Vieira Lopes, tendo o batismo ocorrido na Fazenda Ema.

---

<sup>109</sup>Filhos naturais eram a prole gerada por mães escravizadas solteiras. Os filhos legítimos eram justamente os provenientes de casamentos legitimados pela Igreja católica, o que era raro na Paraíba nesse período existir casamentos entre os escravizados legitimados pela Igreja Católica. Assim sendo, os escravizados poderiam até conviverem como se fossem casados, se não houvesse o sacramento da Igreja Católica não era reconhecido o casamento e os filhos que nascessem eram tidos como naturais, isto é, de mãe solteira. Ver em Cavalcante, 2015, p. 22 e 40 e Alves, 2015, p. 80.

<sup>110</sup>Consta que essa criança foi batizada com 4 meses, em 10/07/1798, pelo padre José Ignacio dos Santos Leal e tendo como padrinhos os escravizados Manoel e Thomásia. O padrinho era escravizado do mesmo senhor da mãe da criança e a madrinha era escravizada de Antonio José Dias.

<sup>111</sup>Consta que essa criança nasceu em 06/11/1799, sendo batizada com 8 meses, em 10/07/1800, pelo padre Veríssimo Machado e tendo como padrinhos Francisco Alveres Feitoza e Mariana Tavares. Consta que Anna Maria Vieira, esposa de Francisco Duarte Pinheiro, também era proprietária dos escravizados.

<sup>112</sup>Consta que essa criança nasceu em 20/05/1800, sendo batizada em 10/07/1800, pelo padre Veríssimo Machado e tendo como padrinhos Manoel e Ana Maria Duarte. Consta que Anna Maria, esposa de Francisco Duarte Pinheiro, também era proprietária dos escravizados.

<sup>113</sup>Consta que essa criança foi batizada em 23/01/1773, pelo padre Alexandre de Sam Jozé Maria e tendo como padrinhos Pascoal Vieira (casado) e sua filha Isabel Vieira (solteira). Consta também que o padre era religioso do Carmo. Madrinha por procuração ap. p/ Antonio de Montes e sua mulher Maria José da Silva.

<sup>114</sup>Consta que essa criança foi batizada em 25/12/1770, pelo padre Francisco da Nunciação.

<sup>115</sup>Consta que essa criança nasceu em 12/07/1772 e foi batizada em 06/08/1772, pelo padre Alexandre de Sam Jozé Maria.

José Rodrigues de Freitas, da mesma forma que o anterior, aparece no quadro como batizando escravizados na Fazenda São Thomé, também é descrito nos registros batismais como proprietário das crianças Ilaria<sup>116</sup>, Thereza<sup>117</sup> e Rita<sup>118</sup>, filhas da escravizada de nome Maria, sendo a primeira batizada na Fazenda Tapera, a segunda na Fazenda De Trás da Serra e a terceira não conseguimos saber, pois o registro de batismo dela não traz a informação de onde o mesmo ocorreu.

O que percebemos é justamente os fazendeiros detinham proprietário de todos o território não apenas de São Thomé, mas de todo Cariri paraibano.

Dos 750 registros de batismos levantados por Alves (2015) como realizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, 18 aparecem como tendo ocorrido em fazendas que encontramos situadas no município de Sumé. Isso demonstra não apenas a existência de uma mão de obra escravizada nas terras sumeenses, mas da continuidade da exegese latifundiária na região que necessitava dessa mão de obra para cumprimentos do trabalho braçal. Relativo ao sexo desses escravizados, temos 9 masculinos e 9 femininos. Relativo à cor/origem étnica, aparecem 9 pretos; 5 pardos e 4 NC (Não consta).

Como os registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos advêm em nosso *locus* de pesquisa do século XVIII, e como eles eram catalogados pelas igrejas e capelas, foi necessário investigarmos se nesses registros era mencionado algum desses espaços religiosos com o nome de São Thomé. Desta feita, analisando o banco de dados de batizados de Alves (2015) e Cavalcante (2015), obtivemos:

#### **QUADRO 7 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NA CAPELA DE SÃO THOMÉ (1752-1815 E 1850-1871)**

Local de batismo	Batismos de escravizados (1752-1815) - Solange Mouzinho Alves	Batismos de escravizados (1850-1871) - Eduardo de Queiroz Cavalcante
Capela de São Thomé	0	76
Capela de Nossa Senhora da Conceição de São Thomé	0	2
Fazenda São Thomé	4	0
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>78</b>

**Fonte:** (ALVES, 2015; CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

<sup>116</sup>Consta que essa criança nasceu em 12/08/1794 e foi batizada em 16/11/1794, pelo padre Antonio de Santa Tereza de Jesus e tendo como padrinhos Bernardo José dos Santos e sua esposa Lourensa da Roxa.

<sup>117</sup>Consta que essa criança nasceu em 30/04/1796 e foi batizada em 19/05/1796, pelo padre Antonio de Santa Tereza de Jesus e tendo como padrinhos Geraldo Alves Ribeiro e sua esposa Maria Narcisa.

<sup>118</sup>Consta que essa criança nasceu em 10/11/1790 e foi batizada em 09/03/1791, pelo padre Caetano de São José e tendo como padrinhos Lourenço [Homem?] e sua esposa Inocencia de [Souza?]. Não consta no registro local do referido batismo.

Ao compararmos os dados dos autores supramencionados, percebemos que nos de Alves (2015) não aparecem registros de batismos na capela de São Thomé, sendo localizado apenas 4 assentos ocorridos na Fazenda São Thomé. Já nos dados de Cavalcante (2015) encontramos 78 registros de batismos realizados ali entre os anos de 1850 e 1871: 76 descrito como ocorrido na Capela de São Thomé e 2 na Capela de Nossa Senhora da Conceição de São Thomé<sup>119</sup>.

Ao filtrarmos do universo dos 1.522 registros de batismos de escravizados (1850-1871) de Cavalcante (2015) àqueles cujo local desse sacramento se deu Capela de São Thomé, identificamos o número de 76 assentos batismais que estão dispostos no quadro que segue:

#### **QUADRO 08 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS REALIZADOS NA CAPELA DE SÃO THOMÉ (1850-1871)**

Nome	Cor/ origem étnica	Pai	Mãe	Proprietário	Data nascimento	Data batismo
Oliminda <sup>120</sup>	Parda	NC	Francisca	Alexandre da Costa Brandam e Joaquina Bezerra	19/03/1853	25/09/1853
Rufina <sup>121</sup>	Parda	NC	Anna	Antão Ferreira Leite <sup>122</sup>	24/12/1853	13/02/1853
Vicencia <sup>123</sup>	Parda	NC	Maria	Antonio Bizerra Leal	13/07/1864	13/11/1864
Benedicto <sup>124</sup>	Criola	NC	Josefa	Antonio de Sousa Rolim <sup>125</sup>	27/10/1854	27/12/1854

<sup>119</sup>Não foi encontrado nenhum registro sobre a fundação da capela com o nome de São Thomé, porém, em Silva (2011) relata apenas que nome da Matriz de Sumé veio da antiga capela com o nome de Nossa Senhora da Conceição datada de 1819 (SILVA, 2011, p.65) quando a cidade era ainda vila. Contudo, como já se sabe, muitas capelas eram construídas dentro das fazendas e povoados. No caso em tela, a datação da Capela de Nossa Senhora da Conceição em 1819 é de quando Sumé era vila, não levando em conta o momento que a mesma constituía apenas um povoado, desta forma, a Capela pode ser mais antiga. Levando em consideração os primeiros registros de nascimento, batismo, crisma, casamentos e óbitos de escravizados, obtidos dos dados de Alves (2015) e Cavalcante (2015) data do ano de 1852 o primeiro registro da Capela de São Thomé, tratando-se do registro de batismo de Mariano, pardo, forro, filho natural de Urçula, escravizado de Francisco Antonio, tendo recebido o sacramento do batismo em 20 de julho de 1852. A documentação a traz inicialmente como filial da Matriz de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri e depois como filial da Matriz de Alagoa de Monteiro.

<sup>120</sup>Consta que os padrinhos foram Saturnino Bezerra dos Santos e Ursulina Senitina da Gloria, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>121</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Paranagua Mello e Theresa Fernandes ambos moradores da Freguesia de MSM, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>122</sup>Consta que o proprietário era casado.

<sup>123</sup>Consta que o proprietário alforriou a escravizada na Pia Batismal perante os padrinhos. Informa, ainda, que os padrinhos foram Saturnino Bizerra dos Santos (solteiro) e Joanna Maria (solteira) ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho Jose Bizerra.

<sup>124</sup>Consta que os padrinhos foram Ambrosio e Iria ambos escravizados e sem apresentar nome dos proprietários, tendo realizado a cerimônia o padre Jose Ambrosio da Costa Ramos.

<sup>125</sup>Consta que o proprietário era casado e não apresenta o nome do proprietário dos padrinhos.

Luis <sup>126</sup>	Crioula	NC	Josefa	Antonio de Sousa Rolim e sua mulher Sicilia Maria Magdalena	19/01/1859	22/03/1859
Vicente <sup>127</sup>	Parda	NC	Rosalina	Belarmino Antonio Alves Pequeno	30/05/1863	30/11/1863
José <sup>128</sup>	NC	NC	Rosalina	Belarmino Antonio Alves Pequeno e Anna Umbelina Alves Pequeno	30/09/1866	30/06/1867
Florencia <sup>129</sup>	Criola	NC	Theodora	Delfina Maria do Espirito Santo <sup>130</sup>	07/11/1852	24/04/1853
Alexandre <sup>131</sup>	Preta	NC	Delfina	Estevão Cavalcante <sup>132</sup>	03/12/1857	18/01/1858
Manoel <sup>133</sup>	NC	Simeão Ferreira dos Santos	Antônia	Florencia Maria da Conceição	24/09/1866	15/04/1867
Lino <sup>134</sup>	Parda	NC	Joaquina	Francelina Maria de Lima	23/09/1856	11/11/1856
Lino <sup>135</sup>	Mulata	NC	Joaquina	Francelina Maria de Lima	21/09/1857	11/11/1857
Jose <sup>136</sup>	Criola	NC	Rita	Francisca Maria da Conceição <sup>137</sup>	25/01/1853	10/04/1853
Jacinto <sup>138</sup>	NC	NC	Lusia	Francisca Maria da Conceição <sup>139</sup>	22/07/1866	15/04/1867
Mariano <sup>140</sup>	Parda	NC	Úrsula	Francisco Antonio	18/03/1852	20/07/1852

<sup>126</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Simões de Araujo e Joanna Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro e moradores da Freguesia de NSM.

<sup>127</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Ferreira de Freitas e Sebastiana Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro e moradores da Freguesia de MSN.

<sup>128</sup>Consta que os padrinhos foram Clementino Luis de Araujo e Maria das Virgens de Jesus, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro e moradores da Freguesia de MSN. No registro consta que a capela de São Thomé já pertencia a Matriz de Alagoa do Monteiro.

<sup>129</sup>Consta que os padrinhos foram Ambrosio e Iria, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves. Não contado a condição jurídica de nenhum dos dois padrinhos, porém ambos constam como “escravizados” no batismo do escravizado Benedicto cuja mãe era Josefa e a proprietária era Delfina Maria do Espirito Santo, batismo estes que se encontra na mesma tabela.

<sup>130</sup>Consta que a proprietária era residente na Carnaúba.

<sup>131</sup>Consta que os padrinhos foram Felis Paulino de Sousa e Francisca Xavier Correia, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro e moradores da Freguesia de MSN.

<sup>132</sup>Consta que o proprietário era casado.

<sup>133</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Alves Perequito e Maria Francisca da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Padrinhos moradores da Freguesia NSM.

<sup>134</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco Romualdo de Mello e Silveria Maria de Leite, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra.

<sup>135</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco Raimundo de Melo (solteiro) e Severina Maria Lima (NC), tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra.

<sup>136</sup>Consta que os padrinhos foram Vicente Ferreira de Mota e Francisca Maria da Anunciação, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves. Padrinhos eram moradores da Freguesia de NSM.

<sup>137</sup>Consta que a proprietária era residente na Fazenda Barriguda.

<sup>138</sup>Consta que os padrinhos foram José Virissimo da Silva e Donaria Francisca da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Consta que os padrinhos eram irmãos.

<sup>139</sup>Consta que a proprietária era viúva e que o padrinho era irmão da madrinha. Consta que os padrinhos foram tendo realizado a cerimônia o padre.

<sup>140</sup>Consta que a criança foi registrada como forra por vontade de seu senhor que residia na Freguesia de Nossa Senhora de Milagres. Consta que os padrinhos foram Agostinho Ferreira da Silva e Luisa Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Manoel Antonio dos Santos Moraes Pereira. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro e eram moradores da Freguesia de NSM.

Severina <sup>141</sup>	NC	NC	Joaquina	Francisco Antonio da Pas	09/09/1852	08/12/1852
Francisca <sup>142</sup>	Parda	NC	Úrsula	Francisco Antonio da Pas	13/11/1853	20/01/1854
Francisca <sup>143</sup>	Parda	NC	Manoela	Francisco Ferreira dos Santos <sup>144</sup>	16/02/1865	16/04/1865
Maria <sup>145</sup>	Parda	NC	Adriana	Francisco Ferreira dos Santos <sup>146</sup>	14/04/1871	14/05/1871
Jovina <sup>147</sup>	Criola	NC	Benedicta	Francisco Ferreira dos Santos	10/05/1871	17/08/1871
Guilhermina <sup>148</sup>	NC	NC	Delfina	Francisco Ferreira dos Santos <sup>149</sup>	13/10/1868	13/01/1869
Thereza <sup>150</sup>	Parda	NC	Marcella	Francisco Ferreira dos Santos e Antônia Barbosa <sup>151</sup>	12/09/1867	12/01/1868
Florencio <sup>152</sup>	Criola	NC	Florencia	Francisco Ferreira dos Santos e Francisca Maria da Conceição	16/04/1856	17/03/1857
Theodoro <sup>153</sup>	Parda	NC	Deolinda	Francisco Ferreira Xavier e Prociana Maria da Conceição	23/09/1866	10/04/1867
Raimundo <sup>154</sup>	Criola	NC	Maria	Francisco Rodrigues do Carmo	14/10/1864	14/03/1865
Joaquim <sup>155</sup>	NC	NC	Delfina	Francisco Siqueira dos Santos	25/02/1870	25/08/1870
Catharina <sup>156</sup>	Parda	NC	Isidora	Geronima Maria da Conceição	14/02/1860	08/03/1860
Maria <sup>157</sup>	NC	NC	Mariana	Gertrudes da Silva <sup>158</sup>	03/08/1852	01/11/1852

<sup>141</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Felis Torres e Angela Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves. Consta que ambos padrinhos eram moradores da Freguesia NSM.

<sup>142</sup>Consta que o proprietário era casado e que alforriou a criança por vontade do senhor na presença do pároco e dos padrinhos.

<sup>143</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel do Carmo Leitão (casado) e Josefa Maria do Carmo (casado), tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra Jacintho José Bizerra.

<sup>144</sup>No seu inventário datado de 1885, ela aparece como proprietária de terras em Tapera de Sucurú.

<sup>145</sup>Consta que os padrinhos foram José Monteiro Leite e Leopoldina Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Bizerra Jacintho José Bizerra. Consta que ambos padrinhos eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>146</sup>Consta que o proprietário era casado e que a capela de São Thomé era filial da Matriz da Alagoa do Monteiro.

<sup>147</sup>Consta que os padrinhos foram Simplicio Rodrigues Lima e Aguida Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>148</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Augusto de Araújo e Joaquina Rodrigues de Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>149</sup>Consta que o proprietário era casado e que Capela de São Thomé era filial da Matriz da Alagoa do Monteiro.

<sup>150</sup>Consta que os padrinhos foram Sebastião Rodrigues Pequeno e Joaquina Maria de Lira, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram moradores da Freguesia de NSM.

<sup>151</sup>No inventário de Antônia Barboza do Nascimento datado de 1879, ela aparece como proprietária de terras em Sussuarana.

<sup>152</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco Borges Rodrigues de Freitas e Ursulina Maria de Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>153</sup>Consta que os padrinhos foram José Joaquim Alves e Getrudes Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com outro e eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>154</sup>Consta que os padrinhos foram Luis Baptista Francisca e Maria de Alexandria, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que ambos padrinhos eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>155</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Rodrigues Lima e Francelina Maria Lira, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>156</sup>Consta que os padrinhos foram Adelino Jose Ferreira e Antonia Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que ambos padrinhos eram naturais de Freguesia de NSM.

<sup>157</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Bizerra da Silva Leal e Joana Francisca Lucina, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>158</sup>Consta que a proprietária era casada e residente nas Vargens.

Luisa <sup>159</sup>	NC	NC	Luisa	Ignacio Francisco da Silva <sup>160</sup>	13/12/1852	30/01/1853
Gertrudes <sup>161</sup>	Crioula	NC	Luisa	Ignacio Francisco de Sousa e sua mulher	NC	27/11/1859
Thomé <sup>162</sup>	Criola	NC	Luisa	Ignacio Francisco e Maria José	24/12/1861	24/04/1862
Isidoro <sup>163</sup>	Criola	NC	Luisa	Ignacio Francisco e sua mulher Maria Jose da Conceição	15/04/1857	07/06/1857
Bellino <sup>164</sup>	Criola	Luis Soares	Benedicta	João da Costa Neves e Manoela Rosa de Jesus <sup>165</sup>	01/01/1868	01/08/1868
Luis <sup>166</sup>	Parda	NC	Luisa	João de Amorim Sousa e sua mulher Francisca Maria da Purificação <sup>167</sup>	17/03/1859	24/04/1859
Amaro <sup>168</sup>	NC	NC	Ignacia	Joaquim Felipe de Freitas Barros	02/01/1853	17/05/1853
Gertrudes <sup>169</sup>	Preta	Ancelmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas	03/03/1852	17/10/1852
Benedicta <sup>170</sup>	Criola	NC	Onora	Joaquim Rodrigues de Freitas	20/02/1857	20/03/1857
Felicia <sup>171</sup>	Criola	Ancelmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas	12/11/1856	18/02/1857
Vicente <sup>172</sup>	Preta	NC	Francisca	Joaquim Rodrigues de Freitas	23/01/1858	25/03/1858
Lucas <sup>173</sup>	Parda	Anselmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas	18/10/1861	22/11/1861

<sup>159</sup>Consta que os padrinhos foram João do Ó Solidade e Theresa Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves. Consta que os padrinhos eram casados um com outro e naturais da Freguesia de NSM.

<sup>160</sup>Consta que o proprietário era casado e residente nos Pinhões.

<sup>161</sup>Consta que a cerimônia foi realizada pelo padre Jacintho José Bizerra, porém não consta nome dos padrinhos.

<sup>162</sup>Consta que os padrinhos foram Alexandre Francisco de Sousa e Maria das Dores, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro e naturais da Freguesia de NSM.

<sup>163</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Jose da Costa e Antonia Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram naturais de Freguesia de NSM.

<sup>164</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco de Amorim Sousa e Francisca Maria das Neves, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com outro e naturais de Freguesia de NSM.

<sup>165</sup>No inventário de Manoela Rosa de Jesus datado de 1870, ela aparece como proprietária de terras em Junco.

<sup>166</sup>Consta que os padrinhos Vicente Rodrigues da Costa e Anna Maria eram irmãos.

<sup>167</sup>Em seu inventário datado de 1867, ela aparece como proprietário de terras em Bom Sucesso, Rio Sucuru e Poço dos Bodes.

<sup>168</sup>Consta que os padrinhos foram João do Ó Solidade e Theresa Maria de Jesus, tendo realizado a cerimônia o padre Manoel Coelho Thomaz. Consta que os padrinhos eram casados um com outro e naturais de Freguesia de NSM.

<sup>169</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel e Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves, não constando o nome dos padrinhos. Consta que ambos padrinhos eram escravizados, não informando o nome dos proprietários dos padrinhos.

<sup>170</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio da Costa e Antonia Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que ambos padrinhos eram naturais da Freguesia de NSM.

<sup>171</sup>Consta que os padrinhos foram João Francisco de Barros e Severiana Florencia de Jesus, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>172</sup>Consta que os padrinhos foram Jose Gomes da Silva e Maria Jose da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jose Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com outro.

<sup>173</sup>O escravizado Lucas, apesar não ter sido batizado na Capela e nem em localidade referente à São Thome, mas tendo como local de batismo o Oratório Privado Bom Sucesso, era de filiação legítima de Anselmo e Rita, escravizados, e propriedade de Joaquim Rodrigues de Freitas que aparece na tabela também como proprietário dos escravizados Gertrudes, Águida, Felícia, Matheus, Romana e Manoel todos de filiação legítima de Anselmo e Rita, estes todos batizados na Capela de São Thomé.

Basilio <sup>174</sup>	Criolo	Anselmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas	06/06/1855	06/08/1855
Matheus <sup>175</sup>	Preta	Anselmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas	26/06/1865	26/11/1865
Romana <sup>176</sup>	Preta	Anselmo	Ritta	Joaquim Rodrigues de Freitas	19/12/1867	19/03/1868
Aguida <sup>177</sup>	Parda	Anselmo	Ritta	Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo	20/04/1854	23/07/1854
Manoel <sup>178</sup>	Criola	Anselmo	Rita	Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo	08/02/1863	25/04/1863
João <sup>179</sup>	Criola	NC	Francisca	Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo	17/12/1867	17/03/1868
Izabel <sup>180</sup>	Crioula	NC	Honoraria	Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria da Conceição	19/12/1858	19/01/1859
Theresa <sup>181</sup>	Crioula	André	Ritta	Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo	24/03/1859	24/04/1859
Silveria <sup>182</sup>	NC	NC	Maria	José Antonio de Freitas e Anna Francisca da Conceição	28/02/1867	05/03/1867
Joanna <sup>183</sup>	NC	Luis	Joaquina	José de Sá Cavalcante e sua mulher Dona Maria	27/08/1858	27/09/1858
Sebastiana <sup>184</sup>	Crioula	NC	Catharina	José do Carmo e sua mulher Maria Magdalena	12/09/1858	27/09/1858
Domingos <sup>185</sup>	Preta	NC	Quiteria	José do Monte	25/05/1865	10/12/1865

<sup>174</sup>Da mesma forma que o escravizado Lucas, o escravizado Basílio foi batizado no Oratório Privado Bom Sucesso, sendo de propriedade de Joaquim Rodrigues de Freitas e de filiação legítima de Anselmo e Rita, escravizados, que aparece na tabela como pais dos escravizados Gertrudes, Águida, Felícia, Matheus, Romana e Manoel todos de filiação legítima de Anselmo e Rita, estes todos batizados na Capela de São Thomé.

<sup>175</sup>Consta que os padrinhos foram Manuel Freitas da Costa e Eugenia de Freitas Nunes, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra.

<sup>176</sup>Consta que os padrinhos foram Domingos Gonçalves de Oliveira e Joaquina Maria do Espírito Santo, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>177</sup>Consta que os padrinhos foram Mathias José Francisco e Maria Antonia, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>178</sup>Consta que os padrinhos foram Manuel Ferreira da Costa e Felicia Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>179</sup>Consta que os padrinhos foram Silvestre Pereira de Carvalho e Maria Magdalena Duarte, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>180</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Damario de Barros e Benvinda Alves Ribeiro, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com outro.

<sup>181</sup>Consta que os padrinhos foram Felis Pás Maciel (casado) e Sebastiana Rodrigues (casada), tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>182</sup>Consta que os padrinhos foram Joaquim de Mello e America Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>183</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Dionisio de Barros e Benvinda Alves Ribeiro, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>184</sup>Consta que os padrinhos foram Jose e Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Não consta o nome do proprietário dos padrinhos.

<sup>185</sup>Consta que os padrinhos foram Luis Ferreira de Mattos e Claudina Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra.

Amansio <sup>186</sup>	NC	NC	Lourença	Manoel Beserra de Vasconcellos <sup>187</sup>	01/09/1852	01/11/1852
Apolinario <sup>188</sup>	NC	Manoel	Dionisia	Manoel Biserra de Vasconcellos	08/01/1860	08/04/1860
Candida <sup>189</sup>	Parda	Manoel	Dionisia	Manoel Bizerra	10/06/1858	10/10/1858
José <sup>190</sup>	Parda	NC	Victoria	Manoel Bizerra	27/01/1864	27/03/1864
Benedicta <sup>191</sup>	NC	NC	Catharina	Manoel Correia	04/12/1866	10/01/1867
Narcisio <sup>192</sup>	Criola	Domingos	Cathia	Manoel Correia de Souza	01/04/1870	15/05/1870
Roque <sup>193</sup>	Criola	NC	Margarida	Manoel Ferreira de Freitas e Sebastiana Rodrigues	14/08/1862	14/04/1863
Verissimo <sup>194</sup>	Parda	NC	Margarida	Manoel Ferreira de Freitas e Sebastiana Rodrigues de Freitas	08/10/1867	08/12/1867
Ricarda <sup>195</sup>	NC	NC	Margarida	Manoel Rodrigues de Freitas e Sebastiana Rodrigues de Freitas	31/04/1867	31/05/1867
Antonia <sup>196</sup>	Mulata	NC	Monica	Manoel Ignacio Leitão e sua mulher Josefa Maria	10/03/1857	10/05/1857
Maria <sup>197</sup>	Parda	NC	Anna	Manoel Rodrigues Pequeno <sup>198</sup>	20/01/1853	14/02/1853
Benedicto <sup>199</sup>	Preta	NC	Anna	Manoel Rodrigues Pequeno e sua Mulher Herliandra Maria de Lima	NC	02/07/1858
Luis <sup>200</sup>	Criola	NC	Anna	Manoel Rodrigues Pequeno e sua mulher Liandra Maria da Conceição	05/04/1857	18/05/1857

<sup>186</sup>Consta que os padrinhos foram Marcolino de Freitas Ramos e Joaquina Rodrigues de Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>187</sup>Consta que o proprietário era casado e residente nas Vargens.

<sup>188</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Jose da Costa e Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que o padrinho era pai da madrinha

<sup>189</sup>Consta que os padrinhos foram e José Ferreira dos Santos (solteiro) e Theotonia, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que a madrinha era esposa de Antônio da Costa.

<sup>190</sup>Consta que os padrinhos foram João da Cruz Oliveira e Ursolina Celestina dos Santos, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>191</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Joaquim Montenegro e Maria do Rosario tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>192</sup>Consta que os padrinhos foram Mathias Ferreira da Gama e Januaria Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>193</sup>Consta que os padrinhos foram Augusto Rodrigues de Freitas e Joanna Rodrigues Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Jacinto José Bizerra.

<sup>194</sup>Consta que os padrinhos foram Agripino Rodrigues de Freitas e Belmira Rodrigues de Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>195</sup>Consta que os padrinhos foram Agostinho Francisco de Macedo e Feliciano Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>196</sup>Consta que os padrinhos foram Leone Rodrigues Barros e Secundina, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com outro.

<sup>197</sup>Consta apenas o nome do padrinho Antonio Jose Ferreira, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>198</sup>Consta que o proprietário era casado e residente na Fazenda Bananeira.

<sup>199</sup>Consta que os padrinhos foram Claudio Prudencio Ribeiro (solteiro) e Maria Francisca da Conceição (casada), tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>200</sup>Consta que os padrinhos foram Jose Rodrigues Lima Junior e Genilda Maria de Lira, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram irmãos.

Vicente <sup>201</sup>	Preta	NC	Lusia	Manoel Tomasio de Barros	02/02/1854	26/02/1854
Izidoro <sup>202</sup>	NC	NC	Lusia	Manuel Damario de Barros e Bemvinda Alves Ribeiro	25/01/1867	25/02/1867
Benedicta <sup>203</sup>	Crioula	NC	Quitheria	Margarida Francisca Maciel <sup>204</sup>	04/02/1860	19/04/1860
Francisca <sup>205</sup>	NC	NC	Luisa	Maria Magdalena dos Reis	24/03/1867	24/06/1867
Luiza <sup>206</sup>	Parda	NC	Magdalena	Mauricio Duarte e Joaquina Dias Chaves <sup>207</sup>	02/03/1868	15/03/1868
José <sup>208</sup>	Parda	NC	Secundina	Saturnino Bizerra dos Santos	17/04/1865	28/07/1865
Brasilina <sup>209</sup>	Parda	NC	Maria	Saturnino Bizerra dos Santos <sup>210</sup>	21/12/1863	26/01/1864
Maria <sup>211</sup>	Preta	NC	Maria	Saturnino dos Santos Bizerra	15/03/1865	15/10/1865
Ignes <sup>212</sup>	Parda	NC	Generosa	Ursulina Silistrina da Gloria	08/01/1859	17/04/1859
Theresa <sup>213</sup>	Criola	NC	Izabel	Vicente Ferreira da Motta <sup>214</sup>	01/04/1853	29/04/1853
Clemente <sup>215</sup>	Parda	NC	Miranda	Victorino Jose Leitão e sua mulher Rita da Gloria	30/11/1858	30/01/1859
Lino <sup>216</sup>	Parda	NC	Josefa	Victorino Rodrigues de Barros	13/09/1862	09/11/1862
Maria <sup>217</sup>	Criola	NC	Joanna	XX Rodrigues de Freitas <sup>218</sup>	10/11/1861	25/04/1862

**Fonte:** (CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

<sup>201</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Martins Ferreira e Joana Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>202</sup>Consta que os padrinhos foram Braz Antonio dos Santos e Guilhermina Adelina do Amor Divino, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>203</sup>Consta que os padrinhos foram Vicente Ferreira da Motta (casado) e Luduvina Maria do Espirito Santo (NC), tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>204</sup>Consta que a proprietária era viúva.

<sup>205</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel do Carmo Junior e Anna Maria de Jesus, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outros.

<sup>206</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco Dias Chaves e Felizarda Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>207</sup>Em seu inventário datado de 1868, ela aparece como proprietária de terras em Sucuru, Serrote Apertado e Riachão.

<sup>208</sup>Consta que os padrinhos foram José Antonio dos Santos e Antonia Joaquina de Oliveira, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>209</sup>Consta que os padrinhos foram Antonio Bizerra dos Santos e Joana Baptista de Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>210</sup>Consta que o proprietário era solteiro.

<sup>211</sup>Consta que os padrinhos foram João da Santa Cruz e Maria Quiteria de Freitas, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>212</sup>Consta que os padrinhos foram Victorino Rodrigues de Barros e Anna Florinda de Barros, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>213</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel Joaquim Bizerra e Anna Maria, tendo realizado a cerimônia o padre Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>214</sup>Consta que o proprietário era casado e residente na Vargem da Onça.

<sup>215</sup>Consta que os padrinhos foram Francisco Lauriano Leitão e Severina Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>216</sup>Consta que os padrinhos foram Luis Baptista Gonçalves (casado) e Maria Francisca do Nascimento (NC), tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra.

<sup>217</sup>Consta que os padrinhos foram José Mendes da Costa e Maria Joaquina do Rosario, tendo realizado a cerimônia o padre Jacintho José Bizerra. Consta que os padrinhos eram casados um com o outro.

<sup>218</sup>Consta que a proprietária era viúva e o primeiro nome da mesma se encontra rasurado.

Essa documentação traz descrita a informação de 78 batismos de escravizados ocorridos na Capela de São Thomé, não revelando onde estes de fato residiam. Assim, esses registros não significam que são de pessoas que necessariamente residiam na Fazenda São Thomé ou em outras que se situam nos limites do atual município de Sumé, uma vez que era comum de este tipo de sacramento ocorrer em capelas ou igrejas distantes dos locais onde as pessoas residiam, o que ocorria em razão da ausência de um padre que atuasse em suas imediações<sup>219</sup>. Dos 78 assentos, 6 trazem a descrição de onde a pessoa batizada era, sendo 5 em propriedades que se situam nos limites atuais de Sumé (Carnaúba, Barriguda, Pinhões, Bananeira e Vargens – Várzea) e uma em uma propriedade que não sabemos informar onde se situa (Vargem da Onça). Constata-se que 4 registros dizem que as crianças foram alforriadas no ato do batismos (citar a criança, o fazendeiro e o ano).

Analisando a estrutura dos proprietários dos escravizados acima analisados no quadro, constata-se que os mesmos são possuidores de escravizados em várias localidades da Freguesia de NSM. Dessa forma, é comum termos escravizados de mesma filiação sendo batizados em várias fazendas, oratórios e capelas em diferentes lugares da região. Ainda os proprietários tanto podem aparecer possuindo sozinhos escravizados quando “dividindo” a posse com a esposa ou até irmã.

Os proprietários de escravizados que aparecem com maior número de registros é o casal Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo<sup>220</sup>, que, de acordo com o inventário desta última datado de 1885, residia no lugar denominado Várzea do Rio Sucuru<sup>221</sup>. Ao somarmos o número de crianças batizadas (11) com o de seus pais (06) totalizamos o registro de 17 pessoas que viviam sob essa condição jurídica naquela fazenda. A organização familiar destes pode ser compreendida da seguinte maneira: Rita e Ancelmo aparecem como pais de sete filhos nascidos ao longo de 15 anos (Gertrudes, Águida, Felícia, Lucas, Manoel, Matheus e Romana).

Através dos registros cartorários não temos como identificar se as construções familiares dos escravizados perduram na presença dos filhos junto aos pais, ou se os mesmos são afastados através da venda, herança ou doação, assim “Os registros de batismo, infelizmente, não nos possibilitam identificar se estes filhos cresceram na presença dos pais, no entanto, o que pôde

---

<sup>219</sup>Os 76 registros informam que os padres que os realizaram foram os seguintes: Manoel Antonio dos Santos Moraes Pereira (01); Bernardo Jose Gonçalves (14); Manoel Coelho Thomaz (01); José Ambrósio da Costa Ramos (01); e Jacintho José Bizerra (59).

<sup>220</sup>Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo aparecem como pais de 12 filhos, ver em inventário Quadro 30 de Paula Maria do Carmo.

<sup>221</sup>Não identificamos fazenda ou sítio no município de Sumé com essa denominação, sendo possível que com o tempo ela passou a receber outra toponímia. É possível que ela possa ser uma das propriedades Várzea, Várzea da Roça e Várzea do Estevão, pois elas se encontram nas proximidades do rio Sucuru.

ser identificado foram relações duradouras entre alguns casais de escravizados” (CAVALCANTE, 2015, p. 79). No caso dos escravizados Ritta e André aparecem como pais de Theresa (não sabemos se é a mesma Rita); Onora (Honória) aparece como mãe de Benedicta e Izabel, ambas de filiação naturais; e Francisca como mãe de Vicente e João, ambos de filiação naturais. Na tabela de *excel* também é possível observar a condição jurídica dos padrinhos, muitos eram parentes dos proprietários outros eram escravizados. Quando os pais tomavam como padrinhos pessoas não escravizadas era um ato de resistência. Assim Alves (2015) coloca:

Assim fica demonstrada a importância de se ter padrinhos livres, pois isto gerava esperanças entre os escravizados quanto à possibilidade de obterem ganhos, como a liberdade, por exemplo. Desse modo, essas escolhas faziam parte da agência dos escravizados, buscavam firmar alianças estratégicas que lhes possibilitassem obter ganhos no futuro. Mas não podemos perder de vista que são expectativas, possibilidades, pois a opressão do sistema escravista dificultava a mobilidade social dos escravizados. (ALVES, 2015, p. 29)

O batismo era uma forma que a classe dominada, os escravizados, arrumavam para burlar a opressão da classe dominante, eram brechas muitas vezes imperceptíveis para o olhar do latifundiário, mas que foram percebidas pelos escravizados que usaram disto como alternativa para poder salvar a vida de seus filhos e filhas.

O filho mais velho do casal Joaquim Rodrigues de Freitas e Paula Maria do Carmo se chamava Manoel Ferreira de Freitas e que foi casado com Sebastiana Rodrigues de Freitas<sup>222</sup>. No nome dele aparecem dois registros que informam que ele era proprietário da escravizada Margarida, que foi mãe de Roque, Veríssimo e Ricarda.

Francisco Ferreira dos Santos<sup>223</sup> aparece tanto possuindo sozinho escravizados, quanto sendo proprietário dos mesmos junto a Francisca Maria da Conceição<sup>224</sup> ou a Antonia Barbosa a posse de outros escravizados batizados na Capela de São Thomé. Desta forma, esse grupo, juntos, aparece com um considerável número de escravizados. Sendo que Francisca Maria da

---

<sup>222</sup>Dentro dos registros de batismo de escravizados da Capela de São Thomé, além dos nomes dos proprietários de escravizados Joaquim Rodrigues de Freitas, Manoel Ferreira de Freitas e Sebastiana Rodrigues de Freitas, constatamos outros nomes de familiares com o sobrenome “Rodrigues” ou “Freitas” que foram: Francisco Rodrigues do Carmo, Victorino Rodrigues de Barros, Manoel Rodrigues Pequeno, José Antonio de Freitas e Joaquim Felipe de Freitas Barros. Os “Rodrigues” e os “Freitas” juntos constituem a família que mais detinham escravizados batizados na Capela de São Thomé.

<sup>223</sup>Francisco Ferreira Santos aparece ainda batizando escravizados no Oratório Privado no Saco.

<sup>224</sup>Consta que Francisca Maria da Conceição foram os registros de batismo de escravizados na Capela de São Thomé, ela tinha escravizado na Fazenda Conceição, não se saber se era localizada no município atual de Sumé.

Conceição Santo ainda aparece como proprietária da escravizada Rita, mãe de José e residente na Barriguda<sup>225</sup>.

Delfina Maria do Espirito Santo aparece como proprietária da escravizada Theodora, mãe de Florência e residente na Carnaúba<sup>226</sup>.

Ignácio Francisco da Silva (Sousa) e sua mulher Maria José da Conceição aparecem como residentes nos Pinhões<sup>227</sup> e proprietários de Luisa, que foi mãe de Luisa, Getrudes, Thomé e Isidoro.

O casal Manoel Rodrigues Pequeno<sup>228</sup> e Herliandra Maria de Lima (Liandra Maria da Conceição) aparece nos registros batismais como residentes na Fazenda Bananeira<sup>229</sup> e como proprietários da escravizada Anna, que foi mãe de Maria, Benedicto e Luis.

Já sobre a propriedade Vargens (Várzea) aparecem dois registros de batismos: um em que Gertrudes da Silva é citada como casada e dona da escravizada Mariana, que foi mãe de Maria; e um em que Manoel Beserra de Vasconcellos é mencionado como casado e proprietário de Lourença, mãe de Amansio.

João de Amorim Sousa e sua esposa Francisca Maria da Purificação, que aparecem como proprietários de Luísa, que batizou seu filho Luís (24/04/1859) na Capela de São Thomé, aparecem nos registros como donos de mais três crianças filhas naturais dessa mesma escravizada, quais sejam: Paulo (08/07/1856)<sup>230</sup>, no Oratório Privado de Várzea da Onça; Luísa

---

<sup>225</sup>O sítio denominado Barriguda que se encontra nos limites de Sumé aparece no SNCR com 74,2 hectares. Ainda de acordo com esse banco de dados, no vizinho município de Serra Branca há uma Fazenda Barriguda com 1.007,00 hectares no nome de Djalma Morais da Silva.

<sup>226</sup>No SNCR referente ao município de Sumé aparece a Fazenda Carnaúba como pertencente a José Wilson Freitas Santa Cruz (51 hectares) e a Antônio Terto Patriota (700 hectares), já o sítio Carnaúba, que fica vizinho a primeira, é apresentado como de propriedade de 10 pessoas: Olímpio Leu de Lima, Antônio Félix da Silva, Maria Augusta Santa Cruz, André Medeiros de Freitas Filho, Hermínia Santa Cruz, José Valadares Freitas Santa Cruz, Manoel Messias Franca, 2 sítios em nome de Uberlândio Leo de Lima, José Feitosa Filho.

<sup>227</sup>No SNCR referente ao município de Sumé aparece a Fazenda Pinhões como pertencente a Maria José Silva de Barros (60 hectares) e a Oscar Severo de Macedo (734 hectares), já o sítio Pinhões, que fica vizinho a primeira, é apresentado como de propriedade de 14 pessoas: Mussoline Gregório Rafael e Terezinha, Gregório Rafael, Maury Saraiva Bezerra, Isabel Aragão Saraiva Bezerra, José Vanderlei Cavalcanti Sousa, Isolda Queiroz Duarte Ayres, Tarley Gonçalves de Sousa, Inácio Evangelista de Souza, Isolda Queiroz Duarte Ayres, Rômulo Mayer, Prefeitura Municipal de Sumé, Carlos Antônio Pereira, Isolda Queiroz Duarte Ayres, Romero Mayer, Jurandi Chaves de Souza.

<sup>228</sup>Consta que o proprietário além de ter batizado escravizado na Capela de São Thomé e Capela de Nossa Senhora da Conceição de São Thomé, batizou escravizado na fazenda Saco.

<sup>229</sup>Importante destacar que, de acordo com o SNCR, 625 hectares das terras da Bananeira são de propriedade da família Rodrigues de Siqueira. Cinco membros dessa família aparecem cada um com 125 hectares, quais sejam: Sueli André de Siqueira, José Ubirajara Rodrigues de Siqueira, Nivalci Rodrigues de Siqueira, Antônio Marcos Rodrigues de Siqueira e Marcos Antônio Rodrigues de Siqueira. Contudo, não tem como constatar ao certo se é descendente de Manoel e Herliandra.

<sup>230</sup>Consta que essa criança nasceu em 30/06/1856, e foi batizada pelo padre Thomas Coelho Estima e tendo como padrinhos João Rodrigues da Costa e Francisca Maria das Dores.

(20/07/1861)<sup>231</sup>, no Oratório Privado do Bom Sucesso; e Rita (19/11/1862)<sup>232</sup>, também no Oratório Privado do Bom Sucesso. João de Amorim Sousa também aparece como padrinho da criança Lucas, filha do casal Ancelmo e Rita, escravizados do já mencionado Joaquim Rodrigues de Freitas, residente no lugar Várzea do Rio Sucuru. Logo, é possível que tenha existido uma relação de aproximação entre esses dois latifundiários escravocratas. As terras dessa fazenda hoje se encontram localizadas no município de Sumé e as da Bom Sucesso na divisa dos municípios de Gurjão e Soledade.

Ao cruzarmos os “locais de batismos” dos mesmos 1.522 registros deste sacramento de escravizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri reunidos por Cavalcante (2015) com os nomes das primeiras fazendas presentes nas 10 sesmarias que abrangiam a área do atual território de Sumé (Catoé, Conceição, Olho D’água Oity, Gerimum, Cachoeira, Olho D’água do Cunha e Pedra Comprida), identificamos que 16 deles ocorreram naqueles latifúndios. Vejamos:

#### **QUADRO 9 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1850-1871)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Data nascimento	Data batismo	Local do batismo
Raimunda <sup>233</sup>	Preta	Valeria	NC	Anna Rita de Gouvea	02/10/1852	09/10/1852	Faz. Caxoeira
Manoel <sup>234</sup>	NC	Severa	NC	Emeliano Castor de Araújo <sup>235</sup>	05/07/1856	05/08/1856	Faz. Caxoeira
Maria <sup>236</sup>	Parda	Rosaria	NC	Ignácia Alves de Jesus	28/10/1861	27/03/1862	Faz. Caxoeira
Manoel <sup>237</sup>	Cabra	Anna	NC	Joanna Baptista	07/07/1855	16/08/1855	Faz. Caxoeira
Ângela <sup>238</sup>	Criola	Felipa	NC	João Baptista	13/07/1855	16/08/1855	Faz. Caxoeira
Miguel <sup>239</sup>	Parda	Felippa	NC	João Baptista de Araújo	17/03/1860	18/06/1860	Faz. Cachoeira

<sup>231</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que essa criança nasceu em 20/06/1861, não dizendo o nome do padre que a batizou e descrevendo que os seus padrinhos foram Antonio Rodrigues da Costa (casado) e Francelina Maria de Jesus (casada).

<sup>232</sup>Consta que essa criança nasceu em 24/09/1862, e foi batizada pelo padre José de Sousa Magalhães e tendo como padrinhos Manoel Gomes da Silva (casado) e Umbilina Duarte Pires (casada).

<sup>233</sup>Consta que os padrinhos foram Manoel de Gouvea Souza Junior (casado) e Maria Jose da Conceição (solteira), não consta o padre que realizou a cerimônia. Há a informação que a proprietária residia no Espírito Santo.

<sup>234</sup>Consta que o escravizado era de filiação natural e que os padrinhos foram Antonio Cordeiro Nunes e Antonia Francisca da Conceição, ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

<sup>235</sup>De acordo com Medeiros e Medeiros (1989, p. 95), Emeliano era casado com Maria do céu Gouveia de Araújo.

<sup>236</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que os padrinhos foram Paulo Alves e Maria de Jesus ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

<sup>237</sup>Consta que o escravizado era de filiação natural e que os padrinhos foram Manoel Jacintho de Mello casado com a madrinha Barbara Maria do Espírito Santo, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>238</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que os padrinhos foram Carlos de Gouveia (casado) e Maria do Ceo Gouveia (casada), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>239</sup>Consta que o escravizado era de filiação natural e que os padrinhos foram Antonio Cordeiro Nunes casado com a madrinha Joaquina Rosa das Virgens, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

Rosaria <sup>240</sup>	Parda	Felippa	NC	João Baptista de Araújo	11/09/1861	27/03/1862	Faz. Caxueira
Clara <sup>241</sup>	Parda	Luzia	NC	Manoel de Gouveia Sousa	17/08/1851	28/08/1851	Faz. Caxueira
Ignacia <sup>242</sup>	Parda	Feliciana	Vicente	Manoel de Gouveia Sousa	27/09/1858	15/10/1858	Faz. Cachoeira
Josefa <sup>243</sup>	Criola	Catharina	NC	Maria Rosa	01//08/1862	03/10/1864	Faz. Caxueira
Joana <sup>244</sup>	Parda	Josefa	NC	Maria Úrsula de Gouveia	29/05/1862	22/07/1862	Faz. Caxueira
Antônio <sup>245</sup>	Gentio da Angola	NC	NC	João Vieira	07/12/1812	07/12/1852	Faz. Olho Dagoa do Cunha
Jacó <sup>246</sup>	Gentio da Angola	NC	NC	João Vieira	07/12/1832	07/12/1852	Faz. Olho Dagoa do Cunha
Luis <sup>247</sup>	Gentio da Angola	NC	NC	João Vieira	07/12/1834	07/12/1852	Faz. Olho Dagoa do Cunha
Pedro <sup>248</sup>	Parda	Eusebia	NC	Manoel João de Melo	12/12/1856	05/07/1857	Faz. Olho D'Agua
Faustina <sup>249</sup>	Criola	Theresa	NC	Estevão Cavalcante de Albuquerque <sup>250</sup>	20/02/1854	28/06/1854	Faz. Pedra Cumprida

Fonte: (CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

<sup>240</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que os padrinhos foram Manel Pereira de Albuquerque e Maria Pereira ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

<sup>241</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que os padrinhos foram Carlos (solteiro) e Josefa (solteira) consta que ambos eram moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Paulino Villar dos Santos Barbosa. O registro não informa o sobrenome dos padrinhos, não constando a condição jurídica dos mesmos.

<sup>242</sup>Consta que a escravizada era de filiação legítima e que os padrinhos foram Paulo Alves Bizerra (casado) e Maria Magdalena da Conceição (casada), tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

<sup>243</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural, não constando o nome dos padrinhos, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

<sup>244</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que os padrinhos foram Feliz (escravizado) e Anna Maria da Conceição, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha. Não consta o nome do proprietário do padrinho.

<sup>245</sup>Consta a filiação do escravizado, mas que os padrinhos foram Jose Francisco (casado) morador da Freguesia de NSM, não constando o nome da madrinha, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco João de Santa Delfina.

<sup>246</sup>Consta a filiação do escravizado, mas que os padrinhos foram Lourenço Pas Lima casado com a madrinha Iria Maria dos Santos, ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco João de Santa Delfina.

<sup>247</sup>Consta a filiação do escravizado, mas que os padrinhos foram Eugenio Rodrigues Fernandes (solteiro) e Antonia Maria da Costa, ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco João de Santa Delfina.

<sup>248</sup>Consta que o escravizado era de filiação natural e que os padrinhos foram Jose Ferreira do Cumbi e Seiça Maria da Conceição, ambos solteiros e moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Jose de Sousa Magalhães.

<sup>249</sup>Consta que a escravizada era de filiação natural e que os padrinhos foram Eduardo e Victoria ambos escravizados e moradores da Freguesia de SM, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco João de Santa Delfina. O registro não informa o nome dos proprietários dos padrinhos.

<sup>250</sup>Consta que o proprietário era casado e residente na Freguesia de Taquara. Cf. Registro de Batismo de Faustina, 1854. Esse Coronel era fazendeiro abastado e proprietário dos Engenhos Tabu, onde residia, e do Engenho Souza, que ficavam na antiga Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França, no povoado de Taquara, hoje no município de Pitumbu, no Estado da Paraíba (Diário de Pernambuco, 09.11.1861). Foi também um grande proprietário no Recife. Casou-se com sua parenta Joaquina Delfina de Sá e Albuquerque. Cf. [https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=273&ver=por&ori=&c\\_palavra=](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=273&ver=por&ori=&c_palavra=).

Observamos que, dos 1.522 registros de crianças e adultos escravizados que foram batizados no território que pertencia a Freguesia de São João do Cariri, entre os anos de 1849 e 1872, 16 deles ocorreram nas fazendas Cachoeira, Olho D'agua do Cunha, Pedra Comprida, localidades que constam nas sesmarias do séc. XVIII do território de Sumé. Destas 16 crianças e adultos batizados, 07 eram do sexo masculino e 09 do feminino.

Com relações a Fazenda Cachoeira examinamos a existência de 11 proprietários todos possuidores de escravizados: João Baptista de Araújo<sup>251</sup> aparece como proprietário da escravizada Felipa, mãe de Ângela, Miguel e Rosaria todos de filiação natural. Outra pessoa com o mesmo sobrenome, Emeliano Castor de Araújo, aparece como proprietário naquela fazenda da escravizada Severa que havia sido mãe de Manoel (filiação natural).

Manoel de Gouveia Sousa aparece como proprietário da escravizada Luzia, mãe de Clara (filiação natural). Ele também aparece como dono Feliciano e Vicente, pais de Ignácia (filiação legítima). Duas mulheres dessa mesma família também aparecem como proprietária de escravizados: Maria Úrsula de Gouveia<sup>252</sup> e Anna Rita de Gouveia<sup>253</sup>. A primeira era dona de Josefã (filiação natural), mãe de Joana e a segunda tinha a propriedade de Raimunda (filiação natural) cuja mãe se chamava Valeria.

Ainda há dois registros de batismos que notificam que os proprietários dos escravizados residiam na Fazenda Cachoeira. Banedicta, filha de Isabel, nascida em 01/09/1857, batizada em 01/11/1857, aparece como batizada no Oratório Privado na Fazenda João Fernandes, sendo

---

<sup>251</sup>João Baptista de Araújo junto com sua esposa Josefã Maria Gouveia ainda possuía escravizada com mesmo nome de Filippa mãe do escravizado Thomas de filiação natural que foi batizado na Caldeira (que no registro consta que pertencia a Cuité) cujo padre responsável pelo batismo foi Antonio Dias Cunha e os padrinhos foram André de Sousa Gouveia casado com a também madrinha Ana Baptista Gouveia ambos moradores da Freguesia de NSM. Ainda possuía escravizada Vicencia cuja mãe também se chamava Filipa, consta que a escravizada era de filiação natural e que tinha sido batizada na fazenda Olho d'agua pelo padre Herculano Xavier Rocha cujo padrinhos foram Manoel Pereira Junior (casado) e Delfina de Jesus (casada). Ainda consta novamente que João Baptista de Araújo junto com sua esposa Josefã Maria Gouveia possuía escravizado Sebastião de filiação natural cuja mãe se chamava Filippa, em que consta local de batismo no Oratório Privado da Fazenda Capoeira, cujo padre que realizou o batismo foi José Ambrósio Costa Ramos e os padrinhos foram Manoel Maria Guimrães e Anna Maria Honorato.

<sup>252</sup>A proprietária ainda possuía escravizado Martinho filho de Luiza (filiação natural) batizado a Igreja Matriz de NSM, batizado pelo padre Jose Jesuino Chacon, e padrinhos Felis da Rocha e Maria Jose moradores da Freguesia de NSM. Ainda possuiu escravizada com o nome Benedicta filha dos escravizados Francisco e Lusía de filiação legítima, batizada no Oratório Privado na Capoeira, não constando nome do padre, tendo como padrinhos José Baptista de Araujo Junior e Maria José todos moradores da Freguesia de NSM. A proprietária ainda possuía a escravizada Josefã cuja mãe era a escravizada Josefã, de filiação natural, onde foi batizada no Oratório Privado em São Bento pelo padre Francisco Alves, na presença dos padrinhos Manoel Maria da Costa casado com a madrinha Anna Maria do Espírito Santo ambos moradores da Freguesia de NSM.

<sup>253</sup>Anna Rita Gouveia ainda aparece como proprietária de Ignacia (filiação natural) cuja mãe também se chamava Valeria, em que a mesma foi batizada no Oratório Privado da Fazenda Espirito Santo, não contando o nome do padre, mas apenas dos padrinhos Brás Jose de Lima (solteiro) e a madrinha Anna Jose (solteira), ambos moradores da Freguesia NSM. Informa que neste momento a proprietária era viúva.

ambas pertencentes a Manoel de Gouveia Junior que era morador na Caxueira. Antônio, filho de Theresa e Leonardo, nascido em 15/05/1858, batizado em 23/05/1858, aparece como batizado na Capela de Santa Anna do Congo, sendo os três de propriedade de Leonardo Biserra que era morador na Caxueira.

Grandes fazendas, a exemplo da Fazenda Olho D'água do Cunha, mantinham seus oratórios privados para onde, de tempo em tempo, se dirigiam os poucos padres dispersos pela Freguesia de São João do Cariri, ocasiões onde ocorriam os ritos e sacramentos cristãos. Sobre isso, temos o exemplo posto no quadro anterior de que o padre Francisco João de Santa Delfina, em 07 de dezembro de 1852, batizou, na Fazenda Olho D'água do Cunha, Antônio, Jacó e Luis nascidos em 1812, 1832 e 1834, respectivamente, que pertenciam ao Coronel João Vieira.

Nas tabelas onde constam as informações sobre os escravizados das localidades que englobam a Freguesia de NSM, também podemos observar a condição jurídica dos padrinhos, que poderiam tanto ser pessoas escravizadas quanto não escravizadas, inclusive o que foi constatado, na análise dos registros, foi que na maioria das vezes os padrinhos eram grandes proprietários de outras grandes fazendas. Vale salientar que quando o escravizado optava por escolher um proprietário de terras da região como padrinhos ou madrinhas, era uma forma de resistência ao próprio sistema escravista, era uma maneira de obter benefício para os filhos que agora seria “afilhado” do proprietário. Segundo Alves (2015, p.16):

Deste modo, a participação nesses rituais católicos se constituía em uma possibilidade de firmar sociabilidades e a expectativa era obter benefícios e/ou favorecimentos, em alguns casos filhos de escravizados conseguiram ser libertados no momento do batismo, por exemplo. Além disso, a “carta de um padrinho” era um recurso importante para obter favorecimentos em momentos difíceis. Desta maneira, a história social da escravidão vem levantando muitas experiências dos escravizados e outras explicações históricas para o sistema escravista.

Dessa forma, os padrinhos seres não escravizados, proprietário era uma forma de “brecha” era uma forma que os escravizados utilizavam para burlar a dominação senhorial e obter melhores meios de sobrevivência no sistema escravista, sendo formas de resistência para obter a liberdade e condições de subsistência.

Na tentativa de encontrar os escravizados na região que deu origem ao território *locus* de nossa pesquisa, ainda cruzamos os “locais de batismos” dos 1.522 assentamentos deste sacramento catalogados por Cavalcante (2015) com os nomes das fazendas que aparecem no banco de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (2019) de Sumé e identificamos outros 20 registros que apresentam nomes de sítios e fazendas que atualmente fazem parte desse município. Vejamos:

**QUADRO 10 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO  
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1850-1871)  
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1850-1871) SNCR**

Nome	Cor/ Origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Data Nascimento	Data Batismo	Local do batismo
Cenaco <sup>254</sup>	Criola	Maria	NC	Francisco Rodrigues de Barros	16/03/1855	19/06/1855	Faz. Amparo
Luiza <sup>255</sup>	Criola	NC	NC	Jose Carneiro	06/01/1856	26/07/1856	Faz. Amparo
Antonio <sup>256</sup>	Preta	Izidora	NC	Jerônimo Maria da Conceição	08/07/1865	19/07/1865	Faz. Amparo
Luisa <sup>257</sup>	Parda	Alexandrina	Maximiano	João de Sá Cavalcante	27/10/1858	02/11/1858	Faz. Bananeira
Maria <sup>258</sup>	Parda	Joana	NC	Antonio Vicente Correia de Souza	15/08/1860	11/11/1860	Faz. Bananeira
Luis <sup>259</sup>	Criola	Maria	NC	Lourenço Martins dos Santos	14/08/1854	17/10/1854	Faz. Duas Barras
Rosaria <sup>260</sup>	Crioula	Sebastiana	NC	Ricardo Correia de Salis	10/03/1861	18/03/1861	Faz. Feijão
Luisa <sup>261</sup>	Parda	Luisa	NC	Ignacio Francisco de Sousa	15/02/1854	01/10/1854	Faz. Junco
Benedicta <sup>262</sup>	Crioula	Jacintha	NC	Manoel Correia de Sousa	30/04/1861	19/07/1861	Faz. Nova
Carlota <sup>263</sup>	Parda	Sebastiana	NC	Virissimo Jose de Lima	02/07/1861	02/12/1861	Faz. Nova

<sup>254</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram Manoel Rodrigues de Barros casado com a madrinha Maria Theresa das Virgens, ambos moradores da Freguesia de NSM, não constando o padre que realizou a cerimônia.

<sup>255</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram Manoel do Carmo e Francisca Delfina do Espírito Santo, ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco Ananias de Farias Castro.

<sup>256</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram Manoel Ferreira da Costa e Joana Maria da Conceição, ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta nome do padra que realizou a cerimônia.

<sup>257</sup>Consta que a filiação da escravizado era legítima, e que os padrinhos foram Antonio Vicente Correia (casado) e Josefa Maria da Conceição (solteira), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>258</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram Porfirio Rodrigues (solteiro) e Joaquina Maria da Conceição (casada), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>259</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram Manoel Francisco de Freitas, casado com a madrinha Maria da Conceição, ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco João de Santa Delfina.

<sup>260</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram João Gomes Martins (solteiro) e Ursula Maria da Conceição (viúva), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>261</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram Felismino Ferreira Leitão (solteiro) e Josefa Leite (solteira), ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Francisco João de Santa Delfina.

<sup>262</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram Lucino Correia de Sousa (solteiro) e Josefa Maria da Conceição (solteira), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>263</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram Autão Ferreira (casado) Josefa Maria da Conceição (viúva), ambos moradores da Freguesia de NSM, tendo realizado a cerimônia o padre Herculano Xavier da Rocha.

Ignacia <sup>264</sup>	Parda	Catharina	NC	Francisca Fernandes de Oliveira	05/04/1863	07/04/1863	Faz. Retiro
Paula <sup>265</sup>	Parda	Manoela	NC	João Capistrano Rodrigues de Freitas	02/06/1868	08/10/1868	Faz. Saco
Laurentino <sup>266</sup>	Parda	Manoela	NC	Francisco Ferreira dos Santos	02/06/1868	08/10/1868	Faz. Saco
Amaro <sup>267</sup>	Parda	Emerenciana	NC	Manoel Bizerra	15/01/1852	11/10/1852	Faz. São Gonçalo
Maria <sup>268</sup>	Parda	Damiana	NC	Anna Joaquina de Sousa	08/04/1854	06/10/1854	Faz. São Gonçalo
Agostinho	Parda	Francelina	NC	Manoel Biserra do Valle	04/05/1854	05/10/1854	Faz. São Gonçalo
Angelo <sup>269</sup>	Parda	Clemencia	NC	Manoel Biserra do Valle	28/05/1854	05/10/1854	Faz. São Gonçalo

Fonte: (CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

É importante informar que os registros de batismos descritos no Quadro 10, ocorreram nos oratórios privados que essas grandes fazendas mantinham em suas dependências. Através dos dados obtidos pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (2019) conseguimos realizar o cruzamento de dados com algumas fazendas encontradas com base nos dados de Cavalcante (2015) e, além de trazer as fazendas que apareceram nos dados de Alves (2015) e que estão dispostas no Quadro 6 (Amparo, São Gonçalo, Retiro, Bananeira e São Thomé),

<sup>264</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram Antonio José Biserra casado com a madrinha Cosma Francelina de Oliveira, ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>265</sup>Consta que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram João Capistrano Rodrigues de Freitas e Josefa Rodrigues de Freitas (solteira), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia. O registro informa que mãe era escravizada de Francisco Ferreira dos Santos.

<sup>266</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram José Rodrigues de Freitas (casado) Francisca Rodrigues de Freitas (solteira), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>267</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram Francisco Manoel Guimarães (casado) e Clemencia Maria de Gouvea (solteira), ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>268</sup>Consta que a escravizada era forra, e que a filiação da escravizada era natural, e que os padrinhos foram Manoel Garcia dos Santos e Theodora Maria da Conceição, ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

<sup>269</sup>Consta que a filiação do escravizado era natural, e que os padrinhos foram Manoel Barbosa de Oliveira, casado com a madrinha Maria da Conceição, ambos moradores da Freguesia de NSM, não consta o nome do padre que realizou a cerimônia.

apresenta também outras fazendas circunscritas no município de Sumé (Duas Barras<sup>270</sup>, Feijão<sup>271</sup>, Junco<sup>272</sup>, Fazenda Nova<sup>273</sup>, Saco<sup>274</sup>)<sup>275</sup>.

Fazendo com correlação com as fazendas Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (2019) que foram encontradas em Alves (2015) e que estão o Quadro 6 (Amparo, Bananeira, Retiro, São Gonçalo) com as mesmas fazendas encontradas em Cavalcante (2015) e que estão dispostos no Quadro 10 a única aproximação entre os fazendeiro encontradas foi com a Família Bizerra (Bezerra), que no Quadro 6 foram um dos proprietários da fazenda São Gonçalo através da figura de Antônia Alves Bezerra e proprietários dos escravizados João e Ângela, batizados no ano de 1790, ainda sobre a fazenda Gonçalo no Quadro 10 aparece como proprietário Manoel Bizerra tendo batizado o escravizado Amaro no ano de 1852.

A outra correlação foi com a Fazenda Bananeira que no Quadro 6, aparece como um dos proprietários João Cavalcante, batizando os escravizados Maria e João, respectivamente no ano de 1776 e 1790. A fazenda Bananeira aparece no Quadro 10 como um dos proprietários sendo João de Sá Cavalcante, batizando a escravizada Luiza no ano de 1858.

Vale Salientar que não foram encontrados aproximação entre os escravizados. Ainda é importante perceber que os registros de batismos que se encontram no Quadro 6 são no mínimo 45 anos mais antigos do que o Quadro 10, dessa forma, desaparecendo o vínculo dos proprietários antigos com atuais devido a compra e venda das terras por outras pessoas ou até mesmo a continuação através da herança como podemos perceber com a família Bizerra e Cavalcante.

Ao somarmos os batismos ocorridos na Capela de São Thomé (78), com os realizados nas fazendas presentes nas 10 sesmarias (16) e os que se deram em sítios e fazendas que atualmente aparecem no banco de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR (2019)

---

<sup>270</sup>No SNCR referente ao município de Sumé aparece a Fazenda Duas Barras como pertencente a Givanildo Antônio Freire (816 hectares).

<sup>271</sup>No SNCR referente ao município de Sumé a antiga Fazenda Feijão aparece denominada de Projeto de Assentamento Mandacaru (4.384 hectares) no nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

<sup>272</sup>No SNCR referente ao município de Sumé aparece o Sítio Junco como pertencente aos seguintes proprietários: Luiz Albino de Souza (407 hectares), João de Oliveira Barros (388 hectares), Maria Gorete de Souza Almeida Araújo (109 hectares), Lúcio Duarte de Souza (40 hectares), Hildegunde Oliveira Ramos (36 hectares) e Edison de Oliveira Ramos (6 hectares).

<sup>273</sup>No SNCR referente ao município de Sumé aparece a Fazenda Nova como pertencente a Josafá Adolfo Barros Mayer (333 hectares).

<sup>274</sup>No SNCR referente ao município de Sumé aparece a Fazenda Saco Bamburral e Taboa como pertencente a Pedro Odom de Sousa (1.344 hectares) e o Sítio Saco I de propriedade de Maria Nilza de Souza Medeiros (417 hectares).

<sup>275</sup>Não afirmamos que essas fazendas são de fato as que hoje estão inseridas no município de Sumé, uma vez que é possível que existam outras grandes propriedades com os mesmos nomes circunscritas nos outros municípios que compõem o que no passado foi a área da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri.

do município de Sumé (17), chegamos ao total de 111 registros de escravizados recebendo esse sacramento cristão naquele território. Relativo ao sexo destes, obtemos o resultado de que 54 eram homens, 56 mulheres, 1 foi NC. Com relação à cor/origem étnica desses 111 escravizados, impetramos: 43 pardos; 33 criolos/crioulos; 17 NC (não consta); 12 pretos; 3 gentios da Angola; 1 cabras; e 2 mulatos.

Mas, se existiram escravizados é porque existiram os seus senhores. Posto isto, passamos a observar a relevância à propriedade dos escravizados pelas famílias de latifundiários da região em estudo, concordando que a mesma não se dava apenas por fausto, mais por se tratar de uma mão de obra que realizava todo o trabalho naquelas fazendas. O número de proprietários e a quantidade de escravizados que cada um tinha, analisando os Registro de Cavalcante (2015) entre os anos de 1849 e 1872, e Alves (2015) entre os anos de 1752 a 1815, entre batismos, crismas e óbitos, naquele território é demonstrado no quadro a seguir:

**QUADRO 11 - NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS E A QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS QUE CADA UM TINHA**

Nº DE PROPRIETÁRIOS		Nº DE ESCRAVIZADOS	
Quantidade Proprietários	Porcentagem	Quantidade escravizados	Porcentagem
61	71,7 %	1	0,7%
16	18,8 %	2	1,5%
4	4,7 %	3	2,3 %
1	1,1 %	4	3,1 %
1	1,1 %	5	3,8 %
1	1,1 %	6	4,6 %
1	1,1 %	8	6,2 %
<b>85</b>	<b>100%</b>	<b>129</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** (ALVES, 2015; CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

O quadro foi construído através das tabelas de batismos de Alves (2015)<sup>276</sup> e de Cavalcante (2015)<sup>277</sup>, em que analisamos os números de proprietários e de seus escravizados existentes nos registros de batismos ocorridos na Capela de Nossa Senhora de São Thomé, nas fazendas presentes nas 10 sesmarias e também naquelas que aparecem no banco de dados do SNCR correspondentes ao atual território do município de Sumé, totalizando 85 senhores que possuíam 129 escravizados. Observamos que 61 proprietários detinham cada um apenas 1 escravizado; enquanto 16 proprietários dispunham cada, um de 2 escravizados; 4 proprietários

<sup>276</sup>Ver Quadro 06 - Batismos de Escravizados no Território Correspondente ao Atual Município de Sumé-Pb (1752-1815).

<sup>277</sup>Ver Quadro 08 - Batismos de Escravizados Realizados na Capela de São Thomé (1850-1871), Quadro 9 - Batismos de Escravizados no Território Correspondente ao Atual Município de Sumé-Pb (1850-1871) e Quadro 10 - Batismos de Escravizados no Território Correspondente ao Atual Município De Sumé-Pb (1850-1871).

tinham cada um a posse de 3 escravizados; 1 proprietário tinha a propriedade de 5 escravizados; 1 proprietário possuía 6 escravizados; e apenas 1 proprietário detinha 8 escravizados.

Ao analisarmos as tabelas em Excel que foram organizadas por Alves (2015), conseguimos identificar vários registros referentes aos batismos de escravizados na área que corresponde ao atual município de Sumé, conforme descritos anteriormente. Contudo, no que diz respeito aos registros de crismas, casamentos e óbitos levantados por essa pesquisadora, notamos que eles se tornaram escassos. Vejamos:

**QUADRO 12 - REGISTROS DE BATISMOS, CRISMAS CASAMENTOS E ÓBITOS DE ALVES (1752-1837)**

Local	Batismos (1752-1815)	Crismas (1778-1816)	Casamentos (1752-1811)	Óbitos (1752-1808)	Total
Registros de escravizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri	750	435	132	373	1.690
Registros de escravizados no Termo ou proprietários de São Thomé	18	6	1	16	41

**Fonte:** (ALVES, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

O quadro acima demonstra o número total de 1.690 batismos, crismas, casamentos e óbitos de escravizados que ocorreram na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, e destes o quantitativo de 42 correspondem aos registros que ocorreram em locais correspondentes a São Thomé entre os anos de 1752 e 1837, observados através dos dados de Alves (2015). Dessa forma, conseguimos dos 750 registros de batismo da Freguesia de NSM, sendo que 18 ocorreram em localidades ou com nomes de proprietário de São Thomé. Com relação aos crismas, dos 435 que ocorrera na Freguesia, 6 corresponderam a São Thomé, ainda relativo aos casamentos dos 132 foram encontrados em NSM, houve apenas 1 registro que correspondesse à São Thomé e por último dos 373 óbitos registrados na Freguesia de NSM 16 ocorreram em localidade correspondentes à São Thomé.

O banco de dados de crismas colhidos por Alves (2015), na Freguesia de São João do Cariri traz a existência de 435 registros entre os anos de 1778 a 1816, porém neles não há a descrição dos locais em que as crianças escravizadas receberam aquele sacramento, o que dificultou a nossa busca por registros que se reportassem a área do atual município de Sumé. Mas, atentamos para o fato de realizarmos essa busca a partir dos nomes dos proprietários de fazendas que aparecem nos registros de batismos e conseguimos encontrar o resultado disposto no quadro a seguir. Vejamos:

**QUADRO 13 - CRISMAS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO  
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1778-1816)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Padrinho/madrinha	Data crisma
Theresa	NC	NC	NC	Francisco Duarte	Maria Roiz de Faria	NC
Pascoa	NC	NC	NC	Francisco Duarte	Maria Roiz de Faria	NC
Manoel	NC	NC	NC	Francisco Duarte	Domingos Neto	10/08/1778
Miguel	NC	NC	NC	Francisco Alves Pequeno	Francisco de Pontes	01/01/1780
José	NC	NC	NC	Francisco Alves Pequeno	Masimo da Silva	12/08 a 19/08/1792
Maria	NC	Damazia	NC	Antônia Alves de Jesus	Joana Maria do Espírito Santo	07/09/1789

**Fonte:** (ALVES, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

De acordo com os registros de batismos, Francisco Duarte aparece como morador na fazenda Retiro, Francisco Alves Pequeno na fazenda Amparo e Antônia Alves Pequeno na fazenda São Gonçalo. Assim, levantamos a possibilidade que se trata dos mesmos proprietários de escravizados que agora aparecem nos registros de crismas elencados nesse quadro. Verificar se as crianças crismadas são as mesmas que foram batizadas. Francisco Alves Pequeno aparece como padrinho no registro de Luduvico (29/12/1779), escravizado de Francisco [Teixeira?], proprietário na Freguesia do Caicó. No único registro que menciona a mãe é o de Maria, filha que era da escravizada Damazia.

No que diz respeito aos 132 registros de casamentos da Freguesia de São João do Cariri ocorridos entre os anos de 1752 e 1811, levantados por Alves (2015), só obtivemos 1 registro na Fazenda Retiro relativo a região de Sumé conforme dispostos no quadro que segue:

**QUADRO 14 - CASAMENTOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO  
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1752-1811)**

Noivo	Cor/ origem étnica	Proprietário	Noiva	Cor/ origem étnica	Proprietário	Local da cerimônia	Data da cerimônia
Miguel 278	Preta/Ge ntio de Angola	Francisco Duarte Pinheiro	Luzia	Preta/Ge ntio de Angola	Francisco Duarte Pinheiro	Fazenda do Retiro	15/06/1795

**Fonte:** (ALVES, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

O registro de batismo ocorrido na Fazenda Retiro que aparece no Quadro 6 é de um escravizado que pertencia a Francisco Duarte, ou seja se trata do mesmo proprietário do casal

<sup>278</sup> Apesar de Miguel e Luzia possivelmente serem os mesmos escravizados que constam no Quadro 06, tendo como proprietário Francisco Duarte sendo pais de Fabiana e possivelmente de Florência, não foram encontrados outros registros que pudessem fornecer maiores dados sobre o casal.

que contraiu núpcias (Miguel e Luzia) apresentado no Quadro 14. As testemunhas foram dessa mesma família: Jozé Duarte Pinheiro e Pascoal Duarte Pinheiro<sup>279</sup>. E o padre foi Fabrício da Porciúncula Gameiro.

Já no banco de dados colhidos por Alves (2015) referentes aos óbitos de escravizados na região da Freguesia de São João do Cariri, em que estão dispostos 373 registros, entre os anos de 1752 e 1808, não identificamos nenhum que trouxesse como “locais de batismos” o lugar “São Thomé”. O que significa dizer que, até essa última data, a Capela e o Cemitério de São Thomé ainda não existiam. De igual modo não localizamos assentos de sepultamentos ocorridos nas fazendas presentes nas 10 sesmarias (Catoé, Conceição, Olho D’água Oity, Gerimum, Cachoeira, Olho D’água do Cunha e Pedra Comprida), nem naquelas que aparecem no banco de dados do SNCR correspondentes ao atual território do município de Sumé. Contudo, tivemos a ideia de tentar filtrar nesse banco de dados aqueles registros que aparecem nos nomes dos proprietários que apareceram batizando escravizados no território correspondente ao atual município de Sumé-PB, como disposto no Quadro 6. O resultado dessa busca se encontra no quadro a seguir:

**QUADRO 15 - ÓBITOS DE ESCRAVIZADOS DE FAZENDEIROS QUE APARECEM BATIZANDO ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1761-1800)**

Nome	Cor/or igem étnica	Idade	Proprietário	Causa da morte	Local do sepultamento	Data
João <sup>280</sup>	Preta	80	Francisco Alves Pequeno	Faleceu da vida presente sem os sacramentos	Matriz NSM	21/11/1789
Alberto <sup>281</sup>	NC	16	Francisco Alves Pequeno	Faleceu da vida apressadamente sem sacramentos	Matriz NSM	04/02/1778
Josefa <sup>282</sup>	Preta	1	Maria Manoella	NC	Capela filial São Pedro do Cabrobó	15/09/1796
Paschoal? <sup>283</sup>	NC	1	Francisco Duarte Pinheiro	NC	Capela de Nossa Senhora Santa Anna do Congo	02/12/1778

<sup>279</sup>Localizamos o Inventário de Antônio Duarte Pinheiro, morador em Santana do Congo, datado de 1872. Possivelmente, este fosse de uma mesma família de Francisco, José e Pascoal.

<sup>280</sup>O proprietário tinha a patente de capitão, foi enterrado de hábito branco e o registro é assinado pelo padre Fabrício da Porciúncula Gameiro.

<sup>281</sup>O proprietário tinha a patente de capitão, foi enterrado de hábito branco e o registro é assinado pelo padre Jozé de Sam Jeronimo.

<sup>282</sup>Foi enterrada de hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>283</sup>Foi enterrado de mortalha branca e o registro é assinado pelo padre Francisco das Chagas.

Felis <sup>284</sup>	Preta	1	Francisco Duarte Pinheiro	NC	Capela do Congo	01/08/1798
Emerenciana <sup>285</sup>	Cabra	20	Antônia Alves Bezerra	Faleceu da vida presente sem os sacramentos	Matriz NSM	30/09/1790
Cosme <sup>286</sup>	Parda	1 m	Antônia Alves Bezerra	Foi encomendada	Matriz NSM	18/08/1792
Alexandre <sup>287</sup>	Cabra	6 m	Antônia Alves	Foi encomendada	Matriz NSM	23/10/1792
Manoel <sup>288</sup>	Preta	8 m	Antônia Alves Bezerra	NC	Matriz NSM	??/??/1793
Antônia <sup>289</sup>	Preta/Gentio de Angola	60	Antônia Alves Bezerra	Foi encomendada	Matriz NSM	24/10/1787
João <sup>290</sup>	Parda	10	Antônia Alves Bizerra	Foi encomendada	Matriz NSM	11/10/1793
Maria <sup>291</sup>	Parda	20	Antônia Alves Bezerra	Faleceu da vida presente sem os sacramentos	Matriz NSM	08/11/1793
Merencia <sup>292</sup>	NC	4	Antônia Alves de Jesus	NC	Matriz NSM	23/01/1800
Ignacia <sup>293</sup>	Preta	6	Theodozio Gomes	Foi encomendada	Matriz NSM	19/11/1792
Úrsula <sup>294</sup>	Preta	Párvula	Joaquim Rodrigues	Faleceu sem ser encomendada	Capela do Congo	22/02/1788
Antônio <sup>295</sup>	Preta/Nasção Parda	70	Jozé Rois de Freitas	Faleceu da vida presente com os sacramentos	Capela da Senhora Santa Anna	??/08/1761

Fonte: (ALVES, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

Neste caso, temos 7 óbitos de mulheres de 9 de homens. A grande maioria dos escravizados eram enterrados com hábito ou mortaldas brancas, para além do branco ter o significado de “pureza” dentro da liturgia cristã, e também africana, a cor branca era o tecido mais barato encontrado no comércio, as outras cores eram consideravelmente mais caras e era símbolo de “distinção” social entre os escravizados que eram enterrados com outras cores. Dessa forma, observamos que entre os escravizados, Felis, escravizado pertencente a Francisco Duarte Pinheiro foi enterrado o único enterrado com cor diferente dos demais, sendo hábito tafeté vermelho.

<sup>284</sup>Foi enterrado com hábito de tafeté vermelho e o registro é assinado pelo padre Antônio de Santa Thereza de Jesus.

<sup>285</sup>Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>286</sup>Consta que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>287</sup>Consta que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras Jesus.

<sup>288</sup>Consta que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>289</sup>Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>290</sup>Consta que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>291</sup>Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>292</sup>Consta que foi enterrada com hábito branco de [?] e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>293</sup>Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>294</sup>Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Joaquim Jozé de Veras.

<sup>295</sup>Consta que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Jozé Correa de Santa Anna.

Não conseguimos documentação comprobatória de onde residiam as pessoas listadas acima, exceto José Rodrigues de Freitas e Joaquim Rodrigues de Freitas, que, conforme já dito, moravam em Sucuru<sup>296</sup> e Várzea do Rio Sucuru, respectivamente. Ou seja, apenas esse último residia em área que atualmente se encontra nos limites territoriais de Sumé.

Dentre os 16 registros levantados, notamos que eles não trazem os nomes do pai e da mãe dos escravizados, exceto o de Paschoal (?), que cita Manuel como seu pai. Possivelmente, isso ocorria em razão da ausência destes na formação familiar dos defuntos. Também não informa se os esses escravizados eram filhos naturais ou legítimos, o que podemos constatar é que o maior número de óbitos de escravizados em São Thomé eram de crianças, percebe-se que dos 16 registros obtidos 10 foram crianças e 1 foi de um adolescente de 16 anos, essa baixa expectativa de vida não ocorria apenas na região de São Thomé, mas na própria Freguesia de NSM, segundo a Alves (2015, p.45) coloca:

Contudo, sabemos que no ano de 1802 também houve outra seca, mas nos registros na década de 1801 a 1808 foram feitos somente dois registros de óbitos. Isto nos leva a acreditar que muitos registros deixaram de ser feitos, pois outros documentos afirmam que ocorreram muitas mortes de cativos, como ressaltado por Almeida (1923). Além disso, os registros de óbitos informam sobre as idades em que morreram esses cativos, foram 172 ou 46,1% de pessoas adultas (16-100 anos); 183 ou 49,1% de crianças (até 15 anos); e não foi informada a idade em 18 ou 4,8 %. Todavia, não podemos afirmar se as crianças morriam com maior frequência que os adultos, pois percebemos que muitos registros deixaram de ser feitos. O que podemos assegurar é que os registros de óbitos eram representados em maior número e percentual pelas crianças<sup>25</sup>. Mas, ao trabalharmos com os dados disponíveis, verificamos que as secas, sobretudo entre 1791 e 1793, provocaram a morte de muitos escravizados.

Mesmo constatando a baixa expectativa de vida na Freguesia NSM e conseqüentemente em São Thomé, a falta de dados sobre a causa *mortis* não é claro não é possível determinar com exatidão que morriam mais crianças do que adultos.

No que se refere ao tipo de morte o registro não menciona as enfermidades, mas relata como causa *mortis*: “Faleceu da vida presente com o sacramento da penitência” ou “Faleceu com todos os sacramentos” ou ainda “Faleceu da vida presente com o sacramento da penitência e extremunção”.

A escolha por analisar mais profundamente os registros de batismos foi devido, além de serem em maior quantidade, detêm maior quantidade de informações registradas nesses documentos, informações muitas vezes escassas comparadas aos registros de nascimentos, crismas, casamentos e óbitos. Contudo, se fez importante nos debruçarmos ainda sobre os dados

---

<sup>296</sup>A fazenda Sucuru é hoje o distrito de mesmo nome e pertence ao município de Serra Branca que faz divisa com o de Sumé.

dos Livros de Óbitos da Freguesia Nossa Senhora dos Milagres, que contêm as mortes dos escravizados entre os anos de 1854-1872, dispostos na tabela de Cavalcante (2015). Adotando a mesma metodologia, primeiro filtramos do universo dos 211 registros de sepultamentos de escravizados organizados por esse pesquisador àqueles cujo local desses atos se deu em São Thomé e identificamos que destes apenas 11 foram registrados como ocorridos ali. Desta feita, para um melhor entendimento do número de escravizados no território de Sumé, construí o quadro com esses dados coletados. Vejamos:

#### QUADRO 16 - REGISTROS DE BATISMOS E ÓBITOS DE CAVALCANTE (1850-1872)

Local	Batismos (1850-1872)	Óbitos (1854-1872)
Registros de escravizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri	1.552	211
Registros de escravizados no Termo de São Thomé	111	11

Fonte: (CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

Ao realizarmos essa triagem dos óbitos, identificamos que os casos notificados foram feitos a partir das capelas e cemitérios que constava os nome de Capela de São Thomé e Cemitério de São Thomé<sup>297</sup>. Fato que esses escravizados realizavam todos os tipos de trabalho que, observando o registro de óbitos da freguesia de São João do Cariri, encontramos a causa da morte de alguns escravizados, vejamos:

#### QUADRO 17 - ÓBITOS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1854-1872)

Nome	Cor/ Origem Étnica	Idade	Proprietário	Causa da Morte	Local do Sepultamento	Data
Maria <sup>298</sup>	Criola	30	Estevão Cavalcante de Albuquerque	Moléstia de peito	Capela de São Thomé	16/11/1854
Benta <sup>299</sup>	Criola	35	Antônio Vicente Correia Lima	NC	Capela de São Thomé	17/01/1854

<sup>297</sup>De acordo com Cavalcante (2015), após a criação do cemitério da Vila Real de São João do Cariri, 1858, há a construção de diversos outros cemitérios na freguesia, entre ele se encontra o cemitério de São Thomé.

<sup>298</sup>Não informa a filiação. Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Reverendo José Gonçalves.

<sup>299</sup>Não informa a filiação. Consta que era solteira, que foi enterrada com hábito branco, que seu proprietário era casado e o registro é assinado pelo padre Reverendo Bernardo Jose Gonçalves.

Damiana <sup>300</sup>	Criola	46	Francisca Rodrigues de Freitas	NC	Capela de São Thomé	03/05/1854
Manoel <sup>301</sup>	NC	1 m	Joaquim Freitas de Barros	NC	Capela de São Thomé	20/06/1854
Pedro <sup>302</sup>	Criola	40	Maria Clara	NC	Capela de São Thomé	22/12/1855
Domingas <sup>303</sup>	Preta	60	Francisco Ferreira dos Santos	NC	Cemitério de São Thomé	20/04/1858
Sebastiana <sup>304</sup>	Criola	48	Anna Joaquina de Barros	Moléstia de peito	Cemitério da Capela de São Thomé	02/04/1859
Francisco <sup>305</sup>	Parda	41	Marculino de Freitas Barros	Dor	Cemitério de São Thomé	07/07/1859
Quitéria <sup>306</sup>	Criola	50	Josefa Maria do Espírito Santo	Vômitos	Cemitério da Capela de São Thomé	13/05/1860
Quitéria <sup>307</sup>	Preta	60	Josefa Maria do Espírito Santo	Estupor	Cemitério da Capela de São Thomé	05/09/1860
Sebastião <sup>308</sup>	Preta africana	40	José do Carmo Araújo	Inflamação	Cemitério de São Thomé	14/05/1862

**Fonte:** (CAVALCANTE, 2015). Quadro elaborado pela autora do texto.

Dos 11 registros de óbitos levantados de escravizados como ocorridos na Capela ou Cemitério de São Thomé, 7 são do sexo feminino e 4 do masculino. Notamos que eles não trazem os nomes do pai e da mãe dos escravizados, exceto o de Manoel, que cita Ignácia como Sua mãe. Possivelmente, isso ocorria em razão da ausência destes na formação familiar dos defuntos.

<sup>300</sup>Não informa a filiação. Consta que era solteira, que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Reverendo Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>301</sup>Escravizado de filiação natural da escravizada Ignacia. Consta que foi enterrado com hábito branco, que a sua proprietária era viúva de José Duarte e o registro é assinado pelo padre Reverendo Bernardo Jose Gonçalves.

<sup>302</sup>Não informa a filiação. Consta que foi enterrado com hábito branco.

<sup>303</sup>Não informa a filiação, mas apenas que era casada com o escravizado Victorino. Consta que foi enterrada com hábito branco.

<sup>304</sup>Não informa a filiação. Consta que era solteira e que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Reverendo Jacintho Jose Bizerra.

<sup>305</sup>Não informa a filiação. Consta que era solteiro, que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Reverendo Jacintho Jose Bizerra.

<sup>306</sup>Não informa a filiação. Consta que foi enterrada com hábito branco.

<sup>307</sup>Não informa a filiação. Consta que foi enterrada com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Reverendo Jacintho Jose Bizerra.

<sup>308</sup>Não informa a filiação. Consta que era viúvo, que foi enterrado com hábito branco e o registro é assinado pelo padre Reverendo Jacintho Jose Bizerra.

Entre as causas das mortes estão moléstia de peito<sup>309</sup>, dor, estupor<sup>310</sup>, vômitos e inflamação. Em decorrência disso, examinamos que a expectativa de vida de um escravizado era muito baixa, os escravizados de Sumé morriam muito cedo, não sendo uma exceção dentro da historiografia que trata dessa questão, pelo contrário, seguem a regra de mortes prematuras devido a carga de trabalhos forçados de realizavam. Tanto que, ao observarmos as causas das mortes, quando descritas, vemos que elas demonstram que elas eram decorrentes de doenças ligadas à grande força de trabalho exercida.

Após filtramos esses registros de sepultamentos de escravizados ocorridos em São Thomé, passamos a fazer uma segunda busca tendo como foco de captura àqueles assentos obituários que por ventura tivessem ocorrido nas fazendas presentes nas 10 sesmarias (Catoé, Conceição, Olho D'água Oity, Gerimum, Cachoeira, Olho D'água do Cunha e Pedra Comprida) e nas que aparecem no banco de dados do SNCR correspondentes ao atual território do município de Sumé. Porém, não identificamos nenhum registro. Mas, repetimos a ideia de filtrar nesse banco de dados àqueles registros que estão nos nomes dos proprietários que apareceram batizando escravizados no território correspondente ao atual município de Sumé-PB, como disposto no Quadro 06, 08, 09 e 10.

Foi realizado o estudo de alguns inventários de proprietários que tinham fazendas na região de São Thomé. Neles constam o nome do inventariado (falecido), inventariante (administrador dos bens), o nome dos herdeiros, o espólio com seus respectivos valores. Dentro dos inventários eram dispostos variados bens, desde mobiliários, santos, animais, terras, valores em dinheiro, escravizados, que eram divididos em bens móveis, imóveis e semimoventes, este era onde constava os animais e os escravizados. Alguns inventários constam o nome “semimoventes” e a descrição dos bens em geral animais e depois outro título com o nome de “escravos” e iniciava o nome dos escravizados, idades e valores, mas as vezes os escravizados estava contido junto do nome dos animais, o que dificultou a pesquisa.. Em alguns dos inventários o inventariado já tinha deixados testamento direcionando o espólio a seus respectivos herdeiros. Observemos alguns inventários analisados:

---

<sup>309</sup>Moléstia do peito era ligada as doenças respiratórias, em geral tuberculose, peneumonia que acometiam os escravizados que trabalham muito e não se alimentavam bem, sendo mais vulneráveis para contrair esse tipo de enfermidade. MARQUES, Rachel dos Santos. **Febres e moléstias internas**: mortandade de inocentes escravos em Pelotas (1812-1834). Revista Latino-Americana de História Vol. 3, nº. 10 – Agosto de 2014.

<sup>310</sup>O estupor é uma doença ligada aos transtornos psiquiátricos em que o sujeito acometido por essa doença fica em estado de dormência, podendo ser ligados a esquizofrenia. BERRIOS, G.E. **O estupor revisitado**. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 145-165, mar.2011.Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142011000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000100011)>: Acesso em 21 de mar de 2020.

**QUADRO 18 - INVENTÁRIOS DE FAZENDEIROS DO TERRITÓRIO  
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E NÚMERO DE  
ESCRAVIZADOS (1796-1885)**

Inventariado	Fazenda	Ano do inventário	Nº de escravizados
Joaquim Rodrigues de Freitas	Sucuru/Lagoa do Junco São Thomé	1796	08
Antônio José da Silveira	Amparo	1838	07
Francisco Alves Pequeno Filho	Amparo	1839	02
Damásio Rodrigues de Barros	São Thomé	1841	05
Manoel José Pereira da Costa	Abertas	1841	04
Antônia Maria Monteiro	São Thomé	1866	2
João de Amorim Sousa	São Thomé	1867	05
Manoela Rosa de Jesus	Junco	1870	7
Ambrózio Rodrigues de Freitas <sup>311</sup>	São Thomé	1873	0
Paula Maria do Carmo	Várzea do Rio Sucuru	1885	14
Antônia Caetana de Santana	Santa Rita	1885	2
<b>TOTAL</b>			<b>56</b>

**Fonte:** Inventários do Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

Todos os inventários dos proprietários acima constrói uma malha de relações sociais do sistema escravista no século XIX no território de São Thomé (Sumé). Por meio deste, podemos identificar como eram as práticas testamentárias e de inventários demonstrando por meio dos documentos as relações familiares e os bens que obtiveram durante vida e que pós morte repassam para os filhos que dão continuidade a concentração de terras e outros bens no nome da família. Além disto, percebemos o valor dos escravizados dentro dos testamentos que caracterizavam sua importância através do valor que detinham na época e das características para o trabalho nas terras.

O inventário mais antigo que localizamos foi o de Joaquim Rodrigues de Freitas, datado do ano de 1796, cujo inventariante foi Antônio Esteves Vila Nova<sup>312</sup>. Apesar de aparecer nesse documento como residente no Sítio Sucuru (atual município de Serra Branca), resolvemos tomá-lo também como fazendeiro correspondente ao município de Sumé por que no inventário o mesmo aparece como proprietário em São Thomé e no sítio Lagoa do Junco (ambas

<sup>311</sup>Com relação a Ambrózio, lido o inventário não foi encontrado nenhum escravizado entre os bens do inventariado em questão, porém pode-se afirmar que ele morava em São Thomé tendo em vista as várias passagens relatar no nome da povoação de São Thomé. **Fonte:** Inventários de Ambrózio Rodrigues de Freitas, 1873. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

<sup>312</sup>Não foi encontrado inventário em nome do inventariante.

localidades na atual área de Sumé), além de seus descendentes terem se estabelecido em várias fazendas desse último município. Em seu inventário ele aparece como dono de 8 escravizados:

#### QUADRO 19 - ESCRAVIZADOS DE JOAQUIM RODRIGUES DE FREITAS (1796)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Ventura	-	47	Angola	50\$000	-
João	-	30	Angola	80\$000	-
Ventura	-	40	-	80\$000	-
Ignácio	Criolo	16	-	75\$000	-
Maria		30	Angola	60\$000	-
-	-	04	-	30\$000	Testamento usa o termo “criolinha” para nominar a escravizada.
Quitéria	-	15	Angola	85\$000	-
Tereza	-		Angola	85\$000	Não constava no inventário

**Fonte:** Inventários de Joaquim Rodrigues de Barros, 1796. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

Não foi constado nenhum dos escravizados citados acima em nenhum dos registros cartorários seja de batismo, crisma, casamento ou óbito nem de Alves (2015) que conta com registros mais antigos nem de Cavalcante (2015) em nome do inventariado, inventariante ou no nome da família Rodrigues/Rois de Freitas.

Antônio José da Silveira falece no ano de 1838, ano que é aberto o inventário do mesmo, deixando como inventariante sua esposa Birtes Thereza de Moura Rolim<sup>313</sup>. Dentre os bens deixados pelo inventariado temos o rol de escravizado:

#### QUADRO 20 – ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO JOSÉ DA SILVEIRA (1838)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Luzia	-	-	-	-	Dado como dote para Francisco de Moura, esposo de sua filha Anastácia.
Antonio	-	-	-	-	Dado como dote para Francisco de Moura, esposo de sua filha Anastácia.
Caetano	-	-	-	-	Dado como dote para Manoel de Moura, esposo de sua filha Maria.
Manoel	-	-	-	-	Dado como dote para Manoel de Moura, esposo de sua filha Maria.
Anastácia	-	-	-	-	Dado para afilhada Joanna.
Lourenço	-	-	-	150\$000	Em conta
Escrava	-	-	-	-	Dado como dote para Manoel de Moura, esposo de sua filha Maria.
Bento	Negro	-	-	100\$000	-

**Fonte:** Inventários de Antônio José da Silveira, 17838. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

<sup>313</sup>Não foi encontrado inventário em nome da inventariante.

No quadro acima não consta uma das escravizadas dadas como dote a filha Maria, de Antônio José. Conta ainda no inventário uma dívida que Antonio José tinha com o escravizado Benedito no valor de 100\$000 réis.

Neste caso o inventário de Antônio José da Silveira possui testamento, isto é, documento feito no momento em que o mesmo ainda estava vivo, fazendo partilha de bens conforme a “sua vontade”. Cavalcante (2015) também analisa o referido inventário e relata que Antônio José estar lúcido no momento da feitura do testamento, algo importante para reconhecer a validade do documento.

Partindo para análise de outro inventário, temos o de 1841 de Francisco Alves Pequeno Filho, que era proprietário além da fazenda Amparo, Brejo de Alagoa Nova, Santa Clara e Barro Vermelho. No caso dos escravizados encontramos no inventário os registros a seguir:

#### **QUADRO 21 - ESCRAVIZADOS DE FRANCISCO ALVES PEQUENO FILHO (1839)**

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Domingos	-	-	-	135\$000	-
Joze	-	-	-	50\$000	-

**Fonte:** Inventários de Francisco Alves Pequeno Filho, 1838. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

O inventariado deixou como herdeiro Ignácio de Farias da Silveira Caluete<sup>314</sup>, deixando como o tutor de órfãos o padre José Gomes Pequeno, o que recusou o pedido. Devido o incêndio que ocorreu na Vila de São João, muita documentação foi perdida, o que acredita-se que o número de escravizados de Francisco Alves Pequeno Filho fosse bem maior do que o quadro acima revela.

No cruzamento de dados, em Cavalcante (2015) encontramos um escravizado de nome Domingos de propriedade de Francisco Alves Pequeno em Amparo, tendo como data de batismo no ano de 1788, ver Quadro 06 e um José datado batismo no ano de 1792, ver no Quadro 13.

No ano de 1841, faleceu Damásio Rodrigues de Barros no povoado de São Thomé, deixando como herdeiro o seu irmão Antônio Rodrigues de Barros<sup>315</sup>, a quem coube cinco escravizados:

<sup>314</sup>Não foi encontrado inventário em nome do inventariante.

<sup>315</sup>Não foi encontrado inventário em nome do inventariante.

**QUADRO 22 - ESCRAVIZADOS DE DAMÁSIO RODRIGUES DE BARROS (1841)**

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Felícia	Crioula	-	-	400\$000	-
João	-	-	Angola	400\$000	-
Juvino	-	1	-	150\$000	-
Francisco	Crioulo	-	-	10\$000	Doente
Matheus	Crioulo	-	-	-	Fugido

**Fonte:** Inventários de Damásio Rodrigues de Barros, 1841. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

O inventário de Damásio vem mostrando as condições dos escravizados, neste inventário específico também faz análise o pesquisador Pequeno Filho (2014) em que constata era o mais novo do grupo de escravizados, e que Felícia poderia ser mãe de Juvino tendo em vista ser a única mulher do grupo. Já no mesmo inventário consta que o escravizado Francisco se encontrava muito doente. Consta que Matheus tinha desaparecido durante um incêndio ocorrido na Vila.

Foi feito um cruzamento de dados com os registros de óbito de Cavalcante (2015) para ver se a família Rodrigues de Barros tinha posteriormente herdado algum desses escravizados, ou se os mesmos apareciam sendo pai ou mãe de outros escravizados, mas nada foi encontrado.

Data do próximo inventário é do mesmo ano (1841), de Manoel José Pereira da Costa, casado que foi com Antônia Rodrigues de Barros<sup>316</sup> e residentes na Fazenda das Abertas que fica no município de Sumé.

**QUADRO 23 - ESCRAVIZADOS DE MANOEL JOSÉ PEREIRA DA COSTA (1841)**

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
João	-	-	Angola	400\$000	Quebrado – termo usado para designar o escravizado que tinha algum defeito físico ou que obteve algum defeito devido os trabalhos forçados. O termo também é usado pra designar o escravizado que não tinha mais serventia.
João	-	-	Criolo	400\$000	-
Caetano	-	6 anos	Criolo	200\$000	-
Narcario (?)	-	9 anos	-	100\$000	-

**Fonte:** Inventários de Manoel José Pereira da Costa, 1841. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

No inventário consta que Manoel José Pereira da Costa era proprietário de terras além em São Thomé e no Brejo de Areia. Consta que o proprietário foi assassinado por um de seus escravizados, cabra, que tinha cerca de 40 anos de idade. Consta no estudo de Pequeno Filho

<sup>316</sup>Não foi encontrado inventário em nome da inventariante

(2014) que esses crimes foram comuns nesse momento na região, podemos dizer que são até formas de resistência dos escravizados contra os maus-tratos dos seus senhores.

No cruzamento de dados com a tabela de óbitos de Cavalcante (2015) não foram encontrados indícios desses escravizados que consta no inventário em nome do inventariado, inventariante ou em nome da família Ferreira da Costa.

Mais adiante temos outro inventário, o de Antônia Maria Monteiro, deixando como inventariante seu esposo Antônio de Mello Corrêa<sup>317</sup>, e possuindo os seguintes escravizados:

#### QUADRO 24 - ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIA MARIA MONTEIRO (1866)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
José	Criolo	28 a 30 anos		800\$000	-
Fílio	Criolo	25 anos		1000\$000	Sadio, forro.

**Fonte:** Inventários de Antônia Maria Monteiro, 1866. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

Analisando os escravizados do quadro acima, não foram encontrados em nome da inventariada, inventariante e nem em nome da família de nenhum deles nos registros de batismo e óbitos.

No ano de 1867, Francisca Maria da Purificação<sup>318</sup> inventariou os bens de seu falecido esposo João de Amorim Souza, que aparece como dono de terras de Bom Sucesso, do Rio Sucuru e do Poço dos Bodes.

#### QUADRO 25 - ESCRAVIZADOS DE JOÃO DE AMORIM SOUSA (1867)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Luzia	Cabra	30	-	\$600.000	-
Paulo <sup>319</sup>	Cabra	12	-	\$750.000	-
Luiza <sup>320</sup>	Cabra	06	-	\$450.000	-
Rita <sup>321</sup>	Mameluco	05	-	\$400.000	-
Barnabé <sup>322</sup>	Mulato	03	-	\$300.000	-

<sup>317</sup> Não foi encontrado inventário em nome do inventariante.

<sup>318</sup> Não foi encontrado inventário em nome da inventariante.

<sup>319</sup> No cruzamento de dados não foi encontrado indícios do escravizado nos registros de batismo e nem de óbito, mas apenas no inventário.

<sup>320</sup> Consta filiação natural a escravizada Luisa. Ver Quadro 8.

<sup>321</sup> Não Consta o tipo de filiação, mas informa que é filha da escravizada Luisa. Tendo como proprietários João de Amorim Sousa. Ver Quadro 8.

<sup>322</sup> No cruzamento de dados não foi encontrado indícios do escravizado nos registros de batismo e nem de óbito, mas apenas no inventário.

Luis <sup>323</sup>	Pardo		-		Não aparece no inventário, mas conta na tabela de batismo Cavalcante (2015).
---------------------	-------	--	---	--	--

**Fonte:** Inventários de João de Amorim Sousa, 1867. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

O inventariante de João de Amorim Sousa foi Francisca Maria da Purificação. Podemos observar que há apenas Luzia de escravizada adulta. Ao realizar o cruzamento do inventário, com os registros cartorários de batismo e de óbito e a obra de Cavalcante (2015) que também analisa o mesmo inventário, constatamos que Luzia era mãe das crianças escravizadas Paulo, Luzia e Rita, não encontrando a filiação de Barnabé.

O quadro a seguir foi construído a partir do inventário de Manoela Rosa de Jesus, que deixou como inventariante de seus bens João da Costa Neves, tendo como filhos: Maria das Virgens de Jesus; Francisca Maria de Jesus; Vicente Costa Neves; Joaquina Maria do Rosário; Jozina(?) Maria de Jesus; Magdalena Maria de Jesus; Rita Maria de Jesus e Manoel Simões da Costa. A falecida possuía os seguintes escravizados:

#### QUADRO 26 - ESCRAVIZADOS DE MANOELA ROSA DE JESUS (1870)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Sebastião	-	28 anos		1100\$000	-
Benedicta	-	26 anos		500\$000	-
Faustina	-	2 (?)anos		500\$000	-
Cosme	-	6 anos		500\$000	-
Belino (?)	-	5 anos		400\$000	-
Damião	-	3 anos		200\$000	-
Isidora	-	5 anos		150\$000	-

**Fonte:** Inventários de Manoela Rosa de Jesus, 1870. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

O escravizado Belino aparece como batizado pelos proprietários Manoela Alves de Jesus e João da Costa Neves na Capela de São Thomé, ver no Quadro 8, Cavalcante (2015). Na tabela de batismo de Cavalcante (2015) aparece João da Costa Neves e Manoela Alves de Jesus batizando escravizados de nome Joanna em 1861 na Capela do Congo, em que a mãe se chamava Benedicta. Ainda aparece João da Costa Neves batizando escravizado Antonio de filiação legítima de Benedicta na capela do Congo em 1864. Os demais escravizados não foram encontrados indícios nem no nome da inventariada, inventariante ou em nome de familiares.

<sup>323</sup> Conta filiação natural a escravizada Luisa, tendo como proprietários João de Amorim Sousa e sua mulher Francisca Maria da Purificação tinha 1 mês e 7 dias quando foi batizado na Capela de São Thomé conforme Quadro 8.

No ano de 1885 passamos a analisar o inventário de Antônia Caetana de Santana, casada e tendo como inventariante Manoel Maria de Farias Oliveira<sup>324</sup>, deixando como herdeiros: Maria Farias dos Milagres; Mariana (?) Farias Maria dos Santos; Umbelina Maria dos Milagres; Patrícia Maria Ramos (?); Porfírio (?); Antônio de Farias França; Ruphina Farias Maria (?), importante dizer que três nomes de herdeiros não foram possíveis transcrever devido o péssimo estado de preservação que se encontrava a documentação. Deixando constar os escravizados:

#### QUADRO 27 - ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIA CAETANA DE SANTANA (1885)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Manoel	Preto	5 a 3 anos	-	150\$000	-
Lucinda	Preta	5 a 3 anos	-	150\$000	-

**Fonte:** Inventários de Antônia Caetana de Santana, 1885. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

Realizado o cruzamento de documentos do registro de batismo e de óbitos, não foram encontrados nenhum indício dos escravizados acima referendados em nome da inventariada e inventariante, nem no nome dos familiares supramencionados.

Ainda no mesmo ano temos o inventário de Paula Maria do Carmo, datado de 1885, que havia sido esposa de Joaquim Rodrigues de Freitas<sup>325</sup> é o que aparece com o maior número de escravizados. Vejamos:

#### QUADRO 28 - ESCRAVIZADOS DE PAULA MARIA DO CARMO (1885)

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Maria	-	16	-	200\$000	Rol de partilha.
Clemente	-	15	-	200\$000	Rol de partilha.
João	-	19	-	450\$000	Rol de partilha.
Cosme	-	17	-	450\$000	Rol de partilha.
Florentino	-	17	-	450\$000	Rol de partilha.
Theresa	Parda	4	-	-	Não consta no rol de bens, mas é requerido depois no próprio inventário, dizendo ser apta para o trabalho e profissão e é cria de casa. Filiação Manoella.
Florentino	Pardo	4	-	-	Não consta no rol de bens, mas é requerido depois no próprio inventário, dizendo ser cria de casa. Filiação Manoela.
Mathias	-	-	-	-	Não consta no rol do inventário, mas posteriormente diz ser “liberto”.
Francisca	Parda	23	-	-	Consta apenas no livro de matricula de escravizados.
Domingos	-	24	-	-	Consta apenas no livro de matricula de escravizados. Filiação Rita.

<sup>324</sup> Não foi encontrado inventário em nome do inventariante nem de seus herdeiros.

<sup>325</sup> Falecido em 1796, analisado o inventário do Quadro 20.

Maria	Parda	9	-	-	Consta apenas no livro de matricula de escravizados.
João	Preto	6	-	-	Consta apenas no livro de matricula de escravizados. Filiação Francisca.
Cosme	-	4	-	-	Consta apenas no livro de matricula de escravizados.
Clemencia	-	2	-	-	Consta apenas no livro de matricula de escravizados.

**Fonte:** Inventários de Paula Maria do Carmo, 1885. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pela autora do texto.

Consta que o inventariante foi Manoel Ferreira de Freitas<sup>326</sup>, filho mais velho da inventariada. Ainda consta no inventário o nome dos outros filhos herdeiros quais sejam: José Rodrigues de Freitas; Gonçalo Rodrigues de Freitas; Ana Rois de Freitas; Francisca Rois de Freitas; Clara Rois de Freitas (esta consta que era casada com Francisco Ferreira da Costa de Assis); João Capistrano Rois de Freitas (consta que este residia na época no Brejo da Madre de Dios); Mariana Rois de Freitas; Josepha Rois de Freitas; Manoel Firmino de Freitas; Joaquina Rois de Freitas; Belmira Rois de Freitas (consta que esta era casada com Luis de Araújo); Sulpino Rois de Freitas.

Ao verificar o rol de escravizados do inventário acima com os dados do registro de batismo e óbitos, o único escravizado que encontramos com o cruzamento foi com o registro de batismo de Cavalcante (2015), que foi o escravizado João que no ano de inventário (1885) tinha 19 anos, e era de filiação natural da escravizada Francisca.

Queiroz (2006) analisa que entre os anos de 1877 e 1879 houve uma intensificação na venda de escravizados na região de São Thomé, principalmente devido a grande seca que ocorreu no período. Analisa-se que nesta relação de compra e venda, podemos verificar que tanto compradores quanto vendedores de escravizados na região fazia parte da classe social dominante de latifundiários que constituíam não só os proprietários, mas os padrinhos, madrinhas, assim como os padres dos batismos, crismas, casamentos e óbitos da região, examinemos o quadro:

<sup>326</sup> Não foi encontrado inventário em nome do inventariante nem de seus irmãos, também herdeiros.

## QUADRO 29 – VENDEDORES E COMPRADORES DE ESCRAVIZADOS EM SÃO THOMÉ

Escravizado	Idade	Valor	Vendedor	Comprador
Ponciano <sup>327</sup>	48	500\$000	Francisco José Pereira	Saturnino Bezerra dos Santos
Venerada	8	400\$000 <sup>328</sup>	Victorino José Leitão	Carlos Gonçalves da Costa Lima.
Francisca	12	400\$000 <sup>329</sup>	Victorino José Leitão	Carlos Gonçalves da Costa Lima.
Margarida	7	400\$000 <sup>330</sup>	Victorino José Leitão	Carlos Gonçalves da Costa Lima.
Basílio <sup>331</sup>	47	-	Padre Francisco de Ananias de Farias Castro	-
Manoela	27	-	Padre Francisco de Ananias de Farias Castro	-
Pastor <sup>332</sup>	9	-	Veríssimo de Souza Lima	-
Vicência	24	-	Manuel Ferreira da Silva <sup>333</sup>	-
Vicente	17	-	D. Senhorinha Francisca Xavier. <sup>334</sup>	-
Nazaria	17	-	Delfina Maria do Espírito Santo e filhos <sup>335</sup>	-
Pedro	-	Permuta <sup>336</sup>	Antônio Pedro dos Santos Manoel Palmeira Souza	João da Santa Cruz de Oliveira
Rosenda	-	-	D. Paula Maria do Carmo	-
Jovina	-	-	D. Paula Maria do Carmo	-
Francisca	8	-	Francisco Ferreira dos Santos e D. Antônia Barboza do Nascimento	-
Adriana	Maior de 20	-	Francisco Ferreira dos Santos e D. Antônia Barboza do Nascimento	-
Delfina	Maior de 20	-	Francisco Ferreira dos Santos e D. Antônia Barboza do Nascimento	-

<sup>327</sup> Livro de notas nº 1, 1873 *apud* Queiroz 2006, P. 36.

<sup>328</sup> Não se pode dizer a certeza do valor que cada escravizada possuía, Venerada, Francisca e Margarida, tendo em vista que diz que Victorino vendeu as três juntas por 1.200\$000 contos de reis.

<sup>329</sup> *Ibidem*.

<sup>330</sup> *Ibidem*.

<sup>331</sup> Basílio era casado com Manoela, ele era natural de Pernambuco e ela do Ceará.

<sup>332</sup> Era filho de Luzia cuja a posse não pertencia mais a Veríssimo.

<sup>333</sup> Possuía procuração para a venda da escravizada Vicência que pertencia Theóphilo Rodrigues de Freitas, João Nepomuceno da Silva e João Pedro de Mello. Livro de notas nº 3, 1877 *apud* Queiroz 2006, p. 38.

<sup>334</sup> A proprietária morava em Ingazeira e deixou procurações para que procuradores pudessem vender seus escravizados podendo inclusive desloca-los dos lugares que se encontravam para a venda em outros lugares, assim as procurações foram dadas: no Recife para Francisco José Pereira, Clementino dos Santos Lineu Simenté, Augusto Octaviano de Souza, Joaquim Nicolau Ferreira, João Pedro de Mello, Monteiro & Correia, Gratuliano dos Santos Victal, Comendador Antônio José Rodrigues de Sousa em Recife. Já no Rio de Janeiro para Domingos Alves Guimarães Cutia, Gedeão de Araújo Jacobina, Aguiar Iglesias e Amaral & Santos. Livro de notas nº 4, 1879 *apud* Queiroz 2006, p. 39.

<sup>335</sup> A proprietária passou procuração para João Albino de Barros, Severino de Albuquerque Barros, José Joaquim das Neves, Dario Rodrigues de Freitas, Basília Rodrigues de Freitas e Joaquina Rodrigues de Freitas. Livro de notas nº 4, 1879 *apud* Queiroz 2006, p. 40.

<sup>336</sup> Foi feita a permuta com o senhor João da Santa Cruz de Oliveira proprietários dos escravos Isabel e Hipólito. Ver em Queiroz 2006, p. 40.

Maria <sup>337</sup>	6	200\$000	Francisco Ferreira dos Santos e D. Antônia Barboza do Nascimento	-
Antônio	6	200\$000 <sup>338</sup>	Francisco Braz Macedo e sua esposa Maria José da Conceição	-
Vicente <sup>339</sup>	27	700\$000	Francisco José do Padro Chavier	Antônio Leite Monteiro
Maria <sup>340</sup>	30	-	Germano Ferreira da Costa	-
Antônia <sup>341</sup>	20	-	Saturnino Bezerra dos Santos	-
Maria <sup>342</sup>	19	-	Manoel Ricarte Bezerra	-
João <sup>343</sup>	-	-	Francisco Braz de Macêdo	-

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora através de Queiroz (2006).

O autor ainda fala da existência de vendedores e compradores de escravizados na região de São Thomé, que aparecem também como padrinho de batismo de escravizados na região. A exemplo temos o major Saturnino Bezerra dos Santos além de aparecer como comprador da escravizado Ponciano, aparece como vendedor da escravizada Antônia. Nos registros de Cavalcante (2015), Quadro 8, Saturnino aparece como proprietário de 3 escravizados, inclusive da mãe de Antônia que se chamava Secundina. No mesmo quadro, Saturnino ainda aparece como um dos padrinhos de batismo de São Thomé, o de Olimida.

Ainda aparece em Queiroz (2006) vendendo as escravizadas Venerada, Francisca e Margarida, Victorino José Leitão, este também aparece como dono do escravizado Clemente na tabela de batismo na Capela de São Thomé, Quadro 8, registro de Cavalcante (2015).

D. Paula Maria do Carmo era a esposa de Joaquim Rodrigues de Freitas, falecido, ele, em 1796, inventário quadro 20. D. Paula vende duas escravizadas em 1884, Rosenda e Jovina sem estarem devidamente escrituradas, quando falece em 1885, inventário quadro 30. Em 1886 os compradores pedem ratificação das escriturações das as escravizadas. Não fica claro o porquê das escravizadas não aparecem nos registros de Cavalcante (2015), nem se encontram no inventário de D. Paula Maria do Carmo, talvez porque o inventário fica a cargo do inventariante fazer o rol dos bens, dessa forma, como as escravizadas já tinha sido vendidas, mesmo sem as devidas documentações, o herdeiro inventariante não as colocou.

<sup>337</sup> Consta que era filha da escravizada Adriana dos mesmos proprietários e que foi vendida separada da mãe mesmo depois da Lei do Ventre livre que proibia tal ação. Livro de notas nº 2, 1885 *apud* Queiroz 2006, p. 41.

<sup>338</sup> Consta o valor do escravizado, porém o mesmo foi dado como dote para o genro. Livro de notas nº 4, 1879 *apud* Queiroz 2006, p. 42.

<sup>339</sup> Consta que a carta de alforria de Vicente 1879. Queiroz 2006, p. 43.

<sup>340</sup> Informa que residia na Fazenda Saco e que, o proprietário de Maria a concedeu alforria no ano de 1886. Livro de notas nº 2, 1886 *apud* Queiroz 2006, p. 43.

<sup>341</sup> Consta que era filha da escravizada Secundina, de mesmo proprietário. Antônia foi liberta em 1883. Livro de notas nº 7, 1883 *apud* Queiroz 2006, p. 44.

<sup>342</sup> Consta que a escravizada, fula, fugitiva. Livro de notas nº 2, 1875 *apud* Queiroz 2006, P. 44.

<sup>343</sup> Consta que o escravizado era desobediente, causando prejuízos ao seu proprietário. Queiroz 2006, p. 45

Francisco Ferreira dos Santos junto com Antônia Barbosa aparecem como proprietários de escravizados nos registros de Cavalcante (2015) nos batismos e óbitos. Todas as escravizadas mencionadas acima aparecem em Cavalcante (2015), inclusive podemos confirmar que a escravizada Maria era filha da escravizada Adriana, pois seu batismo foi realizado 14/05/1871 contando nome da mãe.

Além dos compradores e vendedores de escravizados aparecem nos documentos de Queiroz (2006) os proprietários e os escravizados alforriados como é o caso do escravizado Vicente cujo proprietário era Francisco José do Padro Chavier, foi comprado por Antônio Leite Monteiro em 1879, e no mesmo ano da compra, o escravizado é alforriado. A escravizada Antônia tinha como proprietário Saturnino Bezerra dos Santos, a carta de alforria esta datada no ano 1883, porém conta que a liberta continuou servindo a família de Saturnino posteriormente. A escravizada Maria de propriedade de Germano Ferreira da Costa foi alforriada em 1886, porém o que chama atenção é que a carta de alforria informa que liberta permaneceu com a família do ex-proprietário enquanto o mesmo fosse vivo.

Ainda podemos encontrar na mesma obra de Queiroz (2006) os escravizados de São Thomé que realizavam resistência de forma a causar prejuízos aos seus senhores, como foi o caso da escravizada Maria que tinham como proprietário Manoel Ricarte Bezerra, a informa que a escravizada fugiu no ano de 1875 causando prejuízo ao seu proprietário que teve que constituir procuradores dentro e fora da Comarca para resgatá-la. Outro foi o escravizado João, pertencente a Francisco Braz de Macêdo, que veio a matar animais pertencente a outro senhor de escravizados, fato este que levou o proprietário de João, além de adquirir litígio jurídico com o outro prejudicado pela morte das crias, gerou prejuízos financeiros ao seu senhor Francisco Braz.

Analisando as tabelas de escravizados por proprietários é de notarmos que comparando o quantitativo de escravizados na região não chega a muito comparado como no Sudeste do país ou até mesmo na região litorânea da Parahyba. Contudo, esse quantitativo, embora reduzido dentro de São Thomé, não fugia da regra do Cariri. Pequeno Filho (2014) analisa o quantitativo de escravizados por proprietários em São João do Cariri, relatando que possuir até 4 escravizados era ser considerado de pequenas posses, de 5 a 8 escravizados eram considerados médios e de 9 a 12 escravizados eram considerado grandes proprietários.

Realizando uma analogia com a pesquisa de Pequeno Filho (2014), no mesmo momento em que São Thomé fazia parte do território de São João do Cariri, poderíamos dizer que os seus latifundiários se enquadravam nas categorias de pequenos e médios proprietários. Contudo, devemos levar em conta que mesmo sendo um pequeno de 129 de escravizados, comparando

com as demais regiões, o latifúndio na região não necessitava de muitos escravizados para a demanda na atividade criatória. Além do mais, analisando o censo de 1872, verificamos a já existência da mão de obra livre, o que também justificaria a demanda baixa de escravizados por propriedade.

Ora, mesmo assim, verifica-se que a quantidade de escravizados era relevante, principalmente quando estamos trabalhando apenas com o número tendo por base os registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos, sem contar com o total da população de fato, número esse, com certeza, bem maior para a região Paróquia de Nossa Senhora das Dôres da Alagôa do Monteiro, que totalizava 611 homens e mulheres escravizados em 1872 (CENSO, 1872). Esses escravizados foram a gênese de uma classe camponesa negra nas terras sumeenses através do trabalho nas terras dos latifundiários, de onde foram ganhando um espaço de “autonomia”. Alves (2015) relata a respeito:

(...) o escravizado tinha uma possibilidade de melhorar de vida. Por exemplo, poderia ganhar um espaço privado para viver com sua família, ao invés de dividir espaço com outros na senzala. Ou seja, era um meio de ter um pouco mais de controle sobre sua vida. Assim, os escravizados do sertão de São João do Cariri, ao se casarem, podiam ter esta expectativa – maior autonomia sobre suas vidas. (ALVES, 2015, p. 83).

O que podemos constatar são peculiaridades do modo de produção escravista na região do Cariri, examina-se que com o passar do tempo o escravizado vai conquistar certos espaços, o que será mais bem explorado no próximo tópico. Observa-se, desta forma, a existência de um quantitativo considerável de escravizados na região em estudo. Com isto, demonstramos a importância da mão de obra do povo negro para a região de São Thomé, tendo em vista que, mesmo se tratando do interior da Parahyba, em um momento de diminuição de escravizados em todo Nordeste, devido ao aumento da demanda voltada para o sul do país e ainda ao fato das leis abolicionistas, entre outros fatores que faziam com que o número de escravizados diminuísse na Capitania da Parahyba, o contingente ainda permanecia relativamente alto.

### 3.3 Trabalhadores Escravizados: o protocampesinato negro em São Thomé

Como já demonstrado, embora seja escassa a documentação que comprove a existência de africanos escravizados no território de São Thomé (Sumé), essa omissão foi sanada a partir da análise dos documentos cartorários, o que possibilitou ser constatado não apenas a presença, mas, a existência para o período em estudo de um número significativo de escravizados na região de São Thomé.

Alguns desses escravizados se fizeram presentes no interior da Paraíba antes mesmo da chegada dos invasores portugueses, momento em que os sertões pertenciam à comunidades indígenas serviram como refúgio na formação de quilombos (NUNES, 2015). Outros tantos chegaram posteriormente com a interiorização da capitania da Parahyba, escravizados que vieram com o colonizador e que constituíram parte da mão de obra que trabalhava na atividade criatória e nas lavouras dos latifúndios concedidos por sesmarias a seus senhores.

Esse povo marginalizado, em quase sua totalidade, constava nos inventários deixados pelos senhores e senhoras latifundiários que utilizavam desses sujeitos como grande força de trabalho e não apenas como símbolo de ostentação e sinônimo de riquezas, como era colocado pela historiografia tradicional.

É importante dizer que o Censo de 1872 não faz menção a cor, raça ou etnia das pessoas que atuavam em cada profissão e, por isso, tivemos a dificuldade em estabelecer a qual classe desempenhava determinada função na região de Alagôa do Monteiro naquele momento. No quadro do Censo de 1872, referente ao número de indivíduos e as profissões existentes, observamos as categorias referentes às pessoas livres brasileiras ou estrangeiras e as pessoas escravizadas, além do sexo de cada grupo. No que diz respeito às profissões, o dito quadro as apresenta da seguinte maneira: profissões liberais, que se subdividem em religiosos, juristas (advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça) e demais profissionais como médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiros, professores, empregados públicos, artistas, militares, procuradores, capitalistas e proprietários; profissões industriais e comerciantes (manufaturas e fabricantes, comerciantes, guarda-livros e caixeiros); profissões manuais ou mecânicas divididos em costureiras e operários (carteiros, calceiteiros, mineiros e cavouqueiros, em metais, em madeiras, em tecidos, de edificações, em couros e peles, em tinturas, de vestuário, de chapéus, de calçados); profissões agrícolas (lavradores, criadores); pessoas assalariadas (criados e jornaleiros); profissão de serviço doméstico; e, por fim, os sem profissão.

A partir dos dados dispostos no Censo de 1872 referentes a Província da Parahyba do Norte, fizemos o levantamento dos dados referentes aos escravizados e suas profissões da Parochia de Nossa Senhora das Dores da Alagôa do Monteiro:

**QUADRO 30 - POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E SUAS PROFISSÕES NA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DAS DÔRES DA ALAGÔA DO MONTEIRO EM 1872**

<b>PROFISSÕES LIBERAIS</b>	Religiosos	0	
	Juristas	Juízes	0
		Advogados	0
		Notários e escrivães	0
		Procuradores	0
		Oficiais de justiça	0
	Médicos	0	
	Cirurgiões	0	
	Farmacêuticos	0	
	Parteiros	0	
	Professores e homens de letras	0	
	Empregados Públicos	0	
	Artistas	0	
	Militares	0	
	Procuradores	0	
Capitalistas e proprietários	0		
<b>PROFISSÕES INDUSTRIAIS E COMERCIANTES</b>	Manufaturas e Fabricantes	0	
	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	0	
<b>PROFISSÕES MANUAIS E MECANICAS</b>	Costureiras	2	
	Operários	Carteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros	0
		Em metais	0
		Em madeiras	1
		Em tecidos	3
		De edificações	0
		Em couros e peles	1
		Em tinturaria	0
		De vestuário	0
		De chapéus	0
De calçados	0		
<b>PROFISSÕES AGRÍCOLAS</b>	Lavradores	0	
	Criadores	0	
<b>PROFISSÕES ASALARIADAS</b>	Criados e jornaleiros	5	
<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>		143	
<b>SEM PROFISSÃO</b>		456	
<b>TOTAL</b>		<b>611</b>	

**Fonte:** Censo Demográfico do Brasil (IBGE), 1872. Quadro adaptado pela autora do texto.

O Censo de 1872 demonstra dados relativos às profissões das pessoas livres e escravizadas. Porém, para a construção do quadro acima, realizamos um recorte sendo colocado apenas o número relativo aos escravizados e as profissões que os mesmos ocupavam. O que podemos observar é que não existe quantitativo de pessoas escravizadas que ocuparam atividades laborais relativas às “profissões liberais”, ou ainda referente aos “profissionais

industriais e comerciantes” ou “profissões agrícolas”. Pressupõe-se, portanto, que a inexistência de escravizados nessas profissões se dá porque não era permitido que eles exercessem esses tipos de atividades, tendo em vista que não há nenhum registro de escravizados nelas. Contudo, essa falta de dados dentro de um registro oficial pode ter sido proposital, pois, como verificamos nos registros censitários, os campos destinados à cor/etnia vão sendo retirados, inclusive do Censo de 1872, que não demonstra a etnia da população por profissão no quadro geral da Parahyba do Norte e nem em suas paróquias.

Os dados de profissões só começam a mostrar o quantitativo de escravizados a partir das “profissões manuais ou mecânicas”. Com isto, examinamos, segundo o Censo de 1872, que, dos 611 escravizados da Paróquia de Nossa Senhora das Dores da Alagôa do Monteiro, apenas 155 possuíam serviços definidos: 7 escravizados trabalhavam como “profissões manuais ou mecânicas” (com costura, madeira, peles e ouros, criados); 5 “profissões assalariadas” (criados ou jornaleiros) e 143 estavam ligados à “serviços domésticos”. Contudo, existiam 456 escravizados que não detinham serviços definidos, o que no Censo é colocado como “sem profissão”, isto é, cerca de 74,63% da população escravizada vivia de trabalhos variados.

Mas, há indícios da existência do povo negro exercendo atividades tanto agrícolas, no caso pastoril, de subsistência na economia local. Assim, essa massa de escravizados que exercia atividades no campo da agricultura e criatório dentro dos espaços cedidos pelos seus senhores, poderia estar incluída enquanto os “sem profissão” para os responsáveis que documentavam os registros do Censo.

Desta feita, existia um quantitativo grande de escravizados no território do Cariri paraibano, especificamente no município de Alagôa do Monteiro, sujeitos estes explorados e que através da sua mão de obra, o latifundiário, grande criador pecuarista, gerava o acúmulo de riquezas para si e seus herdeiros. Se em São Thomé houve a existência de escravizados, ela estava contida neste Censo e da mesma forma exercia atividades na criação de animais e agricultura. Sobre isso Alves (2015) coloca:

(...) a base econômica foi a pecuária e o cultivo do algodão, atividades que desempenharam papel importante nos primeiros anos do século XIX. Neste sentido, para o desenvolvimento dessa economia, o trabalho exercido pelos trabalhadores escravizados foi essencial. (ALVES, 2015, p. 47).

A passagem acima relata sobre a economia na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri, da qual São Thomé (Sumé) fez parte até 1872, quando passou a pertencer a Alagôa do Monteiro.

Mesmo observando esse número de escravizados nas atividades agroexportadoras, não podemos superficializar a atuação desses sujeitos apenas como meros explorados. Vale salientar que no Brasil, mais especificamente no seu interior, as províncias eram – como ainda são – eminentemente rurais, assim, os escravizados naquele momento trabalhavam nas mais variadas e possíveis atividades econômicas para poderem sobreviver. Como relata Galliza (1979, p. 87), “Nossas pesquisas também revelam que o escravo no sertão exerceu uma variedade de atividades essenciais à economia da região.”. Quando a autora menciona “sertão”, ela se refere a todo o interior paraibano daquele momento e, desta forma, essa variedade de atividades exercidas pelos escravizados pode ter sido categorizada como “sem profissões”.

Vale lembrar que não podemos dizer que o número de escravizados que existia em Alagôa do Monteiro, assim como em São Thomé, era utilizado apenas no trabalho compulsório dentro das fazendas, pois esses escravizados exerciam também atividades extra o domínio dos seus senhores, isto é, trabalhavam para si e seus familiares, conforme demonstra o trabalho de Galliza (1979), quando analisa a economia dos “sertões” e a atuação dos escravizados nela o estudo de Alves (2015), quando examina os inventários e documentos cartorários demonstrando laço de sociabilidade dos escravizados dentro da organização fundiária da região para ganhar espaços, e a pesquisa de Nunes (2017), que observa a importância dos novos atores sociais (escravizados e homens livres) enquanto agentes atuantes e modificadores da região do Pajeú e do Cariri.

Em concordância com estes estudos, entendemos que não podemos simplificar a figura do escravizado no território em estudo vendo-o como um sujeito que era objetificado e que vivia na passividade de ser comprado, alugado ou doado. Não estamos negando, aqui, a exploração do povo negro no mundo escravista brasileiro, mas propomos é olhar as singularidades e as resistências dos escravizados dentro das contradições e das lutas de classes no território do Cariri paraibano e, assim, formatar nossa tese de como surgiu o campesinato negro na região.

Isto quer dizer que o povo negro fez parte de uma classe que atuou e resistiu dentro da estrutura fundiária de várias maneiras diferentes. Uma dela foi a forma de conseguir a sua liberdade que não foi apenas dada através do processo abolicionista. Essa leva de escravizados, como foi visto, conseguiu, em meio às contradições, formar famílias, gerar descendentes, conquistar alforrias e comprar manumissão através esforço de seu trabalho. Assim, da mesma forma, não se pode afirmar que o único destino do povo negro, com fim da escravidão no Brasil, foi a marginalização deles nas grandes cidades, que perambulavam a procura de emprego, mas é importante perceber a resistência dentro da estrutura societária fundiária no Cariri paraibano.

Após fim da escravidão no Brasil (1888), parcela do povo negro permaneceu onde estava com as suas famílias onde foram por décadas forçados ao trabalho compulsório, muitas vezes essa permanência se deu pela própria falta de emprego em outros locais que fez com que eles continuassem a servir aos seus antigos senhores, o que fez com que, como o passar dos anos, começassem a formar um grupo de trabalhadores e trabalhadoras livres. Mas, também entendemos que essa permanência ocorria devido a conquista de um pedaço de terra que eles obtinham dos seus antigos senhores e que fez com que eles permanecessem trabalhando para si nessas glebas e prestando algum tipo de serviço rural aos antigos donos, latifundiários. É óbvio que houve casos em que muitos ex-escravizados preferiram ir embora dos locais de exploração e conquistarem novos espaços, resistindo e lutando por direitos dentro da estrutura excludente que os marginalizava. Mas, em todas elas houve uma forma de resistência, que nem sempre vinha de forma barulhenta, mas que emergia do “silêncio”, como, por exemplo, quando eles conseguiam o direito de se casarem, de constituírem família e de terem um pedaço de terra para trabalharem nos finais de semana, etc.

É justamente sobre esse povo negro que adquiriu pedaços de terras enquanto escravizados ou posteriormente enquanto libertos que iremos enfatizar a nossa análise. Cardoso (1979) discute sobre o “protocampesinato escravo”, *proto*, etimologicamente, que vem de anterior a algo, aquilo que é antecedente. Ao usar esse conceito o autor coloca em evidência a existência de camponeses negros no período em que aqueles sujeitos não eram livres, mas eram escravizados que desempenhavam funções de camponês, plantando, colhendo e criando para si, mesmo que de fato e de direito ele não detivesse a posse da terra nem de si, mas, produzia, gerava riqueza, comprava e vendia como se fosse um camponês livre. O que Cardoso categoriza sobre o “protocampesinato escravo” é “Trata-se das atividades agrícolas realizadas por escravos em parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas” (CARDOSO, 1979, p.135). Assim, o protocampesinato escravo era uma forma de brecha camponesa que subsistia no sistema escravista concomitantemente com o latifúndio, tendo em vista que se tratava de trabalhos exercidos pelos escravizados dentro de pequenos lotes no território do latifúndio de seu senhor, comercializando o fruto do que produziam nas suas lavouras no comércio local, inclusive até conseguiam valores que serviam para comprarem objetos de necessidade imediata para si e para sua família e, algumas vezes, com o trabalho nas suas pequenas lavouras, conseguiam comprar até suas alforrias.

Mas se foi conceituado o protocampesinato, o que podemos dizer que era a economia camponesa? Segundo Cardoso (1987, p.55):

Em nossa opinião, uma estrutura camponesa se define, do ponto de vista econômico, por quatro características, sobretudo: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente auto-subsistência, sem excluir por isto a circulação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas divisões sobre plantar e quando, de que maneira, sobre as disposições dos excedentes eventuais etc.

Dessa forma, a relação que existia dos escravizados com as atividades que existiam nas glebas de terras que eram concedidas a eles para trabalhar, não tinha relação com a economia camponesa, mas com o protocampesinato, tendo em vista que os escravizados, apesar de usufruírem de pequenas parcelas de terras, trabalhar com sua família na produção de subsistência, não tinham autonomia sobre as gestões das suas atividades, pois trabalhavam nas glebas concedidas à eles, de acordo com a vontade de seu senhor.

O fato de que existiu a “brecha camponesa” na região do Cariri paraibano é comprovado através do estudo de Galliza (1979) em que essa historiadora analisa livros de notas dos tabelionatos de João Pessoa, Areia, Mamanguape, Pombal, São João do Cariri, Pilar, Bananeiras e Guarabira, entre os anos de 1850 e 1888, e constata a existência de compra de mais 199 manumissões na região com dinheiro vindo do trabalho dos próprios escravizados. Diz ela que “Essas alforrias foram pagas com recursos econômicos do próprio escravo, dos seus parentes e, em alguns casos, dos protetores.” (GALLIZA, 1979, p. 147). É importante salientar que São Thomé pertenceu a São João do Cariri, posteriormente passou aos domínios de Alagôa do Monteiro. Desta feita, os escravizados de São Thomé também fizeram parte dessa compra de manumissões. Mas, como os escravizados podiam comprar sua alforria se não lhes eram entregues dinheiro como salário? Muitas das pesquisas científicas reduzem a figura do escravizado a um grupo que não recebia “salário”, não tinha vida própria, não tinha casas.

Analisando as existências de atividades realizadas por escravizados, no território de São Thomé, observamos, nesta ocasião da escravizada Maria, mulata, de mais ou menos 30 anos de propriedade de Germano Ferreira da Costa, morador da fazenda Saco, região de São Thomé, que dita em sua carta de alforria

... Maria de idade mais ou menos trinta anos a qual escrava pelos bons serviços que nos tem prestado a suor e fidelidade com que sempre mostrou serviço por isto concedo sua liberdade de hoje para sempre, por caridade pode já a dita escrava gozar de sua liberdade coo se livre nasceu do ventre materno, somente com a condição de me acompanhar enquanto eu for vivo e quiser obediente coo sempre tem sido.” (Livro de notas nº 2, 1886 *apud* QUEIROZ 2006, p. 43.)

Era comum os proprietários concederem as alforrias aos escravizados, libertando-os, porém, colocando na carta uma condição para a liberdade, foi o que ocorreu com Maria que apesar de liberta foi obrigada a permanecer com o proprietário como se escravizada ainda fosse.

Outra passagem está na obra de Queiroz (2006) sobre a alforria do escravizado Vicente, mulato, de 27 anos, pertencente a Francisco José do Prado, comprado no dia 24 de maio de 1879 por Antônio Leite Monteiro em 1879 por 700\$000 mil réis, sua alforria data de 2 de julho de 1879, mesmo ano que é comprado. O que se coloca é que Antônio Leite era negociante de escravizado na região de São Thomé, Queiroz (2006) questiona a atitude do negociante de escravizado e analisa “... O escravo Vicente poderia ter pecúlio consigo, e agora estaria diante da possibilidade de orar numa terra nova e juntar dinheiro para pagar o que restava de sua liberdade.” (QUEIROZ, 2006, p. 43)

O que ocorre é que os escravizados, com o passar do tempo, foram burlando a estrutura latifundiária e escravocrata brasileira, participando, inclusive da economia da região de forma a conseguirem até obter recursos para comprarem algo tão valioso como era sua liberdade, através do seu próprio trabalho. Galliza (1979), por exemplo, coloca em seu estudo como o escravizado conseguia a compra de sua manumissão utilizando-se da participação na economia, em que muitos conseguiam valores através da atividade produtiva em pedaços de terras cedidos pelos seus senhores. Diz ela que

Os recursos usados pelo escravo para a aquisição de sua alforria eram provenientes de atividades diversas. **Não foi raro cativos cultivares para si terras cedidas pelos seus senhores, nos feriados ou dias santos, formando assim uma poupança com o fruto do seu trabalho.** (GALLIZA, 1979, p. 148). (Grifos nossos).

Desta feita, o trecho demonstra que a “brecha camponesa” era um instituto que fazia parte da economia do Cariri paraibano. Utilizando da ótica de Cardoso (1979) sobre a brecha camponesa, a pesquisadora Veras (2015) coloca:

Outro mecanismo utilizado pelos senhores para manutenção da disciplina escrava foi a “brecha camponesa”, que tinha como objetivo ceder uma parte da terra para o escravo para que o próprio pudesse utilizá-la, além da folga semanal, pois seria neste dia específico que o escravo teria para trabalhar em sua terra e, com isso, a quantidade de gêneros alimentícios aumentava para a população escrava. (VERAS, 2015, p. 88).

Predominava nos latifúndios da região em estudo no século XVIII a atividade criatória e a monocultura algodoeira. Desta feita, o que era produzido pela classe escravizada, como

também pela livre, vai servir para a sobrevivência da população local através de uma agricultura e uma atividade pastoril de pequeno porte, de subsistência.

Por mais que a “brecha camponesa” aparente ser uma espécie de docilização do sistema escravista, ao doar um pedaço de terra para os escravizados poderem plantar e obter recursos, ela foi utilizada como revolução dentro da contradição da economia escravista, pois foi aproveitada pelos escravizados como forma de resistência, em que o senhor cedia uma ínfima parcela do seu latifúndio para o plantio pelo povo negro e em troca essa classe social marginalizada evitava sublevar-se contra o seu senhor.

Nas pesquisas realizadas encontramos poucos relatos de resistência de escravizados através de fugas ou de assaltos no território de São Thomé.

Fato que a região de São Thomé (Sumé) existia resistência, é o exemplo do assassinato conta no inventário, Quadro 24, de Manoel José Pereira da Costa, que era proprietário de terras na região e foi assassinado por um de seus escravizados.

Ainda em 1875, Manoel Ricarte Bezerra, proprietário da escravizada Maria, fula, de 19 anos, tinha fugido, tendo Manoel Ricarte, que constituir procuradores quatro procuradores, para resgatar a escravizada dentro ou fora da Comarca de Alagôa do Monteiro. Ainda na nota consta que “... e bem assim chamar a conciliação os resistentes que pugnarem a entrega da dita escrava” (Livro de Notas nº 2, 1875 *apud* QUEIROZ, 2006, p.44), isto é, o resgate de um escravizado era pago, não apenas para os procuradores, mas para quem os achassem, o que causava prejuízos aos proprietários, muitos embora devido o valor que o escravizado constituía valia o preço pago pelo retorno.

Outra resistência foi do escravizado João, de propriedade de Francisco Braz de Macêdo, informa o registro de nota que desobediente, causando prejuízos durante dois anos, matando vacas com três cria de um outro senhor, levando ao proprietário a querela judicial devido ao fato.

Violentas, como o assassinato do proprietário, a fuga como forma de evasão da opressão, ou proporcionar prejuízos aos seus proprietários, eram formas de resistências dos escravizados contra a dominação do sistema escravista.

Observamos que apesar de poucos relatos, havia a resistência mais violenta. Mas a presença da “brecha camponesa” no território, essas situações de insurgências de escravizados foram diminuindo as formas mais abruptas. Sobre o assunto examinemos:

Na Paraíba, portanto, só esporadicamente, o negro foi elemento perturbador da economia sertaneja. Além de alguns assaltos efetuados pelos quilombolas de Cumbe

e municípios do sertão, só na seca de 1877 os documentos evidenciaram o crescimento de criminalidade por parte dos negros. (GALLIZA, 1979, p. 97).

Conforme demonstra Galizza, os escravizados foi eventualmente elemento que causasse resistência mais violenta, apenas em momentos de extrema necessidade que a resistência mais intensa ocorreu.

Para fazer frente ao receio da resistência dos escravizados, a doação de terras foi necessária. Assim, os escravizados que faziam parte da atividade criatória e da agricultura de subsistência no Cariri paraibano foram ganhando espaços de ação de outras formas, através da posse de pequenas glebas para que pudessem produzir nelas. E foram através dessas pequenas glebas sustentadas pela agricultura, o comércio local foi crescendo.

O povo negro utilizava-se do próprio sistema para conquistar alguns espaços, desta feita, verificamos que existiram peculiaridades no sistema escravista e no pós-abolição no Cariri. Sobre a situação do ex-escravizados com a abolição na região, observemos o trecho:

Com a abolição da escravatura mudara um pouco o regime de trabalho nas fazendas. Muitos escravos ali permaneciam, presos, sobretudo, por fortes laços (...) E para eles foram generosos os ex-senhores, dando-lhe terras em que colhiam, como seus os frutos dos roçados. (Naquela época não se falava em arrendamento de terras, nem na 'meia' de algodão e milho, sistema mais tarde posto em prática na região do Cariri e só há pouco adotado no Moxotó e Pajeú, apenas quanto ao algodão: o fazendeiro faz cercar o roçado, plantar o algodoeiro, tratá-lo, e, depois da colheita, deduz as despesas, ficando com a meia da safra.)

(...)

E se é certo que hoje há um número muitas vezes superior de médios e pequenos fazendeiros (que os grandes só existiram nos outros tempos), a verdade é que o Moxotó não possui a metade que ali se espalhavam outrora. (ALBUQUERQUE, 1989, p. 166-167 *apud* NUNES, 2017, p. 196).

O autor analisa uma passagem de Albuquerque (1989), relatando a situação da região de Pernambuco (Rio Moxotó e Pajeú) do pós-abolição e comentando sobre a situação das fazendas criatórias e com a atividade algodoeira em toda região que englobava o Pajeú, inclusive adentrando ao território paraibano. Importante informar que a passagem descrita enfatiza o surgimento dos ex-escravizados como novos sujeitos dentro da atividade econômica da agricultura de subsistência como resistência ao latifúndio. Muitos vão conseguir posses de pequenas terras nas envoltas de serras, em que o solo era pedregoso ou de difícil acesso, a maioria dessas terras fazia parte de uma região mais árida com poucos pontos de água para criação de gado e para o plantio. Mesmo assim, formaram grupos de trabalhadores camponeses que trabalhavam nessas pequenas propriedades.

Dentro de um sistema pré-capitalista, neste caso, semifeudal-escravista, o proprietário dos meios de produção detêm as ferramentas para a atividade econômica, e ao invés de pagar pelo trabalho ganha através da força de trabalho não remunerada, no sistema escravista no mundo, o escravizado trabalhava nas terras do latifundiário sem ganhar nada pelo seu trabalho, mesmo detendo a posse do pequeno lote de terra, não a propriedade, trabalhava nela, parte de sua produção servia para sustentar sua família e de circulação para comércio local. Assim, no Cariri paraibano, observamos que o lucro foi obtido através de um sistema de exploração da força de trabalho e expropriação de terras de outros indivíduos. No latifúndio, com o sistema de *plantation*, no caso do Cariri, verificamos que, para implementação das atividades econômicas da pecuária e algodoeira para exportação, foi necessária a expropriação dos povos originários das suas terras, em que muitos foram escravizados junto do povo africano para trabalhar no latifúndio. Aqui não há a existência de salário e, por isso, há a existência de uma lucratividade maior do latifundiário, senhor de escravizados, a não ser pelas “despesas” relativas ao custeio da sobrevivência desses escravizados, o que com a brecha camponesa foi “sanado”.

Não havia, dessa forma, apenas a existência do latifúndio e da monocultura, mas surgiu a “brecha camponesa” que para o senhor latifundiário expressaria como um sinônimo de vantagem, tendo em vista que, uma vez que o escravizado produzisse através da sua força de trabalho e nas suas horas vagas o próprio sustento, o latifundiário não se preocuparia e nem muito menos teria despesas para sustentar o povo negro, além disto, seria uma forma de “acalmá-los” para insurgências. Contudo, para o povo negro a “brecha camponesa” tinha um significado maior, o de burlar o sistema como forma de resistência, pois, iniciara uma forma de insurgência através da própria autonomia de plantar, colher e comercializar os produtos provenientes da sua força de trabalho e, posteriormente, a conquista destas terras.

### **3.4 A Brecha Camponesa e o surgimento do trabalhador livre pobre em São Thomé**

Mesmo antes da abolição da escravidão no Brasil, notamos um crescimento expressivo de pessoas livres. Concluimos, portanto, que o aumento de pessoas livres no território brasileiro, em sua maioria parda, é o resultado do processo de abolição da escravidão e do surgimento da descendência dos escravizados no Brasil que, utilizando-se da “brecha camponesa” ao seu favor para a conquista de terras no espaço agrário, vai compondo uma massa de trabalhadores livre negra e miscigenada.

Vemos que, de acordo com o Censo de 1872, a população negra escravizada da região de Alagôa do Monteiro e, conseqüentemente, de São Thomé só contava com 611 pessoas, número insuficiente para todo o trabalho das fazendas circunscritas nos limites territoriais desse município. Ao passarmos a analisar os dados do Censo de 1872, buscando identificar em que profissões se enquadravam as pessoas livres, constatamos que:

**QUADRO 31 - POPULAÇÃO LIVRE E SUAS PROFISSÕES NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DAS DÔRES DA ALAGÔA DO MONTEIRO EM 1872**

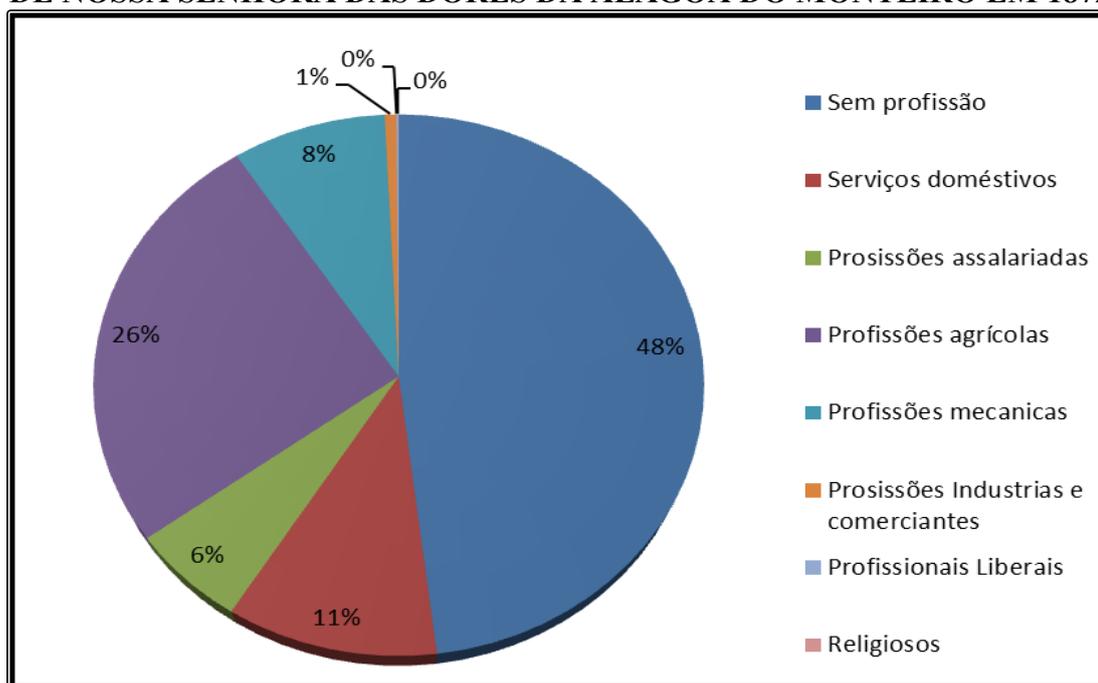
<b>PROFISSÕES LIBERAIS</b>	Religiosos		1
	Juristas	Juízes	0
		Advogados	1
		Notários e escrivães	0
		Procuradores	0
		Oficiais de justiça	1
	Médicos		0
	Cirurgiões		0
	Farmacêuticos		0
	Parteiros		0
	Professores e homens de letras		4
	Empregados Públicos		1
	Artistas		4
	Militares		0
	Procuradores		0
Capitalistas e proprietários		0	
<b>PROFISSÕES INDUSTRIAIS E COMERCIAANTES</b>	Manufaturas e Fabricantes		11
	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros		52
<b>PROFISSÕES MANUAIS E MECANICAS</b>	Costureiras		756
	Operários	Carteiros, calceteiros, mineiros e cavouqueiros	0
		Em metais	24
		Em madeiras	8
		Em tecidos	35
		De edificações	0
		Em couros e peles	3
		Em tinturaria	0
		De vestuário	1
		De chapéus	0
De calçados	6		
<b>PROFISSÕES AGRÍCOLAS</b>	Lavradores		2.176
	Criadores		374
<b>PROFISSÕES ASALARIADAS</b>	Criados e jornaleiros		598
<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>			1.078
<b>SEM PROFISSÃO</b>			4.750
<b>TOTAL</b>			<b>9.885</b>

**Fonte:** Censo Demográfico do Brasil (IBGE), 1872. Quadro adaptado pela autora do texto.

No quadro acima escolhemos analisar apenas as categorias relativas às profissões que eram exercidas pelos indivíduos, brasileiros e estrangeiros, livres da Paróquia do Alagôa do

Monteiro, tendo em vista que a análise sobre a profissão dos escravizados já foi apresentada. Diante do exposto, identificamos que aquela região tinha o número de 9.885 brasileiros e de 6 estrangeiros que totalizavam 9.891 homens e mulheres livres que exerciam as profissões elencadas. No gráfico a seguir expomos melhor essa população livre e as suas respectivas profissões. Vejamos:

**GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO LIVRE E SUAS PROFISSÕES NA PAROCHIA DE NOSSA SENHORA DAS DÔRES DA ALAGÔA DO MONTEIRO EM 1872**



**Fonte:** Censo Demográfico do Brasil (IBGE), 1872. Tabela elaborada pela autora do texto.

Examinando o gráfico referente às profissões exercidas pelos indivíduos livres existentes na Paróquia de Alagôa do Monteiro, observamos uma continuidade do quantitativo maior da população não ter profissão definida, equivalendo a 48,02% dos indivíduos; logo em seguida as profissões referentes às atividades agrícolas com 26%; e em terceiro lugar as profissões de serviços domésticos com cerca de 10,89%, estas, em sua maioria, realizadas em fazendas da região, tendo em vista o ambiente rural interiorano de 1872.

Calculando o contingente de trabalhadores livres brasileiros e estrangeiros do território de Alagôa do Monteiro, chegamos ao número de 9.891 sujeitos que formavam essa população no período em estudo, porém o Censo de 1872 não menciona a qual raça esse grupo de homens e mulheres fazia parte. Todavia, quando cruzamos essas informações com os dados dispostos no Quadro , observamos que o quantitativo maior da população livre era composto de

indivíduos pardos, pretos e caboclos, chegando ao número de 6.444 pessoas, isto é, compunha 65,15% da população livre, contra 3.447 pessoas livres brancas, que seria 34,84% da população.

Fazendo essa analogia entre o quadro do número de habitantes de Alagôa do Monteiro em relação a raça com o quadro de profissão de pessoas livres na região, concluímos, portanto, que a grande maioria da população livre referente as profissões era composta por indivíduos miscigenados, sendo o número maior de pardos. Essa grande classe que se estruturava no território de Alagôa do Monteiro era a que exercia a maior parte do trabalho naquele momento, era formada justamente por uma massa de alforriados, recém-libertos e seus descendentes.

O objeto de estudo nosso é o campesinato negro no município de Sumé e, para isso, procuramos observar a questão agrária desses povos que viveram nesse território. Desta feita, constatamos no quadro de profissões do Censo de 1872 de Alagôa do Monteiro que as duas categorias mais relacionadas às atividades econômicas da região seriam os “profissionais agrícolas” e os “profissionais da indústria e do comércio”. Com relação aos “profissionais agrícolas”, que estariam divididos em “lavradores” e “criadores”, não se tem como definir se estavam relacionadas a uma agricultura do tipo policultura de subsistência ou a uma monocultura latifundiária.

Fazendo uma analogia sobre o quantitativo de pessoas no Censo de Alagôa do Monteiro relativo a raça/cor/etnia chegamos ao resultado que a região era constituída por um grande contingente de pessoas que pertencia a uma classe trabalhadora miscigenada que totalizava 65,15% dos sujeitos livres, na sua maioria negros, pardos e caboclos e não apenas pessoas brancas. Desta forma, cabe indagarmos quem eram esses “lavradores” e “criadores”. Eram eles latifundiários ou indivíduos pobres que viviam da atividade de subsistência? A respeito da distinção entre os conceitos de agricultor e lavrador, vejamos:

Os substantivos agricultor e lavrador confundem-se frequentemente na linguagem comum, e com eles designa-se indistintamente o indivíduo, proprietário ou rendeiro, que explora terras e as cultiva. No sentido rigoroso, porém, estes vocábulos divergem entre si. Agricultor é o proprietário que, por si próprio (ou de sua conta) e em ponto grande, se dedica à agricultura, que ele considera como uma arte pela qual sente gosto. **O agricultor é, pois, o proprietário das terras que explora. Lavrador é o homem que lavra a terra, seja de conta própria, seja de conta alheia, ou mediante jornal.** (POMBO, 2011, p. 138). (Grifos nossos).

Castro (2009), analisando a existência de pequenos e médios lavradores no Rio de Janeiro, demonstra que a denominação “lavrador” que aparece no Censo de 1872 não se referia apenas aos latifundiários. A mesma assim comenta:

**A metade restante, caracterizada para efeitos da pesquisa como população ativa livre, compunha-se em quase 70% (68,1%) da categoria *lavradores*. Isso reforça o raciocínio até aqui desenvolvido, ressaltando as possibilidades abertas pela disponibilidade de terras livres no município ao trabalho rural independente, forjando toda uma população de *lavradores pobres*, nem sempre proprietários legais da terra que exploravam.** Este sentido da denominação *lavrador* na comunidade analisada, associado a trabalho agrícola independente, encontra-se reforçado no próprio recenseamento de 1872 para o município em questão, onde em duas freguesias, essencialmente rurais, a população escrava não se encontra profissionalmente classificada como *lavradores* (atributo reservado à população livre), mas preferencialmente como *criados e jornaleiros*. (CASTRO 2009, p. 73). (Grifos nossos).

É obvio que estamos tratando de duas zonas agrárias do Brasil distintas, Sudeste e Nordeste, contudo ambas eram escravagistas e eminentemente agrárias que passavam por um processo de desestruturação da escravidão e de crescimento do trabalho livre. Nunes (2017), ao analisar a estrutura social do Cariri paraibano do período em estudo em relação ao crescimento da atividade criatória e da cotonicultura, comenta:

(...) condições de homens livres: os marítimos, os mercadores, os mecânicos, os assalariados (feitores, encaixotadores, carreiros, vaqueiros e outros empregados) e **os lavradores** (tanto senhores de engenho e fazendeiros, quanto os pequenos cultivadores). (NUNES, 2017, p. 118). (Grifos nossos).

Ou seja, não podemos homogeneizar a categoria “lavradores” trazida pelo Censo de 1872 como dela fazendo parte apenas da classe social mais abastarda, pois, na realidade, dentro da categoria de “lavradores e criadores” existiam tanto os trabalhadores pobres quanto os grandes proprietários de terras.

Mas, em São Thomé qual atividade econômica era exercida e quais os indícios nos levam a comprovar a efetivação da mesma na região? Nas 10 sesmarias de Sumé, presentes na obra de Tavares (1982), constatamos a existência da atividade criatória exercida pelos requerentes. Vejamos:

Nº 137 em 15 de Abril de 1717

Coronel João da Rocha Motta na Villa de S. Antonio do Recife, tendo no sertão dos Cariry's terreno desta capitania, **uns sítios povoados com gados vaccum e cavallar e nas testadas das suas terras do sítio *Cotaé*, detraz da serra está um poço d'agua que chamão *Pedra Comprida*, com alguma terra circumvisinhas, capaz de crear gado, devolutas (...).** (TAVARES, 1982, p. 98). (Grifos nossos).

Nº 140 em 19 de Maio de 1717

Coronel João da Roha Motta e o capitão Paulo Monteiro de Barros, moradores na villa de S. Antonio do Recife, dizem que tendo no sertão dos Cariry's uns sítios de terras chamados *Sucurus*, *Cotaé*, *Buraco* e *Campo da Ema*... **povoados com gado vaccum e cavallar a 17 para 18 ... com laguma terra circumvizinha capaz de crear gado, devolutas.** (TAVARES, 1982, p. 100). (Grifos nossos).

Nº 189 em 18 de Dezembro de 1722

**Pedro da Costa de Azevedo, não tendo terras capazes de situar os gados que possui;** e porque tem noticia que no *Cariry* há um riacho no qual entra o rio *Sucurú* (...). (TAVARES, 1982, p. 122). (Grifos nossos).

Nº 240 em 7 de Novembro de 1734

**O sargento-mór Antonio da Cunha Ferreira, morador no Recife de Pernambuco, tendo bastante numero de gado no sertão do Cariry** (...) (TAVARES, 1982, p. 144). (Grifos nossos).

Nº 282 em 15 de Maio de 1741

O sargento-mór Antonio Cunha Ferreira, á custa de sua fazenda descobrira no sertão do *Cariry* um poço d'água chamado *Gerimun* no riacho das *Lages*, devoluto, **ao qual pretendia, para fazer crear seos gados** (...). (TAVARES, 1982, p. 162). (Grifos nossos).

Nº 307 em 16 de Novembro de 1742

**Sargento-mór Antonio da Cunha Ferreira, morador em Pernambuco, diz que é senhor e possuidor de um sítio de crear gados no sertão do Cariri**, chamado *Cachoeira... olho d'água de Gamelleira* para crear nelle os seos gados *vaccuns e cavallares* que tem ou aonde mais conta lhe tiver; portanto, pedia fosse servido conceder por data e sesmaria as tres leguas de terras de comprido e uma de largo, **na parte que tem confrontado para crear seus gados. Foi feita a concessão, no governo de Pedro Monteiro de Macedo.** (TAVARES, 1982, p. 174). (Grifos nossos).

Nº 586 em 25 de Agosto de 1762

Antonio Duarte Vieira diz que na ribeira do rio Parahyba, sertão do Cariry de Fora, entre as fazendas Conceição e Sucurú se acham sobras, de comprehensão de tres leguas de uma ou outra fazenda, **com agua e com capacidade para crear gados, a qual pretende por sesmaria de tres leguas principiando do Boqueirão** da serra e paragem donde sahe o riacho Sucurú (...). (TAVARES, 1982, p. 308). (Grifos nossos).

Nº 834 em 28 de outubro de 1785

**José Francisco Torres diz que tem gados a carece terras para os crear, e por que descobriu na ribeira do Riacho dos Porcos terras devolutas** (...). (TAVARES, 1982, p. 409). (Grifos nossos).

Nº 943 em 14 de Agosto de 1790

Antonio Fernandes da Silva, morador no Cariry de Fóra diz que descobriu terras devolutas, sobras das fazendas dos mocós, Ipoeias, Carrapateira, olho d'água do Cunha e Sucurú (...) (TAVARES, 1982, p. 451) (Grifos nossos).

Observamos que das 10 sesmarias, 9 usam da justificativa de criação de gado *vaccum* e *cavallar*, informação de extrema relevância e que torna esses documentos uma fonte importante para comprovarmos a atividade econômica criatória no território de São Thomé. Isso demonstra que a região de São Thomé não foge da regra quando se refere à atividade econômica que prevalecia no Cariri paraibano – que tinha forte relação comercial com as feiras de gado do litoral de Pernambuco, tendo em vista as proximidades fronteiriças - atividade esta exportadora e de acúmulo de capital para os grandes latifundiários e, secundariamente, mas não menos importante, a cotonicultura.

Outra questão a ser colocada é que as sesmarias de São Thomé datam do início do século XVIII, contudo a atividade criatória já vinha se prolongando de anos anteriores. Notamos isso

quando analisamos, por exemplo, a sesmária N° 140, em 19 de maio de 1717, dos requerentes Coronel João da Rocha Motta e Capitão Paulo Monteiro de Barros, que diz que a atividade criatória já existia na região há cerca de 17 ou 18 anos.

Não podemos dizer que só existia a atividade criatória no Cariri. A atividade algodoeira, como já mencionada, também fazia parte da economia da região e ganhou maior força a partir do século XIX. Alves (2015) esclarece que:

(...) vários tipos de ocupações dos habitantes da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres. São de religiosos, militares, escravizados, negociantes, mas não consta a ocupação específica de criadores de gado; têm-se agricultores. Acreditamos que entre esses agricultores foram englobados os criadores de gado, pois, em algumas cartas de sesmária, os solicitantes justificam que precisam de terras para criar seus gados e para suas plantações. (ALVES, 2015, p. 42).

Apesar das sesmarias de São Thomé não mencionarem atividades ligada à agricultura, o fato de existir a criação de animais já prevê a presença da agricultura na região, ainda mais tendo em vista que se tratava de uma localidade distante da capital de onde os recursos demoravam a chegar. Desta feita, era necessário ter uma agricultura e um comércio local para suprir as necessidades imediatas. Mas, é através das passagens das sesmarias que podemos constatar que a pecuária no território de São Thomé foi uma atividade econômica de grande relevância no Cariri paraibano, conforme já demonstrado por Galliza (1979). O estudo trazido por essa autora, conjuntamente com os dados dos números de escravizados que existia na região, constata que inicialmente quem trabalhava na principal atividade econômica foi o povo negro.

Com relação aos “criadores”, nas pesquisas realizadas constatamos que existem poucos estudos sobre esses sujeitos e o que podemos concluir, a partir de Abreu (2011), é que era também um grupo diverso, constituído por grandes e pequenos criadores “Sem falar em sua acessibilidade aos criadores pobres, com preços que variavam entre 1\$000 e 2\$000 réis.” (ABREU, 2011, p.70). Assim, podemos dizer que os próprios escravizados faziam parte da atividade criatória no Cariri paraibano, uma vez que Gallilza (1979) comenta que “Também a participação do escravo em atividades na zona criatória fez com que ele formasse um pecúlio em dinheiro, gado ou imóvel e o utilizasse na aquisição de sua liberdade.” (GALLIZA, 1979, p. 150). Portanto, o escravizado da região do Cariri paraibano não participava da atividade criatória apenas como trabalhador braçal, na realidade, como a própria autora informa, o escravizado possuía bens móveis e imóveis que faziam com que eles participassem ativamente

das atividades agrícola e criatória da região dos ditos “sertões” paraibanos, porém em pequena escala, contudo permitindo que o mesmo acumulasse certos valores.

Fato é que nessas categorias de “lavradores” e “criadores” também se enquadravam uma massa de trabalhadores pobre, marginalizada e formada por negros, pardos e caboclos. Sobre essa constatação Sodré (1979) comenta:

Os espaços vazios seriam, segundo o autor, objeto de disputa, não se tratando, porém, de uma fronteira móvel. Seriam apropriados por “uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores, no seu conjunto ausente do mercado” (SODRÉ, 1979, p. 248 *apud* MOTTA, 2006, p. 43).

O autor aqui analisa que os espaços que não eram de interesse dos grandes latifundiários eram preenchidos por sujeitos pobres que se tornavam pequenos lavradores e criadores e o mesmo ocorreu na região do Cariri paraibano. Ao tratar de uma região vizinha a esta, Nunes (2017) dá exemplos de ocupações de terras por pequenos lavradores:

(...) cume da Serra era bastante habitada e era formada por pequenas glebas, ‘posses’ herdadas, mesmo sem haver inventários, de pais e avós que para lá foram da ribeira do Moxotó para cultivar alimentos ante a inconstância dos invernos. (NUNES, 2017, p. 198).

Desta feita, parcela desses “criadores e lavradores” era pobre, que vinham fugindo das entradas dos invasores estrangeiros sendo jogados do litoral para o interior da Capitania, fazendo com que se fixassem em terras mais áridas. A passagem acima comprova que a posse era repassada de geração para geração e que não havia documentação oficial que comprovasse a herança das terras para os herdeiros das pessoas que detinham a “posse” que era feita apenas através da mera detenção das terras.

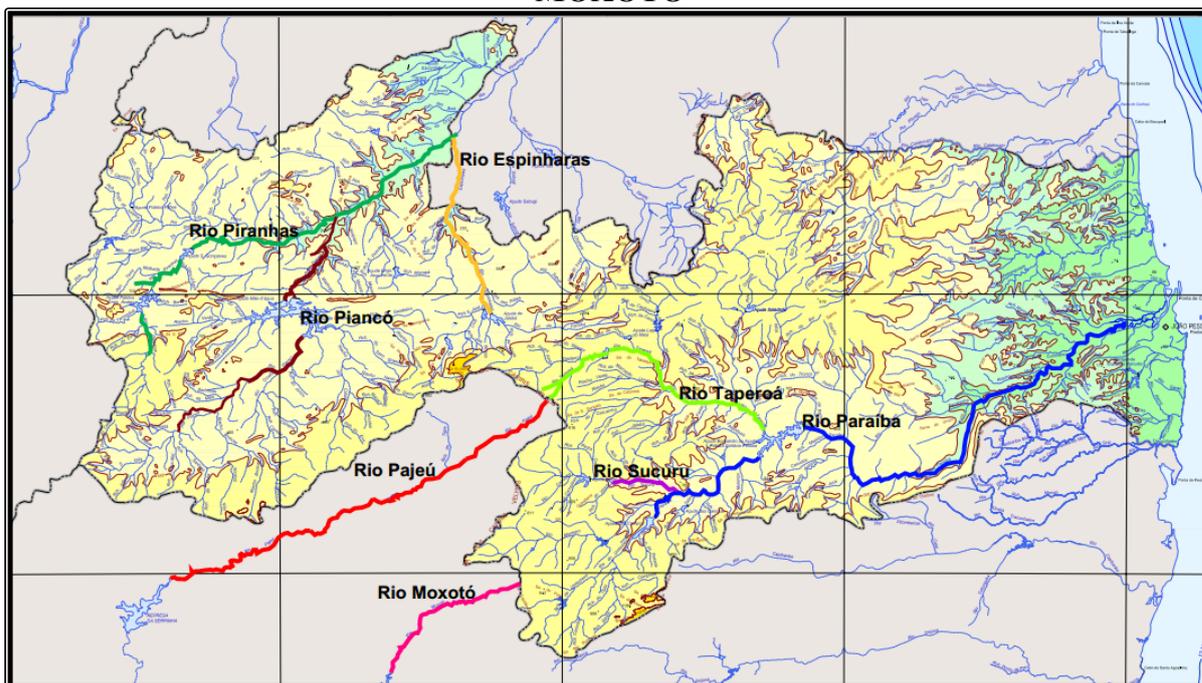
Na região mais interiorana da Capitania, esses grupos de indivíduos, inicialmente, eram formados por povos originários ou caboclos, mais, posteriormente, foi sendo ocupada por vários e diferentes grupos étnicos também marginalizados, que viviam como pequenos cultivadores nas terras secas. Nunes (2017, p. 188) assim coloca:

Num segundo momento, como posso inferir do Requerimento dos moradores da Vila de Cimbres, com a multiplicação do cultivo do algodão de leste à oeste das províncias de Pernambuco e Paraíba e a instalação de processos conflituosos (que envolviam a própria elite proprietária-escravista) entre plantadores e criadores que forçou o deslocamento dos criadores para regiões mais interioranas, as áreas agrícolas de ocupação mais antiga compostas pelas comunidades tradicionais de forte descendência “mameluca” passaram a ser pressionadas pelos criadores recém-chegados. Se no leste, o algodão expulsava os criadores para o interior, no oeste os criadores (novos e antigos) passaram a expulsar e pressionar o modo de vida dessas comunidades de cultivadores livres, que, provavelmente, em épocas anteriores já

tinham vivenciado e sobrevivido a processos expropriatórios comandados por entradas e bandeiras destinadas ao apresamento de indígenas, sufocamento de comunidades quilombolas e fundação de currais de gado ao longo dos afluentes dos rios Pajeú, Moxotó, Paraíba, Taperoá, Espinharas, Piranhas e Piancó, desde o século XVIII.

Nunes denuncia a existência de um conflito entre criadores abastados e plantadores pobres que faziam parte de um grupo miscigenado, criadores esses que tentavam ocupar terras através do processo de interiorização da região do Cimbres, região localizada no atual município de Pesqueira-PE, um exemplo que também ocorreu em tantas outras terras no Cariri paraibano. A imagem a seguir traz em destaque as principais bacias hidrográficas da Paraíba, com destaque para o Rio Sucuru entre os rios Taperoá, Paraíba e Moxotó para demonstrarmos que estes e seus afluentes receberam currais de gado comunidades quilombolas no processo expropriatório de terras. Vejamos:

**IMAGEM 12 - PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA PARAÍBA COM DESTAQUE PARA O RIO SUCURU ENTRE OS RIOS TAPEROÁ, PARAÍBA E MOXOTÓ**



Fonte: (IBGE, 2012)<sup>344</sup>. Imagem editada pela autora do texto.

Segundo Nunes (2017), existia um movimento de expulsão de comunidades de povos originários e quilombolas e, ao mesmo tempo, a fundação de currais de gado anterior ao século XVIII e que se perpetuava ao longo do tempo, fato que fez com que essas comunidades fossem

<sup>344</sup> Mapa físico do Estado da Paraíba, IBGE 2012. Ver em IBGE. Mapas físicos estaduais. Paraíba. 2012. Disponível em: < <https://mapas.ibge.gov.br/fisicos/estaduais> >. Acesso em 13 de março de 2020.

direcionadas ao longo dos afluentes dos rios Pajeú, Moxotó, Paraíba, Taperoá, Espinharas, Piranhas e Piancó. Comunidades essas que eram formadas por agricultores livres que plantavam nos pequenos espaços “vazios” encontrados e que, com a interiorização mais intensa, permaneceram ou foram expulsas de suas terras pelos colonizadores.

Ao fazermos um levantamento dos primeiros currais de gados e das comunidades quilombolas ao longo de afluentes acima colocados, verificamos que o rio Sucuru fica entre as localidades citadas pelo autor. Mais um prova da existência de lavradores e criadores pobres na região de Sumé.

Dessa forma, pela quantidade de pessoas livres e não brancas no território em estudo que era predominantemente agrário, afirmamos a resistência através da formação de quilombos e de pequenas propriedades, cujo plantio era de subsistência e para a venda de excedentes nas feiras e currais locais.

Nunes (2017) coloca que com o fim do tráfico negreiro (1850) e com a abolição da escravidão (1888) no Brasil, aumentou o contingente de trabalhadores livres que recorria ao trabalho dentro das lavouras de algodão, atividade econômica que, a partir do século XIX, entrou em crescimento, ultrapassando os lucros, inclusive, da atividade criatória nos sertões da Borborema. Diz esse autor que

(...) seja pela entrada, sem precedentes de cultivadores livres que chegavam à região e estabeleciam roçados a partir da compra ou do arrendamento/aforamento de propriedades, ou mesmo a partir do contrato de moradia que, com o fim do tráfico negreiro e da escravatura, passou a ser o maior fornecedor de mão-de-obra para os sítios e fazendas da região. (NUNES, 2017, p.190).

Assim, esses homens e mulheres livres se fixavam em regiões mais áridas em busca de sobreviverem, alguns ainda conseguiam terras pelo instrumento do arrendamento, aforamento e moradia<sup>345</sup>, institutos estes ainda existentes nos dias atuais no Brasil.

A aquisição dessas pequenas propriedades seria justamente através de uma resistência em que o grupo marginalizado que acabara de sair de um processo de escravização se apossava de pequenos lotes de terras que, na maioria das vezes, não eram de interesse dos grandes latifundiários por se concentrarem longe de poços, riachos e rios, além de serem lugares pedregosos que era de grande dificuldade de acesso e difícil para a criação de gado e a agricultura.

---

<sup>345</sup>O arrendatário deve pagar um valor fixo ao proprietário das terras arrendadas. Em contrapartida no aforamento ou enfiteuse, o proprietário das terras transfere ao posseiro, o domínio ou a posse direta das terras mediante o pagamento de renda anual, também conhecida como foro. O morador é o trabalhador que cuida das terras para o proprietário, podendo cultivá-las sem receber pecúlio em troca dos serviços prestados.

Como verificamos no tópico anterior, existia uma grande quantidade de escravizados no território de São Thomé (Sumé) e foi constatado isso através do quantitativo de escravizados identificados por meio do cruzamento dos registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos com as 10 sesmarias de Sumé-PB citadas na obra de Tavares (1982) e os dados dispostos no Sistema Nacional de Cadastro Rural desse município.

Desta feita, os escravizados, ex-escravizados e seus descendentes do território sumeense, com o passar do tempo, adquiriram sua liberdade e a posse de pequena dessas pequenas glebas de terras que realizavam a agricultura de subsistência, passando as mesmas para seus descendentes sem ter a propriedade de direito, mas a propriedade de fato. Sobre essa ocupação da terra corroboramos o entendimento de que

(...) Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa (...). À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se. (GUIMARÃES, 1977, p. 113).

Em meio a essa contradição do acesso as terras, observamos que poucos tinham a propriedade e muitos, quando detinham apenas a posse, principalmente depois da Lei de Terras de 1850<sup>346</sup>, assim, surgem as figuras dos posseiros e lavradores sem-terra. Porém, esses pequenos agricultores e criadores ocupam as terras em pequena escala, apenas o suficiente para sua sobrevivência e de seus pares através de atividades relacionadas a agricultura e a criação para subsistência. Foi assim o que fizeram o povo negro em quilombos, os camponeses livres, uma massa miscigenada composta por negros, pardos e caboclos que constituíam suas vidas em terras secas, pedregosas e, muitas vezes, com difícil acesso à água, foi assim também o que fizeram os escravizados ao receber uma pequena gleba para o plantio e criação, foi assim que resistiu o camponês livre quando se apossou de terras, em nenhum caso existia – a grosso modo – a pretensão de formação latifundiária. Mas, esses pequenos lavradores que formavam uma classe de pequenos camponeses sobreviviam através da policultura e sem o extermínio em massa de pessoas, grupo que passou a ser de extrema relevância para a sobrevivência da economia local, tendo em vista que era produtor do consumo imediato e necessário.

O latifundiário sempre deteve como pretensão expandir seus domínios da atividade agrícola e a criação pecuarista em grande escala para exportação, e assim, poder lucrar cada vez

---

<sup>346</sup>A Lei de Terras de 1850, lei nº 601 de 1860, estabelece novos critérios para o direito a propriedades das terras no Brasil. A doação da sesmaria foi abolida e houve a proibição da ocupação das ditas terras devolutas. As terras, a partir da lei, só poderiam ser adquiridas por meio de compra, o que dificulta a aquisição de terras por indivíduos pobres. O que ocorreu foi que latifundiário aumentaram suas propriedades utilizando da própria lei. Isso demonstra mais uma vez que a legislação se reorganiza de acordo com a vontade da classe dominante. CF. Nozoe, 2006.

mais, comenta Cavalcante (2015) utilizando de Medeiros (1999): “De acordo com Medeiros, a criação do gado na área sertaneja tinha como objetivo fornecer bois mansos para os engenhos e carnes para as cidades litorâneas, sendo a produção do couro utilizada para a exportação.” (MEDEIROS, 1999, p. 69 *apud* CAVALCANTE, p. 58). Já o pequeno agricultor vai usar da lacuna da falta de mantimentos de consumo imediato para poder sobreviver, inclusive através da agricultura de subsistência e da pecuária em pequena escala para o comércio local. Nesse sentido,

(...) percebemos que a pecuária foi a base da economia, com destaque para a produção de gado *cavalar* e *vacum*, em grande escala, e, numa menor, para a criação *cabrum* e *ovelhum*, tendo como atividade secundária a agricultura de subsistência. (CAVALCANTE, 2015, p. 56).

E na agricultura esse pequeno lavrador procurava fontes de insumos para obter o lucro com a venda de seus produtos nas feiras. “Sua economia era baseada na criação, no comércio de gado *cavalar* e *vacum*, e na agricultura de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão. Essas fontes econômicas estavam na base da economia, desde o período colonial até o imperial.” (CAVALCANTE, 2015, p. 52), sendo essa a base de subsistência na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. E toda essa pequena agricultura quem exercia era justamente a classe constituída por homens e mulheres escravizados, bem como por trabalhadores livres negros, pardos e caboclos.

Inicialmente constatamos a presença do escravizado e que esse sujeito histórico, dentro da própria estrutura econômica e social escravista, possuiu certos bens conquistados através da sua força de trabalho nas glebas que adquiriam. A consciência construída pelos escravizados veio através tanto da resistência na formação de quilombos dentro do semiárido, quanto da utilização de instrumentos hegemônicos para obter a posse de bens e a liberdade. Mesmo antes da abolição da escravidão, o escravizado fez uso da resistência através de fugas, assassinatos, depredação do patrimônio dos senhores para que estes os fornecessem terras ou “benefícios” para acalmarem o povo expropriado da sua liberdade.

Enquanto os senhores de escravizados pensavam que estava se beneficiando, os escravizados estavam conquistando terras para cultivarem e futuramente, após a libertação, darem continuidade na posse dessas terras e deixarem para suas gerações seguintes. Sobre esse processo transcorrido ao longo do século XIX, vemos que

(...) inserção do Brasil no Capitalismo Industrial, da qual também fez parte a expansão do algodão – pode-se afirmar, com certeza, que a cotonicultura não só tencionou a mudança das relações de trabalho, fez surgir a meação e consolidou a moradia, mas

possibilitou o acesso à terra a estratos sociais historicamente espoliados, como os escravos, os quais muitos puderam adquirir suas propriedades, seja pela compra, seja pela materialização do princípio do *uti possidetis* quando permaneceram nas propriedades onde eram cativos, puderam ao longo das gerações, tornarem-se proprietários e titularem as terras onde trabalhavam. (NUNES, 2017, p. 196).

Correspondência para entendermos que o campesinato negro no território de Sumé é proveniente da resistência escravizada mediante a intervenção do latifundiário é a passagem acima transcrita. Essa possibilidade de se tornar proprietários das pequenas porções de terras conseguidas por seus ascendentes escravizados é resultado da existência da “brecha camponesa”, pois o “(...) acesso dos escravos aos meios de produção e ao tempo livre para pô-los em ação exercendo atividades autônomas tendeu a transformar-se em um direito de fato e, em certos casos, fixado pela lei.” (CARDOSO, 1979, p. 138). É de se constatar, portanto, que todos esses pequenos agricultores têm sua origem na luta pela posse de terra dos seus antepassados escravizados, bem como por trabalhadores livres pobres negros, pardos e caboclos. Desse modo,

(...) falar e expor sobre a existência, desde o século XVIII, de comunidades de pequenos lavradores livres que viviam de cultivar suas roças, o que denota a existência antiquíssima da pequena propriedade de vocação agrícola, em áreas relativamente próximas aos latifúndios de origem sesmarial, de domínio do criatório. (NUNES, 2017, p.197).

Observamos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR de 2019, de Sumé, a grande quantidade de pequenas propriedades nesse município. Sem relatar a existência de categorias como o “meador”, “morador” e “cultivador” que até os dias atuais vivem no trabalho nas terras de outras pessoas durante curto tempo ou por anos, gerações.

### **3.5 O Campesinato Negro e a Questão Agrária no Município de Sumé no Século XX: continuidade na exploração da terra**

Como foi analisado, grande parte das terras do Brasil foi constituída com intuito de transformá-las em latifúndios, conquistadas através do instituto das sesmarias. Devido as grandes extensões de terras e a impossibilidade de cuidá-las sem que houvesse um grande investimento de dinheiro e visando a acumulação de capital, os proprietários passaram a conceder parcelas dessas terras para que terceiros trabalhassem nelas sem que estes fossem seus reais proprietários, era uma forma de evitar invasões por estranhos e de garantir o lucro retirado

através das terras cedidas. Além do mais, concedendo terras aos escravizados, os latifundiários evitavam que estes investissem contra eles através de sublevações e ainda possibilitavam que o povo negro cativo realizasse uma economia de subsistência tirando de si os custos com a alimentação dessa sua mão de obra.

É de se mencionar que, na relação entre o proprietário de terras e os trabalhadores, fossem eles escravizados, ex-escravizados e/ou trabalhadores livres pobres, os segundos não eram donos das terras que trabalhavam, mais apenas usufruíram das pequenas glebas que os senhores tinham os concedidos. Isso vai gerar, posteriormente, uma luta pela posse desses territórios que durante décadas o povo negro trabalhou conjuntamente com suas famílias dando a essas terras uma função social, realizando benfeitorias, tornando-as produtivas e valiosas e, obviamente engordando, os olhos dos proprietários latifundiários que tinham concedidos as terras e que, na maioria das vezes, eram tidas como inférteis, ruins para o plantio e para a criação de animais. Desta feita, eram terras que mais traziam certo prejuízo do que lucro e que demandavam muito investimento para poder torná-las produtivas, porém com o trabalho dos camponeses fizeram mudar a realidade das glebas antes menosprezadas.

Desta feita, é através dos Censos Demográficos que podemos examinar os Estados brasileiros e a quantidade de municípios, freguesias e paróquias que integravam cada uma dessas unidades federativas, bem como o número de habitantes. Em alguns deles podemos verificar o que na época chamavam de raça/cor, o gênero e o estado civil dos habitantes, além da localidade que constituía seus domicílios, a produção realizada na região, entre outros dados que serão analisados mais adiante.

O Censo Demográfico de 1890<sup>347</sup> traz dados relativos ao número de habitantes dos Estados brasileiros, seus municípios e paróquias, ainda abrangendo o gênero, a raça e o estado civil da população. Dessa forma, a Paróquia de Nossa Senhora das Dôres (Alagôa do Monteiro) totalizava 11.771 habitantes, sendo: 5.931 brancos; 1.004 pretos; 2.367 caboclos e 2.470 mestiços. Aqui ainda dá para observar que a grande quantidade dos habitantes era composta por pretos, caboclos e mestiços, surgindo essa última categoria no lugar de pardos. Já o recenseamento de 1900, detêm apenas os dados relativos ao número de habitantes de cada Estado e municípios brasileiro e o sexo: Monteiro contabilizava 12.634 habitantes.

O Censo Demográfico de 1920 começou a fornecer um conteúdo mais amplo sobre os Estados brasileiros, sendo subdivididos em “Censo geral da população”, “Censo geral da agricultura” e o “Censo geral da industrial”. Verificamos no censo relativo à agricultura, que a

---

<sup>347</sup>O primeiro Censo Demográfico do Brasil foi realizado no ano de 1872 (IBGE), seguido pelos de 1890, 1900 e 1920.

principal atividade econômica do Brasil era a algodoeira e a Parahyba, no momento, figurava o 4º lugar dentro produção desse produto dos Estados brasileiros, chegando a conter um número de 9.944 estabelecimentos produtores de algodão, destes apenas 351 continham máquinas de beneficiamento do produto. A Paraíba ainda conseguiu chegar ao 3º lugar em safra, entre os anos de 1925-1926, dos Estados na produção em rama de algodão contabilizando a 20.600,0 toneladas. O mesmo Censo de 1920 coloca que, devido à produção algodoeira, o município de Alagôa do Monteiro ocupava no 3º lugar entre os municípios, contendo um número elevado, para o período, de fazendas que detinham mais instalações com maquinário a vapor, totalizando 17, conjuntamente com Pilar na Paraíba. Contudo, o censo de 1920, não se ocupou de realizar análises mais detalhadas das demais atividades agrícolas, se resumindo basicamente apenas a que mais predominava para a exportação. Com relação à população, o Censo de 1920 apresenta apenas quadros censitários simplificados com apenas idade, sexo e nacionalidade, o que somando tudo totalizou 25.142 habitantes no município de Monteiro.

Passando para os dados relativos ao Censo Demográfico de 1940, além de informar o número de habitantes, diz sobre o sexo, a idade, a nacionalidade, a religião e a atividade econômica (?) principal. O que chama atenção é que esse Censo não traz informações sobre os municípios, porém coloca que existia 1.422.282 habitantes no Estado do Paraíba, destes, 403.082 tinham como atividade principal a agricultura, a pecuária ou a silvicultura, isto é, 1/3 e toda população. Além disto, 935.621 pessoas não sabiam ler, nem escrever em todo território, sendo que 764.592 se declaravam brancos, o que podemos dizer que não condiz com a realidade, tendo em vista que até os dias atuais pessoas negras e pardas se autodeclararam brancas.

O quadro trazido pelo Censo de 1950 constrói dados relativos a população presente nos municípios, cidades e vilas, segundo o sexo, com indicação da instrução. Assim, temos a indicação de Monteiro enquanto município que englobava suas vilas quais seriam: Camalaú, Prata, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Sumé, que totalizavam 53.641 habitantes, em que 46.215 moravam na zona rural do território. Dentre as vilas, Sumé era a maior e detinha 9.262 habitantes, destes, 648 moravam na zona urbana, 1.115 suburbano e 7.499 na zona rural. Os dados desses censos referentes à composição étnica da população de Alagoa do Monteiro estão resumidos no quadro que segue:

**QUADRO 32 - RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO DA PARÓQUIA DE ALAGÔA DO MONTEIRO EM RELAÇÃO A RAÇA/ÉTNIA/COR (1872-1950)**

Censo	Branços	Pretos	Caboclos	Pardos/Mestiços	TOTAL
1872	3.447	615	181	6.259	10.502
1890	5.031	1.004	2.367	2.470	11.771
1900	-	-	-	-	12.634
1920	-	-	-	-	25.142
1940	-	-	-	-	-
1950	-	-	-	-	53.641

**Fonte:** Censos Demográficos do Brasil, 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950. Quadro elaborado pela autora do texto.

Neste caso, apesar de ter analisado pormenorizadamente o Censo de 1872, estudamos os censos de 1889, 1900, 1920, 1940 e 1950 para entendermos como foi sendo formada a estrutura populacional que deu origem ao território de Sumé e, a partir dos censos de 1960 a 1995/1996, verificarmos a formação agrária desse município, no que concerne aos estabelecimentos e seus tamanhos por hectare, e quais os produtores que trabalhavam naqueles locais de acordo com a caracterização dada pelo IBGE.

Assim, o IBGE, para analisar a estrutura agrária do Brasil, caracterizou em áreas confinantes no tocante ao tipo de estabelecimento segundo as diferentes condições legais: próprias, arrendadas, parcerias, ocupadas, etc. Vejamos as informações do Censo Agropecuário de 1996-1996 fornecidos pelo IBGE de (1997) informa:

(...) segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: **próprias** (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse); **arrendadas** (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); **ocupadas** (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário); **próprias e arrendadas**; **próprias e ocupadas**; **próprias, arrendadas e ocupadas**; e **arrendadas e ocupadas**. (IBGE, 1997, p. s/n). (grifos nossos).

Desta forma, o IBGE analisa o tipo de produtor (pessoa física ou jurídica) que detinha a parcela da terra, isto é, aquele que possuía a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros. Desta feita, o produtor era aquele que produzia na terra, independentemente de ser ou não proprietário da mesma. Para isso, o IBGE (1997) através do “Censo Agropecuário de 1995-1996” classifica a condição de produtor em:

**Proprietário** - Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.); **Arrendatário** - Sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços; **Parceiro** - Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria,

mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida; e

**Ocupante** - Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso. (IBGE, 1997, p. s/n). (Grifos Nossos).

O “proprietário” é o dono de uma determinada área confinante, isto é, é a pessoa que detêm a posse legal da terra, mesmo que aquela propriedade tenha sido entregue a administrações ou outros agentes na condição de produtor para serem exploradas. Dentro da definição de “proprietário” trazida pelo IBGE, há mais três categorias a ela associada, quais sejam: usufruto, enfiteuse e herança<sup>348</sup>. Independente de qualquer que fosse o significado dessas categorias, eles foram colocados pelo IBGE como sinônimas do conceito de “proprietário”. O proprietário aqui é o que realmente atêm a propriedade de direito da terra, isto é, o documento que os dá direitos plenos perante ela. O ditava o Código Civil de 1916<sup>349</sup>, que ditava em seu Art. 524 que “A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua.” (BRASIL, 1916). Isto é, neste momento o proprietário poderia requerer de volta as terras que estava na posse dos arrendatários, meeiros, parceiros etc., demonstrando as lacunas na legislação que beneficiava os latifundiários, donos de propriedades improdutivas de perdê-las pela improdutividade no caso de demandas jurídicas.

Outra categoria conceituada pelo IBGE foi o de “arrendatário” que, segundo o mesmo, se estabelecerá através de um contrato (verbal ou escrito) em que o proprietário da terra entregará parte ou um todo para ser explorado por um terceiro mediante determinada remuneração. Importante salientar que no arrendamento, o locatário, mesmo que tenha qualquer tipo de prejuízo, terá que pagar o valor devido ao dono da terra.

---

<sup>348</sup>O “usufruto” é o direito de uso das terras, sem que detenha a propriedade, isto é, o proprietário doa as terras para um terceiro, usufrutuário, que por sua vez se torna proprietário, mas que não pode alienar ou transferir o bem enquanto o doador for vivo, o instituto o usufruto está estabelecido no Código Civil de 2002, do artigo 1.390 a 1.411. A “enfiteuse” estabelece uma relação muito ampla entre proprietário e foreiro ou enfiteuta, isso porque o foreiro terá sobre a terra que lhe for concedida o direito a posse, uso, gozo, podendo até alienar ou transmitir por herança, contudo, sempre terá duas obrigações, a primeira delas é de pagar um valor ao proprietário eternamente, isso é repassado, inclusive para seus herdeiros, a segunda obrigação é o direito de preferência ao proprietário sempre que for repassar para outrem, se o mesmo não quiser a preferência, terá o direito do laudêmio, ou seja, uma porcentagem sobre o negócio realizado no valor entre 2,5% a 100%. Observa-se que o laudêmio foi e ainda é muito utilizado nos latifúndios da Igreja Católica até nos dias atuais, uma vez que, grande parte das propriedades do município de Sumé, “donos”, ou melhor, enfiteutas devem pagar o laudêmio para a Igreja, caso queiram repassar a propriedade para outro. O instituto da enfiteuse é utilizado desde o Brasil Império, que nada mais é que uma forma de impedir que outras pessoas consigam a posse da terra definitivamente. E, por fim, a “herança” é a transmissão de um patrimônio, em que o herdeiro passa a ser titular, possuidor da coisa colocada sob instrumento de herança conforme estipula art. 5º Constituição Federal de 1988, inc. XXX e artigo 1.784 do Código Civil de 2002. (BRASIL, 2002)

<sup>349</sup>Vale salientar que o Código Civil de 1916 teve validade até 2002 quando foi promulgada o Código Civil de 2002. (BRASIL, 1916)

Em contrapartida, para o IBGE, em uma “parceria” o proprietário da terra cede a um terceiro as terras e o parceiro entra na relação com a força de trabalho, partilhando os lucros ou até mesmo podendo partilhar os prejuízos que possam existir.

Com relação ao “ocupante”, o IBGE diz que será o sujeito ou grupo que se encontra na “posse” de terras públicas, chamado também de posseiro, que ocupa um imóvel rural e que tem finalidade que exercer atividade agrária. No geral, o posseiro se estabelece em terras ditas como abandonadas ou que não se achou ou não tem proprietário.

O Brasil ainda tem é submetido ao domínio imperialista, aos grandes capitais que monopolizam e controlam a economia do país formando, no caso das terras, por uma classe dominante latifundiária ligada as necessidades dos países imperialistas. Sobre a relação de semicolonialidade que não deixou o Brasil em todos esses séculos, Correia (2009. p. 271) coloca:

Neste sentido, nosso país encontra-se ainda dominado por uma estrutura latifundiária que, por não ter sido derrubada, mantém sob condições de escravidão e de servidão milhares de trabalhadores e camponeses. Estas características aparecem nas relações de produção que permanecem no campo como a parceria e formas de coerção econômica que apenas deixam de existir com o completo desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

O que observamos nas categorias de arrendamento e parceria são característica atuais marcadas pelo capitalismo tardio que habita países como o Brasil que são características de países semifeudais. Sobre a questão de semifeudalidade a autora Correia (2009, p. 27) diz que o Brasil é

Semi-feudal porque não resolveu o problema da terra onde no Brasil, a despeito de seu imenso território, a contradição principal ocorre entre o latifúndio e os camponeses sem-terra ou com pouca terra, principalmente no Nordeste e na Amazônia. Por isto temos dois problemas centrais: o problema da terra e o problema nacional.

Estamos analisando até agora essas relações econômicas semifeudais no Cariri paraibano, mais especificamente em Sumé, em que podemos analisar a presença dessas características nas relações camponesas em que os agricultores rurais pobre, fazendo parte do povo negro, sobrevivem através do trabalho servil ou semi-servil, realizando atividades, em que, eles sendo posseiros devem “pagar” – muitas vezes esse pagamento é realizado por meio de produtos cultivados ou animais criados nas terras - para poder trabalhar nas terras. Conjuntamente e auxiliando a essa estrutura semifeudal as superestruturas como a legislação reorganiza essas características para que haja a permanência de uma classe dominada, camponesa e pobre, colocando obstáculos que impedem que esses trabalhadores camponeses

tenham a propriedade das terras que trabalham há anos e até herdaram dos pais que detinham a mesma características que eles, camponeses, trabalhando através da agricultura de subsistência, pagando para trabalhar nas terras. A educação também faz parte dessa superestrutura vai manter esses filhos e filhas de camponeses de acordo com os países imperialistas requererem, o que será vista na próxima seção.

Dentro da estrutura do Direito, essas características semifeudais estão presente quando se trata dos contratos de arrendamento, aluguel, parceria, meação etc., em que terceiros, em geral, agricultores pobres, que através desses contatos, utilizam parte das terras “cedidas” pelo latifundiário para realizar atividades ligadas a agricultura ou criação de subsistência. Utilizando da própria legislação, que faz parte da superestrutura do capitalismo, construída para beneficiar o latifundiário, podemos dizer que essas categorias - do arrendamento, parceria e da meação – são criadas justamente para que os proprietários de grandes terras pudessem ceder parcelas delas para que outras pessoas pudessem produzir. Não por acaso, o arrendamento, a parceria, e a meação são categorias que não dão a propriedade de direito, mas apenas o usufruto das terras. Dessa maneira, os latifundiários, usam, dessas categorias para não perderem as terras como improdutivas, nem terem maiores gastos com a manutenção delas para evitar a desapropriação e a ocupação por movimentos populares. Além disto, o latifundiário ainda sai se beneficiando com as categorias já citadas, criadas não por acaso pela superestrutura, pois ainda lucram com o trabalho de quem está laborando nelas, pois o arrendatário, o parceiro e o meador devem pagar por estarem produzindo nas terras. Na esfera geral o camponês pobre, na maioria dos casos, sairá em desvantagem, tendo em vista que este necessita das terras do proprietário para poder trabalhar e sustentar a si e a sua família, fazendo qualquer tipo de acordo contratual que é imposto pelo proprietário das terras. Contudo, o que se pode concluir é que os arrendatários, parceiros e ocupantes, que não são donos das terras, são meros detentores de terras alheias.

Além disto, o IBGE (1997) trabalha com o conceito de “estabelecimento”:

Considere-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor.

(...)

As áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas e ocupadas gratuitamente) foram consideradas como único estabelecimento. (BRASIL, 1997).

Observando todas essas nuances dentro dos Censos Demográficos Agropecuários da Paraíba, passamos a analisar os censos agropecuários desse Estado para entendermos a estrutura sócio agrária da formação camponesa entre os anos 1960<sup>350</sup> e 1997. Vejamos:

**QUADRO 33 - CONDIÇÃO JURÍDICA DOS PRODUTORES RURAIS EM  
RELAÇÃO ÀS TERRAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1960-1997)**

CONDIÇÃO JURÍDICA	1960		1970		1975	
	Quant.	Há	Quant.	Há	Quant.	Há
Proprietário	345	45.568	609	65.426	625	67.618
Arrendatário	1	10	521	2.276	272	1.117
Parceiro	-	-	162	982	312	1.629
Ocupante	-	-	195	6.985	334	5.707
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>45.578</b>	<b>1487</b>	<b>75.669</b>	<b>1543</b>	<b>76.071</b>
CONDIÇÃO JURÍDICA	1980		1985		1997 <sup>351</sup>	
	Quant.	Há	Quant.	Há	Quant.	Há
Proprietário	845	77.723	834	74.384	748	64.387
Arrendatário	213	1.059	403	2.718	13	89
Parceiro	9	50	180	584	18	66
Ocupante	135	4.604	520	9.132	223	6.295
<b>Total</b>	<b>1202</b>	<b>83.436</b>	<b>1937</b>	<b>86.818</b>	<b>1002</b>	<b>70.837</b>

**Fonte:** Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96. Quadro elaborado pela autora do texto.

Examinando os Censos agropecuários do IBGE de 1960 a 1997, constatamos que eles fornecem dados referentes às condições jurídicas dos produtores e estabelecimentos rurais dentro do território do município de Sumé. Percebemos que, inicialmente, a condição de “parceiro” não existia na década de 1960, assim, no lugar de “parceiro”, temos a figura do “administrador” que seria “(...) à de administrador, equiparam-se os diretores e mandatários de organizações públicas e privadas.” (IBGE, 1960, p. XVI), assim o administrador de terras seria a pessoa contratada pelo produtor para direcionar as atividades do estabelecimento rural.

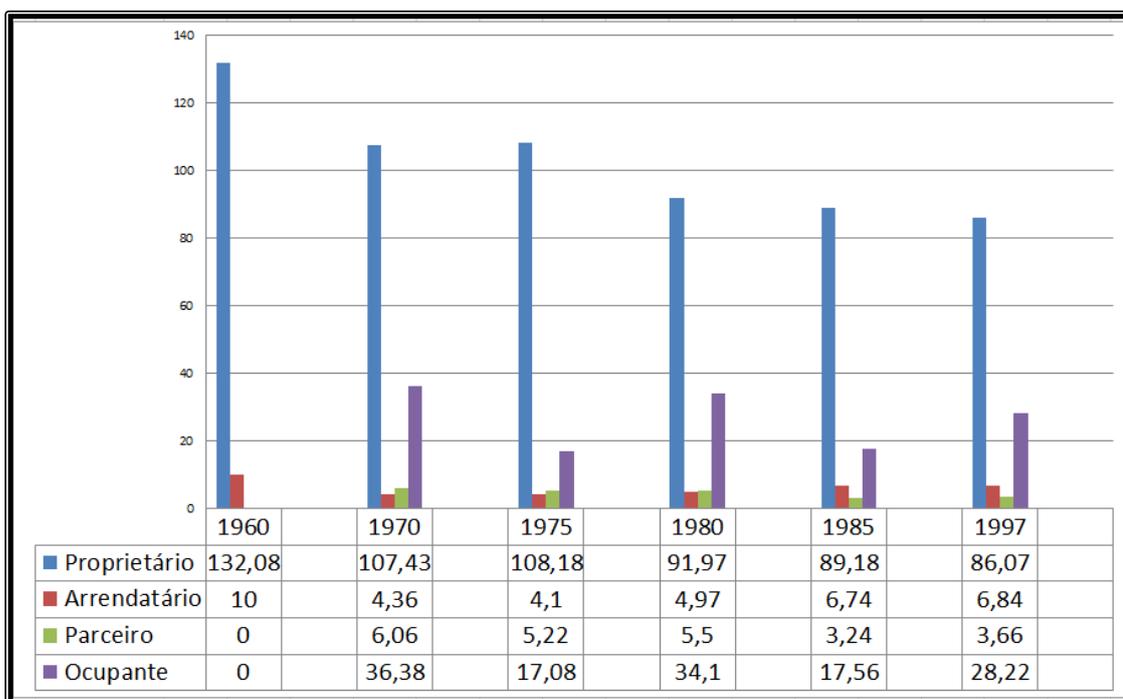
Para melhor entender os números dispostos pelos Censos Agropecuários foi construído um gráfico para verificar o quanto de hectare cada produtor possuía entre os anos de 1960 e

<sup>350</sup>Existem os Censos Agropecuários de 1940 e 1950, mas resolvemos analisar essa fonte a partir de 1960, uma vez que já podemos contar com a configuração territorial do município de Sumé que se emancipou do de Monteiro em 01/04/1951. (IBGE, 1960)

<sup>351</sup>O “Censo Agropecuário de 1995-1996” não contabilizou mais os dados das áreas que passaram a compor o município recém-emancipado de Amparo (24/04/1994). (IBGE, 1997)

1997. Neste caso entende-se produtor o indivíduo que naquele momento estão nos Censos como proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante, obtemos o seguinte gráfico:

**GRÁFICO 2 - CONDIÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS EM RELAÇÃO A TAMANHO (HA) DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1960-1997)**



**FONTE:** Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.  
Quadro elaborado pela autora do texto.

Constatamos uma constante oscilação em cada grupo, no que se refere ao número de produtores por o número de hectares. Contudo, nota-se que apesar de ter diminuído o número de proprietários na região, a categoria é a que mais aumentar seus domínios em quantidade de estabelecimentos e em tamanho no território de Sumé.

Já o arrendatário apesar de ser a única categoria presente no Censo de 1960 com numero de pessoa, com exceção do proprietário, diminuiu o numero de pessoas por hectare até a década de 1980, contudo a partir de 1985 houve um aumento considerável de arrendatários na região de Sumé.

No número de parceiros por hectare há uma oscilação nos anos analisado, na década de 1970 aparece em maior numero que o próprio arrendatário, diminuindo e aumentando até chegar a 3,66 em 1997.

Por sua vez, em 1960, na condição de “ocupante” não foi contabilizada a existência desse tipo de produtor no município de Sumé, apenas a partir do censo de 1970, tendo um

crescimento de número de integrantes nesta categoria até a década de 1990, chegando a ser maior do que a soma das duas outras condições jurídicas de produtores juntas, conforme podemos observar acima construído através dos dados do IBGE.. Isso demonstra que apesar de todo o movimento de reforma agrária no país, a exemplo de Sumé, o número de pessoas que não detêm terras aumenta a cada ano, estes sendo contabilizados como ocupantes de terras.

Mas, por que dessa oscilação na quantidade de produtores e no tamanho de seus estabelecimentos ocorreram na região entre as décadas de 1960 e 1997? Inicialmente é importante destacar que em todas as categorias há um aumento nos até os anos 1980, inclusive esse aumento se deu também na população rural na região, que na década de 80, Sumé que possuía um total de 16.976 habitantes, sendo que destes 9.280 da população rural de acordo com o Censo de 1980, o mesmo censo demonstra que a grande maioria da população sumeense além de ser rural era negra, com cerca de 10.199 pessoas pardas, 214 negras e 6.274 brancas.

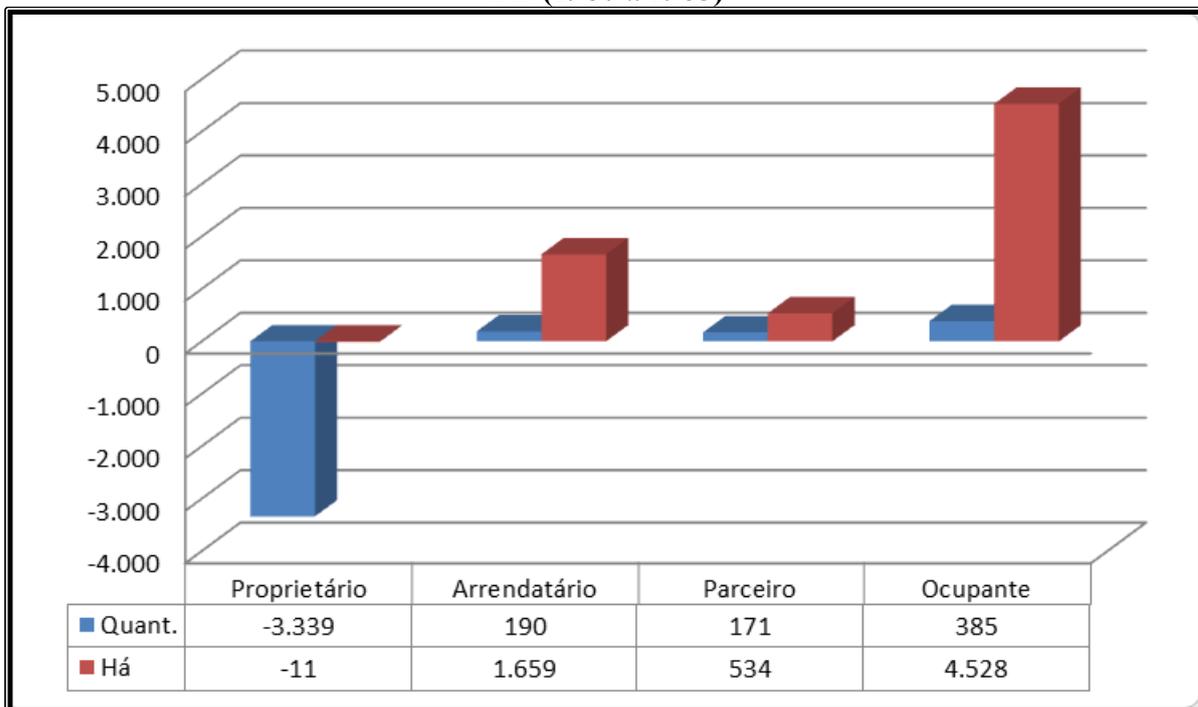
No restante do Brasil havia um processo migratório contrário, o aumento da zona urbana era maior, a exemplo da própria Paraíba que na década de 1980 tinha uma população urbana de 1.449.004 e uma população rural de 1.321.172 de acordo com o Censo demográfico de 1980.

Podemos dizer que ocorreu o aumento de “proprietários” de terras no território de Sumé devido o aumento da propriedade das terras dadas a “arrendatários” e a “parceiros”? Neste caso, parcialmente, como os autores acima citados. Mas esse aumento nas categorias de produtores na região de Sumé conjuntamente com o aumento da população rural da região se deu devido ao Perímetro Irrigado em Sumé, que foi uma política de irrigação nos anos de 1970 e 1980, entrando em decadência nos anos 1990 em diante.

Não estamos afirmando que o processo de desapropriação de terras e conseqüentemente a aquisição de terras não tenha ocorrido em Sumé, até porque um dos motivos, de haver uma diminuição no número de “arrendatários” e de “parceiros” é devido à aquisição de propriedade de terras por essas categorias, o que fez com que também o número de “proprietários” elevasse, tendo em vista que os “novos” proprietário das glebas passaram a integrar esse grupo jurídico. Um estudo sobre o aumento do número de proprietários analisa “A reivindicação dos direitos de propriedade faz com que aumente a porcentagem dos proprietários e diminuam as formas ilegais de posse. Essas duas forças teriam como resultado a redução do arrendamento e da parceria. (REYDON e PLATA, 2008, p.240).” Concordamos que possa até ter havido um aumento de “proprietários” devido a posse de terras dos pequenos produtores rurais. Porém, apesar de um aumento considerável no número de hectares e de estabelecimentos rurais nas décadas de 1960, 1970 e 1980, podemos observar que, no vértice do Censo da década de 1985, o número de “proprietários” e de hectares está em declínio. Em contrapartida, os de

“arrendatários”, “ocupantes” e “parceiros” entram em crescimento. Sobre esse fato o gráfico abaixo aponta:

**GRÁFICO 3 - MOBILIDADE VERTICAL DOS PRODUTORES RURAIS EM RELAÇÃO QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1980 a 1985)**



Fonte: Censos Agropecuários de 1980 a 1985. Gráfico elaborado pela autora do texto.

O Gráfico acima faz a diferença entre o número de produtores (proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) entre os anos de 1980 e 1985, assim como faz examina a diferença entre os hectares entre os mesmos anos para analisar as oscilações positivas e negativas, isto é, o quanto aumentou ou diminuiu em hectares de terras e o quanto se perdeu ou aumentou em numero de produtores. Entre os anos de 1980 e 1985, a condição jurídica de “proprietários” diminuiu apenas em 11 estabelecimentos, 1,3%, já com relação ao tamanho houve uma diminuição 3.339 hectares, isto é, menos 4,29% hectares de terras. Em contrapartida, o número de “arrendatários” cresceu no mesmo momento, 190 produtores a mais, um aumento de 89,20%, da mesma forma houve crescimento expressivo no número de hectares, 1.659 ha a mais, isto é, 61,03%. O mesmo ocorreu com o número de “parceiros”, de 9 estabelecimento subiu para 180 produtores nessa condição, um aumento de 171 estabelecimentos, isto é, 9 vezes a mais, já relativo aos hectares houve um aumento de onze vezes o tamanho, de 50 ha foi para 584. Por fim, relativo aos “ocupantes”, de 135

estabelecimento, foram para 520, e com relação aos hectares, de 4.604 chegou a 9.132, um aumento de 98,34% no ano de 1985.

Chegamos a conclusão de que a queda do número de proprietários gerou o aumento do número dos outros produtores que viviam – como ainda vivem – como pequenos agricultores precarizados, isto é, “arrendatários”, “parceiros” e “ocupantes”, grupos estes que não são proprietários das terras, mas usufruem das mesmas para o trabalho dentro do ambiente agrário. Desta feita, a diminuição do número de “proprietários” é referente a produtores que perderam glebas e migraram para as demais categorias de produtores. Essa oscilação, essa estratificação no meio social agrário está verificada na mobilidade vertical descendente:

A **mobilidade vertical** refere-se às mudanças de subida ou descida de um estrato social a outro, quando um indivíduo passa de uma classe social para outra, de uma posição de prestígio ou poder para outra. Essa forma de mobilidade pode ser ascendente, quando o indivíduo sobe na hierarquia social, ou descendente, quando ele passa a ocupar uma posição inferior. (ZORZI, KIELING e WEISHEIMER, 2009, p. 27).

Isso demonstra que, assim como no resto Brasil, no território de Sumé ainda há a permanência de uma estratificação social e a perpetuação do latifúndio, que intensifica a penetração do aumento das relações semifeudais na agropecuária através das novas formas de exploração das terras.

Enquanto o latifundiário cada vez mais cresce as suas terras, a obtenção de terras pelo pequeno agricultor é mínima, mesmo com as políticas públicas que preveem a desapropriação de terras. As terras são concedidas para pequenos agricultores e o tamanho de cada propriedade vai depender da região, mas no geral deve-se seguir um padrão para enquadrar-se, não apenas relativo ao tamanho das pequenas propriedades, mas a forma de exploração e a força de trabalho empregada, entre outras coisas.

Assim, para estruturação fundiária vão ser formados vários preceitos normativos na tentativa de regularização das terras. Uma delas é o Estatuto da Terra, Lei nº 55.891 de 1965, tendo em vista viabilizar, na teoria, o acesso a terra e regularizar os estabelecimentos definidos como propriedade familiar, minifúndio, empresa rural e latifúndio. Vejamos o que a lei define como imóveis rurais em seu artigo 6º, inciso II:

Art. 6º O imóvel rural, para os efeitos do Estatuto da Terra, classifica-se como:  
I - Propriedade familiar, quando, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área fixada para cada região e tipo de exploração, e, eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros. A área fixada constitui o

módulo rural, e será determinada nos termos do art, 5º do Estatuto da Terra e na forma estabelecida na Seção III deste Capítulo;

II - Minifúndio, quando tiver área agricultável inferior à do módulo fixado para a respectiva região e tipo de exploração;

III - Empresa rural, quando for um empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente, dentro das condições de rendimento econômico da região em que se situe, e em porcentagem mínima da sua área agricultável fixada neste decreto e, ainda, não incidida na condição da alínea “a” do inciso IV adiante;

IV - Latifúndio, quando incida em uma das seguintes condições: (...). (BRASIL, 1965).

Observamos que a caracterização de cada propriedade deve seguir requisitos e um deles é o tamanho das terras, que será enquadrado de acordo com o módulo fiscal de cada unidade federativa e de seus municípios, conforme estabelecido pelo artigo 50 desta mesma lei e também fixada pela Lei nº 6.746/79. Assim, o módulo fiscal para a propriedade agrária será a área mínima necessária a uma propriedade rural para realizar sua exploração econômica. No caso de Sumé, cada módulo fiscal corresponde a 55 ha<sup>352</sup> e, desta forma, para o seu território e de acordo com a Lei nº 8.629/93, que dita o que será o minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade, teremos o seguinte resultado:

#### QUADRO 34 - NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS E MÉDIA DA DIVISÃO POR ÁREA TOTAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)	ÁREA POR PROPRIETÁRIO (HA)
Minifúndio (Até 54,99 ha)	607	10.142,06	16,70
Pequena propriedade (entre 55 e 219,99 ha)	154	17.892,36	116,18
Média propriedade (entre 220 e 824,99 ha)	86	36.062,07	419,32
Grande propriedade (A partir de 825 ha)	13	19.683,12	1.514,08

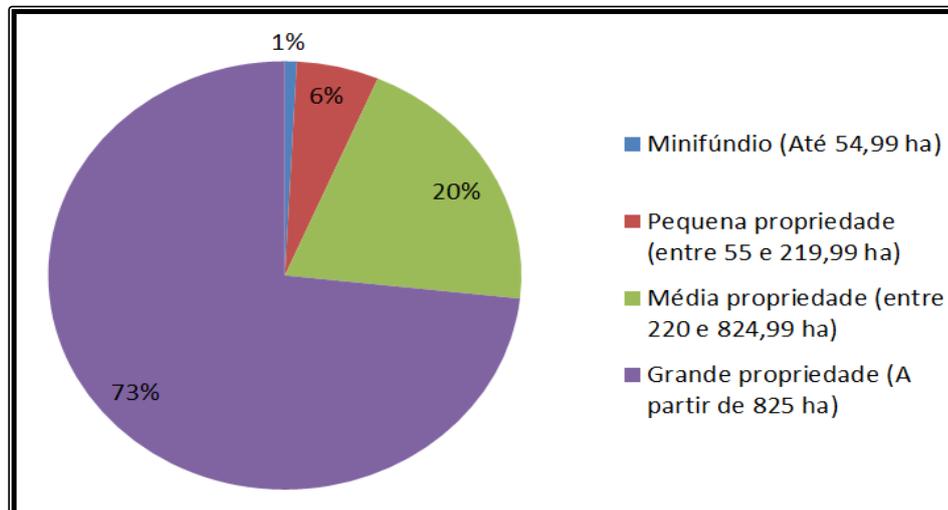
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Quadro organizado pela autora do texto.

Os dados acima elencados foram coletados no Sistema Nacional de Cadastro Rural de 2019. Outra questão que é importante ressaltar é que os dados retirados do SNCR são desenvolvido por autodeclaração, dessa forma, muitos dos agricultores que se dizem proprietários das terras – e que muitas vezes foram herdadas por seus pais – são na realidade posseiros.

<sup>352</sup>EMBRAPA. Módulos Fiscais no Brasil. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal> >: acesso em 27 de abril de 2020.

Observando o quadro acima, percebemos que a maioria dos proprietários do território sumeense possuem minifúndios, sendo que o número de hectares que cada um destes 607 proprietários possui é em média 16,70 ha apenas. Essa grande quantidade de propriedades com poucos hectares de terras também acontece com a pequena propriedade em que temos 154 imóveis rurais, que dividido pela totalidade de hectares obtemos uma média de 116,18 ha para cada pequeno proprietário. A média propriedade, que não é tão média assim, embora sendo uma porção consideravelmente grande de hectares, quando divididas por 86 imóveis obtemos 419,32 ha, isto é, cada imóvel de uma média propriedade chega a ser 26 vezes maior do que um minifúndio e quase 4 vezes maior do que uma pequena propriedade. Embora seja o número reduzido de grandes proprietários, 13 ao todo, estes detêm terras, cada um o equivalente a 1.514,08 ha. Chegamos a ideia de que é como que dentro de cada imóvel rural de um grande proprietário existissem mais de 90 pequenas propriedades. Portanto, somos da conclusão de que o latifúndio ainda é o grande meio de exploração do pequeno e médio trabalhador rural dentro do município de Sumé.

**GRÁFICO 4 - MÉDIA DE IMÓVEL RURAL POR PROPRIETÁRIO NO TERRITÓRIO DE SUMÉ-PB**



Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019. Gráfico organizado pela autora do texto.

A permanência do latifúndio é estarrecedor, principalmente tratando-se que o seu instituto foi implementado com a colonização do Brasil e depois da com a elaboração de uma legislação que faz parte da superestrutura do sistema capitalista, só dificultou a possibilidade de pequenos agricultores obter de fato a propriedade das terras que sempre trabalharam.

O gráfico acima demonstra a média de hectares por proprietário rural no município de Sumé, tendo em vista o grupo fundiário que cada proprietário pertence. A realidade do território

sumeense é denunciada através da média trazida pelo gráfico que apresenta o latifúndio no território abrangendo 73% da área total e o minifúndio apenas 1%. Há um falseamento da realidade das terras em Sumé, como também no Brasil, visto quando observamos os dados do tamanho total de hectares por grupo e não apenas a média por indivíduo de cada grupo. Desse modo, teremos um número de minifúndios maior do que de grandes propriedades, sendo que, se analisarmos o tamanho de hectares, chegamos a realidade de que estes possuem menos terras. Além disto, as médias propriedades juntas podem até possuir mais hectares do que os grandes proprietários, contudo, os médios proprietários somam o total de mais pessoas, o que faz com que, em uma divisão de hectare por número de proprietários, obtenhamos uma média de hectare bem menor se comparado aos grandes proprietários.

Isso ocorre porque o capitalismo, enquanto sistema econômico implantado no Brasil, para sobreviver teve realizar arranjos para continuar com a concentração de terras e a exploração da mão de obra dando continuidade as características da semifeudalidade e da semicolonialidade. Inicialmente na colonização, o sistema semifeudal-escravista fez prevalecer a formação do latifúndio através das sesmarias e da escravização do povo negro enquanto exploração da força de trabalho.

Percebe-se que apesar de anos se passar do início da colonização, e no Brasil após-independência de 1822, ainda o país persiste na condição de semicolônia, inclusive nos dias atuais. A independência do país não resolveu nenhum dos problemas a soberania nacional e muito menos as questões relacionadas às terras, o que ocorreu foi o fim das relações feudais-escravistas para ser semicolônia do imperialismo inglês. Final do século XIX, a sociedade brasileira passa a desenvolver o capitalismo ainda como características de semicolônia, sua independência política não se acompanha pelo desenvolvimento da soberania industrial e comercial próprio.

Por isso, sempre foi necessário manter o poder nas mãos de poucas pessoas para o capitalismo perdurasse. Sobre essa questão verificamos:

O latifúndio é o principal pilar de sustentação do imperialismo no Brasil. Acabar com o latifúndio é colocar em risco todo sistema de dominação exercido sobre nós pelas potências econômicas mundiais, por isto, qualquer governo que ousasse tomar tal medida, mesmo estando em acordo com a Constituição brasileira, dentro da lei e da ordem, não sobreviveria politicamente. (FREITAS, 2017, p. 2).

Como visto, o sistema de dominação capitalista, no Brasil, vai tentar impedir o acesso às terras aos pequenos agricultores. No território de Sumé, embora as peculiaridades, não foi diferente, pois percebemos que a divisão desigual das terras vem de sua colonização, exemplo

disto foi o fato de que as sesmarias de Sumé foram dadas as pessoas influentes, algumas com patentes, mas todas as pessoas ligadas a classe dominante portuguesa, que formaram latifúndios e usaram da força de trabalho dos escravizados para a acumulação do capital. Desse sistema pré-capitalista, surgiu uma formação do campesinato, este composto por uma grande maioria de pessoas pretas, pardas e caboclas, povo originado da miscigenação e que também formava a grande maioria das pessoas do território. Sendo a base do latifúndio sumeense a atividade criatória e, posteriormente, a agrícola exportadora, com a atividade algodoeira que fazia com que houvesse lucratividade para poucos, corroborando com as demais unidades brasileiras:

O nosso desenvolvimento capitalista tem se subordinado, até agora, à dependência do imperialismo e por isso tende a conservar os fatores que entravam a plena expansão das forças produtivas, acumula deformações, acentua desigualdades, que vão das sociais às regionais, onera pesadamente o trabalho, sacrifica o povo (...) (SODRÉ, 1976, p. 398).

Percebemos, portanto, que o território sumeense fez parte de toda essa estrutura capitalista em que o latifundiário local tinha como aliado o imperialismo internacional, em uma relação de exportação do primeiro para com o segundo, onde ambos objetivavam como sendo de extrema importância a acumulação de capital.

Dessa forma, analisando o número de estabelecimentos rurais e comparando-o com os hectares trazidos pelo IBGE de 1960 e 1995/1996, observamos que a mesma concentração de terras nas mãos dos latifundiários vem se perpetuando em Sumé.

Vale salientar que em 1965, apesar do Brasil está passando pela ditadura militar, os movimentos sociais em prol da luta por terras ganhou força. O povo camponês, dentro do território brasileiro, teve de lutar para conquistar seus direitos a terras, sendo um do marco a formação das Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, com o lema “**Reforma Agrária, na lei ou na marra**”, lema que denuncia o descaso e o esquecimento da superestrutura do judiciário que estava a favor do capitalista, latifundiário, fechando os olhos para as reivindicações do povo marginalizado pela estrutura do capital.

No Nordeste, as ligas camponesas surgiram em 1955, no Estado de Pernambuco, em forma de associação conhecida como “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, inicialmente com a reivindicação de conseguir enterrar seus parentes em um caixão, tendo em vista que o camponeses, quando morriam, tinham que ser enterrados em espécies de redes e até mesmo em caixões coletivos. Como continuação dessa luta, teremos, em 1961, o “I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas”, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Percebemos que as reivindicações pelo direito a terra em todo o Brasil fez com

que surgisse uma legislação que regulasse as terras brasileiras e o acesso a elas, porém minimamente.

O Estatuto da Terra de 1964 é um exemplo disto, tendo em vista que a norma anterior, o Estatuto da Terra de 1850, Lei nº 601/1850, embora fosse o primeiro documento legal que regulamentasse a posse de terra no Brasil, só abrangia a burguesia e a corte portuguesa que pudesse pagar pela terra. Enquanto isso, as terras que tinham “sobrado” ou de alguma forma “esquecidas” pelos proprietários de terras, passariam ao poder do Estado ou da União, lei nº 6.383 de 1976, que concede terras até 100 hectares de terras da União aos ocupantes que as tornaram produtivas.

Mas, os movimentos sociais dos povos camponeses foram os atores principais para a homologação do Estatuto da Terra de 1964, uma forma de amenizar as diversas manifestações e conflitos por terras que ocorriam no Brasil requerendo a reforma agrária. Sobre isto, o Estatuto traz no seu corpo legal os objetivos e meios de acesso à propriedade, o que não foi bem aceito pelos os latifundiários. Analisemos:

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim:  
 a) condicionar o uso da terra à sua função social;  
 b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade;  
 c) obrigar a exploração racional da terra; (BRASIL, 1964).

O agricultor familiar disputava um espaço de terra com o latifundiário que, de acordo com o Estatuto, também tinha direito de requerer mais terras e engrossar seu patrimônio, conforme demonstra a forma de distribuição das terras:

Art. 24. As terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que, a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e moradia habitual, só poderão ser distribuídas:  
 I - sob a forma de propriedade familiar, nos termos das normas aprovadas pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;  
 II - a agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;  
 III - para a formação de glebas destinadas à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agro-industrial, por associações de agricultores organizadas sob regime cooperativo; (BRASIL, 1964).

Contudo, a desapropriação das terras não foi realizada conforme aos anseios dos movimentos sociais dos povos camponeses. A grande quantidade de terras que não existia produção era um empecilho para a economia do país, contudo, pertenciam a grandes latifundiários, e aos próprios legisladores, que faziam parte da classe dominante do país. Dessa forma, os legisladores não podiam perder as terras e nem deixar os latifundiários insatisfeitos.

Dessa maneira, o Estatuto deixa brechas para privilegiar de todas as formas os latifundiários, e impedir a desapropriação de suas terras, conforme em seu artigo 19 que impõe:

Art. 19. A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal, obedecidas as normas constantes da presente Lei.

§ 1º Se for intentada desapropriação parcial, o proprietário poderá optar pela desapropriação de todo o imóvel que lhe pertence, quando a área agricultável remanescente, inferior a cinquenta por cento da área original, ficar:

(...)

§ 2º Para efeito de desapropriação observar-se-ão os seguintes princípios:

a) para a fixação da justa indenização, na forma do artigo 147, +1º, da Constituição Federal, levar-se-ão em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, o valor constante do cadastro acrescido das benfeitorias com a correção monetária porventura cabível, apurada na forma da legislação específica, e o valor venal do mesmo; (BRASIL, 1964).

Desta feita, o Estatuto da Terra de 1964, embora lograsse por uma reforma agrária, aos moldes do imperialismo, a mesma não facilitava o acesso às terras aos camponeses que ainda era barrado pelo próprio Código Civil de 1916, que vigorou no Brasil até 2002. Percebemos que o antigo Código Civil de 1916, sobre a propriedade no geral, colocava em seu artigo 524 “A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reaver os do poder de quem quer que injustamente os possua” (BRASIL, 1965). Apresente a citação:

Art. 25. As terras adquiridas pelo Poder Público, nos termos desta Lei, deverão ser vendidas, atendidas as condições de maioria, sanidade e de bons antecedentes, ou de reabilitação, de acordo com a seguinte ordem de preferência:

I - ao proprietário do imóvel desapropriado, desde que venha a explorar a parcela, diretamente ou por intermédio de sua família;

II - aos que trabalhem no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários; (BRASIL, 1964).

Assim, apesar do Estatuto da Terra abrir precedentes para as terras que fosse um entrave para economia nacional, pudessem ser desapropriadas, o Código Civil de 1916 dava amplos direitos para os latifundiários fazerem o que quisessem com suas propriedades, inclusive reavê-las. Talvez, pelo fato de o Estatuto tornar possível de os “arrendatários”, “parceiros” e “ocupantes” terem o direito de requerer a posse das terras que usufruíam.

Sabe-se que com o Perímetro Irrigado, as áreas que eram irrigadas passaram a ser propriedade da União através do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). As famílias que as instalações do Perímetro Irrigado teve que ocupar foram indenizadas, as demais puderam escolher os lotes para produzir, os lotes maiores eram cedidos para as famílias maiores. As famílias que recebiam as terras para produzirem nela na realidade não têm a propriedade, mas apenas a posse das terras cedidas pelos DNOCS para o cultivo, um dos

requisitos para obterem as terras era não terem terras, além das que seriam disponibilizadas pelo órgão. Devido as exigências apenas 3 famílias conseguiram se enquadrar nos pré-requisitos do DNOCS sendo muitas apadrinhadas por agentes do órgão sendo Mendonça (2010).

Apenas com a Constituição de 1988, através de seus artigos 184 ao 191, tentou-se sanar as problemáticas existentes entre Estatuto da Terra de 1964 e o Código Civil de 1916, artigos estes que instituíram sobre a política agrícola e fundiária e a reforma agrária em todo território brasileiro, legitimando, de certa forma, o processo de reforma agrária através da desapropriação, que será posteriormente ampliada a discussão dentro da Lei nº 8.629/1993.

Ocorre que, embora as varias reformas, nada ou pouco auxilia a obtenção de terras dos pequenos agricultores, isso porque a legislação fazendo parte a superestrutura a serviço do capitalismo vai estruturar a legislação para que a classe dominada de pequenos agricultores não possam ter acesso à terra, se reorganizando para assegurar o latifundiário na engenharia do imperialismo.

Em 2006, devido as várias dificuldades na desapropriação de terras, foi aprovada a Lei 11.326, que estabelece sobre a agricultura familiar e empreendedor familiar rural que seria aquele que:

- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais;
- utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento;
- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e
- dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família. (BRASIL, 2006).

Para evitar lacunas e que outros proprietários possam burlar a lei, o Decreto 9.054 de 2017, vai definir os módulos fiscais como a unidade de medida agrária. Isto é, se no município de Sumé o módulo fiscal é corresponde a 55 hectares e, de acordo com a legislação, para está enquadrado como agricultor familiar, esse módulo não pode ultrapassar 220 hectares. Desta forma, analisando o Quadro 29, a maioria dos imóveis existentes no território de Sumé enquadra-se como agricultura familiar<sup>353</sup>, todos os 607 que estão enquadrados como minifúndios, tendo em vista que cada um possui apenas 16,70 ha, e todos os 154 imóveis que estão como pequena propriedade, pois cada um possui 116,18 há. De acordo com os dados do SNCR de 2019, temos, assim, 761 imóveis que sobrevivem através da agricultura familiar no município de Sumé, isto corresponde a 88,48% dos imóveis desse território.

---

<sup>353</sup>De onde são provenientes vários alunos do Ensino Médio da rede estadual de educação.

O que podemos concluir é que grande parte dos imóveis rurais do município de Sumé compõe um grupo de camponeses, que tem como atividade preponderante a agricultura de subsistência e que são descendentes desse corpo de antepassados que foram escravizados na região, que com o passar dos anos foram se apossando de pequenos lotes de terras, produzindo e se mantendo nelas através do arrendamento, parceria, meação etc., pagando através de sua produção aos proprietários, latifundiários, herdeiros das famílias e dos sobrenomes dos grandes senhores de terras e de escravizados, como visto nos inventários acima analisados. Podemos confirmar que grande parcela desses camponeses são constituídos pelo povo negro através dos censos demográficos, como o já mencionado, de 2010.

Até os dias atuais, grande parcelas das glebas de terras herdadas pelos camponeses por seus antepassados não são de propriedade deles, isso ocorre porque o sistema capitalista vem se reorganizando, por meio da própria superestrutura legislativa, de forma a dificultar o acesso a propriedade da terra para essas categorias, que vão repassar essa herança também para seus descendentes que, por conseguinte não chegam a questionar esse problema fundiário que a família deles é mergulhada porque o a superestrutura a serviço do capitalismo e do imperialismo faz com que muitos deles não tenham acesso a esse conhecimento.

#### **4 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PARA A CLASSE TRABALHADORA NEGRA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB: UMA DISCUSSÃO COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA**

O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola. (...) é o Estado que, ao contrário, necessita receber do povo uma educação muito rigorosa. (MARX, 2012)

O intuito dessa seção é o de analisar a construção histórica das legislações educacionais brasileiras e suas relações econômico-sociais com a construção do ensino de Sociologia. Uma vez que a legislação, por ser uma ferramenta importante para o sistema capitalista, é voltada para beneficiar a classe dominante e alienar a classe trabalhadora. Da mesma forma, para o sistema capitalista a educação faz parte da superestrutura, utilizada pela mesma classe dominante para moldar a classe trabalhadora com vista a exploração de sua mão-de-obra.

O ensino de Sociologia é normatizado e abarcado pela educação brasileira ela será voltada a uma camada da classe social brasileira. Assim, para Silva (2007), o ensino de Sociologia no Brasil parte de uma contextualização histórico-cultural do processo de institucionalização do ensino de sociologia no Brasil vislumbrando os âmbitos burocráticos e legais nas relações sociais, educacionais e científicas, que atuaram – como ainda atuam - na configuração do campo da sociologia e sua relação com o sistema de ensino no padrão burguês.

Silva (2007) coloca que o ensino de Sociologia, enquanto disciplina escolar, teve conotações diferenciados a depender do contexto histórico, tendendo a aparecer, desaparecer, reaparecer, isso ocorrendo porque a Sociologia está inscrita em meio “As reformas políticas do Estado, que ocorrem como fruto das disputas ideológicas, das classes sociais...” (SILVA, 2007, p. 405). Desta feita, a Sociologia nos currículos deve ser vista como resultado de lutas entre as classes sociais, entre as visões de mundo, os valores sociais e as concepções de conhecimento da educação na produção de códigos e não um pensamento dominante sobre outro. Mas, não é isso que ocorre na produção científica da educação e nem com o ensino da disciplina de Sociologia.

#### 4.1 Legislações da Educação brasileira: como ela tem visto o povo negro?

Analisando a legislação relativa ao ensino no Brasil, observamos que a Constituição de 1824, já faz menção ao ensino em seu artigo 179:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.  
XXXII. **A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.** Grifo nosso. (BRASIL, 1824).

Ser cidadão no Brasil Império estava relacionado a um grupo muito específico e reduzido de pessoas, isto é, filhos da classe dominante brasileira. É importante salientar que o termo cidadão vai está presente em muitas legislações no decorrer, que vai significar o ser dotado de direitos dentro da sociedade, porém, devemos nos ater que nem todos os indivíduos detinham os direitos contemplados pelas legislações, estas direcionavam seus fundamentos apenas a um grupo, a classe dominante da sociedade, deixando de foram a classe dominada, por isso que o termo cidadão não quer dizer que todos possuíam direitos, e eram iguais, segundo

E ainda que não o fossem de fato, todos os homens já eram, potencialmente, cidadãos, ou seja, sujeitos de direitos e deveres. Como, porém, o direito natural mais importante é o direito de propriedade, num primeiro momento somente aqueles que detêm efetivamente propriedades, como resultado do seu trabalho, são considerados cidadãos. (TONET, 2009, p. 2)

Assim, neste período o cidadão era aquele que detinha os meios de produção, as terras, os escravizados. Ser cidadão dentro do sistema capitalista, está direcionado à privilegiar a classe dominante através de garantias jurídicas, educacionais e dentro do Estado, que fazem parte da superestrutura do Estado burguês. Dessa forma, ser cidadão neste período do Brasil Império era fazer parte da classe burguesa, detentora dos meios de produção. Apesar de nos dias atuais esse conceito de ser cidadão é ser um indivíduo detentor de direitos dentro do Estado, pouco mudou, tendo em vista, apesar das garantias jurídicas existirem no papel, ainda há privilégio da classe dominante, enquanto a classe dominada ainda sofre com as desigualdades sociais promovidas pelo próprio sistema capitalista burocrático<sup>354</sup>. Essa falsa noção de cidadania, construída pelo capitalismo, oculta a realidade concreta das desigualdades das classes.

---

<sup>354</sup> O capitalismo burocrático é um capitalismo tardio, construído através do sistema semifeudal e no país semicolonial dependente e submetido a outro que exerce sobre ele dominação imperialista. Cf. Almeida; Amorim e Pereira, 2016.

Três anos depois da promulgação da Constituição Brasileira de 1824, em 15 de outubro de 1827, foi sancionada a lei que criou as “Escolas de primeiras letras” (como se fossem escolas de alfabetização) nas cidades, vilas e lugares que detinham mais habitantes no Brasil Império, ordenada a referida legislação:

Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio.

(...)

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil. (BRASIL, 1827).

Ainda não estava disposta nenhuma modalidade de ensino de Sociologia, nem no ensino primário, nem superior. O ensino estava mais voltado a ler, escrever e saber noções de matemática para as transações comerciais, dessa forma, mais uma vez, o ensino teve sua vertente educacional voltada a uma espécie de ensino da classe dominante, isto é, instrução para os nobres e seus filhos e propedêutica porque eles tinham como finalidade que esses filhos ingressassem no ensino superior fora do Brasil para que os mesmos depois voltassem para assegurar os bens dos pais.

O Ato Adicional de 16 de agosto de 1834 permitiu que as Assembleias Legislativas elaborassem seus próprios regimentos de ensino primário de secundário:

Art. 10. Compete às mesmas Assembléias legislar:

1º) Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva Província e mesmo sobre a mudança da sua Capital, para o lugar que mais convier.

2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral. (BRASIL, 1834).

Com a descentralização do poder no que compete o ensino, começaram a surgir as primeiras escolas de ensino secundário e normais em vários locais do Brasil, visando formar professores para ministrar aulas nas escolas. A competência passa agora também as províncias do país de elaborar essas escolas referentes ao ensino Secundário e à Formação de Professores (escolas Normais). Não há indicação de nenhuma disciplina voltada ao ensino de Sociologia ou de Ciências Sociais. O que ocorre é que, mesmo com todos esses preceitos normativos, não existia infraestrutura nem planejamento para essas escolas, principalmente em províncias distantes, o resultado é uma taxa de analfabetismo elevada no Brasil.

Após as “reformas” do ensino no Brasil de 1827 e 1834, o Império brasileiro centralizou o ensino superior e os demais ficou a cargo das províncias:

### QUADRO 35 - ENTES RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO NO BRASIL

<b>Coroa Portuguesa (centralização)</b>	<b>Províncias</b>	<b>Coroa Portuguesa</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de 1827</li> <li>• Escolas de Primeiras Letras em todas cidades e vilas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de 1834;</li> <li>• Ensino Elementar</li> <li>• Ensino Secundário</li> <li>• e Formação de Professores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Superior</li> <li>• Exceção Colégio Pedro II</li> </ul>

**Fonte:** Elaborada pela autora a partir das legislações.

Em 1827, o Império no Brasil centralizou o ensino das Escolas de Primeiras Letras que deveriam seguir o que era imposto pela classe dominante. Já em 1834, foi descentralizado e as Províncias passaram a implementar por conta própria o ensino elementar, secundário e formação de professores que ficou responsável, teoricamente, apenas com o ensino superior, no Colégio Pedro II<sup>355</sup>, que implementou os primeiros cursos de ensino superior, frequentados, logicamente, pela classe dominante brasileira e, por isso, o ensino estava voltado justamente as percepções sobre conhecimento do Brasil, sua economia com as outras nações.

Contudo, o Colégio Pedro II também tinha um ensino elementar e secundário. Inclusive, os demais liceus provinciais deveriam se adequar aos programas dessa instituição, o que seria uma problemática porque os demais liceus não tinham a mesma estrutura que o Pedro II ofertava, construindo uma enorme ponte de desigualdades sociais. Até então o sistema

<sup>355</sup>O Colégio Pedro II originou-se do antigo Seminário de São Joaquim, 1837. Assim a educação oferecida pelo Colégio Pedro II, excluía trabalhos tidos como manuais, realizados pela classe dominada - grande maioria constituída de escravizados - e favorecia um ensino através da forma clássica-humanística, europeia, inclusive o currículo do colégio Pedro II foi inspirado em escolas consideradas, para a época como melhores exemplos de civilização e progresso da Europa, isso, óbvio na visão da classe dominante ligada ao imperialismo desses países que impunha um modelo de “civilização”. Os defensores do Império brasileiro tinham objetivo de invenção de um “novo” país tentando consolidar uma centralização através de organizações a favor por imperialismo. Para isso foi necessário criação de organismos que sustentassem as instituições e fazendo com que os indivíduos as obedecessem. A exemplo, temos a criação do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) serviu para o projeto de construção de uma nação em que seus fundadores faziam parte da classe dominante brasileira e que privilegiava uma história “nacional” de heróis brasileiros vindos da Corte portuguesa para “civilizar” e construir uma nação no Brasil. Assim, o governo estabeleceu um sistema de educação monopolizado pelo Estado para servir como instrumento desse mundo em que, mais uma vez, quem continuava comandando era a classe dominante através da influência de uma ideologia europeia através de um padrão de “civilização” organizado também através do Estado que impunha – como ainda impõe - padrões sociais de comportamento, etnia etc. Cf. Rodrigues 2010.

escravista no Brasil prevalecia, nem a Lei Bill Aberdeen<sup>356</sup>, nem a lei Eusébio de Queirós tinha sido instituídas.

O decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854<sup>357</sup>, que promoveu a reforma dos ensinos primário e secundário da Corte no Brasil. Dentre os seus artigos podemos perceber que nem todos tinham direito à educação, primeiramente porque o ensino não era gratuito, existindo mensalidades, embora fossem ofertadas “bolsas” de estudo, algumas figuras sociais eram plenamente excluídas e, por isso, já entendemos quem eram os cidadãos do Brasil naquele momento. Vejamos:

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:  
 § 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.  
 § 2º Os que não tiverem sido vaccinados.  
 § 3º **Os escravos.** (BRASIL, 1854).

Percebemos que a legislação, fazendo parte do aparato de controle da classe dominante, redimensionava quem eram os sujeitos que não podiam ter acesso à educação, isto é, a população marginalizada, que era a que mais padecia de doenças, que não tinham acesso à saúde e os já tão excluídos escravizados, formando, assim, a classe dominada.

Até o presente momento as escolas primárias, secundárias e superiores eram controladas pela Igreja Católica, porém, em 1879, foi homologado o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, também conhecido como a Reforma de Leôncio de Carvalho, que vai reformar do ensino primário, secundário e o superior em todo o Império, surgindo, assim, os colégios protestantes e positivistas. Apesar de instituir a educação para os escravizados, esse ponto foi vetado posteriormente:

No ano seguinte, com a reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio Carvalho - nome dado em referência ao Ministro que defendia a adoção da educação de adultos, dos cursos noturnos, e da autorização de frequência à escola pelos escravos - instituiu-se a obrigatoriedade do ensino dos sete aos quatorze anos e caiu o veto que proibia a frequência dos escravos nas escolas públicas. Alguns escravizados passaram a frequentar escolas profissionais e, a partir daí, tornaram-se aptos para promover o letramento de outros negros em espaços informais, o que se configurou, segundo

---

<sup>356</sup>Lei Bill Aberdeen foi promulgada pela Inglaterra em 1845 proibindo o tráfico de escravos pelo Atlântico. Vale salientar que nesse momento a Inglaterra passava por uma série de transformações econômicas, principalmente com a consolidação do sistema capitalista com a Revolução Industrial no país, dessa forma, era necessário para ampliação o mercado consumidor o fim do escravismo no Brasil, que se tornava entrave para o país imperialista que necessitava de mercado consumidores para expandir seus lucros.

<sup>357</sup> É importante mencionar que, após a lei de 15 de novembro de 1827, que autoriza a criação das escolas primárias e secundárias no Brasil, outras irão surgir para reformatar de acordo com a necessidade do mercado local, como é o caso do decreto lei nº 1.331 de 1854. Mas, anterior a esse decreto, temos o decreto nº 630, de 17 de setembro de 1851, mais um que reformará o ensino que tinha um caráter de controle do ensino <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-630-17-setembro-1851-559321-publicacaooriginal-81488-pl.html>

Gonçalves e Silva (2000), em mais uma das formas de acesso do negro ao conhecimento escolar primário antes que a escravidão fosse legalmente extinta. (ALMEIDA E SANCHEZ 2016, p. 238)

Contudo, é importante ressaltar que, na legislação supramencionada, não encontramos nada sobre o acesso a educação dos escravizados ou libertos, talvez porque o veto já tivera sido imposto e, por isso, não estava presente.

Nessa Reforma de Leôncio de Carvalho de 1879, na legislação já aparece as Ciências Sociais, porém fazendo parte do curso de Direito e também como uma opção de bacharelado em Ciências Sociais, após o término do curso de Direito. Vejamos:

Art. 23. As Faculdades de Direito serão divididas em duas secções: a das sciencias juridicas e a das sociaes.  
 § 1º A secção das sciencias juridicas comprehenderá o ensino dos seguintes materias:  
 (...)
 § 2º A secção das sciencias sociaes constará das materias seguintes:  
 (...)
 § 8º O gráo de bacharel em sciencias sociaes habilita, independentemente de exame, para os logares de Addidos de Legações, bem como para os de Praticantes e Amanuenses das Secretarias de Estado e mais Repartições publicas. (BRASIL, 1879).

A estruturação das faculdades de Direito no Brasil estava normatizada no Decreto nº 7.247/1879, desta forma, o artigo 23, da supramencionada lei, dividida em duas partes, no parágrafo 1º as Ciências Jurídicas e no parágrafo 2º as Ciências Sociais. Desta feita, a primeira secção estava voltada as disciplinas das Ciências Jurídicas, já a secunda secção era referente as Ciências Sociais, muito embora não existisse nenhuma disciplina específica voltada ao estudo da Sociologia em si.

Contudo, em 1883, Rui Barbosa, conjuntamente com Thomaz do Bonfim Spinola e Ulisses Viana, elabora um “Parecer e Projecto” intitulado “Reforma do Ensino Primario e varias instituições complementares da instrução pública”. Esse documento cogitou a reforma do ensino primário e a presença da Sociologia não apenas como disciplina fundamental nos cursos superiores, mas em todos os graus da educação brasileira. O mesmo apresentou dados das escolas públicas e particulares em todo território brasileiro e colocou a importância do ensino de Sociologia no ensino primário. Vejamos:

Outra sciencia em que Herbert Spencer indigita um dos elementos inseparáveis da educação geral, da educação comum a todos os individuos, é a *sociologia*, cuja admissão, entretanto, no programma do ensino superior, admissão alvitrada por nós no projecto respectivo, suscitou entre alguns, cujo espirito aliás se alimenta na pretensão de ser entre nós o extremo refugio da sciencia foragida, interrogações, reparos, epigramas. Emquanto a nós porém com grande pennsador inglez continuaremos a sustentar que as noções geraes e os elementos essenciaes de sociologia fazem parte impreterível, não só do plano de estudos universitário, como do currículo ordinário

dos estabelecimentos de educação popular. A cultura moral, a cultura cívica, a cultura histórica, as noções de governo e estado social associadas a geografia, e factos cardeais e as leis supremas da economia política, todos esses gêneros de ensino e disciplina enfeixados na escola primaria e dilatados até um grau considerável de expansão na escola superior, proporcionam á instrucção sociológica de todas as classes um quadro de observações e demonstrações profundamente eficazes. (BARBOSA, 1883, p. 240).

No seu “Parecer”, Rui Barbosa analisa as grades curriculares de vários países para demonstrar a importância da reforma do ensino no Brasil e, desta forma, no quadro analisado, a disciplina de Sociologia aparece com a nomenclatura de “Elementos de Sociologia” na grade do Curso Normal - que na época fazia parte do ensino secundário similar ao ensino médio atual -, curso de duração de 4 anos<sup>358</sup>.

Apesar do “Parecer” de Rui Barbosa de 1883 já vir mencionando da importância da implementação do ensino de Sociologia, relativo ao ensino primário e secundário, o ensino de Sociologia só irá aparecer nos primeiros anos da República brasileira, quando foi criado o Decreto 981, de 08 de novembro de 1890, elaborado pelo Ministério da Instrução Pública assinado por Benjamim Constant, que regularizou o ensino primário e secundário no Distrito Federal<sup>359</sup>.

Contudo, a obrigatoriedade desse ensino ficava restrita apenas no âmbito do Colégio de Pedro II que se localizava da sede do governo que na época era a cidade do Rio de Janeiro. É importante salientar que, devido à autonomia dos Estados (federalismo), na época, os mesmos escolhiam se implementavam ou não o que era imposto pelo governo republicano.

De acordo com o Decreto 981, o ensino primário era livre, gratuito e leigo, e se deu através de duas categorias nas escolas públicas: 1ª escolas primárias de 1º grau (englobando alunos de 7 aos 13 anos de idade); 1ª escolas primárias de 2º grau (em que os alunos teriam a idade de 13 aos 15 anos). As escolas primárias, sendo de 1º ou 2º graus, deveriam ser diferentes para cada sexo, ou seja, deveria ter escolas para meninos e meninas, com a exceção dos estudantes do sexo masculinos que tivessem até 8 anos que poderiam frequentar escolas de 1º grau do sexo feminino.

Com o advento da República brasileira em 1889, a União ficou responsável pela Educação Superior e Ensino Secundário e os Estados ficaram responsáveis pelo Ensino

---

<sup>358</sup>Herbert Spencer foi um filósofo e sociólogo do século XIX, reconhecido pelas contribuições da teoria evolucionista. Considerado fundador do darwinismo social dizia que as classes se diferenciavam e formaria, através da seleção natural e independente da vontade de cada ser humano, uma sociedade mais “forte”. Para o autor cada indivíduo tinha uma função dentro da sociedade, teoria do funcionalismo. Rui Barbosa é um exemplo de grande admirador das obras de Spencer no Brasil.

<sup>359</sup>As reformas educacionais elaboradas por Benjamim Constant eram de cunho positivista com base na evolução social conforme Auguste Comte e através do ensino laico.

Fundamental e Profissionalizante. Mesmo assim, a nomenclatura permanecia dividida em: Elementar; Secundário ou Médio e Superior. No ensino Elementar, a princípio, o Estado iria fornecer educação gratuita para o público do ensino primário, então todo cidadão deveria saber ler e escrever. Quem detinha mais condições, isto é, a classe dominante, ingressava no ensino superior, quem não tinha, no caso a classe dominada, se preparava para se enquadrar para o mercado de trabalho. O que podemos afirmar é que o ensino superior estava direcionado para os donos e os filhos dos donos dos *meios de produção*, já o ensino elementar, médio e profissionalizante para os que detinham a *força de trabalho*, isto é, a classe trabalhadora rural ou urbana que, por consequência, seriam os explorados.

O ensino primário de 1º grau era dividido em mais 3 “cursos”: elementar (para alunos de 7 a 9 anos); médio (para alunos de 9 a 11 anos) e superior (para alunos de 11 a 13 anos), de forma que, quando chegasse ao último ano do 1º grau do ensino primário, os alunos teriam de ter vistos todas as disciplinas, quais sejam:

Leitura e escrita;  
 Ensino pratico da lingua portugueza;  
 Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos;  
 Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);  
 Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil;  
 Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural;  
 Instrucção moral e civica;  
 Desenho;  
 Elementos de musica;  
 Gymnastica e exercicios militares;  
 Trabalhos manuaes (para os meninos);  
 Trabalhos de agulha (para as meninas);  
**Noções praticas de agronomia.** (BRASIL, 1890). (Grifos nossos).

Observamos que nas escolas primárias de 1º grau (do ensino elementar) não existia a disciplina de Sociologia para esse grau. Porém, tendo em vista que o Brasil neste período era eminentemente agrário e que, de início, quem frequentavam as escolas eram apenas os filhos da classe dominante (latifundiária), percebemos que a presença do ensino ligado as “terras”, isto é, ao “latifúndio” estava presentes em muitas disciplinas, o exemplo é justamente a disciplina de “Noções de Práticas de Agronomia”. As questões ligadas ao estudo da “terra” eram tão importante para o governo brasileiro que a legislação ainda impunha que esses conhecimentos fossem implementados nas escolas primárias, inclusive nas rurais, ditas “suburbanas”, “§3º As noções de agronomia, communs a todas as escolas, serão dadas com maior desenvolvimento nas escolas suburbanas.”, isso porque era importante ensinar ao filho

da classe dominante sobre todas as questões que giravam em torno do “latifúndio” desde cedo, principalmente as atividades ligadas à economia.

Uma vez concluído os estudos primários do 1º grau (elementar), o aluno estava apto a dar entrada ao ensino secundário e/ou normal. Nas escolas primárias de 2º grau não estava presente disciplina de Sociologia, Ciências Sociais ou até de Agronomia, como existia nas escolas primárias de 1º grau. Vejamos o que era ministrado:

Calligraphia;  
 Portuguez;  
 Elementos de lingua franceza;  
 Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. Geometria e trigonometria;  
 Geographia e historia, particularmente do Brazil;  
**Elementos de sciencias physicas e historia natural applicaveis ás industrias, á agricultura e á hygiene;**  
 Noções de direito patrio e de economia politica;  
 Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topographico;  
 Musica;  
 Gymnastica e exercicios militares;  
 Trabalhos manuaes (para os meninos) e  
 Trabalhos de agulha (para as meninas). (BRASIL, 1890). (Grifos nossos).

Como podemos observar, o ensino brasileiro de 2º grau estava voltado a uma “nova” categoria de atividade economia, apesar de ser diminuta comparada a agricultura, porém, interligada a esta: a atividade industrial era existente e crescente no Brasil. E, por isso, era relevante que fosse ensinado nas escolas a disciplina de “Elementos de ciências físicas e história natural aplicáveis às indústrias, à agricultura e à higiene”.

Contudo, o ensino de Sociologia aparece quando se trata do curso Normal que era implementado através do ensino de “Sociologia e Moral”. Vejamos:

Art. 12. O Governo manterá na Capital Federal uma ou mais escolas normaes, conforme as necessidades do ensino, e a cada uma dellas será annexa uma escola primaria modelo.  
 Paragrapho unico. O curso da Escola Normal comprehenderá as seguintes disciplinas:  
 Portuguez, noções de litteratura nacional e elementos de lingua latina;  
 Francez;  
 Geographia e historia, particularmente do Brazil;  
 Matematica elementar;  
 Mechanica e astronomia;  
 Physica e chimica;  
 Biologia;  
**Sociologia e moral;**  
**Noções de agronomia;**  
 Desenho;  
 Musica;  
 Gymnastica;  
 Calligraphia;  
 Trabalhos manuaes (para homens);  
 Trabalhos de agulha (para senhoras). (BRASIL, 1890). (Grifos nossos).

As escolas primárias de 2º grau tinham duração de 7 anos e, como observamos no texto normativo, encontramos a presença da disciplina de “Sociologia e moral”. Esta fazia parte do quadro de disciplina obrigatórias, porém só era ministrada no último ano do curso do curso Normal. Desta forma, constatamos que a disciplina ligada a Sociologia aparece no último ano do curso Normal, todavia percebemos que foram recorrentes as disciplinas ligada a agronomia, que no caso em tela aparece como “Noções de agronomia”.

Apesar da disciplina de Sociologia e moral já aparecer nos “Pareceres” de 1883 de Rui Barbosa, é através do Decreto 981 de 1890, que se define a data do começo da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no Brasil com Benjamim Constant, porém o projeto nem chegou a ser aprovado, e a disciplina era colocada como obrigatório se assim a instituição escolar desejasse, conforme relatam os autores Moraes (2011) e Meucci (2007).

O final do referido Decreto 981 de 1890, vem especificado o que cada disciplina deveria ministrar em cada ano ou grau de estudo, entretanto o decreto não caracteriza o que a “Sociologia e moral” deveria ou poderia ministrar.

Todavia, podemos afirmar que essa recorrência referente às disciplinas sobre agronomia, como descrita no texto normativo supramencionado, tem a ver com as relações agrárias tão importantes à economia brasileira na época, que, ao mesmo tempo essa economia, vai formar a estrutura social da época com as relações antagônicas de classes transposta para a educação.

Observamos que essa questão do estudo sobre agronomia está presente também no ensino primário de 1º grau, no curso elementar, que dispõe a caracterização curricular de várias disciplinas, dentre elas destacamos para o nosso estudo:

#### CLASSE 1ª

(...)

Arithmetica - Contar, primeiramente pelos processos espontaneos, empregando os dedos, riscas, pedrinhas (calculos), grãos, contas, etc., e depois os rosarios, o contador mecanico, o crivo numeral e os abacus, usada entretanto a terminologia propria da nomenclatura systematica. (...)Conhecimento pratico da moeda-papel até ás notas de 100\$000.

Historia patria - Pequenas narrativas de historia patria e narrativas de viagens, com o auxilio de estampas.

Explicação de alguns factos historicos capitaes, por meio de biographias de: Christovão Colombo, Pedro Alvares Cabral, José de Anchieta, Salvador Corrêa de Sá, Henrique Dias, Felipe Camarão, Joaquim José da Silva Xavier, José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro I, D. Pedro II, Duque de Caxias, generalissimo Manuel Deodoro da Fonseca.

Instrução moral e civica - Narrativa de aneddotas, fabulas, contos e proverbios que tenham tendencia moral.

Fazer sentir constantemente aos alumnos, por experiencia directa, a grandeza das leis moraes.

**Noções de agronomia - Conhecimento dos mais communs instrumentos, e seu emprego: pá, enxada, ancinho, sacho, fouce, alfange, gadanha, etc.**  
**Noções summarias e praticas sobre a cultura das plantas de horta e jardim.**  
**Qualidades dos terrenos.**  
**Principaes arvores fructiferas do Brazil.**  
**Animaes que prestam serviço á agricultura.** (BRASIL, 1890). (Grifos nossos).

As disciplinas escolares surgem em função ao ambiente econômico da época, que serviram se suporte para moldar as vertentes educacionais para a construção do ensino da classe dominante brasileira. Assim, na análise do supramencionado documento, observamos que as disciplinas estão voltadas para o favorecimento da economia imperialista<sup>360</sup> nacional. Nesse sentido, observamos que as questões da dita “Classe 2ª” vem especificando o que cada uma vai tratar:

#### CLASSE 2ª

(...)

Historia natural - Revisão das noções do corpo humano.

Conhecimento dos animaes, vegetaes e mineraes mais vulgares, e sua utilidade. Animaes: boi; cavallo; burro; carneiro; porco; cão; gato; gallinha e outras aves domesticas; passaros; chelonios; peixes. Vegetaes: arvores fructiferas; bananeira; palmeiras; legumes. Mineraes: granitos; argillas; carvão de pedra.

**Conhecimento das substancias alimentares: carnes; pão; café; chocolate; mate; chá; leite; manteiga; queijos; assucar; legumes; batatas; vinho; aguardente.**

**Geographia - Conhecimento geral e gradual dos 21 Estados (pelo mappa), qual a sua situação e seus productos principaes.**

Idéa do relevo do solo brasileiro, das grandes bacias fluviaes e dos portos. Viagens da Capital para cada Estado. Principaes vias ferreas e linhas de navegação no Brazil.

Revisão da geographia geral e sua amplificação gradual: o globo terrestre, continentes e oceanos, principaes paizes do mundo.

Idéa da representação cartographica, elementos de leitura das cartas e plantas.

Historia patria - Narrativas simples e sem auxilio de livro, de episodios da historia patria. Biographias de Manuel da Nobrega, Nicolau Durand de Villegaignon, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Calabar, P. Antonio Vieira, Bartholomeu Bueno, Claudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Thomaz Antonio Gonzaga, Alexandre Rodrigues Ferreira, Fr. J. Marianno da Conceição Velloso, José da Silva Lisboa (Visconde de Cayrú), Martim Francisco de Andrada, Antonio Carlos, Evaristo Xavier da Veiga, Diogo Antonio Feijó, general Osorio e Visconde do Rio Branco.

Instrucção moral e civica - Conservações e leituras moaes. Exemplificação comparativa da generosidade e do egoismo, da economia e da avareza, da actividade e da preguiça, da moderação e da ira, do amor e do odio, da benevolencia e da inveja, da sinceridade e da hypocrisia, dos prazeres e das dores (physicas e moraes), dos bens e males (falsos e verdadeiros).

**Noções de agronomia - Emprego dos instrumentos agricolas: arado, grade, rodo, capinador, destocador, semeador, etc.**

**Adubos e seu emprego. Estrumes animaes e vegetaes.**

**Continuação da cultura das plantas de horta e jardim, e cultura de pomar.**

**Cultura de cereaes: milho, arroz, etc., suas variedades.**

**Tracto dos animaes uteis á agricultura.**

<sup>360</sup>O Brasil, apesar de ser uma nação oficialmente independente desde 1822, continua sua dependência financeira principalmente com a Inglaterra, produzido e exportando mercadorias para esse país e depois para outros países imperialistas. Em contrapartida compram produtos manufaturados por altos preços. É importante relatar que o Brasil ainda não deixou de ser uma semicolonias de países imperialistas, tendo em vista que sua economia ainda é baseada num mercado baseado na exportação de matérias primas à baixo preço. Cf. Camely, 2009.

(...) (BRASIL, 1890). (Grifos nossos).

Todas as disciplinas vistas da 1ª classe serviam de suporte para a educação no ensino médio do período, que também foi dividido em classes:

Curso médio

CLASSE 1ª

**Mineraes: ferro, cobre; prata; ouro; pedras preciosas; kaolim.**

**Objectos do vestuario: algodão; linho; lan; seda; couros; borracha; osso; marfim, etc.**

(...)

Historia patria - Periodo de 1500 a 1580.

Exposição dos factos principaes feita pelo professor, e que o alumno deverá reproduzir sem decorar servilmente e sem auxilio de qualquer livro.

Instrucção moral e civica - Conversação e leituras moraes.

(...)

**Noções de agronomia - Emprego de instrumentos agricolas (revisão e continuação do programma anterior). Debulhador, corta-raizes, corta-palhas, destibrador, ventilador, etc.**

**Instrumentos de transporte. Motores: animaes, vento, agua, vapor.**

**Revisão do estudo dos terrenos. Estrumes animaes, vegetaes, mineraes e mixtos. Estrumeiras e vantagens de sua installação.**

**Cultura de leguminosas: feijão, fava, ervilha, guando, etc.**

**Cultura da mandioca, do inhame, do cará, da batata doce. Do mamono e do amendoim.**

Continuação da cultura das plantas de horta, jardim e pomar.

Criação de aves domesticas.

(...)

CLASSE 2ª

(...)

Geographia - Noções de geographia physica da America do Sul, Central e do Norte; relações commerciaes dos Estados americanos com o Brazil. Viagens.

**Noções elementares sobre as raças, linguas, religiões e fórmias de governo dos differentes paizes do mundo.**

(...)

Historia patria - Revisão do primeiro periodo. Periodo de 1580 a 1654 (exposição dos factos principaes, e sem auxilio do livro).

Instrucção moral a civica - Continuação do programma precedente.

**Noções de agronomia - Idéa do arroteamento, derrubada, queimada e destocamento. Saneamento dos terrenos, drenagem, irrigação. Seus processos e vantagens. O amanho da terra.**

Gradagem, rolagem. Sementeiras. Transplantação. Capina, monda, abacellamento, Colheita e conservação dos productos.

**Cultura de plantas textis: algodão, ramie, etc. De plantas tinctoriaes: anil, urucú, etc. De plantas forrageiras: alfafa, trevo, theosinto, etc.**

**Continuação da cultura de horta, jardim e pomar.**

**Criação do cavallo, do boi e da vacca, do porco, do carneiro, etc. (BRASIL, 1890). (Grifos nossos).**

Aqui no ensino médio republicano podemos verificar disciplinas ligadas à mineração, “Mineraes: ferro, cobre; prata; ouro; pedras preciosas; kaolim.”, ao comércio, “Objectos do vestuario: algodão; linho; lan; seda; couros; borracha; osso; marfim, etc.”, e na disciplina de “Cultura de plantas textis: algodão, ramie, etc. De plantas tinctoriaes: anil, urucú, etc. De plantas

forageiras: alfafa, trevo, theosinto, etc.”. Novamente o aparecimento da agronomia conjuntamente com o estudo dos terrenos: “Noções de agronomia - Idéa do arroteamento, derrubada, queimada e destocamento. Saneamento dos terrenos, drenagem, irrigação. Seus processos e vantagens. O tamanho da terra.”. Como podemos analisar, existia uma preocupação do Estado, que os estudantes do ensino secundário realmente terem um “conhecimento” principalmente da geografia, agronomia local a partir da economia que era desenvolvida no Brasil que devido sua condição de semicolônia estava em sintonia com o que imperialismo determinava.

Nesse movimento de disciplinas fundamentais ou não no currículo das escolas brasileiras surge o “Escolanovismo” ou “Escola Nova”, entre as décadas de 1920 a 1930, como parte da disputa de correntes político-ideológicas entre liberais e conservadores. Os conservadores, no geral católicos, buscavam uma educação mais intelectualizada e rebuscada, já os liberais estavam ligados a “Escola Nova” que teoricamente buscavam democratizar a escola, figuras que integravam esse grupo foram Francisco Campos, Anísio Teixeira, Fenando Azevedo, etc. O que não vai modificar a realidade da grande população brasileira pobre, como Saviani (1999, p. 21) comenta:

Com isto, a "Escola Nova" organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite. No entanto, o ideário escolanovista, tendo sido amplamente difundido, penetrou nas cabeças dos educados acabando por gerar conseqüências também nas amplas redes escolares oficiais organizadas na forma tradicional. Cumpre assinalar que tais conseqüências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento elaborado. Em contrapartida, a "Escola Nova" aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites.

A escola ainda estava a cargo dos interesses da classe dominante e de acordo com os parâmetros reguladores capitalistas. Uma lógica que vai permanecer sendo desenvolvida até nos dias atuais.

De fato, só encontramos o ensino de Sociologia apenas no componente curricular autônomo em 1925, através do Decreto nº 16.782-A, de 13 de Janeiro de 1925, conhecida como a Reforma de Rocha Vaz. Sociologia aparece no 6º ano do “curso de ensino secundário”, o decreto ainda coloca:

**Art. 48. O conjunto de estudos do curso secundario integral compreende as seguintes materias:** - portuguez, francez e latim , obrigatorias, inglez, ou alemão, á escolha do alumno, hespanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no

parapho seguinte, instrução moral e civica, geographia, algebra, geometria e trigonometria, historia universal e do Brasil, physica, chimica e historia natural, philosophia e historia natural, philosophia e historia da philosophia, literatura da lingua brasileira e das linguas latinas, e **sociologia**. (BRASIL, 1925). (Grifos nossos).

A Sociologia começou a entrar nas escolas nos cursos complementares ou preparatórios e no curso normal, este de formação de professores primários com caráter cientificista quanto uma expectativa cívico-redentorista:

(...) ensino de Sociologia ocorreu na ausência de cursos de formação de professores de Sociologia, sendo comum a presença de advogados, médicos e engenheiros para cobrir essa carência. (...) institui a obrigatoriedade do ensino de Sociologia na escola secundária de então – cursos preparatórios e complementares (...) (MORAES, 2011 p. 11).

Segundo Meucci (2007)<sup>361</sup> a sociologia passou a ser compreendida como uma disciplina necessária para a formação geral de candidatos a bacharéis e professores. A implantação da disciplina de Sociologia na educação brasileira através do processo legal estava voltada à educação das elites brasileiras, ministrada no âmbito do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945) tivemos uma série de legislações que irão reformar o ensino no Brasil. No ano de 1931, inicialmente, tivemos a Reforma Francisco Campos, com o Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Em que a disciplina de Sociologia virá como disciplina obrigatória do curso admissional para o superior<sup>362</sup> ou no próprio ensino superior, tanto nos curso jurídico quanto nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia, além de Engenharia e Arquitetura. Assim, os alunos candidatos aos cursos de Direito, Medicina, Odonto, Farmácia, Engenharia e Arquitetura assistiam aulas nos cursos que tinham duração de dois anos em que se preparavam para as provas admissionais do ensino superior, essa reforma não mais ficava restrita à capital, que na época era o Rio de Janeiro, sendo ampliada a todo o território Nacional.

A Constituição Federal de 1934<sup>363</sup> trouxe em seu texto a União como competente para elaborar as diretrizes da educação nacional. No seu artigo 121, parágrafo 4º, pela primeira vez a educação no meio rural estava presente enquanto direito:

<sup>361</sup>É importante frisar que a disciplina de Sociologia adentra as pesquisas universitárias enquanto disciplina a partir da Escola Livre de Sociologia e Política, no Rio de Janeiro, em 1933, posteriormente da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, hoje, UFRJ, em 1935. Em ocasião, surgindo nomes como Florestan Fernandes e Antonio Candido. Ver em Meucci (2007, p. 34).

<sup>362</sup>Os cursos complementares eram espécies de cursos de segundo grau que preparavam para o ensino superior.

<sup>363</sup>Anterior a Constituição de 1934, é criado em 14 de novembro de 1930, Ministério da Educação e Saúde Pública. **Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930, Secretária de Estado. Ministério dos Negócios da Educação**

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

(...)

§ 4º - O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. (BRASIL, 1934).

Mas, a educação para o trabalhador do campo não estava assegurada no texto legal como um direito a inclusão social, mais para o melhoramento da “raça”, tendo em vista que a maioria do povo do campo era formada pelo povo negro ou miscigenado, tanto que o próprio texto constitucional traz consigo:

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica; (BRASIL, 1934).

A eugenia<sup>364</sup> é uma teoria em que prevê o melhoramento da raça humana. Para os eugenistas a intelectualidade de uma pessoa era proveniente de sua descendência, sua hereditariedade genética e assim o melhoramento da raça humana, segundo eles, estava determinada através dos traços físicos ideais da etnia branca, excluindo, dessa forma, a população que fazia parte da etnia negra, isto é, escravizados e seus descendentes.

Assim, após o fim da escravidão no Brasil em 1888, apesar da marginalização do povo negro, com o passar dos anos, minimamente, ele começou a se inserir no mercado de trabalho. E, por mais insignificante que fosse essa inserção, ela incomodava a classe dominante que, para enfrentar isso, utilizava da esfera jurídica para construir barreiras de contenção tanto de sua elevação social quanto de sua sobrevivência étnica.

Analisamos que, de 1942 a 1946, o ensino no Brasil passa, mais uma vez, por uma série de reformulações, oito decretos-leis ao todo reformulando desde o ensino primário, secundário e superior<sup>365</sup>, sendo a mais conhecida a Reforma de Gustavo Capanema em 1942, em que a

---

e Saúde Pública, ver em: Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>; Acesso em 02 de agosto de 2020.

<sup>364</sup>As ideias eugenistas foram elaboradas na Europa por Francis Galton e trazidas para o Brasil através das teses de Miguel Couto e, posteriormente, amplamente difundidas pelo médico e sanitarista Renato Kehl, este acreditava na melhoria da classe social brasileira só seria possível através do favorecimento da raça branca no país. Cf. Schwarcz, 1993.

<sup>365</sup>Foram elas: Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o SENAI; Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro

disciplina de Sociologia foi retirada dos currículos das escolas secundárias, permanecendo apenas nas Escolas Normais, conforme decreto-Lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal. Percebemos que as reformas estavam voltadas a um ensino ligado ao comércio, indústria e agricultura. Observando o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que trata do ensino agrícola, já na parte preliminar da norma se coloca

“Art. 1º Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. (BRASIL, 1946).” Como já analisamos, as bases da educação brasileira estavam voltadas à economia daquele período, para o seu desenvolvimento, tanto no que diz respeito dos *meios de produção* quanto da *força de trabalho* empregados.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado através do Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, que tinha como órgão regulador o Ministério da Educação e Cultura e como finalidade o ensino e a difusão da compreensão da realidade brasileira a partir das Ciências Sociais. Além disto, tinha como objetivo também incentivar e promover a noção desenvolvimentista brasileira, principalmente com relação a industrialização do país “Inspiração isebiana, que percebia as ciências como ideologias impulsionadoras do desenvolvimento nacional.” (ORTIZ, 1990, p. 167). Desta forma, previa a substituição das antigas classes dominantes latifundiárias pelas classes dominantes representadas pela burguesia industrial do país e, para isso, deveria ter o apoio do proletariado. Nesse sentido, a educação deveria está voltada para formar uma classe dominada que serviria apenas e somente como mão-de-obra especializada para exercer sua força de trabalho naquilo que era imposto.

Em 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961<sup>366</sup>, que desta vez dividiu a educação brasileira em ensinos primário, médio e superior. Mais uma vez as definições normativas estavam voltadas a produção econômica do país e, a educação deveria seguir o que os preceitos imperialistas assim determinavam. Era necessário, assim, moldar os futuros trabalhadores para o “desenvolvimento” do país, e, por conseguinte, da classe dominante. A Lei de 1961 estipulava que o ensino primário tinha duração de 4 anos “Art. 31. As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses.” (LDB, 1961). A lei impunha uma nova

---

de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que cria o SENAC; Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola

<sup>366</sup>Observa-se que a lei foi parcialmente revogada pela LDB vigente no Brasil que é a de 1996, isso significa que até então era utilizado a lei anterior. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>

formatação para o ensino brasileiro, o primário, agora com 4 anos e, por conseguinte, a educação voltada ao ensino médio previa a divisão em dois ciclos, o ginásial e o colegial, ainda englobando cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e o dito pré-primário.

Percebemos que a legislação não estava servindo com o papel de proteção ao povo, mas, mais uma vez, servindo às ideias da classe dominante que descendia do povo europeu. O curso técnico estabelecido pela LDB de 1961 torna evidente isso, vejamos:

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) indústria;
- b) agrícola;
- c) comercial
- (...)

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. (LDB, 1961).

Queiroz e Housome (2017)<sup>367</sup> elencam as disciplinas obrigatórias no ensino médio secundário, estando elas como disciplinas complementares ou optativas. Vejamos:

- **Disciplinas obrigatórias para o Ginásial e Colegial:** Português (sete séries); História (seis séries); Geografia (cinco séries); Matemática (seis séries); Ciências (sob a forma de iniciação à Ciência, 2 séries, sob a forma de Ciências Físicas e Biológicas, 4 séries). O número de séries indicadas constitui o máximo, conforme Parágrafo único do Art. 1º.
- **Disciplinas complementares do sistema federal para o Ginásial e Colegial** (Apenas uma das opções apresentadas): Desenho e Organização Social e Política Brasileira; Desenho e uma língua estrangeira moderna; Uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna; Ou duas línguas estrangeiras modernas, em ambos os ciclos; Uma língua estrangeira moderna e filosofia (no 2º ciclo).
- **Disciplinas de escolha pelos estabelecimentos de ensino** (apenas 2 optativas das opções apresentadas, sendo 1 por série):
  - Ginásial - Línguas estrangeiras modernas; Música (canto orfeônico); Artes industriais; Técnicas comerciais; Técnicas agrícolas.
  - Colegial - Línguas estrangeiras modernas; Grego; Desenho; Mineralogia e geologia; Estudos sociais; Psicologia; Lógica; Literatura; Introdução às artes; Direito usual;

---

<sup>367</sup>Queiroz e Housome (2017) colocam que as disciplinas são encontradas no documento publicado no dia 24 de abril de 1962, pelo Conselho Federal de Educação, mas, não conseguimos encontrar tal documento para uma análise mais minuciosa. Contudo no Diário oficial da União, encontramos o decreto nº 632 de 17 de fevereiro de 1962, que estabelece aprova o *Regimento do Colégio Pedro II, em que estabelece o ensino ginásial de 4 anos e colegial com duração de 3 anos, ainda em seu artigo* “Art. 14. Na 3ª série colegial, será organizado um curso diversificado, que vise ao preparo dos alunos para o curso superior e compreenderá no mínimo quatro e no máximo seis, dentre as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho, Inglês, Alemão, Espanhol, Francês, Italiano, Latim, Grego, Filosofia, Literatura, Geografia Geral e do Brasil, Histórica Geral e do Brasil (História da Civilização e História da Civilização Brasileira)”. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-632-27-fevereiro-1962-353449-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 08 de agosto de 2020.

Elementos de economia; Noções de contabilidade; Noções de biblioteconomia; Puericultura; Higiene e dietética  
**• Práticas Educativas para o Ginásial e Colegial** (Educação Física + 1 optativa pela escola): Educação cívica; Educação artística; Educação doméstica; Artes femininas; Artes industriais; Outras indicadas pelas escolas. (Grifos dos Autores) (QUEIROZ; HOUSOME, 2017, p. 7).

Vemos que a disciplina de Sociologia desaparece completamente do currículo, sendo o mais próximo dela a disciplina de “Organização social” e “Estudos Sociais”, mas, mesmo assim, ambas aparecem como complementares. Contudo, analisando a citação acima mais uma vez, notamos a continuidade da questão da educação sendo ferramenta para a estruturação do desenvolvimento econômico do país, estando representado nas disciplinas complementares do ginásial, como: “Artes Industriais”, “Técnicas Comerciais”, “Técnicas Agrícolas”. E ainda como disciplina complementar do colegial: “Mineralogia”. Por fim, nas práticas educativas para o ginásio e colegial aparece, mais uma vez, como “Artes Industriais”.

Perceba que na época o ensino de Sociologia – assim como as demais disciplinas ligadas as ciências humanas - era visto como disciplina de menor importância ou sem serventia pra o contexto de desenvolvimento do Estado, aliás, qualquer componente curricular que ajudasse o trabalhador a pensar, formando uma massa de trabalhadores pensantes, não era objetivo do governo e, ainda não é. Mas, para a classe dominante, detentora dos *meios de produção*, seria mais interessante a *alienação* através da educação para formação de uma massa de trabalhadores aptos para exercer sua *forças de trabalho* nas grandes lavouras, indústrias e comércio no Brasil, como grande parte dos legisladores eram – e são – proprietários dos *meios de produção*, construíam a legislação e, por seu turno, a educação de forma que fossem os beneficiar.

Em 1964, ocorreu o Golpe Militar estabelecendo, através do Decreto-lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969, a inclusão obrigatória da disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de educação do Brasil. Vejamos o estabelecido pela disciplina:

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) A preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) O fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

- e) O aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) O culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, 1969).

Até 1971, o modelo de currículo predominante para o ensino médio era o Clássico-Científico, que estava centrado na formação humanística para a preparação das classes dominantes brasileiras nas profissões consideradas nobres e para a classe trabalhadora restava um ensino médio com objetivo prepará-la para o trabalho, numa espécie de controle da pobreza e, para isso, havia a necessidade de uma educação apenas profissionalizante, que lhes dessem meios somente para o trabalho, isto é, preparação exclusiva para o trabalho e conformação dos indivíduos que fazem parte da classe, isso é uma característica constante no aparato legal, assim como nas abordagens pedagógicas vindas da classe dominante, hegemônicas.

Em 1971, foi fixado a nova lei de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, estabelecendo que o ensino primário abrangeria o 1º grau e o 2º grau, este relativo hoje ao ensino médio. O ensino primário estava voltado a uma educação mais geral e o ensino médio a uma formação para especialização para profissionalização através de uma educação para o trabalho. Analisemos o seu artigo 5º:

(...)

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;

**b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.**

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados. (BRASIL, 1971). (Grifos nossos).

No período dos governos militares (1964-1985), o currículo foi o tecnicista e regionalizado, isto é, rompe-se com o eixo do ensino baseado nas disciplinas tradicionais para um conhecimento agrupado em áreas de aplicabilidade tecnológica imediata. Os livros didáticos demonstram o esvaziamento científico que se oficializou nas escolas:

Nos governos militares, rompe-se com o eixo do ensino baseado nas disciplinas tradicionais das ciências humanas e ciências naturais. O currículo do 1.º e 2.º grau *regionaliza* os conhecimentos agrupando-os em áreas de aplicabilidade tecnológica

imediate. Assim, o aluno não precisaria mais aprender literatura, mas, sim Comunicação e Expressão, a partir do ensino das regras da gramática. Os alunos não precisariam aprender os fundamentos da Física, a dinâmica, a quântica, mas, somente algumas fórmulas que seriam utilizadas na elaboração de alguma tarefa básica da contabilidade, da construção civil etc. O mesmo valendo para todas as outras disciplinas e áreas de conhecimento. Os livros didáticos demonstram o esvaziamento científico que se oficializou nas escolas. Os estudos por *instrução programada*, os *testes* e os exercícios de completar. As Ciências Sociais foram completamente ideologizadas, enfraquecendo a História e a Geografia como disciplinas científicas. Os Estudos Sociais *regionalizaram* essas ciências em um campo amplo de aplicabilidade. A Educação Moral e Cívica substituiu o que poderia ser o ensino de Filosofia e de Sociologia, jogando fora, séculos de reflexões... (SILVA, 2007, p. 413).

Como podemos observar na citação, a formação para o trabalho era o objetivo primordial da LDB de 1971, uma vez que as disciplinas curriculares eram inseridas através da visão profissionalizante local, tanto que uma disciplina poderia ser incluída caso fosse interessante para o desenvolvimento do mercado local:

Art. 12. O regimento escolar regulará a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo, excluídas as que resultem do núcleo comum e dos mínimos fixados para as habilitações profissionais. (BRASIL, 1971).

Assim, se fosse necessário a construção de um profissional, a educação se moldaria para a formação de determinada mão-de-obra para o trabalho. A LDB de 1971 visava, mais uma vez, a profissionalização para o mercado de trabalho determinado pelas questões econômicas do período do regime militar, principalmente o concernente a industrialização. Desta maneira, os professores eram formados para construir uma classe trabalhadora preparada para exercer suas atividades laborais, apenas, sem maiores reflexões. Tanto que o ensino estava interligado através de cooperação e convênio com empresas que serviriam como estágio para os estudantes sem qualquer tipo de remuneração.

Na área rural não era diferente, pois a escola deveria está voltada as condições agrícolas do cultivo. Assim, o ano letivo poderia se moldar de acordo com a safra local:

§ 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino. (BRASIL, 1971).

O que não podemos dizer que era uma forma de preservar a cultura do camponês, tendo em vista que a educação estava voltada ao grande latifundiário que precisaria de força de trabalho no momento das colheitas.

A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971<sup>368</sup> derivada do Parecer 853/71, estabelecia as matérias que formavam o núcleo comum e as disciplinas obrigatórias para serem fixadas nos 1º e 2º graus:

Art.1º. O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

a) Comunicação e Expressão

**b) Estudos Sociais**

c) Ciências

§ 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

a) em Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa;

b) nos Estudos Sociais – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil;

c) nas Ciências – a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas.

§2º - Exigem-se também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos. (BRASIL, 1971). (Grifos nossos).

Observamos que, mesmo contendo a matéria de Estudos Sociais, a mesma só seria ministrada no 1º grau e trazendo um teor ideologizado e tecnicista. Ainda podemos dizer que durante a década de 1970, observamos que o ensino estava voltado a uma educação para os filhos da classe dominante (profissões consideradas nobres) e a um ensino para filhos da classe dominada (profissões profissionalizante, ligadas a classe trabalhadora) voltado para a força de trabalho, através do controle dessa classe.

Apenas em meados dos anos de 1980 é que verificamos um movimento pela inclusão da disciplina de Sociologia nos currículos escolares brasileiros. Luta essa iniciada através de associação de profissionais da Sociologia, sindicatos de professores, cientistas sociais etc., que começaram a participar mais frequentemente em meios de comunicação e na política, por exemplo, o que fez demonstrar a importância da Sociologia na sociedade até para formação de uma consciência de classe.

Essa luta da Sociologia também buscava demonstrar as contradições dentro do Brasil através de movimentos sociais, instituições políticas, culturais, feministas e até relacionadas à questão agrária. É dessa forma que a Sociologia foi reconhecida enquanto profissão através da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, e sua regulamentação através do decreto nº 89.531, de 5 de abril de 1984. Contudo, esses dois preceitos normativos não incluíam a Sociologia

<sup>368</sup>A Resolução N.º 8, de 1.º de dezembro de 1971 - anexa ao Parecer N.º 853/71 - Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Rev. Bras. Enferm. vol.25 no.1-2 Brasília Jan./Apr. 1972. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/reben/v25n1-2/0034-7167-reben-25-02-0176.pdf>> Acesso em 8 de agosto de 2020.

enquanto disciplina na educação básica, o que só vai ser possível através a Lei federal nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982:

Temos vários dados que indicam o crescente interesse pela inclusão da disciplina nos currículos. Como antecedentes da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) de 1996, temos iniciativas dos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, que na década de 1980, realizaram reestruturações curriculares no que se chamava 2.º grau e atualmente é denominado de Ensino Médio. Tais reestruturações procuravam adequar os currículos aos tempos de redemocratização e os *textos recontextualizados* nos órgãos oficiais refletiram a produção da crítica ao regime militar nos centros de pesquisa das universidades. (SILVA, 2007, p. 414).

Com o fim da ditadura militar em meados dos anos de 1980, e com a chamada redemocratização do Brasil, foi elaborada a Constituição de 1988, onde vários setores que eram excluídos com categorias de direitos foram minimamente incluídos. O teor do corpo normativo constitucional é voltado às questões sociais que, por sua vez, muitas são abarcadas com maiores detalhes com as leis infraconstitucionais<sup>369</sup>. Desta feita, a educação aparece enquanto um dos direitos sociais, porém, ainda atrelados a representantes e as determinações da classe dominante, a serviço do capitalismo burocrático.

É no capítulo III da Constituição que o valor maior da educação aparece enquanto dever de um coletivo “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Assim, do artigo 205 ao 214, se estabelecem diretrizes sobre a educação dentro do território brasileiro. Deste modo, coloca a educação enquanto dever não apenas das instituições educacionais, mas de todos que compõem todo o corpo social, estando no âmbito inter ou extra escolar. Portanto, podemos afirmar que a educação para relações étnico-raciais faz parte dos direitos fundamentais no que dita à condição humana, isto é, são direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico como indispensáveis para a própria sustentação dos seres humanos. O que não passam, de fato a um discurso construído pela classe dominante para repassar uma igualdade de direitos que na realidade nunca existiu e nunca existirá no campo do sistema capitalista que sobrevive através das desigualdades sociais:

Apesar do discurso da igualdade, o que, na realidade, vem a ocorrer, no capitalismo, é uma nova forma de exploração do homem pelo homem, na qual

---

<sup>369</sup>A constituição é tida como a lei quem contém preceitos normativos maiores, e que as demais legislações devem seguir as “regras” contidas nela. Assim, as legislações infraconstitucionais são todas as leis que não estão incluídas diretamente na Constituição, mas que devem segui-la, são normas hierarquicamente inferiores, seu “peso” comparado com a Constituição é em regra de menor medida.

poucos detêm os meios de produção e muitos precisam se submeter às determinações do capital e vender sua força de trabalho para sobreviver materialmente. (PAIVA; JIMENEZ, 2010, p. 279)

Quando historicizamos as legislações educacionais do período imperial e republicano brasileiro, estamos contextualizando esses aparatos e a sociedade que construiu esses preceitos normativos. E que, nesses momentos da história, retirava da etnia negra, inclusive, o direito ao reconhecimento de ser considerado humano. Veja que nos dias atuais, após as lutas do Movimento Negro, apesar de existir ainda uma série de preconceitos raciais que estão presentes na nossa sociedade, o movimento tem ganhado destaque, contudo ainda há uma estigmatização do povo negro, uma série de direitos são ainda negados e retirados desse povo, isso porque, quem os constroem faz parte do capitalismo burocrático que não tem interesse de acabar ou até mesmo diminuir as desigualdades sociais, pois é através dessas contradições que ele sobrevive.

Conforme o art. 3º da CF/88, no que tange a educação antirracista, esta se direciona enquanto direito fundamental no auxílio da promoção para o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como segue:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

**IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.** (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1988). (Grifos Nossos).

Vale salientar que, quando há um estudo crítico dentro de sala de aula sobre as questões éticas, estamos tocando justamente nesse ponto da Constituição que é a tentativa de diminuir essas formas de preconceitos dentro da escola através de ações afirmativas que busquem a promoção da diminuição de preconceitos. Mas, essas leis são resultados de anos de lutas sociais dos sujeitos que por muito tempo foram marginalizados, mais que buscaram táticas para ganharem força a ponto de terem seus direitos reconhecidos nos fundamentos legais constitucionais.

Do mesmo jeito, a CF/88 impõe o “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (...)” (BRASIL, 1988). O dever da União se mostra em elaborar as diretrizes e bases nacionais para que os estados, municípios e Distrito Federal se resguardem com base nessa diretriz em comum a todos. O “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXIV - diretrizes e bases da educação

nacional (...)” (BRASIL, 1988). Esses conceitos como “cidadão”, “cidadania”, “democracia”, entre outros, são apenas nomenclaturas trazidas pelas superestruturas a serviço do capital burguês para escamotear a realidade social de contradições. Para que os indivíduos vivam uma falsa realidade de que são pessoas que fazem parte da classe dominada pensem que são iguais que o grupo burguês que compõe a classe dominante.

Segundo Silva (2007), a partir do período de redemocratização no Brasil, surgiu uma série de reformas curriculares, com variadas teorias pedagógicas que buscavam a superação de uma educação esvaziada de conteúdos dos governos anteriores. E foi nesse momento que surgiu os modelos de currículos científicos, que resgataram as disciplinas tradicionais. Contudo, constatamos que essas reformulações estavam dentro do processo de regulamentação da disciplina de Sociologia e, assim, tivemos a LDB de 1996, e, depois, surgiu uma onda de reformulações curriculares que criaram grupos de discussões, tendo a tarefa de elaborar propostas de conteúdos, diretrizes e princípios para o ensino nas escolas em várias regiões do Brasil, porém partido das visões dos grupos de intelectuais do eixo sul e sudeste.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, elaborada por Darcy Ribeiro, se colocou uma base nacional comum em que municípios, Estados e Distrito Federal deveriam construir seus currículos a partir de uma base nacional. Além disto, entre as disciplinas, estaria a Sociologia ao final do Ensino Médio, conforme disposto no art. 36, inciso III:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:  
(...)  
III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (LDB, 1996).

Contudo, surgiu uma discussão posta através das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), conforme disposto no Parecer CNE/CEB 15/98 e Resolução CNE/CEB 03/98. Apesar de as diretrizes curriculares terem poder de lei, naquele momento elas não confirmaram a Sociologia enquanto disciplina obrigatória, mais que os conteúdos sociológicos deveriam ser abordados de forma interdisciplinar, isto é, dentro de outras disciplinas, nas áreas das Ciências Humanas.

Desse modo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998<sup>370</sup> do ensino fundamental II, que tinha as séries de 5º ao 8º ano (hoje referente às séries finais do 6º ao 9º anos), não

---

<sup>370</sup>Os primeiros Parâmetro Curricular Nacional data de 1997, contudo são direcionados à 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental I (hoje com a nomenclatura de Ensino Fundamentais - séries iniciais) sem qualquer ressalva sobre

aparece nada referente à disciplina de Sociologia. Esse documento tem um caráter mais de orientação da estrutura disciplinar escolar e também para a formação do aluno para o exercício da cidadania burguesa, aos moldes do imperialismo que busca através da educação moldá-los para não reflexão das problemáticas cotidianas. Dessa forma, os docentes deveriam trabalhar as disciplinas de forma interdisciplinar, respeitando as diversidades dentro das instituições de ensino. Vejamos:

Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, s/n.).

Um importante dado trazido pelos PCN's de 1998, é que, de 1960 até 1996, a maior parte das escolas estava nas zonas rurais: “No que se refere ao número de estabelecimentos de ensino, ao todo 195.767, mais de 70% das escolas são rurais, apesar de responderem por apenas 17,5% da demanda de ensino fundamental.” (BRASIL, 1998, p. 26). Conjuntamente, analisemos o quadro abaixo:

**QUADRO 36 - ENSINO FUNDAMENTAL, ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO, BRASIL (1960 A 1996)**

Ano	Total	Dep. Administrativa (%)		Localização (%)	
		Pública	Privada	Urbana	Rural
1960	99.996	88,1	11,9	26,5	69,4
1965	130.178	89,8	10,2	25,6	70,1
1970	154.881	90,9	9,1	22,2	72,2
1975	188.260	93,6	6,4	24,1	75,9
1980	201.926	94,0	6,0	23,1	76,9
1984	191.004	94,6	5,4	22,6	77,4
1991	193.700	93,8	6,2	27,1	72,9
1996	195.767	91,9	8,1	31,5	68,5

Fonte: (BRASIL, 1998, p. 26).

Esse é mais um ponto a ser analisado, tendo em vista que a maior parte das escolas estarem inseridas nas zonas rurais brasileiras. Notamos que, da década de 1960 até a década de 1990, a maior parte das escolas são públicas, setorializadas na zona rural do país. O próprio

---

ensino de Sociologia ou Ciências Sociais. Contudo, traz dados em que demonstram a formação docente, em que a exigência era mínima para as zonas rurais, em que 40% detinham apenas o ensino fundamental. Brasil. 1997, p. 24.

documento ressalta que quase não se sabe sobre a questão juvenil no meio rural. Percebemos, dessa forma, uma lacuna com relação às questões da educação no meio rural que até hoje não foi sanada, apesar de ser reconhecida a sua existência.

A respeito da presença da Sociologia, o que não implicava a obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar, a LDB de 1996, nas disposições gerais da educação básica, impôs diretrizes para a zona rural a serem seguidas:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

O corpo normativo trazido pela LDB de 1996, quis tentar minimizar as desigualdades regionais no Brasil, principalmente no que tangenciam a zona rural. O que de fato não ocorreu tendo em vista o abismo que verificamos no grau de instrução da população rural. Todavia, constatamos que nem a LDB de 1996 e nem as Bases Legais dos PCN's do Ensino Médio de 2000 trouxeram mais nada sobre as problemáticas relativas ao meio rural brasileiro.

Apesar dessas constatações, principalmente ao que se refere às desigualdades rurais e étnicas, o ensino de Sociologia apareceu como possibilidade dentro de um dos temas transversais, Pluralidade Cultural, com a temática "Conhecimentos Sociológicos".

Foi nesse contexto em que tivemos a integração das questões étnicas com os preceitos normativos, por mais que os PCN's não sejam configurados como legislação, eles são um direcionamento que a educação deveria seguir minimamente. Dessa forma, com relação às questões do povo negro marginalizado, após inúmeras lutas do Movimento Negro no Brasil e pós-redemocratização, devido a nossa história ser repleta de preconceitos e discriminações, é que os legisladores entenderam que essa marca de exclusão deveria ser sanada ou minimizada, *a priori*, através de um conjunto de aparato legal que ajudasse na luta contra a discriminação. O resultado foi, o surgimento de um conjunto de preceitos normativos e de, inclusive, legisladores negros no poder que formaram um grupo disposto a batalhar a favor do respeito à diversidade. Foi a partir desse movimento que a educação antirracista se fez presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, que vieram trazer as abordagens referentes às relações étnico-raciais nas escolas com objetivo de contribuir na promoção da diminuição do preconceito e da discriminação racial e o conhecimento no que tange todas as expressões de

matrizes afro e afro-brasileiras. Assim, os PCN's colocam como eixo transversal a pluralidade cultural. Desta forma um dos objetivos dos PCN's de 1998 é:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (...) (BRASIL, 1988).

Observamos que nos PCN's há uma perspectiva inclusiva centrada na diversidade cultural que pode proporcionar a reflexão e vivências acerca do respeito às diferenças e, de certa forma, contribuir na atuação e situações que se percebem injustiças sociais. Porém, será que isto está sendo posto em prática?

Os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio de 2000 já vem dividindo os componentes curriculares por áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Buscando novas abordagens metodológicas e a interdisciplinaridade, essa nova visão foi devido a

(...) necessidade de se elaborar uma proposta que, incorporando os pressupostos acima citados e respeitando o princípio de flexibilidade, orientador da Lei de Diretrizes e Bases, se mostrasse exequível por todos os Estados da Federação, considerando as desigualdades regionais. (BRASIL, 2000, p. 7).

As Bases Legais dos PCN's de 2000 já trazem a divisão em áreas de conhecimento do ensino médio, tendo em vista as desigualdades regionais. A disciplina de Sociologia se encontra na área das Ciências Humanas e Sociais, junto com História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Direito, etc., destaca as Bases Legais de 2000 “Nesta área incluir-se-ão também os estudos de Filosofia e Sociologia *necessários ao exercício da cidadania*, para cumprimento do que manda a letra da lei.” (BRASIL, 2000, p. 93). Essa categoria do ensino de Sociologia para o exercício da cidadania burguesa, já é trazida pelo artigo 36, §1º, inciso III da LDB de 1996 e pela **Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998** que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em seu artigo 10, §2º, alínea “b”. Assim, o ensino de Sociologia dentro do aparato normativo era trazido apenas como algo genérico, sem desenvolver o que o ensino abordaria dentro das categorias sociológicas.

Contudo, os “PCN+ Ensino Médio Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais” (2002) traz reformulações do ensino médio em suas áreas de conhecimento para atualizar e impulsionar uma educação brasileira. Assim, o documento analisa as disciplinas, seus respectivos conceitos, significados, competências e sugestões de eixos nas abordagens do ensino médio.

Analisando os PCN's de 2002, especificamente no componente curricular da Sociologia, o mesmo traz à tona a formação básica do cidadão através de principais conceitos como: cidadania, trabalho, cultura. Categorias estas que devem ser abordadas dentro do ensino de sociologia. Além disto, na Sociologia estão contido os conhecimentos com base na Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia que devem ser refletidos no ensino médio. Desta feita, as competências estão elencadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio e apresentam-se divididas em três campos: representação e comunicação, investigação e compreensão e contextualização sociocultural. Analisemos as competências que cada campo traz consigo:

O primeiro campo, *representação e comunicação*, aponta para as seguintes competências:

- Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.
- Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas.

(...)

No segundo campo, *investigação e compreensão* as competências são:

- Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas” nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
- Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing”, como estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor.
- Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.

(...)

No terceiro campo, *contextualização sociocultural*, as competências são:

- Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica.
- Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos. (BRASIL, 2002, p. 89-91).

Observamos que as competências configuram possibilidades de abordagem de um determinado conteúdo sociológico para entender uma dada realidade social, que se pode articular algo mais particular da própria disciplina ou englobar outras para que assim haja uma dinâmica no processo de ensino-aprendizado.

Ainda o documento traz “Sugestões de organização de eixos temáticos em Sociologia em que deve” vincular-se com os conceitos estruturadores da Sociologia como: cidadania, trabalho e cultura. Esses eixos temáticos apreendem seus temas e subtemas, além de um pequeno resumo com a finalidade da abordagem daquele eixo específico. Analisemos o quadro que segue com base nos eixos temáticos:

**QUADRO 37 - EIXOS TEMÁTICOS DOS PCNS 2002**

<b>Indivíduo e sociedade</b>	
<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
1. As Ciências Sociais e o cotidiano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As relações indivíduo-sociedade</li> <li>• Sociedades, comunidades e grupos.</li> </ul>
2. Sociologia como ciência da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecimento científico versus senso comum</li> <li>• Ciência e educação</li> </ul>
3. As instituições sociais e o processo de socialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Família, escola, Igreja, Justiça</li> <li>• Socialização e outros processos sociais</li> </ul>
4. Mudança social e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As estruturas políticas</li> <li>• Democracia participativa</li> </ul>
<b>Cultura e sociedade</b>	
<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
1. Culturas e sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura e ideologia</li> <li>• Valores culturais brasileiros</li> </ul>
2. Culturas erudita e popular e indústria cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As relações entre cultura erudita e cultura popular</li> <li>• A indústria cultural no Brasil</li> </ul>
3. Cultura e contracultura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações entre educação e cultura</li> <li>• Os movimentos de contracultura</li> </ul>
4. Consumo, alienação e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relações entre consumo e alienação</li> <li>• Conscientização e cidadania</li> </ul>
<b>Trabalho e sociedade</b>	
<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
1. A organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os modos de produção ao longo da história</li> <li>• O trabalho no Brasil</li> </ul>
2. O trabalho e as desigualdades sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As formas de desigualdades</li> <li>• As desigualdades sociais no Brasil</li> </ul>
3. O trabalho e o lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O trabalho nas sociedades utópicas</li> <li>• Trabalho, ócio e lazer na sociedade pós-industrial</li> </ul>
4. Trabalho e mobilidade social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mercado de trabalho, emprego e desemprego</li> <li>• Profissionalização e ascensão social</li> </ul>
<b>Política e sociedade</b>	
<b>Temas</b>	<b>Subtemas</b>
1. Política e relações de poder	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As relações de poder no cotidiano</li> <li>• A importância das ações políticas</li> </ul>
2. Política e Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As diferentes formas do Estado</li> <li>• O Estado brasileiro e os regimes políticos</li> </ul>
3. Política e movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças sociais, reforma e revolução</li> <li>• Movimentos sociais no Brasil</li> </ul>
4. Política e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legitimidade do poder e democracia</li> <li>• Formas de participação e direitos do cidadão</li> </ul>

**Fonte:** (BRASIL, 2002, p. 92-98).

Examinamos no quadro, que os PCN's+ de 2002 trouxeram alguns eixos. Dessa forma, a partir do que foi exposto acima, constatamos a possibilidade da abordagem do ensino da questão da agrária camponesa negra<sup>371</sup>, tendo em vista que a o tema pode compor, inclusive um

<sup>371</sup>Vale aqui ressaltar que em 2003 temos a alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, Lei nº 9.394/96, através da Lei 10.639/03, que tratou da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino Fundamental e Médio. A construção dessa lei foi o modo pelo qual o Movimento Negro impôs que os legisladores reconhecessem a existência do problema social que é a discriminação racial. Contudo, a previsão legal pouco tem alterado a realidade do povo negro, tendo em vista ainda, a escola, é um locus em que o preconceito está arraigado. Ainda em 2004, surgiram as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

dos eixos temáticos supramencionados admitem. Tendo em vista, principalmente que a temática é bastante pertinente no ensino de Sociologia dentro da educação brasileira, povo cuja construção social tem sua formação com a base agrária. A questão camponesa ou rural é trazida apenas na disciplina de Geografia no eixo temático “O homem criador de paisagem/modificar do espaço”, no tema “A paisagem rural”, que tem como subtemas “O meio rural tradicional; O campo e a invasão do capital industrial; Produção agrícola e tecnologia; e Produção agrícola e persistência da fome.” (BRASIL, 2002. p.67), o que torna-se relevante trazer tais temas também para o ensino de Sociologia.

É óbvio que o que é trazido pelos PCNs<sup>+</sup> 2002 são propostas curriculares e que a temática agrária pode compor a estrutura curricular de Sociologia, assim como as outras disciplinas. A nossa indagação é que, por se tratar de uma temática tão importante, tendo em vista a sua relação umbilical com formação territorial, econômico e social do Brasil, esta deveria ter sido, pelo menos, trazida como tema ou subtema na questão sociológica. Observando a questão mais local, micro, o conteúdo sobre a formação do povo negro do campo do município de Sumé-Pb, onde está situado nosso objeto de estudo, pode – e deve – estar contido em todos os eixos.

No ano de 2006, surgiram as “Orientações Curriculares para o Ensino Médio” com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, ampliando, assim, as discussões que os Parâmetros já traziam no seu corpo a análise área por área de conhecimento e suas disciplinas, respectivamente: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (disciplinas: Língua Portuguesa, Artes, Educação Física; Espanhol e Literatura); Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias (Biologia, Física, Matemática e Química); Ciências Humanas e suas Tecnologias (Filosofia, Geografia, História e Sociologia). Dessa forma, o ensino de Sociologia

---

Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, trazendo orientações para a construção de projetos para educação de relações étnico-raciais na construção de políticas públicas que estejam dentro dos currículos escolares que servissem para combater o racismo e as discriminações das comunidades negras no Brasil, determina as diretrizes “Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra.” (BRASIL, 2004). Continuando, temos também o surgimento do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, nesse processo impõe a lei no seu parágrafo 1º “VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.” (BRASIL, 2010). Observa-se que por mais que haja uma gama de legislações formulações leis para o povo marginalizado, nada adianta quando não é posto em prática, quando os construtores dessas legislações fazem parte de uma classe dominante que desconhece a realidade do povo, ou simplesmente instituindo políticas públicas para não darem certo, é só observar a diminuição de estudantes negros ao passo de cada ciclo de ensino, o índice de jovens negros fora das salas de aula do Brasil, o número de indivíduos negros que fazem parte de uma massa que estão à serviço da classe branca. Isso é um sinal que a legislação não está a cargo da classe dominada, mas é apenas uma ferramenta que dá uma falsa noção de cidadania e obtenção de direitos quanto a realidade vai de encontro ao que é proposto do corpo normativo e nada altera de forma positiva a vida da classe marginalizada.

passou a está disposto na Área de Ciências Humanas, junto com as disciplinas Filosofia, Geografia e História. Apesar de se tratarem todas essas disciplinas como da área de conhecimento de Ciências Humanas, as Orientações vão analisar individualmente os objetivos de cada uma delas. Nas Orientações o currículo escolar será elaborado a partir da compreensão dos alunos:

O currículo é a expressão dinâmica do conceito que a escola e o sistema de ensino têm sobre o desenvolvimento dos seus alunos e que se propõe a realizar com e para eles. Portanto, qualquer orientação que se apresente não pode chegar à equipe docente como prescrição quanto ao trabalho a ser feito. (BRASIL, 2006, p.9)

A ideia é que o corpo estudantil contribuía para elaboração das propostas pedagógicas dos componentes curriculares da escola. Percebemos que deve haver uma ressignificação no contexto de cada município e de cada escola, tendo em vista que o currículo parte da realidade local.

E é assim que, em 2004, o MEC, partir das Orientações Curriculares do Ensino Médio, começou a elaborar uma crítica aos PCN's+ - Sociologia e às DCNEM, pontuando novas posições sobre o papel da Sociologia nos currículos do Ensino Médio. Por conseguinte, no dia 7 de julho de 2006, ocorreu a aprovação do Parecer 38/2007, que alterou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, tornado a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias, o que será homologado apenas em 2008.

Contudo, Silva (2007) aponta que um dos problemas do ensino de Sociologia nas escolas é o não compromisso dos cursos de Ciências Sociais com a formação de professores para o Ensino Médio, como, também, o número de profissionais de outras áreas que ministram a disciplina de Sociologia. Assim, o papel da Sociologia na formação dos adolescentes e dos jovens dependerá do tipo de escola de Ensino Médio e de currículo que irá se definir.

Podemos, assim, afirmar que a Sociologia entra nos currículos enquanto disciplina obrigatória quando é sancionada Lei nº. 11.684 de junho de 2008, o que vai fixar a Sociologia nos três anos do Ensino Médio, tanto nas escolas da rede pública como da rede privada.

Conforme foi demonstrado através do próprio arcabouço da legislação, que faz parte da superestrutura do capitalismo, o ensino de Sociologia é marcado pela sua intermitência dentro do currículo nacional de ensino, isto é, há uma descontinuidade na presença do componente curricular enquanto disciplina dentro do ensino brasileiro.

Com a Lei nº 11.684/2008, o ensino de Sociologia, embora, haja um retorno da disciplina enquanto componente obrigatório no ensino médio, seu desmonte vai permanecer ocorrendo, - assim, como a demais disciplinas, principalmente as provenientes das Ciências

Humanas – com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com a Lei nº 13.415/2017 (Lei do Novo Ensino Médio). A carga horária do ensino médio sofre uma grande alteração, constituindo agora em 3.000 horas/aulas, sendo que a carga horária de Sociologia foi redimensionada para 1 aula semanal para cada série do ensino médio. Além disto, ainda há a problemática da construção bibliográfica ainda permanecerem atreladas às realidades centro-sul.

As escolas que tinham sua estrutura voltada aos três turnos do ensino (manhã, tarde ou noite do ensino médio), podendo os estudantes escolher qual turno melhor se encaixava na sua realidade, passaram agora a compor um formato de escolas integrais ditas cidadãs, em que os estudantes devem permanecer dois turnos (manhã e tarde) dentro das unidades escolares para poder cumprir com a carga horária imposta pelas disciplinas obrigatórias e itinerários formativos. Caso o estudante não possa permanecer no ensino integral, composto por dois turnos, o mesmo é direcionado ao turno da noite, no caso a EJA, o que acaba ocasionando um aumento na evasão escolar devido a impossibilidade dos estudantes que moram distante das escolas de ensino médio, principalmente os alunos provenientes da zona rural, se deslocarem para estudarem a noite devido a falta de transporte público ou particular, formando mais uma enorme contradição. Assim, para além das disciplinas, obrigatórias (Português, Matemática, História, Geografia, Biologia, Física, Química, Artes, Filosofia, Sociologia e Educação Física), os alunos passaram a ter os itinerários formativos (aulas “específicas”), teoricamente os estudantes escolhem um itinerário formativo tendo como opções: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas/Sociais e Formação Técnica/Profissional. O que no geral esses itinerários são predefinidos e impostos pelas gerências de ensino de cada Estado, isto é, de acordo com que a classe dominante pré-defina para a classe dominada.

Com essa homologação da BNCC, que se encontra em andamento, as escolas devem se enquadrar a esse modelo neoliberal, através do modelo da pedagogia das competências, que é marcado pelo esvaziamento do caráter político da educação. Assim, organismos ligados ao imperialismo como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), servem para implementar um falso discurso de democracia e igualdade de direitos para todos os ditos “cidadãos” dentro da educação brasileira, isso é visível no texto do próprio PCN’s de Ciências Humanas e suas Tecnologias quando se coloca como 4 pilares o **aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender conviver; e aprender a ser**. Esse discurso falacioso nada mais é do que um enunciado formado por uma classe dominante ligados à organismos internacionais prontos para fazer com que o Brasil não saia da sua condição se semicolônia dos países considerados como pilares do imperialismo mundial. Para que isso ocorra deve

implementar na superestrutura educacional brasileira programas de não reflitam em um ensino classista e luta e resistência contra a dominação neoliberal.

O discurso elaborado para o ensino de Sociologia – assim como os demais componentes curriculares da educação básica – é desenvolver nos estudantes competências e habilidades que estão voltados ao aparato a serviço do sistema capitalista.

A própria BNCC dita como competências “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos)” (BRASIL, 2017, p. 8), já como habilidades coloca que “habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2017, p. 8). Nota-se pelos conceitos de competências e habilidades trazidas pela BNCC estão a serviço do sistema capitalista, preparando não indivíduos capazes que questionar suas relações sociais e as formas de contradições existentes, mas para formar uma massa de trabalhadores hábeis para realizar o serviço imposto pelo imperialismo. Assim, podemos afirmar que, a interferência do imperialismo nos currículos das escolas não se desenvolve de forma direta, mas através da relação dos agentes do imperialismo com a classe dominante, no caso da pesquisa, sobretudo com os latifundiários.

#### 4.2 Estrutura social e educacional sumeense

Ao construirmos um histórico das classes sociais que fizeram e fazem parte da sociedade sumeense, constatamos que uma delas é composta pelos latifundiários e seus filhos que tentam manter e até mesmo aumentar suas suas grandes propriedades agrárias através da expropriação das terras desde o tempo dos povos originários viviam nessas terras. A outra classe é constituída, principalmente, pelo povo trabalhador negro camponês com pouca terra (minifúndio) ou sem terra e que “herdou” pequenas glebas de terras e que, através da sua *força de trabalho*, vivem ali na condição de usufrutuários, cuja produção serve tanto para garantir o seu sustento alimentar como para pagar aos latifundiários pela sua permanência nas glebas (semifeudalidade).

A estrutura latifundiária contribui para a formação da economia monocultora e agroexportadora e, em contrapartida, os minifúndios são responsáveis por uma economia voltada ao trabalho familiar e que foram responsáveis pela movimentação da economia local e não mesmo importante, inclusive, nos dias de hoje. Mesmo que a população urbana em todo Brasil venha aumentando gradativamente e, por consequência, a rural diminuindo, no caso de

Sumé, grande parte dos seus habitantes que reside na sede possui uma gleba de terra que é usada como fonte de sustento alternativo. Fato que muitos não detêm a propriedade da terra e ainda vivem em condições semifeudais, em que devem pagar para poderem permanecer nas terras. Esse pagamento é ainda realizado através da concessão de alimentos produzidos pelos camponeses ou até cedendo parte das criações.

No que diz respeito à oferta da educação escolar para a classe trabalhadora, identificamos que grande parte das escolas do município em estudo se concentra na sede administrativa, sendo que as duas únicas que comportam o Ensino Médio (uma pública e outra particular) estão na cidade, o que faz com que os habitantes/estudantes da zona rural se desloquem quilômetros para poderem ter acesso à educação.

Ainda no que diz respeito à estrutura social, a análise dos dados dos Censos do IBGE nos revela muitas distorções como, por exemplo, o número de habitantes diferente do correspondente a autodeclaração da raça/cor, tendo em vista que muitas pessoas que se autodeclaravam brancas eram, na realidade, pardas e outras que se declararem pardas eram negras – como ainda hoje isso ocorre – o que dificulta um pouco na construção de resultados fidedignos com a realidade social estudada. Contudo, usamos esses dados como fontes de pesquisa relevantes para entendermos os números tanto com relação à raça/cor quanto de pessoas alfabetizadas da população brasileira, paraibana e, principalmente, sumeense. Apesar das distorções dos números, os dados ainda são relativamente condizentes com a realidade social quando cruzados com outras fontes e estudos bibliográficos. Ou seja, é nosso objetivo, nesse momento da quarta seção, realizarmos um estudo da estrutura social da população sumeense correlacionando-a com a sua estrutura educacional escolar.

Isso por que sabemos que a educação, como parte da superestrutura do capitalismo, serve como seu instrumento, consolidando da classe dominante, que recebe uma educação voltada à administração e a manter as terras de seus ascendentes, e dominando a classe trabalhadora que quando começa a receber uma espécie de educação será voltada para mantê-la enquanto subserviente das demandas capitalistas. Essa classe trabalhadora, que compõe a *força de trabalho* no meio agrário, será, em sua maioria, negra, mesmo no pós-abolição. Vejamos:

**QUADRO 38 - CENSO DEMOGRÁFICO PARAHYBA E ALAGOA DO MONTEIRO-PB (1890)**

COR/RAÇA	PARAHYBA	ALAGOA DO MONTEIRO
Branços	214.432	5.931
Pretos	32.358	1.004
Caboclos	48.725	2.367
Mestiços	161.796	2.469
Total	<b>457.311</b>	<b>11.771</b>

Fonte: Censo 1890. Elaborado pela autora do texto.

Observamos que, mesmo que haja nesse Censo uma tentativa de diversificar a etnia do povo para mascarar a história da escravidão no Brasil, é possível dizer que na Parahyba existiam 214.432 pessoas brancas e 242.879 pessoas pretas, caboclas e mestiças, fruto da miscigenação. O mesmo ocorreu com o município de Alagôa do Monteiro, território do qual São Thomé (Sumé) fez parte até 1951, onde constatamos a existência de 5.931 pessoas brancas e 5.840 pessoas pretas, caboclas e mestiças. O Censo demográfico de 1900 já não se preocupou em demonstrar a raça/cor dos habitantes locais do Brasil em seus Estados e municípios, mas apenas o gênero. Mas, podemos analisar um quadro geral referente à estrutura social étnica das pessoas que compunham a sociedade paraibana entre os anos de 1940 e 2010. Notemos:

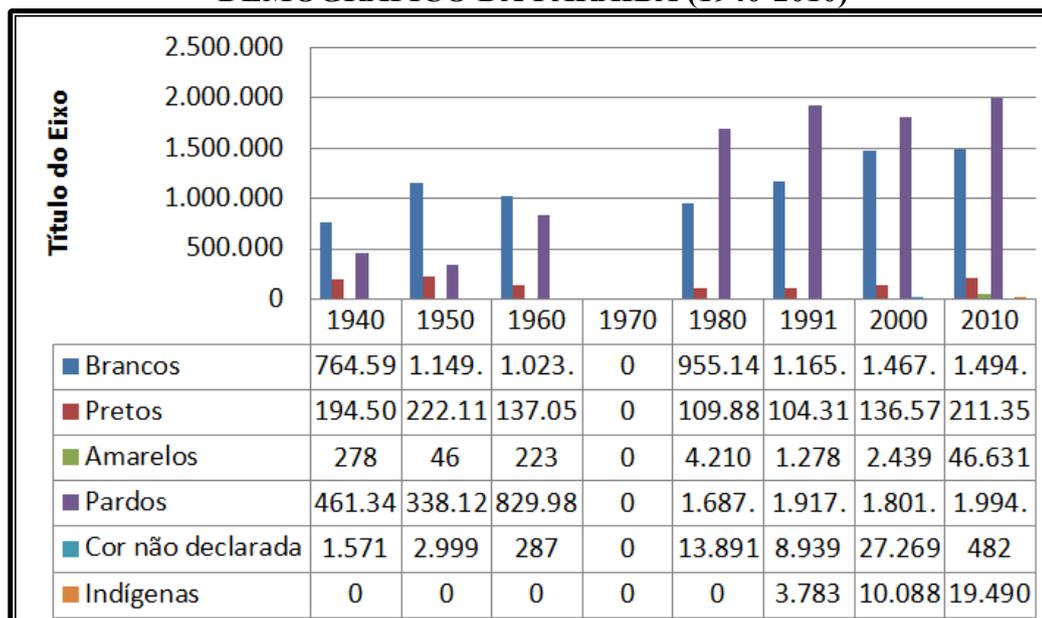
**QUADRO 39 - POPULAÇÃO ESTADO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR (1940-2010)**

Ano	Branços	Pretos	Amarelos	Pardos	Cor não declarada	Indígenas
1940	764.592	194.501	278	461.340	1.571	-
1950	1.149.981	222.113	46	338.120	2.999	-
1960	1.023.594	137.056	223	829.985	287	-
1970	-	-	-	-	-	-
1980	955.146	109.885	4.210	1.687.214	13.891	-
1991	1.165.165	104.316	1.278	1.917.843	8.939	3.783
2000	1.467.260	136.577	2.439	1.801.161	27.269	10.088
2010	1.494.248	211.359	46.631	1.994.319	482	19.490

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora do texto.

Esse quadro que apresenta os Censos Demográficos por raça/cor da população da Paraíba, entre os anos de 1940 e 2010, demonstra que o quantitativo de pessoas pardas aumentava a cada ano, isso quer dizer que até hoje há o predomínio da miscigenação do povo brasileiro em que prevalece o fenótipo negro. Analisemos:

**GRÁFICO 05 - PREDOMINÂNCIA DO FENÓTIPO PARDO NOS CENSOS DEMOGRÁFICO DA PARAÍBA (1940-2010)**



**Fonte:** Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 2010. Gráfico elaborado pela autora do texto.

Vemos que, no decorrer dos citados anos, a cor parda só aumentou e ultrapassou a cor branca, mesmo com uma parcela da sociedade parda se declarando como branca ou pretos se declarando pardos. Desta feita, podemos concluir que a Paraíba é um Estado brasileiro composto por mais da metade da sua população negra.

Com relação à raça/cor da população de Sumé, não foram encontrados os dados de alguns Censos, entre os anos de 1940 e 2010, para analisarmos a sua composição social étnica desse período. O que conseguimos encontrar de início foi apenas os dados da estrutura social referente à etnia dos habitantes do município de Monteiro, entre os anos de 1940 e 1950, e, como o território de Sumé fazia parte desse município, podemos concluir que tais dados também abrangem a sua população. Vejamos:

**QUADRO 40 - POPULAÇÃO POR RAÇA/COR DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB (1940-1950)**

COR/RAÇA	1940	1950
Branco	25.866	41.106
Pretos	5.350	4.026
Amarelos	36	1
Pardos	13.727	8.400
Cor não declarada	6	-
<b>TOTAL</b>	<b>44.985</b>	<b>53.641</b>

**Fonte:** Censos Demográficos 1940 e 1950. Elaborado pela autora do texto.

Ao somarmos os números da população do Estado da Paraíba do Censo de 1940, dispostos no Quadro 39, vemos que eles totalizam 1.422.282 pessoas. Destas, 44.985 estavam no município de Monteiro, como posto no Quadro 40, sendo distribuídos entre cor/raça da seguinte maneira: 25.866 brancos; e 19.113 pretos, amarelos, pardos e não declarados. Ou seja, apesar da maioria dos habitantes região de Monteiro se autodeclarar branca em 1940, 42,5% aparecem como não brancos.

Já a soma dos números da população do Estado da Paraíba do Censo de 1950, dispostos no Quadro 39, totalizam 1.713.259 pessoas. Destas, 53.641 pertenciam ao município de Monteiro, como posto no Quadro 40, sendo distribuídos entre cor/raça da seguinte maneira: 41.106 brancos; e 12.427 pretos, amarelos e pardos. Ou seja, apesar da maioria dos habitantes região de Monteiro se autodeclarar branca em 1950, 23,3% aparecem como não brancos.

Vale salientar que o Censo de 1940 traz dados que informam que a Paraíba detinha uma área de 3.548.285 há e que a atividade econômica principal era a agricultura e a pecuária, com um número de 403.082 pessoas trabalhando nesse ramo.

**QUADRO 41 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS  
DISTRIBUÍDA PELA MODALIDADE DA EXPLORAÇÃO, SEGUNDO OS  
MUNICÍPIOS**

LOCAL	TOTAL (ha)	Agricultura		Agropecuária		Pecuária		Outras modalidad e de exploraçã o
		Em grande escala	Em pequena escala	Em grande escala	Em pequena escala	Em grande escala	Em pequena escala	
Paraíba	3.548.285	64.964	610.233	119.702	2.106.459	610.063	21.067	15.797
Monteiro	315.458	(X)	(X)	8.745	158.721	73.875	1.016	1.345

**Fonte:** Censo 1940, p. 232.

Observa-se no quadro acima que em Monteiro a modalidade de atividade econômica relativa a agricultura não demonstra dados, contudo relativo a agropecuária temos que a produção em grande escala é de 8.745 ha, já em pequena escala 158.721 ha, observando a pecuária a produção em grande escala é de 73.873 ha e em pequena escala é de 1.016 ha no território de Monteiro, em que Sumé fazia parte nesse período. Analisa-se que a produção relativa a agropecuária foi maior na pequena escala, 158.721 hectares são direcionados a uma produção em pequena escala, isto é, de pequenos produtores rurais da região assim com dita o próprio Censo (1940, XXVIII) “... da exploração agropecuária e exercidas em pequena escala, com o fim principal de abastecer o próprio estabelecimento.”

**QUADRO 42 – PESSOAS POR ATIVIDADE ECONOMICA PRINCIPAL NA PARAÍBA E EM MONTEIRO (1950)**

Local	Total	Agricultura, pecuária e silvicultura	Indústria extrativista	Indústria de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis, etc
Paraíba	1.181.967	404.015	3.958	32.676	19.670	647
Monteiro	37.536	14.602	153	241	294	12

Fonte: Censo 1950, p. 72.

O Censo de 1950 também coloca a agricultura, a pecuária e a silvicultura como atividades principais tanto no Estado da Paraíba quanto no município de Monteiro. Assim temos um total de 37.536 pessoas analisadas em Monteiro, sendo que destas a maioria tinha como atividade principal a agricultura, pecuária ou silvicultura 14.602 pessoas faziam parte dessa atividade.

Dos dados populacionais dos anos 1940 e 1950, importa-nos, sobretudo, destacar que o município de Monteiro, do qual Sumé fazia parte, apresentava uma significativa população negra que era a classe trabalhadora. Vale salientar ainda que, como se tratava de autodeclaração, é possível que, dentro do contingente de pessoas brancas, pudessem estar um número de pessoas pardas, negras, amarelas etc., que não se declaravam negras.

Ao buscarmos conhecer o acesso que essa população de Monteiro-PB tinha à educação escolar a partir dos dados dispostos nesses Censos Demográficos de 1940 e 1950, primeiro conseguimos obter as informações da instrução da população da Paraíba de acordo com a raça/cor e que se encontram no quadro que segue. Vejamos:

**QUADRO 43 - INSTRUÇÃO POR RAÇA/COR DA POPULAÇÃO DA PARAÍBA (1940)**

Instrução	Branco	Pretos	Amarelos	Pardos e de cor não declarada	Pardos	Cor não declarada	Total
Sabem ler e escrever	176.159	15.668	48	54.351	-	-	246.226
Não sabem ler nem escrever	456.560	149.073	195	329.793	-	-	1.174.533
De instrução não declarada	699	169	1	654	-	-	1.523

Fonte: Censo 1940, p. 16. Elaborado pela autora do texto.

De acordo com o Censo de 1940, existia 1.422.282 habitantes paraibanos e destes, apenas, 246.226 pessoas sabiam ler e escrever, 1.174.533 não sabiam ler e escrever e 1.523 não

tinham instrução declarada. No que diz respeito à raça/cor das 246.226 pessoas que sabiam ler e escrever, elas estavam distribuídas da seguinte maneira: 176.159 brancas; 15.668 pretas; 48 amarelas; e 54.351 pardos e de cor não declarada. Passando para analisar as 1.174.533 pessoas que não sabiam ler nem escrever temos: 456.560 brancas; 149.073 pretas; 195 amarelas; e 329.793 pardas e de cor não declarada. Por fim, temos 1.523 pessoas de instrução não declarada, sendo: 699 brancas; 169 pretas; 1 amarela; e 654 pardas e de cor não declarada. Ou seja, temos aqui um número alarmante de pessoas analfabetas na Paraíba, pois do total de 1.422.282 habitantes, apenas 246.226 sabiam ler e escrever e 1.176.056 eram analfabetas ou não sabiam sua instrução, isto é, temos 82,6% da população paraibana constituída de analfabetos, grande maioria fazendo parte da classe trabalhadora.

Mas, diante do exposto, cabe a pergunta: o que era saber ler e escrever entre 1940 e 1950? Os próprios Censos Demográficos relatam que “entendem-se que são as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, em um idioma qualquer, não sendo, assim, consideradas aquelas que apenas assinassem o próprio nome.” (BRASIL, 1950, p. XVI). Outra questão a ser considerada é que o próprio Censo informa a dificuldade na obtenção dos dados devido às consecutivas reformas na educação brasileira, além da diversidade de cursos de grau elementar e extensão dos currículos, o que contribuiu para que ficasse a critério do informante caracterizar o seu grau de instrução devido a própria pessoa pesquisada não saber interpretar a pergunta.

No que diz respeito aos dados da instrução da população da Paraíba de acordo com a raça/cor dispostos no Censo Demográfico 1950, temos o seguinte resultado:

**QUADRO 44 - INSTRUÇÃO POR RAÇA/COR DA POPULAÇÃO DA PARAÍBA (1950)**

Instrução	Brancos	Pretos	Amarelos	Pardos e de cor não declarada	Pardos	Cor não declarada	Total
Sabem ler e escrever	286.099	23.378	10	-	52.041	581	361.109
Não sabem ler nem escrever	661.966	165.526	29	-	230.798	1.859	1.060.178
De instrução não declarada	1.566	318	-	-	390	67	2.341

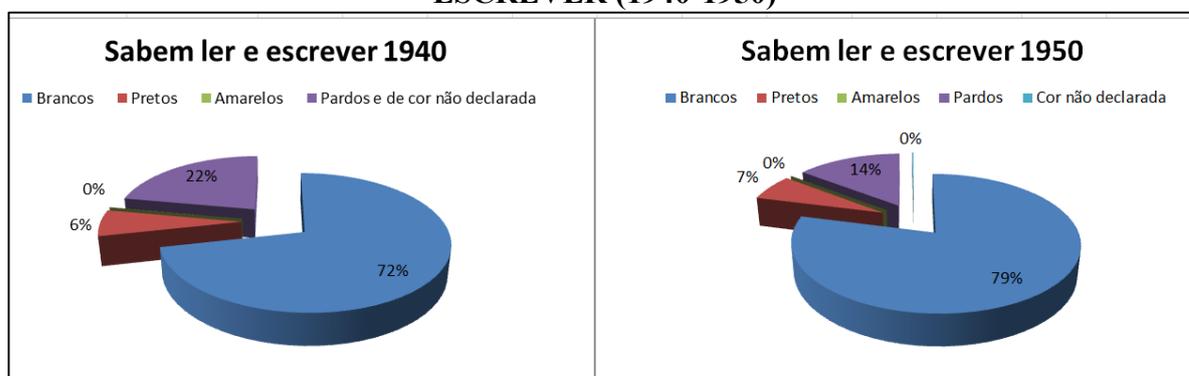
Fonte: Censo 1950, p. 20. Elaborado pela autora do texto.

Segundo o Censo de 1950, a Paraíba possuía 1.713.259 habitantes, foram retirados os dados de 1.423.628 habitantes, dos quais apenas, 361.109 sabiam ler e escrever, sendo: 286.099 brancos; 23.378 pretos; 10 amarelos; 52.041 pardos; e 581 de cor não declarada. Do total da população paraibana, 1.060.178 pessoas não sabiam ler nem escrever: 661.966 brancas;

165.526 pretas; 29 amarelas; 230.798 pardas; e 1.859 as cor não declarada. Esse Censo ainda apresenta o número de habitantes de instrução não declarada: 1.566 brancas; 318 pretas; 390 pardas; e 67 de cor não declarada. Entre as pessoas analfabetas e de instrução não declarada temos o total de 1.062.591 paraibanos, isto significa que 74,6% da população na Paraíba era constituída de analfabetos.

Uma análise desses dados nos revela que não podemos dizer que as pessoas brancas e as pessoas negras da Paraíba estavam no mesmo grau de instrução escolar, considerando, inclusive, que a distância entre elas podia ser bem maior, já que devemos levar em conta, primeiro, que os dados registrados devem ser conjecturados envoltos a problemática eugenista da época que propagandeava o branqueamento no povo brasileiro e, segundo, em decorrência dessa situação, que a autodeclaração fazia com que as pessoas negras se declarassem ao Censo buscando uma aproximação à cor branca e, portando, se distanciando da cor preta. Situação que fez com que os registros desses Censos se destoassem da realidade. De todo modo, apresentamos a seguir esses dados em forma de gráficos para que possamos compreender melhor a situação da instrução escolar da população paraibana naqueles anos. Vejamos:

#### GRÁFICO 06 - POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR QUE SABIA LER E ESCREVER (1940-1950)

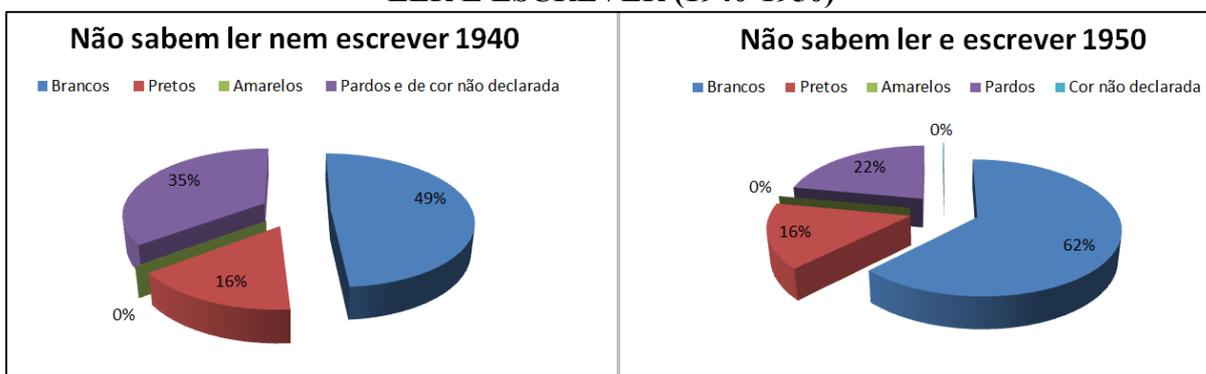


Fonte: Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 1950. Elaborado pela autora do texto.

A composição do gráfico mostra o quantitativo de pessoas por sua cor/etnia do Estado da Paraíba que sabia ler e escrever a partir de um comparativo dos dados dos Censos de 1940 e 1950. Assim, no quadro de 1940, do total de pessoas que sabia ler e escrever (246.226), o quantitativo era maior entre as pessoas brancas, cerca de 72%, já as pretas eram apenas 6% e pardas 22%. Já no quadro de 1950, observamos que do total dos que sabia ler e escrever (361.109), o quantitativo de pessoas brancas que se elevou para 79% e o de pessoas pretas para apenas 7%, enquanto que o de pessoas pardas diminuiu para 14%.

Vejamos agora os dados referentes às pessoas que não sabiam ler e escrever:

### GRÁFICO 07 - POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR QUE NÃO SABIA LER E ESCREVER (1940-1950)

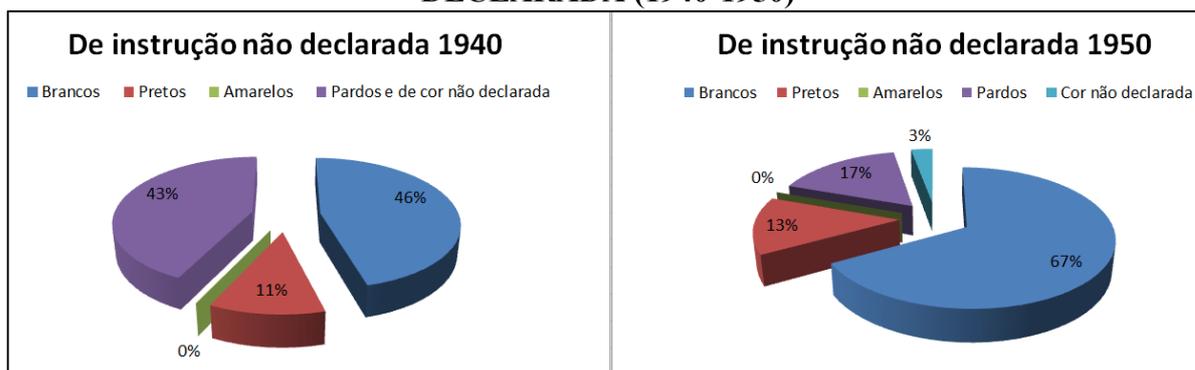


Fonte: Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 1950. Elaborado pela autora do texto.

Analisando o gráfico acima, temos que, em 1940, das pessoas que não sabiam ler e escrever (1.174.533), 49% eram brancas, 16% eram pretas e 35% eram pardos e de cor não declarada, estes dois últimos chegando a um quantitativo de 51% da população paraibana. Já com relação a 1950, do total dos que não sabiam ler e escrever (1.060.178), 62% era brancas, 16% pretas e 22% pardas. Ou seja, estes dois últimos juntos compunham 38% da população não branca. Dessa forma, podemos concluir que, quando se trata de falta de instrução escolar dentro da população da Paraíba, o número de pessoas pretas, pardas e amarelas.

Passemos agora os dados referentes às pessoas de instrução não declarada:

### GRÁFICO 08 - POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR DE INSTRUÇÃO NÃO DECLARADA (1940-1950)



Fonte: Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 1950. Elaborado pela autora do texto.

Os Censos de 1940 e 1950 não deixam claro o que era a “instrução não declarada”, simplesmente dita que “A classificação básica, do ponto de vista da instrução, divide a população de fato em três grandes grupos: o dos que sabem ler e escrever, o dos que não o sabem e o dos que não deram resposta ao respectivo quesito.” (BRASIL, 1940, p. XVII). O que podemos entender que o de “instrução não declarada” foram as pessoas que não souberam

responder ao requisito referente o seu grau de instrução. Assim, os dados obtidos foram que, do total dos de instrução não declarada – que não tinham ou sabiam sua instrução na Paraíba (1.523) de 1940, 46% eram brancas, 11% eram pretas e 43% eram pardas e de cor não declarada. O que não difere muito, proporcionalmente, dos números quando passamos para o Censo de 1950, quando então vemos que do total dos de instrução não declarada – que não tinham ou sabiam sua instrução na Paraíba (2.341), 67% eram branca, 13% eram pretas, 17% eram pardas e 3% eram amarelas. Ou seja, 33% das pessoas não sabiam sua instrução eram constituídas por indivíduos não brancos.

Os recenseamentos de 1940 e 1950 também trazem os dados referentes à instrução escolar em todos os seus níveis (elementar, médio e superior) da população da Paraíba, entre 5 e 39 anos de idade, podendo, assim, nos oferecer um perfil etário por raça/cor. Vejamos essas informações no quadro a seguir:

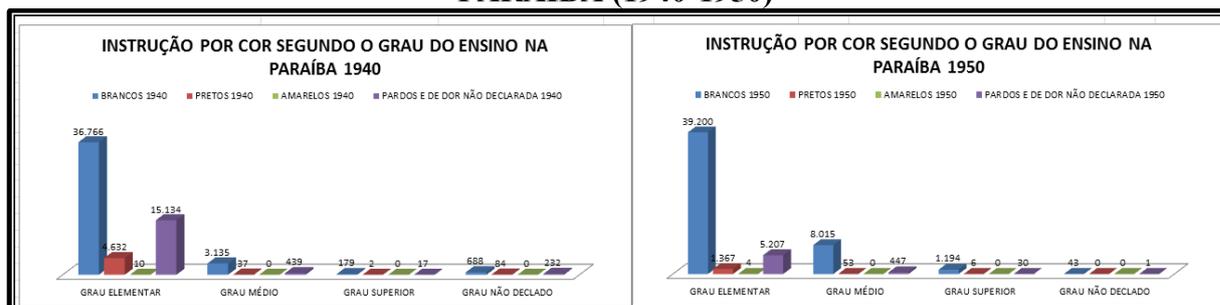
**QUADRO 45 - POPULAÇÃO DA PARAÍBA POR RAÇA/COR DE 5 A 39 ANOS QUE RECEBEU INSTRUÇÃO SEGUNDO O GRAU DO ENSINO (1940-1950)**

GRAU DO ENSINO	BRANCOS		PRETOS		AMARELOS		PARDOS E DE DOR NÃO DECLARADA	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Grau elementar	36.766	39.200	4.632	1.367	10	4	15.134	5.207
Grau médio	3.135	8.015	37	53	-	-	439	447
Grau superior	179	1.194	2	6	-	-	17	30
Grau não declarado	688	43	84	-	-	-	232	1
Totais	40.768	48.452	4.755	1.426	10	4	15.822	5.685

Fonte: Censos de 1940, p. 18; Censo 1950, p. 24. Elaborado pela autora do texto.

Para uma melhor compreensão, apresentamos esses números que dizem respeito à população da Paraíba a partir de sua raça/cor e o seu respectivo nível de instrução, no gráfico que segue:

**GRÁFICO 09 - INSTRUÇÃO POR RAÇA/COR SEGUNDO O GRAU DO ENSINO NA PARAÍBA (1940-1950)**



Fonte: Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 1950. Elaborado pela autora do texto.

Analisando os dados dos Censos demográficos de 1940 e 1950, relativos à raça/cor e o grau de instrução, concluímos que quanto mais clara era a cor da pele da pessoa, maior era o seu grau de instrução. Em contrapartida, os “não brancos”, isto é, os pretos, amarelos, pardos e de cor não declarada, tinham graus de instrução bem baixa, se comparado com a população branca da sociedade paraibana.

Uma vez apresentadas as informações da instrução da população da Paraíba, de acordo com a raça/cor, presentes nos Censos Demográficos de 1940 e 1950, veremos, especificamente, o acesso que essa população de Monteiro-PB, que incluía a de Sumé-PB, tinha à educação escolar naqueles mesmos anos. Nesse sentido, temos o resultado a seguir:

**QUADRO 46 – INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 5 ANOS DE MONTEIRO-PB (1940-1950)**

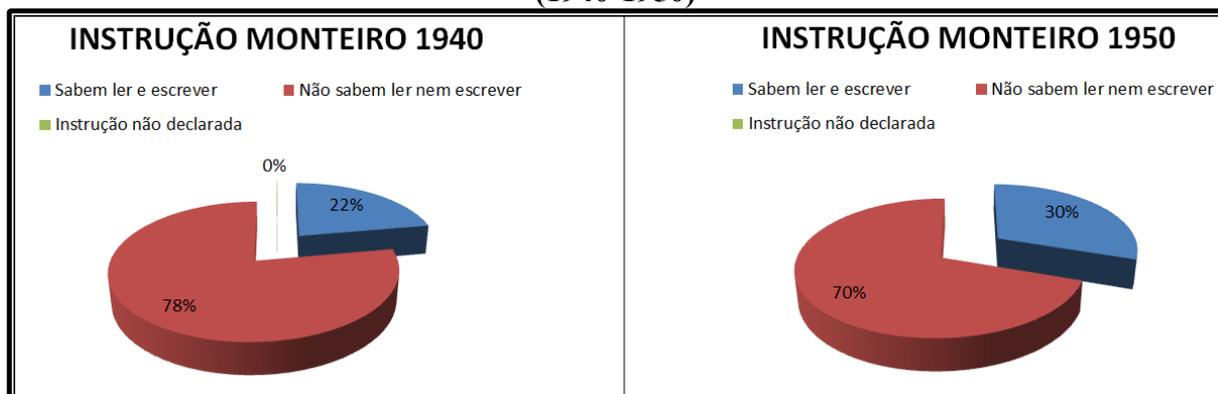
INSTRUÇÃO	1940	1950
Sabem ler e escrever	8.333	13.586
Não sabem ler nem escrever	29.191	31.376
Instrução não declarada	21	-

**Fonte:** Censo 1940 e 1950. Elaborado pela autora do texto.

Importante lembrarmos que a população total do município de Monteiro-PB em 1940 era de 44.985 habitantes (Ver Quadro 40), porém foram analisadas 37.545 habitantes, dos quais apenas 8.333 sabiam ler e escrever, 29.191 não sabiam ler nem escrever e 21 eram de instrução não declarada. Como podemos observar, o grau de instrução daquela sociedade era muito baixo nos anos de 1940. Já o Censo de 1950 diz que Monteiro tinha uma população de 53.641 habitantes (Ver Quadro 40), sendo que a análise do censo foi feito com 44.962 pessoas, 13.586 sabiam ler e escrever, 31.376 não sabiam nem ler e escrever e os de instrução não declarada o Censo não informa.

A seguir apresentamos esses dados em forma de gráficos para que possamos compreender melhor a situação da instrução escolar da população de Monteiro-PB naqueles anos. Vejamos:

### GRÁFICO 10 – POPULAÇÃO DE MONTEIRO-PB E SEU GRAU DE INSTRUÇÃO (1940-1950)



Fonte: Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 1950. Elaborado pela autora do texto.

Os dados do Censo de 1940 informam que a população de Monteiro chegava a 44.985 habitantes, mas apenas 22% sabiam ler e escrever e 78% não sabiam nem ler e escrever, o de instrução não declarada correspondeu a 0,05%. Já em 1950, em que a população de Monteiro chegava a 53.641, em que um percentual de 30% sabia ler e 70% que não sabia nem ler e escrever, não havendo dados para compor os números de pessoas de instrução não declarada. O que podemos observar é que o número de pessoas analfabetas entre os anos de 1940 e 1950 diminuiu, não sendo um decréscimo considerável, mas de apenas 8% da população deixou de ser analfabeta. Já as pessoas que sabiam ler e escrever teve também um aumento de 8%. Devemos aqui salientar que o grupo que ainda predominava nas escolas em todo o Brasil eram os filhos e filhas das classes dominantes, assim, esse crescimento não pode ser dito que toda a população estava obtendo acesso a educação.

Os recenseamentos de 1940 e 1950 também trazem os dados referentes à instrução escolar em todos os seus níveis (elementar, médio e superior) da população de Monteiro-PB, acima de 10 anos de idade, porém não os descrevendo por raça/cor. Vejamos as informações possíveis no quadro a seguir:

#### QUADRO 47 - POPULAÇÃO DE MONTEIRO-PB ACIMA DE 10 ANOS QUE RECEBEU INSTRUÇÃO SEGUNDO O GRAU DE ENSINO (1940-1950)

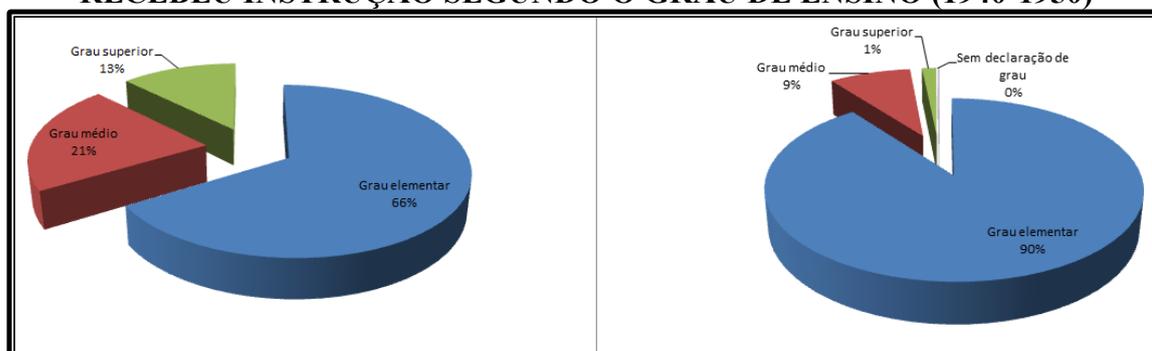
GRAU DE ENSINO	1940	1950
Grau elementar	106	1.072
Grau médio	34	103
Grau superior	20	18
Sem declaração de grau	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>160</b>	<b>1.194</b>

Fonte: Censo 1940 e 1950. Elaborado pela autora do texto.

Da população total de Monteiro-PB (44.985) em 1940, apenas 160 pessoas haviam recebido instrução escolar, das quais 106 só cursaram o grau elementar, 34 o grau médio e 20 o grau superior. Quando observamos a situação a partir do Censo de 1950, constatamos que, da população total do município (53.641), 1.194 pessoas haviam recebido instrução escolar, destes 1.072 possuíam o grau elementar, 103 o grau médio e 18 o ensino superior. Quando comparamos os dados, constatamos que, em dez anos, houve um considerável aumento de 106 para 1.072 pessoas que passaram a possuir o grau elementar; ocorrendo um pequeno acréscimo de 34 para 103 pessoas que obtiveram o grau médio; e um decréscimo de 20 para 18 pessoas que alcançaram o grau superior.

Do exposto tiramos duas conclusões: primeiro, o acréscimo no número daqueles que tiveram acesso ao grau elementar tem a ver com a política educacional de Estado que passou a se ofertar naquele município, assim como no Brasil, uma escolarização com vistas aos interesses das classes dominantes, uma vez que, por exemplo, para ser eleitor a pessoa deveria ser alfabetizada<sup>372</sup>; segundo, que só que cursava o grau médio e, sobretudo o grau superior eram àqueles que o sistema permitia, isto é, os filhos da classe dominante. Essa realidade pode ser melhor explicada a partir do gráfico seguinte:

**GRÁFICO 11 – POPULAÇÃO DE MONTEIRO-PB ACIMA DE 10 ANOS QUE RECEBEU INSTRUÇÃO SEGUNDO O GRAU DE ENSINO (1940-1950)**



**Fonte:** Censos Demográficos da Paraíba de 1940 a 1950. Elaborado pela autora do texto.

A porcentagem de pessoas que tinham instrução elementar completa, de 1940 a 1950, aumentou entre os censos, enquanto o 2º grau e superior diminuíram. O nível mais baixo, que era o grau elementar, chegou, em 1940, a 66% da população e aumentou 90% em 1950, enquanto o grau médio, em 1940, obteve 21% da população e, no Censo seguinte, em 1950,

<sup>372</sup> Como já foi dito nessa seção, vigorava neste momento a Reforma Capanema e o Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que tratava, inclusive, do ensino agrícola, em que predominava a profissionalização de trabalhadores na área rural do país.

chegou a apenas 9%. Por fim, o ensino superior, em 1940, chegou a 13% da população monteirense e teve um decréscimo, chegando a 0% em 1950.

Pelos quadros dos Censos de 1940 e 1950, percebemos que em todos os graus de ensino, das pessoas pesquisadas, as de cor branca tinham o grau mais elevado de instrução. Isso porque, a educação, como parte de uma superestrutura do capital, sempre esteve voltada aos interesses das classes dominantes, seja ofertando um ensino precário à classe trabalhadora, seja formando os seus filhos em cursos superiores para continuarem controlando o sistema capitalista. O que constatamos é que, quanto maior for o grau de ensino, principalmente o superior, menos pessoas negras, amarelas e pardas irão alcançar esse nível de instrução.

No Censo de 1960<sup>373</sup> começaram a aparecer os dados da sociedade do município de Sumé-PB, tendo em vista que o mesmo já havia sido elevado a município em 1951. Assim, nele aparecem às primeiras informações, inclusive, em relação à instrução dos habitantes do território, como posto a seguir:

#### **QUADRO 48 – INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO ACIMA DE 5 ANOS DE SUMÉ-PB (1960)**

INSTRUÇÃO	Nº
Sabem ler e escrever	3.539
Estudantes	1.606
<b>TOTAL</b>	<b>9.927</b>

**Fonte:** Censo 1960. Elaborado pela autora do texto.

De acordo com o Censo de 1960, a população do município de Sumé era de 11.702 habitantes<sup>374</sup>, foram recolhidos os dados sobre o grau de instrução apenas de 9.927 pessoas, das quais apenas 3.539 sabiam ler e escrever. Porém, o Censo não informa o grau de instrução dessas pessoas pesquisadas e o quantitativo de pessoas não alfabetizadas, apenas constata que 1.606 eram estudantes. Mas se somamos as pessoas que sabiam ler e escrever com o numero de estudantes (tendo ainda em vista que o censo não informa se essas 1.606 estudantes estão entre os que sabiam ler e escrever) temos um total de cerca de 5.145 pessoas que sabiam ler ou escrever ou eram estudantes, isto significa que cerca de 4.782 pessoas eram analfabetas em

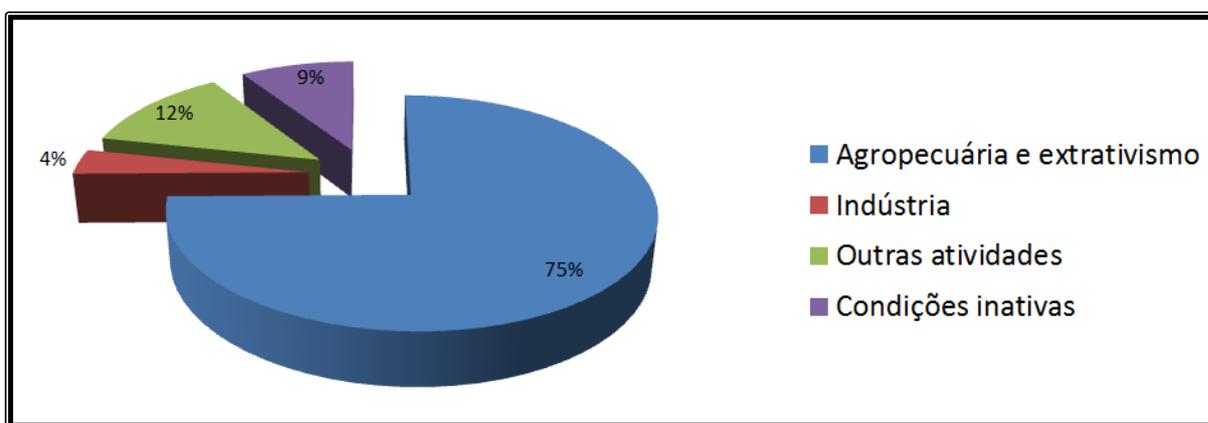
<sup>373</sup> Para o Censo (IBGE) de 1960, foram consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de escreverem e lerem um simples bilhete ou que soubessem assinar seu nome completo. Importante informar que não existia um padrão de análise nos Censos Demográficos da instrução da sociedade brasileira.

<sup>374</sup> Vale salientar que a população da Paraíba, segundo o Censo de 1960, era de 1.991.145, destes 695.232 fazia parte da população urbana e 1.295.913 da população rural. Foram analisados os dados de 589.354 pessoas que faziam parte da população urbana da Paraíba, sendo que destas 319.689 não tinham e nem sabiam declaração do grau de instrução. Dos habitantes da zona rural da Paraíba foram colhidos os dados de 1.087.813, destes 851.082 não tinham e nem sabiam declarar seu grau de instrução.

Sumé, podendo esse número ser superior tendo em vista que a população total era maior e o censo deixa esses dados lacunosos.

Vale salientar que, apesar do Brasil ter passado por um processo de industrialização e urbanização desde 1950, se acentuando nas décadas de 1960 e 1970, em Sumé, o Censo de 1960 revela que, das 11.702 pessoas existentes no seu território, 8.751 faziam parte dos que trabalhavam em atividades relativas a agropecuária e ao extrativismo, 426 faziam parte das atividades industriais, 1.453 de outras atividades e 1.072 de condições inativas. Analisemos:

### GRÁFICO 12 – ATIVIDADES ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1960)



Fonte: Censo Demográfico da Paraíba de 1960. Elaborado pela autora do texto.

O Censo de 1960 entende que o ramo “Outras atividades” compreende: comércio de imóveis e valores mobiliários créditos, seguros e capitalização; profissões liberais; atividades não compreendidas nos demais ramos ou mal definidas ou não declaradas que constituíam ramos isolados. Já por “Condições inativas” o Censo de 1960 considera as pessoas não economicamente ativas. Dessa forma, 75% das pessoas do município de Sumé participavam da atividade econômica voltada a agricultura; enquanto 12% de outras atividades; 9% de condições inativas; e 4% de atividades industriais. Observa-se que um quantitativo maior de trabalhadores de campo que forma a classe trabalhadora que menos tem escolarização, e quando existe essa escolarização, vai está a serviço do imperialismo para a formação apenas de uma classe dominada que é ofertado a instrução para saber ler e escrever, que nesse momento significava saber assinar o nome para servi os mandos o capitalismo.

Para o Censo de 1970<sup>375</sup>, o município de Sumé tinha uma população de 15.532 habitantes (englobando Sumé, Amparo e Pio X).<sup>376</sup> Sem contabilizar os habitantes de seus distritos, vemos que o território de Sumé tinha 12.116 habitantes, dos quais 4.898 compunham os habitantes da zona urbana e 7.218 eram os da zona rural. No que diz respeito ao grau de instrução da população, esse Censo o informa de inúmeras formas, sendo uma delas o grau de curso completo de cada habitante. Vejamos:

**QUADRO 49 - POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1970)**

GRAU CURSO COMPLETO	1970
Grau elementar	695
Grau médio - I Ciclo	70
Grau médio - II Ciclo	14
Grau superior	4
Sem declaração de grau	-
<b>TOTAL</b>	<b>783</b>

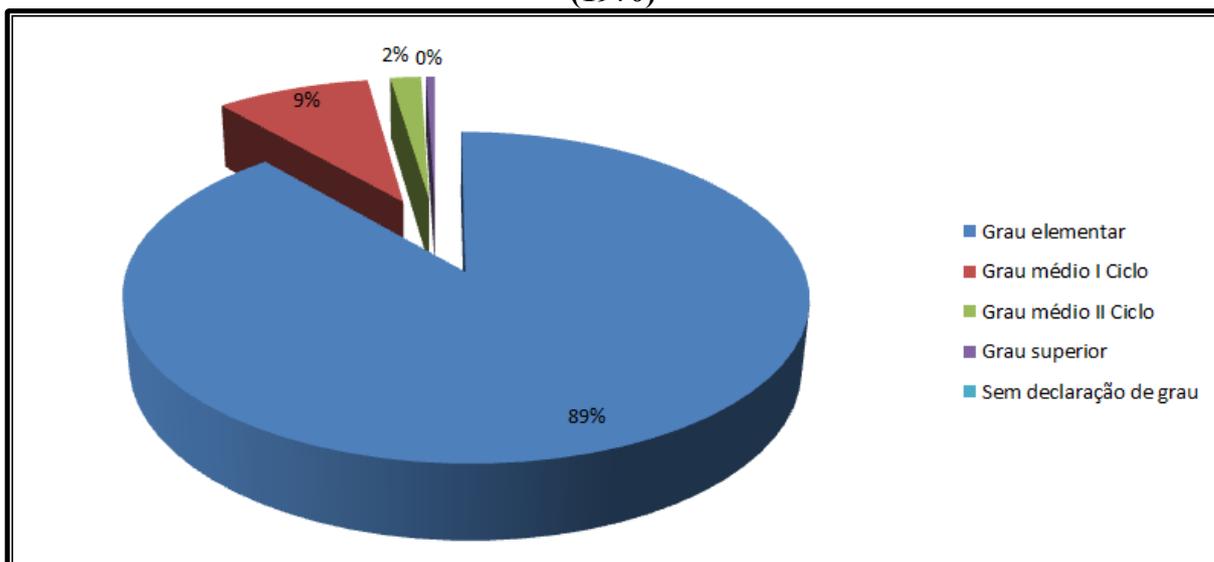
**Fonte:** Censo 1970, p. 214-215. Elaborado pela autora do texto.

Verificamos que da população total de Sumé-PB (12.116), apenas 783 foram computadas como tendo curso completo na década de 1970, das quais a grande maioria (695) só conseguiu obter o ensino elementar; já o Ensino Médio, I e II ciclos, apenas 70 e 14 pessoas, respectivamente; e apenas 4 pessoas detinham curso superior, todos os 4 homens. Importante dizer que para os números desse quadro foram contabilizados apenas os que concluíram cada grau de estudo. Para um melhor entendimento, apresentamos esses números em termos percentuais:

<sup>375</sup> Adentrando na análise do Censo da Paraíba (IBGE) de 1970, já nas páginas iniciais, se faz constar os tipos de cursos superiores de existiam, dentre os grupos de Faculdades tínhamos: Ciências Jurídicas, Economia e Administração; Outras Ciências Sociais e Humanas; Ciências da Saúde; Tecnologia; Ciências Agropecuárias; Ciências Exatas e Naturais, Outras. Dentro destas faculdades existiam cursos específicos, mas, em nenhum deles, consta o de Sociologia, nem mesmo entre os de Ciências Sociais onde aparecem: Filosofia, Geografia e História, Letras, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social e História Natural.

<sup>376</sup> No Censo (IBGE) de 1970, a Paraíba tinha uma população total de 2.382.617 pessoas, 1.002.156 delas faziam parte da população urbana, enquanto 1.380.461 fazia parte da população rural. Analisando 846.900 pessoas a população urbana da Paraíba, se constatou que 458.448 sabiam ler e escrever, enquanto 381.255 não saiam nem ler e escrever. Enquanto que das 1.140.466 pessoas da população rural, 303.191 sabiam ler e escrever e 822.508 não sabiam ler ou escrever. IBGE. Censo 1970, p. 4-5.

**GRÁFICO 13 – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1970)**



**Fonte:** Censo Demográfico da Paraíba de 1970. Elaborado pela autora do texto.

Desta forma, das 783 pessoas que foram retirados os dados de instrução de Sumé, 89% detinham o grau elementar completo, 9% e 2% o grau médio, I e II ciclos, respectivamente, a soma dos dois chegando a apenas 11% a porcentagem de habitantes que foram recolhido os números.

Para esse Censo Demográfico a contagem em anos de estudo aconteceu da seguinte maneira:

#### ANOS DE ESTUDO

A pesquisa sobre Anos de estudo foi feita através do levantamento do número das pessoas que estavam frequentando ou haviam frequentado algum curso. Em consequência, a apresentação é efetuada segundo a classificação de 1 a 17 anos de estudo, que corresponde a frequência aos níveis elementar (1 a 5 anos), médio 1º ciclo (6 a 9), médio 2º ciclo (10 a 12) e superior (13 a 17). (BRASIL, 1970, p. XXVII).

A partir dessa constatação, buscamos identificar os habitantes de Sumé de 1970, de 1 a 17 anos de idade, a partir dos seus respectivos anos de estudo, bem como aqueles sem instrução alguma. Vejamos:

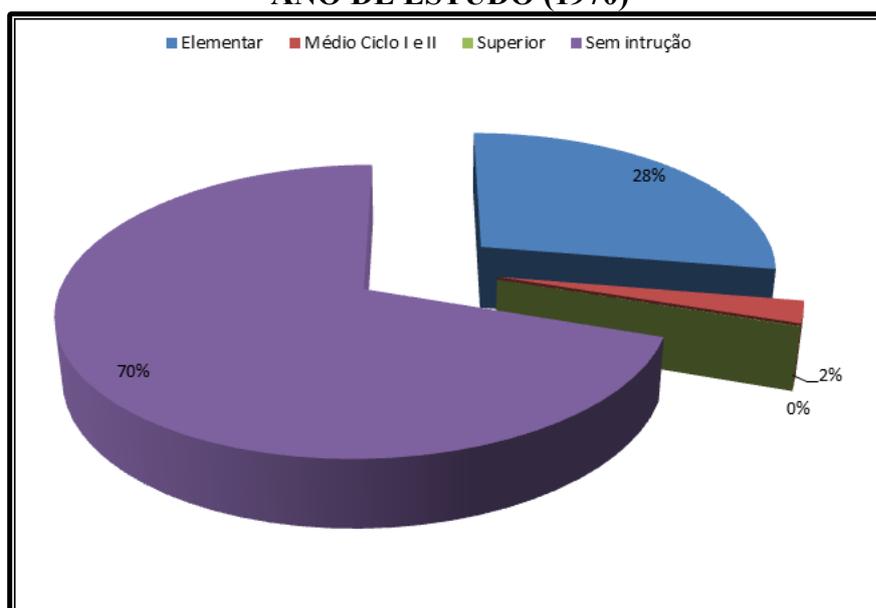
**QUADRO 50 - POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1970)**

GRAU	ANOS DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE
Elementar	1 ano	1.362
	2 anos	1.009
	3 anos	586
	4 anos	387
	5 anos	157
	<b>TOTAL</b>	<b>3.501</b>
Médio I ciclo	6 anos	88
	7 anos	82
	8 anos	58
	9 anos	59
Médio II ciclo	10 anos	4
	11 anos	11
	12 anos	14
	<b>TOTAL</b>	<b>316</b>
Superior	13 anos	-
	14 anos	-
	15 anos	-
	16 anos	-
	17 anos	4
	<b>TOTAL</b>	<b>4</b>
Sem instrução		8.845
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>12.766</b>

Fonte: (CENSO, 1970, p. 226-230). Elaborado pela autora do texto.

Os números dos dados acima foram contabilizados de um total de 12.766 indivíduos, dessa forma, como Sumé detinha apenas 12.116, habitantes, contata-se que nos 12.766 habitantes estavam incluídos também os distritos que o pertenciam, isto é, Amparo e Pio X. Dessa forma, para construção da análise, utilizaremos o número 12.766, tendo em vista que o Censo de 1970, nesse ponto não discrimina os habitantes de Sumé e de seus distritos. Verificamos que os números desse quadro se elevaram em relação ao quadro anterior porque foram contabilizados tanto os que concluíram quanto os que ainda estavam frequentando cada ano de estudo. Dessa forma, da contagem de 1 até 17 anos de instrução, temos: o grau elementar com 3.501 alunos; o grau médio (Ciclos I e II) com 316 estudantes; o grau superior 4 alunos; e sem instrução 8.845 pessoas no território de Sumé. Em termos de percentagem temos:

**GRÁFICO 14 – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1970)**



Fonte: Censo Demográfico da Paraíba de 1970. Elaborado pela autora do texto.

O gráfico mostra que, mesmo considerando os anos de estudo concluídos e em andamento, apenas 28% das pessoas (3.501) tiveram acesso ao grau elementar e 2% delas (316) ao grau médio (ciclos I e II). Em contrapartida, as pessoas que não detinham instrução nenhuma (8.845) chegavam a 70% da população sumeense (12.766). Vale salientar que a maior parte dessas pessoas fazia parte do setor da economia referente à agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca.

O Censo de 1970 considerou como “alfabetizado” aquelas pessoas que só sabiam assinar os seus nomes e como “sabendo ler e escrever” as pessoas de 1 ano até os 70 anos ou mais que se encontravam estudando. Neste Censo podemos analisar o quantitativo de grupo por idade, sexo, como também o quantitativo que estudam na área rural e urbana de Sumé. Assim, temos o seguinte resultado no que diz respeito ao município em estudo.

**QUADRO 51 – POPULAÇÃO ALFABETIZADA E QUE SABE LER E ESCREVER DO CAMPO E DA CIDADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1970)**

Instrução escolar	Total	População rural	População urbana
Sabem ler, escrever e estudantes	4.613	2.650	1.963
TOTAL ANALISADOS	10.079	5.988	4.091
TOTAL	12.116	7.218	4.898

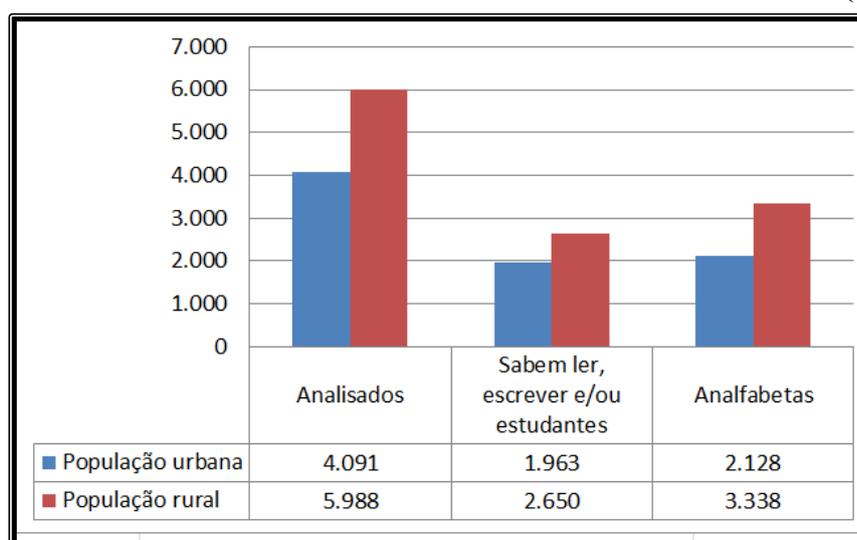
Fonte: (CENSO 1970, p. 406-414). Elaborado pela autora do texto.

O gráfico relativo a população residente no município de Sumé discrimina a existência de 12.116 habitantes, sendo que 7.218 estavam na zona rural e 4.898 na zona urbana. A

construção do quadro dos habitantes que “sabiam ler e escrever” no Censo de 1970 foi feito por grupos, divididos de 5 aos 70 anos, informando o quantitativo de pessoas que estudavam, porém não informando o número de pessoas não alfabetizadas. Contudo se analisarmos os dados do Censo acima obtivemos um quantitativo de 10.079 pessoas em Sumé, em que 5.988 era da zona rural, estas apenas 2.650 pessoas sabiam ler ou escrever ou era estudantes. Já relativo a zona urbana temos um total analisado de 4.091, em que apenas 1.963 sabiam ler e escrever ou eram estudantes. Fazendo análise dos quantitativos de pessoas analisadas em Sumé (10.079) com o número de pessoas alfabetizadas (4.613), obtemos um total de 5.466 pessoas que não tinham instrução.

Os números postos nesse quadro podem ser expressos em termos de percentagem no gráfico a seguir. Analisemos:

**GRÁFICO 15 – POPULAÇÃO ALFABETIZADA E QUE SABE LER E ESCREVER DO CAMPO E DA CIDADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1970)**



**Fonte:** Censo Demográfico da Paraíba de 1970. Elaborado pela autora do texto.

O Censo Demográfico de 1970 trouxe que na região de Sumé moravam 12.116 habitantes, foram analisados 10.079 habitantes, da zona rural (5.988) representavam e da zona urbana (4.091). Dessa forma, realizando a subtração do número de pessoas analisadas com o de pessoas que sabiam ler e escrever, e/ou estudantes obtemos o quantitativo de pessoas que não tinham instrução alguma, isto é analfabetas (5.466) 54,2%. Assim, as pessoas que sabiam ler e escrever da zona rural (2.650) equivalia a 26,2%, já as pessoas que eram analfabetas na zona rural (3.338) chegava a 33,1%. Já a da zona urbana (4.091) as pessoas que sabiam ler, escrever ou eram estudantes, (1.963) 19,4%, obtemos assim o numero de pessoas sem instrução (2.128)

a 21,1%. Isso demonstra que o número de habitantes analfabetos era maior na zona rural de Sumé.

Importante relatar que, na década de 1970, o Brasil vivia a Ditadura Militar instaurada em 1964. Observamos a criação da MEB (Movimento de Educação de Base) em 1961 pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e tinha como objetivo desenvolver uma espécie de educação com divulgação nas rádios à serviço do governo, e ao mesmo tempo auxiliava na propagação das rádios de cunho católico. Neste período foi instituído, através da Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), dizendo ter por objetivo diminuir o alto grau de analfabetismo entre adolescentes e adultos no Brasil<sup>377</sup>. No período os movimentos popular foram interrompidos ou proibidos. Já o MOBRAL era um modelo educacional político baseado nas perspectivas desenvolvimentista da economia, que não tinha nenhuma ligação com uma educação reflexiva ou crítica das problemáticas sociais. Assim, como a finalidade era uma educação funcional e continuada, no Censo de 1970, não constatamos o número de pessoas analfabetas, mas o número de pessoas “alfabetizadas”, as que “sabiam ler e escrever” e os anos das pessoas que continuavam estudando.

De acordo com o Censo de 1980, estima-se que, em 1980, no município de Sumé existiam 16.976 habitantes, sendo que 9.280 faziam da população rural e 7.696 da população urbana<sup>378</sup>. Esse Censo também trouxe o número de habitantes de Sumé por raça/cor, como segue:

**QUADRO 52 – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB SEGUNDO RAÇA/COR (1980)**

RAÇA/COR	QUANTIDADE
Pardos	10.199
Branco	6.274
Pretos	214
Amarelos	-
Sem declaração	144
<b>TOTAL</b>	<b>16.831</b>

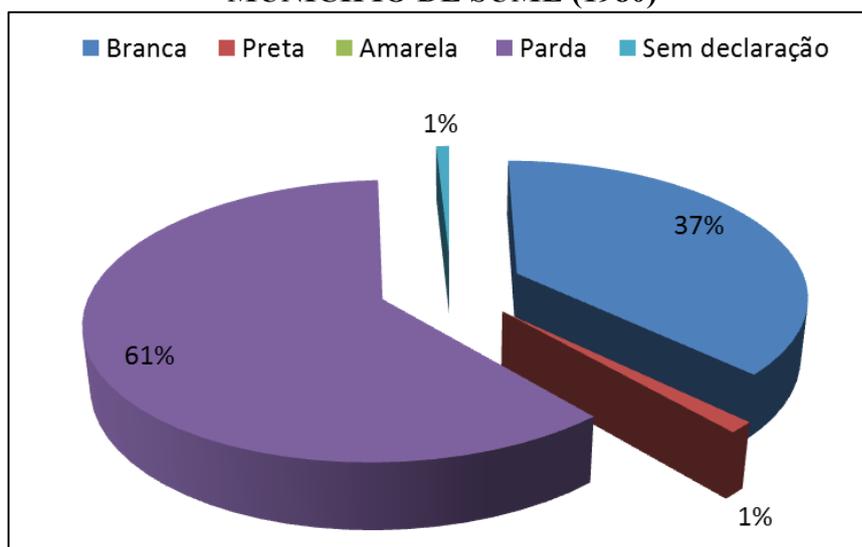
**Fonte:** (CENSO, 1980, p. 60-61). Elaborado pela autora do texto.

<sup>377</sup> Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, era o órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, cujo principal objetivo era o de promover a alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 anos ou mais, por meio de cursos especiais, com duração prevista de nove meses. Embora formalmente criado em 1968, o MOBRAL só foi efetivamente implementado a partir de 1971. Durante mais de uma década, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBRAL. A recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do programa. A partir de 1985, com o fim do regime militar, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) passou a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR. Em 1990, a Fundação EDUCAR também foi extinta.

<sup>378</sup> A Paraíba tinha uma população de 2.770.176 pessoas, 1.449.004 compunha a população urbana e 1.321.172 a população rural. BRASIL, 1980, p.2.

Podemos observar que, em 1980, a população de Sumé era constituída por 6.274 pessoas brancas, 214 pretas e 10.199 pardas. Dessa forma obtemos 10.413 pessoas que fazem parte de uma população não branca (pretos e pardos) no território sumeense. Através desses dados podemos construir o seguinte gráfico:

**GRÁFICO 16 – POPULAÇÃO POR RAÇA/COR RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ (1980)**



Fonte: Censo Demográfico da Paraíba de 1980. Elaborado pela autora do texto.

Através desses dados censitários, concluímos, portanto, que a predominância da população negra que ocorria no Brasil e na Paraíba também se verificava em Sumé, tendo em vista que 61% da população residente em seu território eram de pardos, 1% de pretos e apenas 37% de brancos. Além disto, a concentração dessa população ainda se encontrava no meio rural.

A respeito do grau de instrução escolar dessa população, esse Censo informa de inúmeras formas, sendo uma delas o grau de curso completo de cada habitante. Notemos:

**QUADRO 53 - POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1980)**

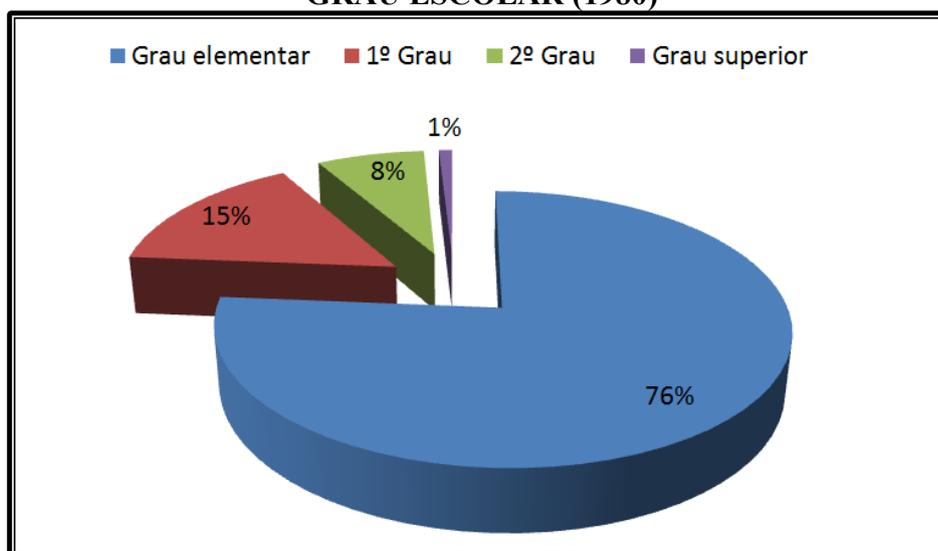
GRAU CURSO COMPLETO	1980
Grau elementar	2.122
1º Grau	428
2º Grau	206
Grau superior	25
Sem declaração de grau	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.781</b>

Fonte: (CENSO 1980, p. 60-61). Elaborado pela autora do texto.

Em Sumé, no ano de 1980, do total de 2.781 habitantes que haviam concluído sua instrução escolar (de uma população total de 16.976), 2.122 conseguiram completar o ensino elementar; 428 o 1º grau; 206 o 2º grau; e 25 o ensino superior, não constando ninguém com mestrado ou doutorado.

Observemos o gráfico a seguir relativo aos números percentuais de pessoas que detinham algum grau completo de ensino escolar em Sumé-PB em 1980:

**GRÁFICO 17 – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CONCLUINTE POR GRAU ESCOLAR (1980)**



**Fonte:** Censo Demográfico da Paraíba de 1980. Elaborado pela autora do texto.

Assim, vemos que 76% da parcela da população analisada, conseguiu completar o grau elementar no ano de 1980, continuando sendo o nível que mais as pessoas tinham acesso. Depois aparece o 1º grau com 15% das pessoas, seguido pelo 2º grau com 8% e, por fim, o curso superior com apenas 1% da população.

Esse Censo Demográfico trouxe a organização dos anos de estudos de acordo com as mudanças curriculares ocorridas e, desse modo, identificamos, quando comparado ao Censo de 1970, que a fase até então denominada de “médio 1º ciclo e 2º ciclo” passou a ser entendida como “1º grau e 2º grau”. O primeiro documento diz:

#### ANOS DE ESTUDO

A classificação de anos de estudo foi obtida em função da série *e* do grau mais elevado concluído das pessoas de 5 anos ou mais que estavam frequentando ou haviam frequentado escola. A correspondência foi feita do seguinte modo: 1 a 8 anos – 1º grau; 9 a 11 anos – 2º grau; e 12 anos ou mais, inclusive curso de mestrado ou doutorado-superior. (BRASIL, 1980, p. XXXII)

Diante do exposto, apresentamos os habitantes de Sumé de 1970, de 1 a 17 anos de idade ou mais, a partir dos seus respectivos anos de estudo:

**QUADRO 54 - POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1980)**

INSTRUÇÃO POR ANO ESTUDADO		QUANTIDADE
Sem instrução ou menos de 1 ano		<b>8.496</b>
<b>1º Grau</b>	1 ano	899
	2 anos	1.044
	3 anos	1.089
	4 anos	1.747
	5 anos	202
	6 anos	91
	7 anos	126
	8 anos	248
<b>TOTAL</b>		<b>5.446</b>
<b>2º Grau</b>	9 anos	115
	10 anos	67
	11 anos	157
	<b>TOTAL</b>	<b>339</b>
<b>Superior, Mestrado e Doutorado</b>	12 anos	27
	13 anos	7
	14 anos	16
	15 anos	20
	16 anos	8
	17 anos ou mais	-
<b>TOTAL</b>		<b>78</b>
Anos de estudos não determinados		<b>12</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>14.371</b>

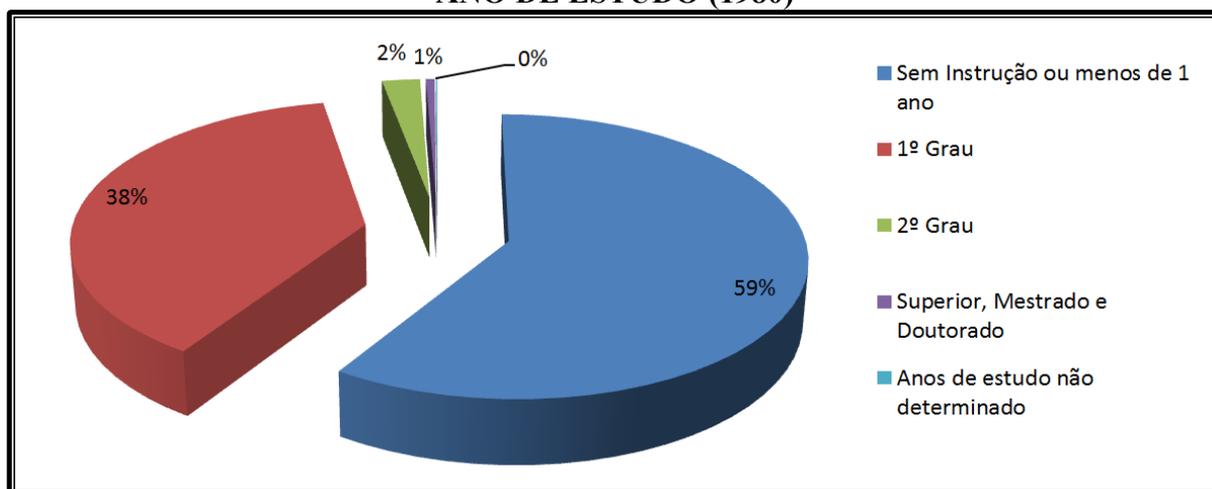
Fonte: (CENSO, 1980). Elaborado pela autora do texto.

Do total de habitantes de Sumé, foi analisados 14.371 habitantes para realizar o Censo de 1980 relativo a instrução por ano de estudo. A tentativa de por um fim no analfabetismo no Brasil não tinha a finalidade de ofertar uma qualidade de vida melhor para os trabalhadores, mas a ótica da educação militar estava, mais uma vez, atrelado ao capitalismo burocrático, que necessitava formar uma massa de trabalhadores a serviço de uma economia imperialista, o que o analfabetismo era um entrave para as finalidades do governo. Assim, a educação nos governos militares também não houve resultado positivo. Por exemplo, de um total de 14.371 habitantes de Sumé-PB, esse Censo registra que 8.496 pessoas eram sem instrução ou tinham menos de 1 ano, ou seja, metade da população daquele município não tinha acesso a escolarização.

Constatamos que os números desse quadro também se elevaram em relação ao quadro anterior, isso porque neste último foram contabilizados tanto os que concluíram quanto os que ainda estavam frequentando cada ano de estudo. Com isso, temos o seguinte resultado: o 1º grau com 5.446 alunos; o 2º grau (relativo ao atual Ensino Médio) com 339 estudantes; o ensino

superior, mestrado e doutorado 78 alunos; e com anos de estudos não identificados 12 pessoas no território de Sumé. Em termos de percentagem temos a estrutura da educação escolar de Sumé no ano de 1980 da seguinte forma:

**GRÁFICO 18 – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1980)**



**Fonte:** Censo Demográfico da Paraíba de 1980. Elaborado pela autora do texto.

O gráfico traz como primeira impactante constatação a de que as pessoas ditas sem instrução ou com menos de 1 ano (8.496) e, portanto, sem educação escolar, chegava a 59% da população sumeense (16.976) em 1980. Ele também nos mostra que, mesmo considerando os anos de estudo concluídos e em andamento, apenas 38% das pessoas (5.446) tiveram acesso ao 1º grau; 2% delas (339) ao 2º grau; 1% delas (78) ao ensino superior, mestrado e doutorado; e 0% delas (12) anos de estudos não determinados.

A tabela 3.3 do Censo de 1980 divide a educação da seguinte forma: pré-escola, alfabetização de adultos, 1º grau (em 8 séries), 2º grau (em 3 séries), supletivo grau seriado, vestibular, superior (6 séries), mestrado ou doutorado. Outra forma de apresentar a educação é observada através da tabela 3.4 divisão elementar: 1º e 2º graus, superior, mestrado e doutorado. E ainda mostra a educação através da tabela 3.5 com as modalidades: educação especial e ensino profissionalizante (agrícola, comercial, industrial etc.). Esse Censo traz o seguinte texto:

Para as pessoas que frequentavam cursos não seriados consideraram-se 4 anos para as que frequentavam 1º grau do Supletivo; 8 anos para as que frequentavam 2º grau do Supletivo; 12 anos para as que frequentavam Vestibular; e 17 anos ou mais para as que frequentavam cursos de Mestrado ou Doutorado. As pessoas que só declararam a série ou o grau foram consideradas no grupo! 'Anos de estudo não determinados'. (BRASIL, 1980, p. XXXII).

Consideramos que as reformas educacionais e, por consequência, as diversas maneiras de se entender e apresentar a educação escolar terminaram sendo responsável por dados apresentados nos censos que revelam que a pessoa entrevistada não sabia qual o grau de instrução ao qual pertencia ou quantos anos de estudos havia frequentado.

No período da Ditadura Militar, com a implementação do MOBRAL (1971), a visão que passou a predominar foi a da instrução escolar em menos tempo, de forma que a população fosse apta a ler, escrever e fazer cálculos sem o mínimo de articulação e crítica da situação. Assim, a educação através do ensino supletivo, frequentando por trabalhadores que não tiveram a oportunidade de estudar, concluíram em menos tempo os graus da educação (1º grau e 2º grau), porém uma educação voltada a formação de uma massa trabalhadora sem nenhum senso crítico.

Entre os anos de 1970 e 1980, a população da zona rural de Sumé teve um elevado crescimento, muito devido às políticas de irrigação geradas pela classe agrária dominante da região que foi a principal beneficiada pelo projeto, como foi o caso do Perímetro Irrigado de Sumé, que foi um programa do governo federal gerido pelo DNOCS<sup>379</sup>. Sobre ele, vejamos:

Entre o final da década de sessenta do século passado e o início dos anos noventa, trinta e sete perímetros irrigados por colonização foram instalados no Nordeste brasileiro pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), como parte de uma política para desenvolver a região e tornar a população menos vulnerável aos efeitos das secas, promovendo a modificação da estrutura econômica através da agricultura irrigada, acesso a crédito, utilização de novas técnicas no campo como adubação e desenvolver a produção em larga escala. A criação de tais pólos apesar de ter uma ação limitada, tinha o intuito de produzir um efeito irradiador, ao final e ao cabo, dinamizaria a economia da região Nordeste trazendo desenvolvimento e modernização. (MENDONÇA, 2010, p. 13).

Outra questão importante a ser apontada, além do crescimento da população rural de Sumé entre a década de 1970 e 1980, é que também tivemos um aumento do número de pessoas que detinham o grau elementar/1º Grau (alfabetizadas até a 4ª série) naquele município: no ano de 1970, tínhamos 695; já em 1980, esse número triplicou para 2.122 pessoas. Consideramos que esse crescimento se deu em razão de a política agrária das classes dominantes, o Perímetro Irrigado, ter se dado em combinação com o projeto de erradicação do analfabetismo (MOBRAL) que desejava da classe dominada os conhecimentos mínimos necessários para o

---

<sup>379</sup>A implantação do Perímetro Irrigado de Sumé foi iniciada no ano de 1970 e a sua conclusão ocorreu em 1976. Os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum foram iniciados no ano de 1970.

trabalho no latifúndio. Identificamos isso quando observamos as condições que eram impostas pelo projeto como necessárias para que as pessoas fossem empregadas nele. Vejamos:

**(...) ser alfabetizado (eram considerado alfabetizado quem sabia no mínimo assinar o nome);** ser chefe de família com no mínimo duas unidades (agricultor - 1 u.t.; esposa 1 u.t.; e filho menor de 16 anos 1/2 u.t.); ter idade compreendida entre 18 e 55 anos (alguns foram escolhidos com idade superior em função dos filhos que foram considerados aptos para explorar os lotes); não se dedicar a outra atividade a não ser a pecuária; não ser proprietário de terreno rural fora do perímetro da bacia, nem de estabelecimento de indústria ou comércio; ter comprovada experiência nos trabalhos agropecuários; demonstrar inclinação para o associativismo. (PROJETO SUMÉ, vol. I, 1968, p. 36 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 58). (Grifos nossos).

Vemos que um dos requisitos para ser empregado no Perímetro Irrigado de Sumé era que a classe trabalhadora, para ser concedida um pedaço de terra deveria ser alfabetizada (eram considerados alfabetizados quem sabia no mínimo assinar o nome). A política de irrigação vigente, nesse contexto, não estava preocupada com as condições dos pequenos agricultores mediante a seca, muito menos com a instrução escolar da população, mas o Perímetro Irrigado, compondo a política do Estado que fazia parte da superestrutura do capitalismo, era usado como moeda de barganha de voto, apadrinhamentos. a serviço da classe dominante.

Adentrando nos anos 1990, identificamos que a população de Sumé aumentou para 17.230 habitantes (CENSO, 1991)<sup>380</sup>, sendo que destes 10.322 se encontravam na zona urbana e 6.908 na zona rural. Das 15.237 pessoas entrevistadas naquele Censo em Sumé, 9.175 faziam parte da população urbana alfabetizada e 6.062 da população rural alfabetizada. Ou seja, vemos que começou a ocorrer o decréscimo do número de pessoas da zona rural com instrução escolar.

Esse Censo demográfico não traz nenhuma novidade no quesito alfabetização e anos de estudo, dando, assim, continuidade aos que os censos anteriores faziam em termos de registro em relação à instrução da população da Paraíba em seus respectivos municípios. Deste modo, continuavam sendo consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um simples bilhete em qualquer que fosse o idioma e as que sabiam assinar seu próprio nome. Vejamos como era estruturada as séries no currículo escolar através do Censo de 1991:

(...) 1 a 3 anos - curso de alfabetização de adultos, primário ou elementar e 1º grau; 4 a 7 anos - primário ou elementar, 1º grau, ginásial ou médio 1º ciclo; 8 a 10 anos – 1º

<sup>380</sup>O Censo (IBGE) de 1991 consta que a população da Paraíba era de 3.201.114, destes 2.052.066 eram da zona urbana e 1.149.048 da zona rural. De 2.807.541 entrevistados, 1.492.140 sabiam ler e escrever e 1.315.401 não sabiam ler e escrever. Sendo que, das 1.815.624 pessoas entrevistadas da zona urbana, 1.144.764 sabiam ler e escrever e 670.860 não sabiam ler nem escrever. Já em comparação com a zona rural, das 991.917 pessoas entrevistadas sabiam ler e escrever um total de 347.376, enquanto 644.541 não sabiam nem ler e escrever. BRASIL, 1991, p. 25.

grau, ginasial ou médio 1º ciclo, 2º grau, colegial ou médio 2º ciclo; 11 a 14 anos- 2º grau, colegial ou médio 2º ciclo e superior; 15 anos ou mais - superior, mestrado ou doutorado. (BRASIL, 1991, p. 13).

Levando em consideração essa organização escolar e o fato de que o Censo restringiu a coleta do grau de instrução apenas aos chefes de famílias - resquícios da postura do governo ditatorial que estava mais preocupado em formar um cidadão pronto para o trabalho -, temos o resultado total apurado pelo Recenseamento de 4.019 chefes de família, dos quais: 1.972 não detinham instrução alguma; 1.089 só estudaram a Alfabetização (entre 1 e 3 anos); 651 frequentaram o Primário (entre 4 e 7 anos); 144 foram alunos do 1º grau ginasial (entre 8 e 10 anos); 134 foram instruídos no 2º grau colegial (entre 11 e 14 anos); e 29 detinham o Ensino Superior, mestrado ou doutorado (15 anos ou mais). Ainda é importante registrar que, de um total de 17.230 habitantes de Sumé-PB, esse Censo registra que 1.972 pessoas eram sem instrução.

Se estimarmos os anos de estudo para se obter o 2º grau nesse período, vemos que seriam necessários 10 anos em média para o iniciar. Dessa forma, podemos concluir que apenas 134 chefes de família estavam para concluir ou já tinham concluído o 2º grau. Esses dados podem ser verificados no quadro a seguir:

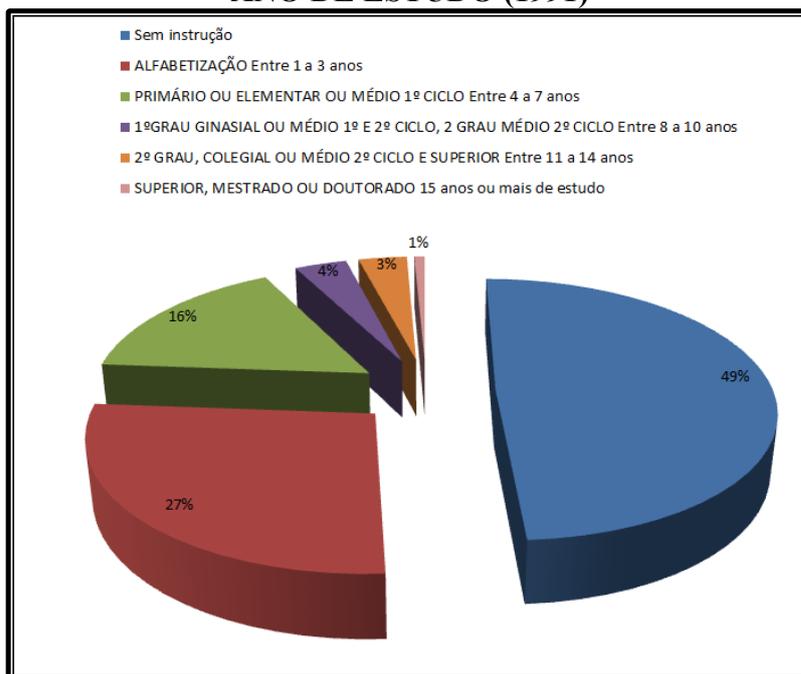
#### QUADRO 55 - POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1991)

GRAU DE ESTUDO	ANOS DE ESTUDO	QUANTIDADE
Alfabetização	Entre 1 a 3 anos	1.089
Primário ou elementar	Entre 4 a 7 anos	651
1º grau ginasial ou médio	Entre 8 a 10 anos	144
2º grau colegial ou médio	Entre 11 a 14 anos	134
Superior, mestrado ou doutorado	15 anos ou mais de estudo	29
Sem instrução		1.972
<b>TOTAL</b>		<b>4.019</b>

Fonte: (CENSO, 1991). Elaborado pela autora do texto.

De uma população de 15.237 habitantes no município de Sumé-PB, vemos que foram identificados apenas 4.019 pessoas, isso também devido ao fato de esse Censo ter se restringido a coletar o grau de instrução apenas dos chefes de famílias que concluíram ou que ainda estavam frequentando cada ano de estudo. Vejamos esses dados relativos ao grau de estudo e anos de instrução dos chefes de famílias do município de Sumé, fornecidos pelo Censo de 1991, a partir do gráfico que segue:

### GRÁFICO 19 – POPULAÇÃO DE SUMÉ-PB CURSANTE E CONCLUINTE POR ANO DE ESTUDO (1991)

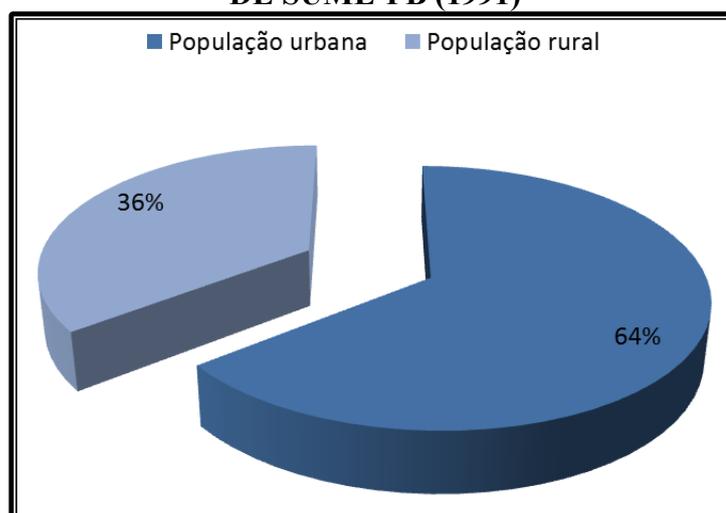


Fonte: Censo Demográfico da Paraíba de 1991. Elaborado pela autora do texto.

Apesar dos poucos dados sobre a instrução da população de Sumé fornecidos pelo Censo de 1991, podemos observar que, do total dos chefes de família daquele município (4.019), 49% deles não tinha instrução (1.972). Esse Censo também mostra que, mesmo considerando os anos de estudo concluídos e em andamento, apenas 27% das pessoas (1.089) tiveram acesso à Alfabetização; 16% delas (651) ao Primário; 4% delas (144) ao 1º grau ginasial; 3% delas (134) ao 2º grau colegial; e 1% delas (29) ao ensino superior, mestrado e doutorado.

O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013) traz dados relevantes sobre o município de Sumé-PB, apesar de alguns deles destoarem em relação aos números do Censo de 1991, como, por exemplo, o do total de habitantes desse município. Para essa fonte, existiam em Sumé-PB 17.230 pessoas em 1991, já o Atlas mostra que eram 15.382 habitantes, 9.915 das quais residindo na área urbana e 5.467 na área rural.

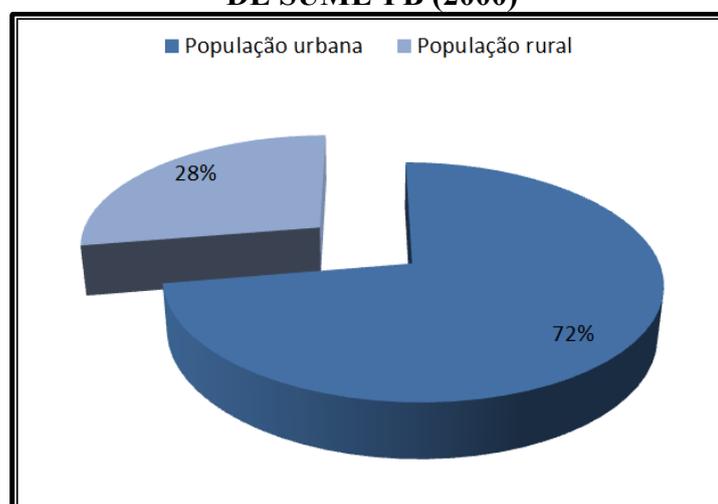
### GRÁFICO 20 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1991)



**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano de Sumé, 2013. Elaborado pela autora do texto.

De acordo com o mesmo Atlas (2013), em 2000, o município de Sumé detinha uma população total de 15.035 pessoas, sendo a população da zona urbana de 10.877 e a da zona rural de 4.158<sup>381</sup>. Vejamos:

### GRÁFICO 21 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (2000)

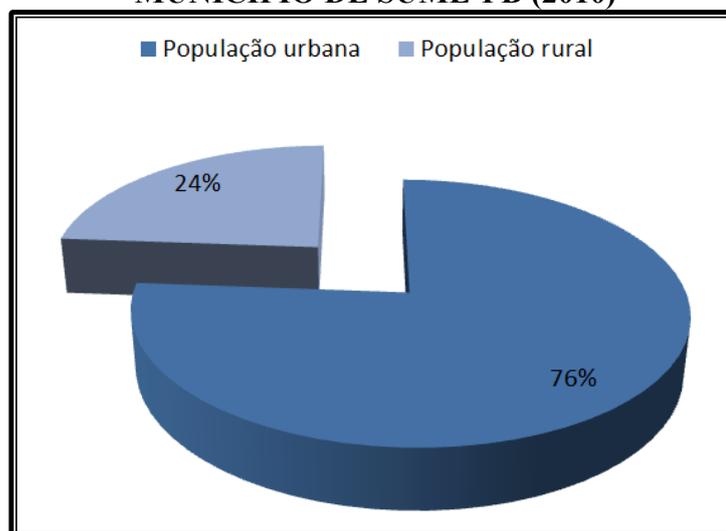


**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano de Sumé, 2013. Elaborado pela autora do texto.

<sup>381</sup>De acordo com o Censo de 2000, o Estado da Paraíba atingiu a população de 3.439.344, com um total de 2.443.590 pessoas que compunham a zona urbana e 995.754 a zona rural. A partir desses dados podemos observar o crescimento da população na zona urbana. IBGE. Censo. 2000.

Ainda de acordo com esse Atlas (2013), em 2010, o município de Sumé passou a ter 16.060 habitantes, dos quais 12.236 moravam na zona urbana e 3.824 na zona rural<sup>382</sup>. Observemos o gráfico construído:

**GRÁFICO 22 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (2010)**



**Fonte:** Atlas de Desenvolvimento Humano de Sumé, 2013. Elaborado pela autora do texto.

Fazendo uma correlação com o Censo de 2010, vemos que o mesmo voltou a trazer os dados a cerca da etnia/raça/cor da população por município. No que diz respeito ao de Sumé-PB, cita que existia ali cerca de 16.060 habitantes, sendo realizado a pesquisa sobre a auto identificação étnica com apenas 3.159 pessoas, do grupo de 15 anos a mais, cujo resultado é o seguinte:

**QUADRO 56 – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB SEGUNDO RAÇA/COR (2010)**

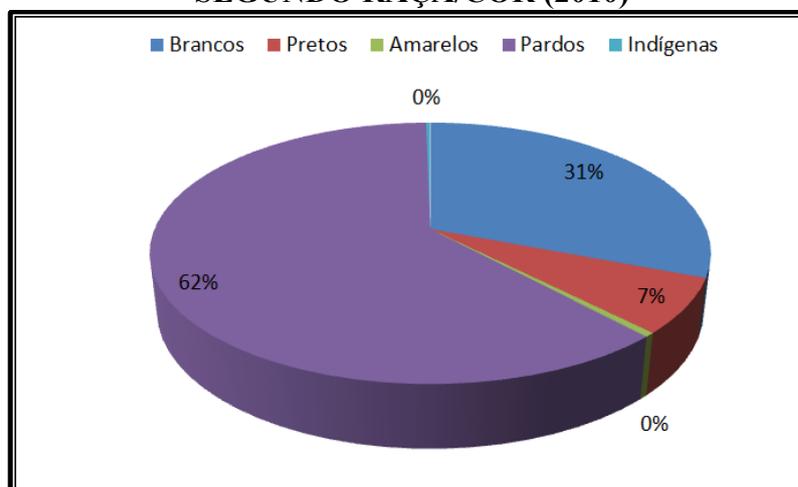
RAÇA/COR	QUANTIDADE
Pardos	1.944
Branco	976
Pretos	214
Amarelos	16
Indígenas	9
<b>TOTAL</b>	<b>3.159</b>

**Fonte:** CENSO (IBGE), 2010. Elaborado pela autora do texto.

<sup>382</sup>O censo de 2010 a Paraíba contabilizava em média 3.766.528 habitantes, 2 838 678 na zona urbana, e na zona rural 927.850. IBGE. Censo 2010.

Apresentamos esses números em termos de percentagem no gráfico subsequente:

**GRÁFICO 23 – POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB SEGUNDO RAÇA/COR (2010)**



Fonte: (CENSO, 2010). Elaborado pela autora do texto.

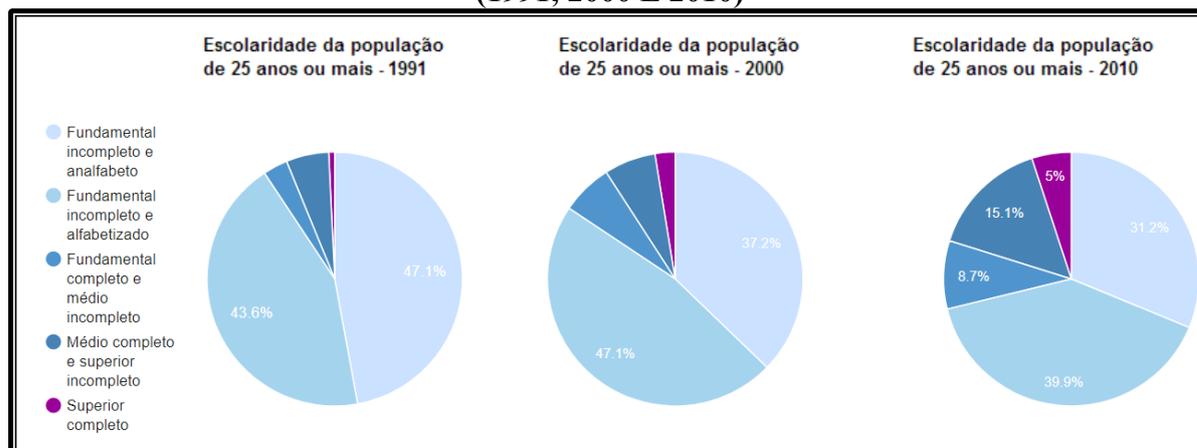
Apesar dos poucos dados sobre a auto identificação étnica da população de Sumé fornecidos pelo Censo de 2010, podemos observar que, do total citado (3.159), 62% das pessoas (1.944) eram pardos; 31% delas (976) eram brancos; 7% delas (214) eram pretos; 0% delas (16) eram amarelos; e 0% delas (9) eram indígenas. Ou seja, a partir dessa amostragem, constatamos que a maior parte da população sumeense analisada era composta pelo povo negro.

Ao verificarmos o grau de instrução da população de Sumé-PB a partir dos dados fornecidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), vemos que ele faz uma comparação entre os dados dos Censos educacionais desse município de 1991, 2000 e 2010 e relata que:

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 18,10% para 35,19%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 10,01%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 31,24% eram analfabetos, 28,82% tinham o ensino fundamental completo, 20,13% possuíam o ensino médio completo e 5,01%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. (ATLAS, 2013).

A escolaridade da população de Sumé-PB de 1991, 2000 e 2010 pode ser melhor apresentada a partir do gráfico que segue:

## GRÁFICO 24 – ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB (1991, 2000 E 2010)



**Fonte:** Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano de Sumé, 2013. Elaborado pela autora do texto.

Os dados da escolaridade dos sumeenses até os 25 anos de idade, referentes ao ano de 1991, dizem que: 47,1% tinha o fundamental incompleto e analfabetos; 43,6% tinha o fundamental incompleto alfabetizados; 3,13% tinha o fundamental completo e médio incompleto; 5,41% tinha o médio completo e superior incompleto; e 0,75% tinha o superior completo.

Já com relação aos números da escolaridade dos sumeenses até os 25 anos de idade, trazidos pelo mesmo Atlas (2013) para o ano de 2000, mostra que: 37,2% tinha o fundamental incompleto e analfabetos; 47,1 % tinha o fundamental incompleto alfabetizados; 7% tinha o fundamental completo e médio incompleto; 7% tinha o médio completo; e 3% tinha o superior incompleto e superior completo.

Por fim, o Atlas (2013) apresenta os números referentes à escolaridade dos sumeenses até os 25 anos de idade do ano de 2010, em que temos a porcentagem de: 31,2% tinha o fundamental incompleto e analfabetos; 39,9% tinha o fundamental incompleto alfabetizados; 8,69% tinha o fundamental completo e médio incompleto; 15,12% tinha o médio completo; e 5% tinha o superior incompleto e superior completo.

Em resumo, segundo Atlas de Desenvolvimento Humano (2013), podemos concluir que o Ensino Médio em Sumé foi o grau de estudo que mais cresceu em números percentuais no território em termos de acesso pela população em comparação com os demais graus de instrução: em 1991 atendia 5,41% da população; em 2000, 7%; e em 2010, 15,12%.

### **4.3 A questões agrária e camponesa negra no ensino de Sociologia em Sumé-PB: limites e possibilidades**

O município de Sumé possui apenas duas escolas de Ensino Médio, uma pública, a Escola Cidadã Integral “Professor José Gonçalves de Queiroz”, e a outra privada, o Instituto Educacional “Imaculada Conceição” (I.E.I.C).

Na década de 1950 e 1960 o ensino elementar, primário e complementar nesse município eram realizados pela Escola “Desembargador Feitosa Ventura”. No ano de 1959, chegou a cidade o ensino ginásial e técnico, que devido a falta de estrutura do prédio da Escola “Desembargador Feitosa Ventura”, passou a ser ministrado na estrutura da atual Escola Estadual de Sumé, que na época pertencia a Fundação Padre Ibiapina. Segundo Ferreira (2013, p. 63-64):

Para os alunos ingressarem no nível ginásial deveriam passar no exame de admissão promovido pela Escola Abgard Renault. A passagem do primário para o ginásial era feita através de uma prova de acesso: o exame de admissão. O exame de admissão era composto por quatro disciplinas: português, matemática, história e geográfica. (...) O ensino desenvolvido no Ginásio Abgard Renault, era um ensino básico comercial, que preparava o aluno para dominar técnicas de gestão dos negócios.

Com a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, houve a estadualização da escola, isto é, a instituição de ensino que antes os estudantes tinham que pagar mensalidade para que pudessem frequentar as aulas passou a não existir mais, assim, suas atividades de ensino, gestão, bens e serviços proveniente da esfera particular passou a ser gerido e financiado pelo poder público, alterando também seu nome para Ginásio Comercial “Abgard Renault”, que passou a receber o ensino de 1º e 2º graus. Através do decreto 3.887 de 1974, foi criada a Escola Estadual de 1º e 2º grau Professor “José Gonçalves de Queiroz”. O primeiro curso técnico implementado nela foi o de Contabilidade em que a turma concluinte do Ensino Médio saía também com o curso técnico. Constata-se que a primeira turma concluinte no município de Sumé foi do ano de 1977, aos moldes da “pedagogia tecnicista” que se implementou em todo o Brasil através da LDB de 1971 e se estenderam, de certa forma, até os anos de 1980, com as reformas educativas neoliberais, tendo em vista que em ambos os períodos buscou-se através da superestrutura da educação escolar, inclusive através da estadualização do ensino, atender as demandas do mercado de trabalho, formando profissionais qualificados para os filhos da classe dominante e não para o povo camponês. É só observar que na década de 1970, dos 12.166 habitantes de Sumé, apenas 84 pessoas tinham concluído o ensino médio (I e II ciclos), sendo que a grande

maioria da população sumeense, nesta década, era constituída pela população da zona rural, 7.218, ou seja, 59,5%, sendo que a escola se encontrava na sede do município, zona urbana.

Hoje a ECI “Professor José Gonçalves de Queiroz” faz parte da implementação das escolas cidadãs integrais do Brasil, fazendo parte da 5ª Gerência de Ensino da Paraíba. Contendo da 1ª a 3ª série do Ensino Médio seriado anual e integral e ainda no turno da noite a Educação de Jovens e Adultos. A escola recebe alunos oriundos tanto da zona urbana quanto da rural, não apenas da região de Sumé, mas também dos municípios circunvizinhos.

O Instituto Educacional Imaculada Conceição (I.E.I.C) foi criado em 1988, por 8 professores que faziam parte do corpo escolar do “José Gonçalves de Queiroz”. Assim, entres os meses de novembro e dezembro de 1998, segundo um de seus fundadores, José Medeiros Batista, eles se reuniram para buscar propostas diferentes das que eram implementadas na Escola Estadual “José Gonçalves de Queiroz” que não conseguiam colocar em prática devido os entraves burocráticos existentes naquela época. Além do mais, existia a possibilidade de reunir um corpo de aluno para formar a escola, tendo em vista que já tinham conhecimento da existência de estudantes que se deslocavam para estudarem nas escolas particulares de Monteiro e de Campina Grande. Dessa forma, a escola iniciou as atividades em março de 1999, com 14 alunos do ensino fundamental, e anos mais tarde foi implementado o Ensino Médio. Hoje atende estudantes de Sumé e das regiões circunvizinhas como Monteiro, Prata, Amparo, Serra Branca e Congo, atualmente se encontra com cerca de 70 a 80 estudantes do Ensino Médio.

Passando para analisar os Projetos Políticos Pedagógico das escolas referendadas, examinamos inicialmente o PPP do IEIC de 2019, o único ano que tivemos acesso. O PPP explana, de forma geral, o que é o projeto político pedagógico da escola, assim como delimita as finalidades, os objetivos, os princípios e diretrizes pedagógicas que orientam o ensino da instituição escolar, professores e seus educandos. O PPP do IEIC na sua apresentação, aponta que a educação ofertada na escola tem em vista “Concebemos a educação como um processo dinâmico, que permite o desenvolvimento integral do educando, possibilitando a conscientização de suas potencialidades para que seja um agente transformador de si e da sociedade.” (PPP-IEIC, 2019, p. 3). Entendemos que uma educação é dinâmica quando tem interação com a vida dos indivíduos, perpassando as diferentes existências e, assim, sofrendo mudanças e fazendo modificações a realidade dos alunos de forma a refletirem sobre o meio que os envolvem para transformá-lo. Contudo, apesar de expressar essa dinâmica conscientizadora, o PPP da presente escola não expõe as realidades existentes dos estudantes, o quantitativo do corpo discente ou docente, onde residem, etc. Com relação a presente análise

do PPP-IEIC, não foi encontrado nenhum tipo de interação com meio rural ou étnico da sociedade que os alunos fazem parte. Ainda sobre os objetivos e finalidades que a presente escola se propõe atuar, diz que se propõe a

(...) consciência crítica do educando e a realização da convivência de pessoas conscientes, livres, responsáveis, e comprometidas com o bem comum: a tratar da educação com o espírito universalista e ecumênico, sem distinção de ordem filosófica, política e religiosa ou preconceitos étnico-raciais e de classe social (...). (PPP-IEIC, 2019, p. 4).

Dessa forma, como o estudo em questão trabalha com a questão camponesa negra no município de Sumé, tal finalidade chamou atenção por apresentar de maneira teórica que a educação ofertada pela escola busca a convivência e o bem comum sem distinção e preconceito étnico-raciais ou de classe, contudo identificamos que ela não fornecer as bases das relações sociais dos estudantes no Projeto Político Pedagógico com a escola. Seria importante se o PPP da escola demonstrasse o quantitativo de alunos que são proveniente tanto da zona urbana quanto da rural, assim como a etnia dos mesmos, tendo em vista que a referida instituição de ensino, abarca um potencial número de estudantes proveniente não apenas do município de Sumé, mais de regiões circunvizinhas em que a presença camponesa e negra é existente.

No tópico das “Ações” que norteiam a escola, já deixa explícito que a mesma segue o modelo do material didático do Sistema Positivo de Ensino<sup>383</sup>, isto é, da editora. O PPP do IEIC não contém dados informativos sobre a características ou número dos alunos, números de salas ou espaços ou algum direcionamento de uma educação voltada ao município de Sumé. Com relação a grade curricular do Ensino Médio no que diz respeito ao componente curricular de Sociologia, o IEIC segue o que a maioria das escolas de Ensino Médio adotam, ou seja, 1 aula semanal de 45 minutos de Sociologia para cada série.

Já a ECI-JGQ, os PPP's que tivemos acesso foram o de 2018, 2019 e 2020, contudo ambos trazem os mesmos dados concernentes ao ano de 2018. Porém, mesmo trazendo os mesmos dados provenientes a educação, o PPP de 2019 é o que se apresenta com mais informações relativas a realidade escolar e, dessa forma, optamos por utilizá-lo ao invés do de 2020. O PPP do ECI-JGQ informa que a escola possuía 622 estudantes, sendo que 453 estavam

---

<sup>383</sup>Sistema Positivo de Ensino refere-se ao sistema em que a empresa oferece suporte tanto de material didático às instituições de ensino quanto apoio pedagógico com consultorias e treinamentos na formação de professores com base no próprio material construído pela empresa. Existe, no Brasil, vários sistemas de ensino ligados a empresas privadas como a Anglo, Pitágoras, a própria Positivo etc., todas oferecem uma metodologia de ensino baseados a partir de número de aprovações em vestibulares, por exemplo, uma demanda não ligada ao um ensino reflexivo, mas apenas em dados quantitativos.

matriculados no Ensino Médio Integral e 169 no turno da noite referente ao EJA e ao Ensino Regular. O PPP da ECI-JGQ traz alguns dados importantes a serem analisados:

35% dos estudantes disseram já ter sido reprovados; 65% sempre estudou em escolas públicas. Com relação ao acompanhamento da família no processo educativo 96,45% dizem que os pais ou responsáveis incentivam o estudo; 90% incentivam na realização das tarefas de casa; 76% incentivam a leitura; 97% incentivam a frequentar a escola, não faltar; 74% conversam sobre o que acontece na escola. Com relação as expectativas com a escola, 52,6% espera sair preparado para ingressar em uma universidade; 33,9% consideram ter mais possibilidade de passar no vestibular estudando na nossa escola (...) 78% dizem já saber o que vai fazer quando concluir o ensino médio; 27,7% dizem que foram os pais que influenciaram nas decisões do que cursar pós ensino médio; **66,03% disseram que o mais importante para você em termos profissionais é ter um trabalho que lhes permitam sentir realizados.** (PPP ECI-JGQ, 2019, p. 9). (Grifos nossos).

Analisando os dados percebemos que há uma espécie de “incentivo” familiar na permanência dos estudantes na escola, incentivo este que pode vir por inúmeros motivos que não são divulgados no PPP da escola. Porém, é necessário ressaltar que 66,03% diz que é mais importante ter um trabalho que lhes permitissem sentir realizados. Mas, o que é trabalho ou o que possibilita um estudante de Ensino Médio se sentir realizado em Sumé? São questões pertinentes para se refletir no âmbito de um questionário dentro de uma aula de Sociologia e que abarca as relações sociais do município e que poderia ser suscitado pelo PPP da escola, pois tratam-se de questionamentos pertinentes que podem ser utilizados para sanar ou diminuir problemas de índices de evasão ou estímulo dos alunos nas aulas. Tanto que o objetivo geral do PPP da ECI-JGQ relata que:

#### **GERAL**

- Garantir condições para que os estudantes desenvolvam suas habilidades e competências, a partir da compreensão da realidade, para que assim aprendam a conviver em sociedade. (PPP ECI-JGQ, 2019, p. 12).

Dentro dos eixos das escolas integrais há uma discussão sobre o desenvolvimento das habilidades dos alunos em tempo integral no PPP da escola. O que se examinou é que os componentes curriculares suplementares, muitas vezes, são aquém das realidades dos estudantes que passam o dia inteiro dentro da instituição. Esse modelo de escola se configura como um espaço de controle, de aprisionamento das juventudes mais pobres, que fazem parte da classe dominada da sociedade, diferentemente do que acontece com as juventudes da classe dominante. Dadas as condições objetivas das famílias, muitos pais ou responsáveis vislumbram na educação a possibilidade de ascensão social dos seus filhos, mas que na realidade o aparato

do capitalismo burocrático faz com que essa ascensão social dos filhos das classes mais pobres não venha de forma igualitária para todos. Continua o PPP discorrendo sobre a missão:

#### **7 - MISSÃO DA ESCOLA**

Contribuir para a melhoria das condições educacionais, assegurando uma educação de qualidade em um ambiente criativo, inovador e de respeito ao próximo, para que os estudantes não aprendam apenas conteúdos, mas principalmente a ser, fazer, conhecer e conviver com os outros (pilares da educação) compreendendo a sua importância no meio social. (PPP ECI-JGQ, 2019, p. 13).

Questão interessante que é desenvolver as habilidades dos estudantes a partir da compreensão que eles têm com realidade que os permeiam diante de todos enquanto seres sociais. Vale salientar que essas habilidades, assim como as competências, que estão dispostos para que os componentes curriculares desenvolvam dentro das suas temáticas, estão sendo impostos por documentos à serviço do capitalismo, e não estão preocupados com a transformação da realidade dos estudantes para a modificação de suas vivências, o próprio desenvolvimento do exercício de cidadania dentro das habilidades nada mais é do que formar o estudante para passividade no pensar que é um cidadão pleno de seus direitos, quando na realidade esses direitos estão sendo retirados ou nunca foram concedidos. Como falar de melhorias educacionais, através de uma educação de qualidade e de um ambiente criativo, se as implementações da Escolas Cidadãs Integrais mais desgastam alunos e professores do que incentivam o desenvolvimento cognitivo, tanto que os dados os estudantes indagam “Quanto as dificuldade para aprender (...) 84,19% o horário é cansativo” (PPP ECI-JGQ, 2019, p. 9). Percebam que esses estudantes ficam dois turnos dentro da escola, realizando inúmeras atividades referentes aos componentes curriculares já pré-estabelecidos, muitos sem material para o professor trabalhar, tendo este que pesquisar para tornar as aulas com temáticas mais atrativas e incentivadoras para que esses jovens, já cansados de longas horas de aulas, não se desestimulem.

Partindo para a análise dos alunos da zona rural - cujo PPP da escola não mostra o quantitativo dos estudantes provenientes da zona urbana quanto da zona rural – imagine que parcela dos alunos que vem de sítios acorda às 3:00 ou 4:00 horas da manhã para pegar um ônibus para assistir aula das 07:00 da manhã às 17:00. Imagine que muitos desses adolescentes ainda ajudam os pais ou responsáveis quando acordam para depois irem estudar. Será que há mesmo um interesse no desenvolvimento criativo ou numa educação de qualidade?

No contexto do capitalismo, no sentido da competição por uma vaga na universidade, em empregos com melhor condição salarial, a meritocracia é condição predominante e que gera

extremas desigualdades sociais, não se abre oportunidade para todos, mas apenas para os filhos e filhas da classe mais abastada, que têm mais condições dentro de uma estrutura escolar, familiar e econômica, isto é, àqueles que dentro da estrutura do capitalismo sempre deteve os meios de produção e o capital. Note que muitos dos estudantes têm que trabalhar um turno para compor a renda familiar e que o ensino integral fica inviável, em contrapartida o ensino médio noturno não oferta ônibus para que esses alunos da zona rural assistam as aulas na EJA e uma parcela não têm condições no deslocamento das áreas de sítios que residem distante da sede do município onde se encontra a única escola de Ensino Médio. Como ficam a situação desses alunos?

No tópico sobre as “Concepções de Educação”, o PPP da ECI-JGQ inicia com uma frase marxista: “A educação é um processo que não se concretiza facilmente ou de repente, pelo contrário necessita de tempo, de uma práxis (que segundo a filosofia marxista, são desconstruções e reconstruções)” (PPP ECI-JGQ, 2019, p.14). Indagamos então: qual a práxis que está fazendo os alunos terem contato com as contradições existentes no seu meio de observar que esse tipo de educação não desenvolve um ser consciente da sua realidade? A concepção da escola, infelizmente, não visa que os estudantes percebam as contradições e a luta de classes existentes em que a oferta da educação parte de um projeto da burguesia capitalista que tende a excluir esses alunos de uma educação voltada a realidade que os permeia.

O corpo escolar do ECI-JGQ, através do seu PPP, mostra-se preocupado com avaliação dos seus estudantes no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Existe discussões sobre a forma de avaliação colocada pelo MEC através do IDEB e SAEB, seguimos a visão que esse tipo de sistema de avaliação não condiz com a realidade de cada aluno e de cada escola do Brasil, assim seguimos o que Ribeiro e Silva (2015, p.70) analisa:

Além do mais, a frieza dos números e a quantificação dos índices, de acordo com Duarte (2013), não conseguem dar conta da singularidade dos contextos escolares avaliados, muito menos da subjetividade presente nos alunos que realizam as avaliações externas, das quais o IDEB se utiliza para elaboração de seu índice.

Esse tipo de indicadores formados pelo IDEB tentam homogeneizar os grupos escolares totalmente distintos e que vivem contradições, estas não verificadas pelo sistema de avaliação, o que faz com que apliquem índices “bons” e “ruins” às realidades em que muitas vezes os estudantes não têm acesso básicos de estrutura educacional, familiar etc.

O PPP-JGQ busca, assim, alternativas para elevar a nota implementando estratégias. Analisemos elas:

Nos últimos anos a escola não tem atingido as metas projetadas no IDEB e IDEPB, ora ficando abaixo ora se aproximando, porém ficando distante do resultado esperado. Em 2017, houve um trabalho árduo em busca de melhores resultados utilizando de estratégias, como: avaliação semanal, simulado, nivelamento, preparatório IDEB e IDEPB, cursinho PBVEST, aulões; porém, não conseguimos chegar a meta projetada para nossa escola no IDEPB de 4.2. Atingimos 3.52, com um crescimento bem discreto, mediante nossa média de 2016, 3.4. (PPP ECI-JGQ, 2019, p. 16).

Percebemos, através da citação acima, a preocupação da escola para que os estudantes atingissem uma média dentro da educação imposto através de uma tentativa de nivelamento de ensino vindo dos padrões imperialistas. O que é problemático, primeiro, por tentar nivelar estudantes de todo o Brasil como se fossem uma massa homogênea e, segundo, por tratar as escolas brasileiras, suas estruturas educacionais como iguais, impondo que determinado grupo de alunos atijam um nota que resulta num suposto nível de aprendizado que eles estão percebendo. Não dá certo, uma vez que a forma de serem avaliados está distante a realidade sócio-econômica dos indicadores que vem de cima para baixo, a partir da classe burguesa e a partir de indicadores do Sul e Sudeste para o público dos estudantes do Nordeste. Paludo (2019) ressalta:

Marx sustenta essa convicção pela análise crítica da educação burguesa, como ocorre no processo das relações sociais e, também, da educação escolar. As relações de produção capitalistas não possibilitam a emancipação social e, portanto, humana – *omnilateralidade*. Isso ocorre porque a formação humana, sob o modo de produção capitalista somente pode se dar de forma unilateral e fragmentada pois, dada a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho, há uma separação entre atividade manual e atividade intelectual e produção e ócio, como estratégia de reprodução do sociometabolismo do capital e a manutenção da ordem burguesa. (PALUNO, 2019, p. 73).

A educação escolar que temos hoje, é baseada num ensino burguês à serviço do capitalismo, assim, não está preocupada com a estrutura sócio-econômica dos estudantes, principalmente da rede pública, inclusive, de regiões como Norte e Nordeste que, na ótica dominante burguesa, não é interessante a formação de consciência de classe desse grupo.

Com relação componente curricular de Sociologia, identificamos que ele está presente nas três séries do Ensino Médio Integral, fazendo parte da “base comum”, em que cada aula contém 50 minutos, sendo ministrada apenas uma aula semanal em cada série, totalizando apenas 41 horas aulas anuais, conforme as Diretrizes Operacionais vindas da 5ª Gerência de Ensino da Paraíba.<sup>384</sup> Os componentes curriculares que compõem a Base Comum e a Parte Diversificada estão dispostos no quadro abaixo:

---

<sup>384</sup> A Gerência Regional de Educação é um órgão integrante da estrutura básica da Secretaria de Educação que por competência deve exercer, em nível regional, a supervisão do ensino.

**QUADRO 57 - COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL DA ECI “JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ” DE SUMÉ**

<b>BASE COMUM</b>	<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>
Língua Portuguesa	Projeto de Vida
Artes	Preparatório Pós-Médio
Educação Física	Avaliação Semanal
Matemática	Orientação de Estudo
Biologia	Práticas Experimentais
Física	Disciplinas Eletivas
Química	Língua Estrangeira (Inglês)
História	Língua Estrangeira (Espanhol)
Geografia	-
Filosofia	-
Sociologia	-

Fonte: PPP ECI-JGQ, 2019, p. 26-28.

Tanto o Ensino Médio Integral quanto a EJA possuem 1 aula de Sociologia semanal em todas as séries e, no caso da Educação de Jovens e Adultos, a Sociologia está presente em todos os ciclos. A diferença é que no EJA não funciona a “Parte Diversificada” e as horas aulas são ministradas em menos tempo, cujo o PPP da ECI-JDQ não discrimina, mas que os professores afirmam que é cerca de 35 minutos cada aula.

Vale salientar que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) lançou o Censo Escolar do ano de 2017, analisando os 7.981.337 estudantes, obtendo os seguintes resultados referente a raça/cor dos alunos que fazem parte do ensino médio:

**QUADRO 58 - ETNICIDADE DOS ESTUDANTES DO BRASIL SEGUNDO O SAEB 2017**

<b>BRANCA</b>	<b>PRETA</b>	<b>AMARELA</b>	<b>PARDA</b>	<b>INDÍGENA</b>	<b>NÃO DECLARADA</b>
32,21%	3,50%	0,43%	34,10%	0,39%	29,37%

Fonte: SAEB, 2017, p.88.

Podemos constatar que o público de estudantes no Ensino Médio no Brasil é composto pelo povo negro, que também faz parte, na sua maioria, pela classe pobre residente na zona rural ou urbana do país. O que não é diferente em Sumé, em que temos estudantes na sua maioria negra provenientes na zona rural marcados por um passado que marginalizam sua estrutura social, mas que a estrutura curricular os ensinam que eles devem aprender algo que está distante deles e que não é visto através das aulas e nem nos livros didáticos.

Pereira (2017) analisou a distorção série do ano de 2017 da ECI-JGQ, fazendo a análise com 63 alunos que tinham distorção de idade, constatando que 26 deles eram provenientes da zona rural de Sumé. Percebemos que ela fez seu estudo com um número reduzido de alunos em

que seu objeto era os estudantes que se encontravam com distorção de idade/série, mas que demonstra a realidade das zonas provenientes dos alunos.

Quanto à localidade de residência destes alunos, zona rural ou zona urbana, percebe-se que 58% da amostra tem residência na zona urbana (mesma área onde a escola está localizada) e 41,3% residem na zona rural, estes mais distantes da escola, necessitando assim, de transporte para chegar até ela. (PEREIRA, 2017, p. 27).

A autora constata que dos alunos pesquisados que estão com distorção de idade/série, existe um número considerável que se encontra na zona rural, 41,3%. Em que muitos necessitam de transporte para estudar, pois residem mais distantes da escola que se encontra na sede do município. Contudo, podemos ainda relatar que muitos alunos que se dizem da zona urbana, residem em sítios vizinhos da sede municipal, o que faz com que muitos estudantes se digam residentes na zona urbana, sendo que na realidade trata-se de sítios localizados nas proximidades.

Lembramos que o Projeto Político Pedagógico deve ser um micro universo que envolve todo o corpo escolar e suas relações sociais com os estudantes e a comunidade que eles fazem parte. Analisando essa questão, através da método do materialismo histórico-dialético em Marx, a educação segundo uma visão marxista dentro da Sociologia deve analisar que os estudantes do Ensino Médio do município de Sumé são seres sociais, historicamente construídos, envolvidos de contradições e, portanto, as práticas escolares devem fazer com que os mesmos se percebam enquanto seres explorados, como classe dominada e observem as desigualdades sociais que os permeiam, que fazem com que sejam excluídos, beneficiando outras pessoas que historicamente fazem parte da classe dominante. É através da educação enquanto práxis, envolvendo a realidade dos alunos, que eles podem se perceberem enquanto classe modificadora do seu meio, lutando por direitos negados durante séculos, rejeitando qualquer aliança com o imperialismo e por consequência com o capitalismo e suas superestruturas sendo quaisquer que sejam elas a educação, a política, o Estado, a legislação etc. Construindo, assim, uma educação revolucínaria com base nas transformação das relações de produção e a cargo da classe trabalhadora.

O que toda essa construção das contradições e da luta de classes tem a ver com o surgimento de uma classe camponesa negra e ainda com o ensino de Sociologia em Sumé? A Sociologia estuda o indivíduo em sociedade, os fatos sociais, isto é, analisa a sociedade e todas suas relações histórico-sociais, como já dizia Marx "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes" (MARX, 2005, p. 40).

O que foi estudado até então em nossa dissertação foi justamente o surgimento a propriedade privada das terras e, assim, o aparecimento das contradições das *relações de produção* no território de Sumé e as *classes* antagônicas como: escravizados e senhores (a partir do modo de produção escravista-feudal); e camponeses e latifundiários (com o modo de produção capitalista com as características de semifeudalidade). Marx refletiu “Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão última e mais consumada da geração e apropriação dos produtos que repousam em oposições de classes, na exploração de umas pelas outras.” (MARX, 2005, p. 52). A economia exportadora beneficiava e continua a beneficiar, em geral, a classe dominante (os latifundiários e os países imperialistas) e, em contrapartida, explorava os escravizados e os camponeses descendentes destes que movimentavam e movimentam a economia local. Esses escravizados atuavam nas atividades de subsistência e formaram, com o decorrer dos anos, uma classe de camponeses negros. Todos esses contornos sociais deram origem ao grupo de camponeses negros posseiros de pequenas glebas de terras, moradores, parceiros ou meeiros dentro das terras de latifundiários, contradições que permanecem até os dias atuais.

Os descendentes desses mesmos grupos marginalizados, que fazem parte da classe dominada, compõem a estrutura da educação nacional camponesa, a maioria fazendo parte dos estudantes da etnia negra local, que, muitas vezes, ficam de fora da superestrutura da educação porque a mesma faz com que a permanência deles seja breve. A falta de instrução, principalmente quando esses jovens chegam ao Ensino Médio, se dá por inúmeros motivos ou porque muitos trabalham no campo e não têm tempo de fazer parte da Escola Integral, pois necessitam de trabalhar pelo menos um turno para ajudar na composição da renda familiar. Ou ainda, quando existe a oferta do Ensino Médio no turno na noite, EJA, a escola fica longe do sítio em que o jovem mora e a rede de ensino não oferta transporte para que eles possam chegar a instituição de ensino, impossibilitando o seu deslocamento para dar continuidade a sua instrução.

A própria normatividade educacional é construída a serviço do capitalismo e, por isso, pensar na educação sumeense é pensar nas necessidades da estruturação econômica burguesa, pois “Não é possível, portanto, compreender radicalmente a história da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, a história da educação contemporânea sem compreender o movimento do capital.” (SAVIANI, 2005, p.17). A escola, portanto, estrutura-se para forçar que as camadas mais pobres da sociedade fiquem de fora da educação. Observamos que só houve uma tentativa de integração da classe dominada porque a infraestrutura do sistema capitalista necessitava da formação de uma massa alfabetizada e neste caso alfabetizada não era

condição de ler e interpretar, mas apenas e somente saber assinar o nome, na maioria das vezes. Para isso, a superestrutura da educação foi primordial para estar ao lado da classe dominante, uma burguesia capitalista em favor do imperialismo e não do trabalhador.

Mas, será que nas aulas de Sociologia é repassado que grande parcela dos alunos é proveniente desses camponeses negros explorados desde a interiorização da Paraíba? Será que os estudantes do Ensino Médio sabem identificar as condições de seus pais, parentes e deles mesmos como imposição de um sistema opressor?

O que observamos é que infelizmente os conteúdos sociológicos estão distantes da realidade prática dos estudantes, principalmente os da zona rural, pois em nada retratam o seu cotidiano. A escola ainda continua sendo, portanto, instrumento do capital, tendo como representantes a classe que detém os *meios de produção*, ou seja, esta é quem propõe uma alienação e a formação de uma classe para o trabalho sem nenhuma noção de consciência de classe, pois estes não sabem os constructos da formação das suas relações sociais desiguais. Sobre isso vejamos:

A escola, por sua vez, constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização dessa divisão. Ela é o espaço por excelência, do acesso ao saber teórico divorciado da práxis, representação abstrata feito pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização elaborada a partir da cultura de uma classe social. E, não por coincidência, é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para elaboração do conhecimento. (KUENZER, 2005, p. 79.)

Dessa forma, para romper com essa educação capitalista não é apenas necessário a figura do professor, mas é preciso articulação e destruição com as condições materiais que geram as contradições e, por consequência, a exclusão da classe dominada. O disciplinamento da classe dominada começa com o próprio material didático produzido, em que a vida social reproduzida nada tem a ver com a realidade dos estudantes ou ainda tem finalidade de disciplinar a consciência dos mesmos através de uma visão de mundo social para a passividade e não reflexão das contradições que os permeiam. Mas,

No que diz respeito à escola pública, hegemonicamente comandada pelo Estado e, portanto, assumindo seu caráter de classe, é possível dizer que se pode, em seu interior, realizar o exercício da contra-hegemonia e experiências que, teorizadas, podem constituir acúmulos coletivos do que seria a construção possível de uma 'escola pública de massas' voltada aos interesses dos trabalhadores, em nosso tempo histórico. (PALUDO, 2019 p. 78).

Portanto, a escola pode se transformar em local de luta contra-hegemônica a partir do momento que seu ensino passe a buscar a transformação e a formação da consciência da classe

dominada para luta e resistência contra o capitalismo imperialista que exclui dos meios mais importantes de sobrevivência, inclusive o direito a uma educação escolar de qualidade com base não no modelo imperialista.

Dessa maneira, como verificaremos a seguir, os planos de aula, de curso, ementar, projetos etc., na maioria das vezes, estão a cargo de uma educação aos moldes da burguesia capitalista, principalmente porque utilizam para a sua construção os livros didáticos e manuais que afastam os alunos da realidade que os pertencem. Além disto, não fazem com que os alunos reflitam que eles fazem parte de uma estrutura de classes e de contradições que retiram os direitos e até a existência enquanto seres sociais produtores da realidade.

#### 4.3.1 Livros didáticos de Sociologia: uma análise das questões agrária e negra em Sumé

A nossa proposta é justamente pensar em uma perspectiva histórico-sociológica sobre o formação da classe camponesa negra no território de Sumé através dos planos de aula dos professores do ensino de Sociologia, examinando, dessa forma, se existe uma implementação dessas questões nos conteúdos comuns trazidos pelos próprios livros didáticos desse componente curricular.

Dois livros foram os mais utilizados pelos professores para trabalharem com os conteúdo nas aulas de Sociologia do Ensino Médio no ECI-JGQ em 2019, tanto nas turmas do ensino Integral quanto na EJA, um é o *Sociologia Hoje* (2013) e o outro *Sociologia em Movimento* (2016)<sup>385</sup>. Optamos por analisar os conteúdos trazidos por ambos os livros, que estão também contidos de forma direta ou indireta nos planos de aula dos professores.

Seguiremos, dessa forma, as análises de alguns conteúdos trazidos nos capítulos dos livros didáticos de Sociologia que são utilizados no Ensino Médio em Sumé e que estão ligados a temática da dissertação. Assim, optamos por analisar os conteúdos que mais se aproximaram das categorias examinadas no primeira, segunda e terceira seções da dissertação relacionados

---

<sup>385</sup>Não foi possível localizar trabalhos acadêmicos que analisassem com mais profundidade os livros didáticos para pensar suas posições teóricas, porém, em uma rápida análise percebemos que há um ecletismo teórico, nos livros, isso é resultado, até mesmo dos vários seguimentos teóricos dos inúmeros autores que fizeram parte da construção dos exemplares, todavia é de se perceber uma maior influência teórica culturalista e sobretudo pós-moderna em ambas as obras. Foram observados que nos dois os livros examinados e utilizados pelos professores do Ensino Médio em Sumé, a existência da análise da tríade de autores clássicos do século XIX da Sociologia, como Weber, Durkheim e Marx, assim como seus conceitos abordados através das temáticas trazidos pelas obras. Portanto há de se citar Marx e analisar os conceitos trazidos pelo autor, demonstrando a possibilidade de se trabalhar com o materialismo histórico-dialético nas temáticas trazidas pelos livros didáticos analisados muitas vezes de forma culturalista e pós-moderna.

ao povo camponês negro sumeense. É óbvio que os livros didáticos analisados dificilmente trariam uma questão camponesa negra com indicativo na região de Sumé, contudo foi observado se nos livros existiam temas que poderiam ser relacionados em sala de aula com a construção da classe camponesa negra no município em estudo. Como não foi encontrado o assunto que apreciase a classe camponesa negra no mundo, no Brasil, no Nordeste, na Paraíba ou em Sumé, passamos a examinar se nos livros existiam assuntos relativo às questões agrárias, no caso mais ligadas as causas camponesas e, por fim, questões relativas a etnia negra, população negra, movimentos sociais negros.

No livro didático *Sociologia Hoje* (2013), de Igor José de Renó Machado e outros autores, o capítulo 1, “Evolucionismo e diferença”, inicia colocando o quantitativo de povos indígenas existentes nas zonas rurais do território brasileiro e a busca da integração tanto das populações rurais quanto dos povos originários nas sociedades nacionais para a sobrevivência. Analisemos o seu sumário:

Unidade 1 | Cultura 26

**Capítulo 1. Evolucionismo e diferença 28**

1. A construção do pensamento antropológico 29
2. Parentesco e propriedade: modo de organização social 33
3. Sociedades indígenas e o mundo contemporâneo 36
- 4. Mitos, narrativas e estruturalismo 38**
- 5. Populações indígenas no Brasil.** (MACHADO, 2013, p.6). (Grifos nossos).

O capítulo 1 ainda aborda a questão da categoria “raça”, realizando um historicização com as problemáticas do neocolonialismo na África a partir do discurso de superioridade branca imperialista. E se o capítulo 1 analisa as questões da construção de raça, o capítulo 3, “Outras formas de pensar diferente”, aborda a relação das categorias de raça e de etnicidade e como essas questões vêm se perpetuando e produzindo um sistema de exclusão social em que um grande grupo, ao longo dos anos, vem permanecendo enquanto uma minoria marginalizada. Vejamos:

Unidade 1 | Cultura 26

(...)

**Capítulo 3. Outras formas de pensar a diferença 60**

1. A perspectiva inglesa 61
2. O olhar dos franceses 63
3. Sociedades simples e sociedades complexas 66
- 4. O conceito de etnicidade 68**
5. O conceito de identidade 71 (MACHADO, 2013, p.6) (Grifo nosso)

Observamos que tanto no capítulo 1 quanto no capítulo 3 do livro didático *Sociologia Hoje* (2013), aplicado no Ensino Médio da ECI-JGQ em 2019, em Sumé, pode ser feita uma

correlação com a questão dos povos originários que viveram na região de Sumé, no caso os Sucurus, utilizando o mapa de Nimuendaju, Imagem 4, apontando as localizações desses povos na cartografia, principalmente relativo a seta que indica os Sucurus que se aproxima da região de Sumé (seta 2 da Imagem 4). Assim como é possível ser trabalhado as evidências desses povos por meio das pinturas rupestres que também se encontram presentes na região de Sumé, como é o caso das pinturas existentes na Pedra Comprida (Imagem 5), ainda perquirindo os alunos a pesquisarem os nomes da hidrografia e relevo locais para demonstrar que se tratam de outras formas de vestígios deixados pelos povos originários que existiram na região.

Com relação a questão sobre a raça ou etnia e a ancestralidade proposta no capítulo 4, notamos que a mesma pode ser correlacionada com as questões apontadas na seção 3 dessa dissertação, que trata do quantitativo de escravizados no território de Sumé através dos registros de batismo, crismas, casamentos e óbitos, assim como de inventários, demonstrando, a existência e a formação de uma classe dominada a partir dos escravizados, assim como a existência de outra classe, a dominante, composta por latifundiários originários de uma monarquia e burguesia portuguesa.

O livro *Sociologia Hoje* (2013) ainda continua analisando os conteúdos a partir de uma vertente antropológica no capítulo 4, “Antropologia brasileira”, dando seguimento ao estudo sobre as populações originárias e camponesas. Observemos:

Unidade 1 | Cultura 26

(...)

**Capítulo 4. Antropologia brasileira 76**

**1. Os primeiros tempos 77**

**2. Antropologia e cultura popular 78**

3. A consolidação da antropologia brasileira 80

**4. Antropologia e relações raciais 83**

5. Antropologia urbana 86 (MACHADO, 2013, p.6). (Grifos nossos).

Esse capítulo informa sobre o aumento de urbanização do país, contendo dados da população urbana em 1950 e 2010, dizendo que esse aumento se deu através de transições internas. O capítulo ainda provoca os alunos a realizarem uma pesquisa com pessoas que viveram na década de 1950 e tenham presenciado, de alguma forma, esse processo de migração interna. Como já analisado no nosso presente estudo de dissertação, o aumento da população urbana e a diminuição da população rural deveu-se, entre outros motivos, também a expropriação e concentração de terras nas mãos da classe dominante. Apesar disso, podemos apontar que Sumé era distrito de Monteiro até 1951, quando então foi emancipado, e que

naquele ano esse município detinha um número maior de pessoas vivendo eminentemente na sua zona rural.

Esse capítulo, além de trazer à tona essa discussão sobre os camponeses, diz que a modernização do Brasil mudou a situação camponesa que passou a ser composta de trabalhadores assalariados, o que no nosso ponto de análise teórico metodológico incorre em um equívoco, tendo em vista, a exemplo do município de Sumé, que encontramos atividades ligadas as características semifeudais até os dias atuais, parecidas com as do período da colonização aos moldes da reorganização do capitalismo burocrático. Importante destacar que isso não era característica apenas da região em estudo, pois esses traços de semifeudalidade e semicolonialidade estão presentes em todo o território brasileiro, como já estudado e demonstrado em Guimarães (1964), Cardoso (1979) e Sodré (1979). Nesse sentido, as seções 3 e 4 dessa dissertação trazem justamente o quantitativo de aumento e diminuição populacional da zona rural de Sumé e ainda as categorias como arrendatário, parceiro e ocupante, categorias similares as dos períodos da colonização do território.

O capítulo 4 do livro didático analisado ainda trata sobre as questões sobre “raça”, mas referentes as décadas de 1920 e 1930, com a crítica à mestiçagem, fazendo a indagação importante aos estudantes sobre sua ancestralidade étnica. Vejamos:

Você já pensou que a formação da população brasileira é fruto de decisões políticas tomadas em vários momentos da História? Entre essas decisões podemos citar o extermínio de indígenas, a escravização negra, o incentivo à imigração europeia e, mais tarde, outras imigrações, como a japonesa, a sírio-libanesa, etc. Essas decisões políticas foram tomadas com base nas ideias vigentes em cada época, como as teorias de evolução social e de hierarquia racial. **Faça uma reflexão sobre a história de sua família e procure relacioná-la com esses processos históricos. Você tem ascendência europeia? Você tem ascendência negra? Seja qual for sua ascendência, sua história foi influenciada por essas decisões políticas, assim com a história das gerações futuras será afetada pelas políticas atuais.** (MACHADO, 2013, p. 77). (Grifos nossos).

O caso em tela, apesar do capítulo permanecer com questões antropológicas, propomos trazê-lo para a abordagem do nosso estudo que parte do enfoque do materialismo histórico-dialético, analisando a questão do aumento da população urbana e diminuição da população rural com base nos dados censitários já analisados na seção 3 dessa dissertação, que demonstra que a superestrutura do Estado construiu uma política para exclusão dos escravizados para que os mesmos vivessem enquanto povos camponeses, fazendo parte da classe dominada e, em contrapartida, a concentração de terras nas mãos da classe dominante latifundiária. Questão que se perpetua até os dias atuais, que coloca o povo camponês negro vivendo ainda através de

características de relações semifeudais como o arrendamento, a parceria e a moradia em minifúndios, traços semelhantes aos já vividos por seus ancestrais.

Nos capítulos seguintes verificamos o uso de conceitos de Marx, como nos capítulos 6, 7 e 8, que tratam da formação das classes dentro da sociedade capitalista. Vejamos o sumário:

Unidade 2 | Sociedade

Capítulo 6. Pensando a Sociedade 118

1. O capitalismo e a formação do pensamento clássico 119

2. Émile Durkheim: coesão e fato social 121

**3. Max Weber: ação social e tipos ideais 124**

**4. Karl Marx: trabalho e classes sociais 127**

5. Sociologia: aspectos estruturais e conjunturais 129

**Capítulo 7. O mundo do trabalho 134**

**1. O trabalho em Durkheim, Weber e Marx 135**

**2. Força de trabalho e alienação 138**

**3. Taylorismo e fordismo 140**

**4. Toyotismo e neoliberalismo 144**

**5. Novas modalidades de trabalho 147**

**Capítulo 8. Classe e estratificação social 152**

1. A divisão da sociedade em Durkheim: grupos profissionais ou funcionais 153

2. A estratificação social em Weber: classe, estamento e partido 155

**3. As classes sociais em Marx: contradição e dialética 157**

**4. As classes e os estratos sociais no século XX 158**

**5. A dinâmica das classes médias: ocupação profissional e renda 161**  
(MACHADO, 2013, p. 6). (Grifos nossos).

Apesar dos três capítulos acima trabalharem com conceitos marxistas, iremos analisar apenas o capítulo 8, “Classe e estratificação social”, pois é o que mais envolve as questões agrárias relativas à análise de nossa dissertação, pois os demais capítulos vinculam os conceitos marxistas apenas as realidades urbanas. Partiremos de uma das provocações feitas pelo capítulo 8, pertinente ao estudo:

JÁ pensou nisto?

**O acesso à educação tem relação direta com as possibilidades de consumo. Por exemplo, numa família de trabalhadores rurais, os filhos têm chances muito pequenas de entrar na escola, pois precisam colaborar com a composição da renda familiar.** Nesse sentido, o lugar que os indivíduos ocupam no processo de produção não está relacionado apenas com a renda da família, mas tem implicações também no acesso ao saber, ao conhecimento, aos padrões cultos de organização da educação. Tente destacar relações possíveis entre o acesso à educação formal e os tipos de trabalho e qualificação presentes entre seus familiares. (MACHADO, 2013, p. 164). (Grifos nossos).

Perceba que a questão acima suscitada se aproxima muito das problemáticas já analisadas pela dissertação. Como visto no estudo da seção 4 da dissertação, o grau de instrução da população sumeense ainda é baixo e que, apesar de ter um número maior de habitantes na zona urbana, a circulação das atividades econômicas da cidade gira em torno das atividades

rurais, principalmente nas segundas-feiras que é o dia que se concentra a feira do município, momento em que agricultores de várias regiões vem comercializar seus produtos, trazendo uma grande movimentação tanto dos produtos vindo da própria agricultura e pecuária de subsistência, quanto para as variadas mercadorias do comércio local. A importância da feira de Sumé é tão relevante para a população local que constatamos que, muitas vezes, o aumento na ausência dos alunos na escola em dias de segunda-feira é maior do que nos demais dias da semana, pois eles fazem parte da parcela da população rural da região que comercializa seus produtos em dia de feira junto com seus familiares.

Com base na questão sobre as desigualdades sociais dentro da estrutura da educação escolar e tendo em vista a própria questão trazida pelo livro didático de Sociologia, podemos analisar o grau de instrução que os familiares e os próprios alunos alcançaram, fazendo um comparativo com as atividades que exercem dentro da estrutura camponesa e correlacionando-os com as questões censitárias trazidas na seção 4 desta dissertação sobre as instruções da população sumeense desde a década de 1960 até os dias atuais, analisando, assim, a própria vivência desses estudantes dentro da superestrutura da educação.

O capítulo 9, “Sociologia Brasileira”, do mesmo livro didático, indaga sobre a estrutura histórico-social da população brasileira. Examinemos a propostas do capítulo contidas no sumário:

Unidade 2 | Sociedade

**Capítulo 9. Sociologia brasileira 168**

1. Interpretações do Brasil 169

2. A geração de 1930 171

**3. A escravidão e a questão racial 173**

**4. Subdesenvolvimento e dependência econômica 175**

**5. Precarização do trabalho no Brasil contemporâneo 177.** (MACHADO, 2013, p. 7). (Grifo nosso).

O capítulo coloca que, durante o período Colonial e Imperial, o país era marcado pela produção agrícola escravista e com formas de organização social predominantemente rurais, mas, que passaram a ser assalariadas e urbanas após a 1889. Percebemos que, como já examinado, o Brasil foi aumentando o número de sua população urbana apenas a partir da década de 1950, além disto, no país, após a proclamação de República em 1889, as atividades continuaram se dando por meio de características semifeudais que coexistiam com as assalariadas, como já visto nas seções dessa dissertação corroboradas com os tipos de produtores trazidos pelo Censo que são formas, na grande maioria das vezes, não assalariadas.

O capítulo 9 retorna o estudo de “raça” com relação aos autores no século XX que realizavam a crítica à mestiçagem, assim como o aparecimento da teoria eugenista no Brasil em comparação com o aparecimento da valorização da miscigenação, através do mito da democracia racial<sup>386</sup>. A estrutura sócio-histórica de Sumé vem se formando através da miscigenação das etnias, sendo que, em sua maioria, o povo é negro, integrante da classe dominada devido a sua ancestralidade arraigada a um sistema que ainda exclui essa classe social por meio da superestrutura como educação, legislação, religião, etc.

O Capítulo 10, “Temas contemporâneos da Sociologia”, examina o aparecimento das tecnologias dentro do sistema capitalista que fez com que as desigualdades sociais aumentassem cada vez mais. Analisemos:

Unidade 2 | Sociedade  
 Capítulo 10. Temas contemporâneos da Sociologia 184  
 1. Tempos de mudança 185  
**2. A Revolução Informacional 186**  
**3. Valorização e financeirização do capital 188**  
 4. Modernidade e pós-modernidade 189  
 5. As sociologias de Bourdieu e de Habermas 192  
 Concluindo 200. (MACHADO, 2013, p. 7). (Grifos nossos).

Lembremos que as tecnologias não chegaram de forma a privilegiarem todas as classes sociais, principalmente em se falando do sistema capitalista. Dessa maneira, o capítulo desafia para que os estudantes analisem se os trabalhadores rurais são afetados pelas tecnologias da informação:

Muitas atividades que utilizam a informação como ferramenta de trabalho são apresentadas à sociedade como diferentes daquelas da fábrica tradicional. Em geral, há mesmo diferenças entre essas atividades. Enquanto o trabalhador da indústria tem uma atividade preestabelecida pelo setor de engenharia de produção ou pela gerência, o trabalhador da área de informação se utiliza de dispositivos intelectuais para executar seu trabalho. No entanto, há limites para essas diferenciações. Os projetistas de uma empresa de *software* planejam de acordo com um esquema determinado pela empresa, os jornalistas de um periódico escrevem dentro de uma linha editorial preestabelecida, os publicitários de uma empresa de *marketing* criam propagandas levando em conta os interesses do cliente. **Pense nas suas atividades e nas de seus familiares e indique se do ponto de vista do controle do trabalhador existem marcantes diferenças entre as novas atividades ligadas à informática e as**

---

<sup>386</sup>A eugenia foi uma teoria do século início XIX, que coloca a seleção dos indivíduos utilizando como base leis genéticas. Dessa forma, foi construída um conceito de raça “pura” que seria hierarquicamente superior as demais, dessa forma, na concepção eugenista, a raça branca e seus traços físicos seria superiormente e mais bem adaptada e desenvolvida do que as demais. Dessa forma, no Brasil, houve o fato da segregação racial do povo negro o que até nos dias atuais é propagado através de discursos racistas elaborados pelas superestruturas ligadas ao imperialismo. Já o mito da democracia racial foi uma teoria do início do século XX, em que o maior representante dessa teoria é a obra de Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala, em que se negava que houvesse diferenças entre as raças, desenvolvendo uma falsa noção de bom senhor e escravizado pacíficos, tentando, dessa forma, evitar debates que expusessem as contradições existentes.

**atividades tradicionais. Procure pensar também em que medida os trabalhadores das áreas rurais são afetados pelas tecnologias da informação.** (MACHADO, 2013, p. 187). (Grifos nossos).

Esse tipo de questionamento sobre as tecnologias tanto pode ser analisado com relação a como elas atingem os camponeses na região e suas atividades econômicas rurais, quanto a examinar, através da superestrutura do sistema de educação, como ficou a situação dos próprios estudantes da zona rural no contexto da pandemia da Covid-19, em que a tecnologia foi essencial para o acesso as aulas que passaram a ser ministradas através de plataformas *online*.

O Capítulo 13, “Sociedade diante do Estado”, analisa de forma ampla os inúmeros movimentos sociais que ocorreram no Brasil, vejamos os conteúdos no sumário:

Unidade 3 | Poder e cidadania 208

**Capítulo 13. A sociedade diante do Estado 246**

1. A luta pela cidadania 247

**2. Os movimentos sociais 249**

3. Problemas da ação coletiva 252

4. Capital social e participação cívica 254

5. As revoluções 257. (MACHADO, 2013, p. 7). (Grifos nossos).

Dentre os movimentos sociais apresentados pelo capítulo, destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentado como forma de reivindicação para corrigir ou eliminar as desigualdades econômico-sociais a partir da redistribuição de terras<sup>387</sup>. A questão racial no capítulo 13 vem fazendo parte dos demais movimentos sociais e, dessa forma, a questão da etnia negra surge como movimento pela luta por direitos do povo negro.

Podemos analisar a questão dos movimentos sociais em Sumé a partir do olhar de que se formou um grupo camponês negro que através de sua luta cotidiana manteve a posse de pequenas glebas de terras, em contrapartida aos latifundiários, herdeiros dos espoliadores de terras dos povos originários, cuja propriedade foi dada pela superestrutura do Estado imperialista burguês. É necessário aqui realizar uma correlação ao direito a propriedade de terras, tendo em vista a diferença entre a posse e a propriedade, além do mais denunciar e demonstrar aos alunos que a existências das desigualdades sociais não se dão apenas em relação às questões étnica negras, mas dentro do próprio território com a questão da concentração de terras, já verificados através dos dados fornecidos pelo SNCR de 2019, Quadro 3, desta dissertação.

---

<sup>387</sup>É importante salientar que os livros didáticos de Sociologia analisados apresentam, apenas, o movimento que reivindica uma reforma agrária como a do MST, e omitem outros movimentos que reivindicam uma revolução agrária como a que ocorre na LCP (Liga dos Camponeses Pobres). O que seria relevante demonstrar para os estudantes as suas diferenças reivindicatórias e a heterogeneidade desses movimentos.

No capítulo 14, “A política no Brasil”, podemos dar continuidade ao que foi estudado no capítulo 13, tendo em vista que o mesmo considera o Brasil como parte do Império Português e a construção de grandes proprietários rurais, em que os latifundiários aplicavam a lei conforme os seus interesses. Analisemos as propostas do capítulo:

Unidade 3 | Poder e cidadania 208

**Capítulo 14. A política no Brasil 264**

**1. Estado e cidadania no Brasil 265**

**2. A origem da moderna democracia brasileira 268**

3. Os partidos políticos 271

4. Uma democracia “normal”? 275

5. O problema da corrupção. (MACHADO, 2013, p. 7). (Grifos nossos).

Conforme já verificamos, o território sumeense foi formado por latifúndios a partir das sesmarias, Quadro 2 dessa dissertação, cuja superestrutura da legislação sempre esteve a cargo da Coroa Portuguesa e, posteriormente, fazendo parte do imperialismo de uma estrutura que privilegiava – como ainda continua privilegiando – os interesses burgueses da sociedade. A superestrutura da legislação e da política do Estado sempre colaborou para o favorecimento da parcela referente a classe dominante da sociedade, assim, a democracia que temos não é de igualdades de direitos, mas, ainda, de privilegio de classes sociais, no caso a dominante. Os alunos podem perceber que o Estado, a política, a educação, a legislação sempre formaram um corpo da superestrutura do capitalismo para atuar como ferramenta de exclusão da classe dominada, tanto que, até os dias atuais, ainda verificamos problemáticas referentes as terras e as questões raciais que nunca foram solucionadas pelo Estado burguês porque é de interesse dele que esse povo continue à margem da sociedade. Aqui apesar do conceito de “cidadania” e “democracia” trazer para os estudantes um discurso de integração e de igualdade de direitos, nada mais é do que mais um aparato do sistema capitalista para dominação da população mais vulnerável, dessa forma, são conceitos bastante utilizados, porém que constroem uma noção de passividade, igualdade, e que apaga as contradições existentes das realidades dos estudantes. É preciso combater e refletir sobre determinados discursos bastante utilizado pelas superestruturas e trazer a crítica à esses conceitos.

O Capítulo 15, “Temas contemporâneos da Ciência Política”, estuda o problema do desenvolvimento econômico dos países sob a ótica das instituições, analisando o Brasil como ex-colônia extrativista que era mantida sob o controle da metrópole, o que eles também chamam de instituições extrativistas. Vejamos os conteúdos:

Unidade 3 | Poder e cidadania 208

**Capítulo 15. Temas contemporâneos da Ciência Política 282**

1. Uma nova visão do poder 283
- 2. Classe social e voto 285**
3. Os valores pós-materialistas 287
4. A nova filosofia política 290
5. Instituições políticas e desenvolvimento econômico 292
- Concluindo 300. (MACHADO, 2013, p. 7). (Grifos nossos).

É relevante examinar as contradições existentes na sociedade brasileira e a construção de classes sociais, dominante e dominada. Assim, não é porque o indivíduo tem a nomenclatura de cidadão que ele possui direitos iguais, não é porque as pessoas “escolhem” seus governantes que vivemos numa democracia. O Brasil ainda continua sendo uma semicolônia sob o domínio dos países imperialistas, isso afeta a economia local e, principalmente, a camponesa, como as questões relativas as características de semifeudalidade que os alunos encontram nos sítios que fazem parte, em que tudo que produz na agricultura ou criação de animais, parcela deve ser direcionada ao proprietário da terra que eles vivem como arrendatário, parceiro, morador, etc.

Iniciando a análise do livro *Sociologia em Movimento* (2016), de Afrânio Silva e outros autores, também usado no Ensino Médio da ECI-JGQ em 2019, observamos que os conteúdos trazidos pelo exemplar trabalham muito com questões culturais e antropológicas<sup>388</sup>. Contudo, o livro também aborda as temáticas com conceitos de cunho marxista como: *falsa consciência, superestrutura, infraestrutura, classe social, ideologia*, perspectiva metodológica do marxismo que a nossa dissertação segue<sup>389</sup>. Dito isso, passamos a trabalhar da mesma forma do que o livro didático anterior, analisando conteúdos relativos as questões agrárias e as questões sobre os camponeses negros.

No capítulo 1, “Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas”, temos a seguinte disposição de conteúdos:

- UNIDADE 1: Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo, 15
- CAPÍTULO 1. Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas, 16
1. Primeiras palavras
  2. As diferentes formas de conhecimento
  3. Ciência e senso comum: opostos ou complementares?
  4. A contribuição da Sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea
  - 5. Os métodos de análise sociológica da realidade social**
  6. A Sociologia e a interpretação da sociedade do século XXI
- Considerações sociológicas – produção de conhecimento sociológico

<sup>388</sup>Cabe ressaltar que a utilização do materialismo histórico-dialético marxista não vai de encontro nem é contra o debate cultural dentro da História nem da Sociologia, mas o trata enquanto superestrutura advinda da produção material da sociedade, assim o que define e modifica a cultura é justamente a produção concreta. Marx ainda critica uma cultura advinda da camada burguesa da sociedade que impõe padrões a classe dominada. Marx, 2013.

<sup>389</sup>Vale a pena salientar que o livro *Sociologia em Movimento* (2016), de Afrânio Silva, apesar de trabalhar com conceitos marxistas, estes estão relacionados com a linha formada do marxismo de Caio Prado Júnior. A presente dissertação optou por se direcionar através do marxismo de Nelson Werneck Sodré.

Direito e sociedade – O ensino da Sociologia na Educação Básica  
Atividades. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

No caso em tela o livro trabalha, entre outros conceitos, o de *realidade social*<sup>390</sup> utilizando, dentre outros teóricos, Marx e o seu método do materialismo histórico-dialético. Observamos a presença dos conceitos de *classes sociais* (dominante e dominada), *relações de produção*, *ideologia*, *alienação*, *contradições*, *propriedade privada*, *infraestrutura* e *superestrutura* que são formadores de determinadas *realidades sociais* desiguais. Muitos destes conceitos foram vistos e analisados em nossa dissertação sobre a questão agrária e camponesa negra no território de Sumé.

O capítulo 2, “Sociologia e a relação entre indivíduo e sociedade”, traz os seguintes conteúdos:

UNIDADE 1. Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas, 61  
CAPÍTULO 2. Sociologia e a relação entre indivíduo e sociedade  
(...)  
1. Primeiras palavras  
**2. A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas clássicas**  
3. A relação entre indivíduo e sociedade: perspectivas sociológicas contemporâneas.  
Considerações sociológicas – Os dilemas da construção da identidade na era da informação  
Direito e sociedade – Sociologia e direitos individuais  
**Interfaces – Perspectivas**  
Atividades.  
Movimentação – O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): O Brasil de direito e o Brasil de fato. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

Os conteúdos contidos nesse capítulo não fazem menção direta com as questões agrária e camponesa negra, mas analisam critérios de inclusão e exclusão social historicamente construídas dentro das algumas sociedades, examinando a formação dentro das *superestruturas*, impondo padrões e coerção, geralmente, construídos, através do sistema burguês, para os indivíduos. Embora o capítulo, ainda, analise a educação através de um conceito de Durkheim, *fato social*, torna-se importante analisar a questão aos moldes da teoria marxista. Vejamos o que coloca o capítulo do referido livro:

Sistema educacional – um exemplo de fato social  
O sistema formal de educação um bom exemplo de fato social. As disciplinas já ensinadas e estabelecidas há gerações impõem-se independentemente das vontades individuais ( a Educação Básica hoje, além de um direito, é uma obrigação); essas regras exercem coerção sobre os indivíduos (no sistema escolar, por exemplo, aqueles que não conseguem determinada nota são reprovados) e são gerais (ou seja, são

<sup>390</sup> O conceito de realidade social em Marx, parte dos fatos concretos das relações sociais construídas historicamente.

seguidas pela maioria dos indivíduos que participam do sistema). (SILVA, 2013, p. 43).

No nosso caso, preferimos analisar a educação como parte da superestrutura do sistema capitalista e, desse modo, como ela opera para a exclusão dos estudantes, principalmente quando se trata de alunos provenientes do campo, que, na sua maioria, fazem parte da etnia negra e que, por sua vez, compõem a classe dominada. Essa educação, que constitui o sistema capitalista burguês, estrutura o ensino para formação de uma força de trabalho, impedindo que esses estudantes formem uma *consciência de classe* capaz de romper com a educação imperialista.

Corroborando com o texto acima, que mostra que os estudantes devem seguir um padrão imposto pela educação burguesa, ainda no capítulo 2, do mesmo livro didático, na parte que concerne “Atividades”, é exposto um gráfico do IBGE de 2010, com a questão sobre o desenvolvimento histórico e as relações sociais ocasionado pelas *contradições*, em que se constata um baixo número de pessoas graduadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil entre os anos de 2000 e 2010 (SILVA, 2013, p. 57). Observamos através do Gráfico 24, dessa dissertação, que apenas 5% da população sumeense adentram as universidades até o ano de 2010, demonstrando que essas contradições são existentes também no Município de Sumé.

Vale salientar, com base no estudo de nossa dissertação, que não é apenas no Norte e o Nordeste brasileiros que o latifúndio impera, mas todo o país, resultando em uma semicolônia em que a educação é formatada com base nos padrões impostos pelo imperialismo que privilegia a classe dominante e coloca obstáculos ao ingresso da classe dominada nas universidades. Essa realidade também está presente nos outros graus da educação escolar e quando se trata de municípios mais interioranos, em que as atividades camponesas negras, de subsistência são predominantes, essas desigualdades aumentam. Isso também se constata com o número de jovens que adentram ao Ensino Médio no município de Sumé, pois grande parte dessa população faz parte de um grupo étnico negro/camponês, em que analisamos de acordo com o Gráfico 23, dessa dissertação, que até o ano de 2010, cerca de 69%<sup>391</sup> da população sumeense, era composta por pessoas não brancas, conforme dados censitários. São, portanto, questões importantes para serem suscitadas dentro das aulas de Sociologia.

O capítulo 3, “Cultura e ideologia”, trabalha com questões como construção de estereótipos do homem do campo, massacre dos povos originários, determinismo biológico,

---

<sup>391</sup>Conforme já analisado seção 4 através dos dados do IBGE, 62% das pessoas eram pardos; 31% brancos; 7% pretos. Cf. IBGE, 2010.

entre outras questões relativas a diversidade cultural dos vários povos e as desigualdades construídas. Vejamos:

- UNIDADE 1. Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas, 61  
 (...)
   
CAPÍTULO 3. Cultura e ideologia, 62
  1. Primeiras palavras
  2. Cultura e vida social
  3. Escolas antropológicas
  4. Ideologia e comportamento social
  5. Cultura e ideologia
  - 6. Indústria e cultura e meios de comunicação de massa****Considerações sociológicas – novelas brasileiras: alienação ou conscientização na tela?**
  
Direito e sociedade – O Direito e a promoção da cultura
   
Atividades. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

O capitalismo construiu uma relação de desigualdade social entre as classe dominante e dominada e verificamos isso na construção do escravismo no território sumeense e na construção de uma classe camponesa negra, classe dominada não detentora da propriedade da terra, mas vivendo através de arranjos semifeudais que fizeram com que esse povo camponês negro permanecesse sócio e economicamente excluído. Utilizando, inclusive, de uma superestrutura (Estado, legislação, Igreja e educação), o sistema capitalista burocrático faz com que a classe dominada permaneça em um lugar de marginalização.

Já no Capítulo 5, “Raça, etnia e multiculturalismo”, o livro se propõe a analisar categorias como *preconceito, discriminação, segregação* de forma ampla, abarcando todas as formas de preconceitos e discriminações, não apenas a racial<sup>392</sup>, mais também a religiosa, a de orientação sexual, a socioeconômica e etária. Notemos os conteúdos desse capítulo:

- UNIDADE 1. Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas, 61  
 (...)
   
**CAPÍTULO 5. Raça, etnia e multiculturalismo, 108**
  - 1. Primeiras palavras**
  - 2. Preconceito, discriminação e segregação**
  - 3. Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos**

<sup>392</sup>Sobre os conceitos de racismo, preconceito racial e discriminação racial indicamos Almeida (2019) que analisa e faz uma crítica sobre o racismo estrutural que permeia a sociedade contemporânea de classes. Sobre *racismo* esse autor diz que são “*práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam*”. (ALMEIDA, 2019, p. 32, grifos nossos). Já sobre *preconceito racial* diferencia o autor dizendo que “(...) O *preconceito racial* é o *juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertencam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias*” (ALMEIDA, 2019, p. 32, grifos nossos). Por fim, ele relata o que seja a *discriminação racial*, “(...) A *discriminação racial*, por sua vez, é a *atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados*.” (ALMEIDA, 2019, p. 32, grifos nossos).

**4. Multiculturalismo, interculturalidade e ação afirmativa**  
**Considerações sociológicas – Um debate sobre as cotas raciais**  
**Direito e sociedade – Ensino de História da África e dos negros no Brasil**  
**Interfaces – Raça e desempenho esportivo: uma falsa polêmica**  
**Atividades.** (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

O capítulo disponibiliza dados e gráficos sobre as questões de desigualdades raciais que afetam a população negra no Brasil, analisando os assuntos sobre eugenia no século XIX e a teoria do mito da democracia racial, porém mais de forma antropológica. Como já estudado na dissertação, o território de Sumé é constituído por uma população camponesa negra proveniente de um povo escravizado que viveu na região sob o domínio de senhores latifundiários, essas características estão postas na própria etnia do povo camponês de Sumé, povo que ainda vive sendo segregado com a falta de direito a propriedade das terras em que trabalham. Observamos isso na construção da seção 2 e 3 dessa dissertação em que demonstra a expropriação de terras dos povos originários para formação de latifúndios que utilizavam na força de trabalho do povo escravizado na região de São Thomé (Sumé), esse povo formará uma classe camponesa negra possuidoras de minifúndios, segregados a propriedade das terras.

Logo na abertura do Capítulo 8, “Movimentos sociais”, do presente livro didático, se faz um estudo dos principais movimentos sociais existentes no mundo. Vejamos o sumário:

UNIDADE 3. Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea  
 CAPÍTULO 8. Movimentos sociais, 194  
 1. Primeiras palavras  
 2. **Movimentos sociais fenômenos históricos**  
 3. **Características estruturais dos movimentos sociais**  
 4. **Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais**  
 Considerações sociológicas – Os movimentos de legalização das drogas: o caso da maconha  
**Direito e sociedade – A legislação e os movimentos sociais**  
 Interfaces – As manifestações veganas e os direitos dos animais  
 Atividades  
 Movimetação – A voz do cidadão. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

Como podemos verificar, a proposta do capítulo é abordar os movimentos sociais de formas mais global, através da análise dos vários movimentos, examinando, ao mesmo tempo, o mote de cada movimento social e suas reivindicações no decorrer da história, como movimentos sociais sindicais, LGBT, movimentos pela educação, etc., ainda relaciona os ditos movimentos tradicionais, ligando-os à apenas aos movimentos sindicais de trabalhadores urbanos. A parte que concerne aos movimentos sociais rurais e que está relacionada a esfera Brasil, cita apenas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que no livro se resume a apenas dois pequenos parágrafos, trazendo ainda indicações de filmes como *Terra*

*para Rose* e o *Sonho de Rose*, não fazendo relação com outros movimentos camponeses ou com a questão histórica da estrutura latifundiária no Brasil. Contudo, aqui há a possibilidade de se fazer uma correlação com a questão agrária do território sumeense a partir das contradições existentes ao direito à terra aos camponeses e a concentração fundiária no nome de poucos, em geral de famílias tradicionais, ex-senhores de escravizados da região.

O Capítulo 9, “Trabalho e sociedade”, que trata de problemáticas do sistema capitalista regido pela contraprestação de serviços através da relação salarial, é omissivo com relação ao trabalho do camponês dentro da sociedade brasileira. Analisemos o que traz o sumário do livro sobre esse capítulo:

UNIDADE 4. Mundo do trabalho e desigualdade social, 213  
 CAPÍTULO 9. Trabalho e sociedade, 214  
 1. Primeiras palavras  
 2. **A questão do trabalho em Marx, Weber e Durkheim**  
 3. **As experiências de racionalização do trabalho**  
 4. **Sistemas flexíveis de produção**  
 5. **Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos**  
 Considerações sociológicas – Uma breve radiografia da terceirização no Brasil  
 Direito e sociedade – Regulamentação do trabalho  
 Atividades. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

Outras questões que estão dentro do capítulo ainda apresentam o mundo agrário brasileiro através da terceirização, do trabalho temporário, da automação, entre outros, presentes no meio rural, ligados, apenas, a esfera capitalista. Contudo, observamos a existência de contradições com essa visão sobre o mundo agrário brasileiro no próprio território de Sumé, pois, a partir da base de dados do SNCR 2019 (Quadro 3 da seção 2 da dissertação), em que verificamos a concentração de terras e a existência de minifúndios, identificamos a atividade camponesa não necessariamente ligada a relação capitalista de assalariamento, mais também fortes resquícios de uma semifeudalidade expressos no arrendamento, na parceria, na moradia, entre outras categorias, que não se enquadrem necessariamente numa terceirização ou no trabalho temporário assalariados.

No Capítulo 10, “Estratificação e desigualdades sociais”, são examinados, mais uma vez, as categorias de forma mais geral, relativas as desigualdades sociais e a estratificação das várias camadas das sociedades, não apenas a brasileira e também não apenas camponesa negra. Vejamos o sumário e seus respectivos temas:

UNIDADE 4. Mundo do trabalho e desigualdade social, 213  
 (...)
   
 CAPÍTULO 10. Estratificação e desigualdades sociais, 232  
 1. Primeiras palavras

## 2. Formas de estratificação

### 3. Brasil: a interpretação da pobreza e o cenário de mudanças e permanências socioeconômicas

Considerações sociológicas – Desigualdade, pobreza e políticas: notas para debate

Direito e sociedade – PEC das domésticas

Interfaces – Os subterrâneos do mundo do trabalho

Atividades. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

O capítulo trabalha com o conceito de *classes sociais* de Marx, mas, apenas, em relação as questões de burguesia e proletariado urbano. Ainda analisa a questão das desigualdades e estratificação racial no Brasil. Utilizando da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do ano de 2011, que aponta nos dados o rendimento das raças/cor em 5 regiões metropolitanas no Brasil, conclui que o índice de grau de instrução da juventude negra no país é menor com relação as demais etnias. Dentro de um sistema econômico capitalista não devemos necessariamente ter enquanto classes sociais antagônicas (classe dominante e classe dominada) apenas a burguesia e o proletariado, mas, como já mostramos, inclusive dentro de território de Sumé, as relações entre as classes antagônicas podem existir entre senhores x escravizados, latifundiários x camponeses, em que a classe dominada é excluída dentro do capitalismo burocrático.

Já o capítulo 11, “Sociologia do desenvolvimento”, analisa o sistema capitalista e as suas desigualdades sociais. Vejamos o que propõe os conteúdos desse capítulo:

UNIDADE 5. Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas, 257

CAPÍTULO 11. Sociologia do Desenvolvimento, 258.

1. Primeiras palavras

**2. Capitalismo: um sistema entre crises e desenvolvimento**

3. Abordagem e perspectivas do desenvolvimento

4. O debate sobre desenvolvimento na era da globalização

**Considerações sociológicas – O capitalismo e as novas perspectivas sobre o desenvolvimento da globalização**

Direito e sociedade – O Banco do Brics e o desenvolvimento

Atividades. (SILVA, 2016 p. s/n). (Grifos nossos).

O capítulo mostra que o capitalismo está, inclusive, na esfera rural com o agronegócio, a agroindústria de monocultura, sendo substituidores da agricultura familiar e dos métodos tradicionais de cultivo. Porém, não aprofunda mais do que em um pequeno parágrafo sobre essa questão agrária no Brasil, apesar de trabalhar com a Teoria da Dependência<sup>393</sup> e o imperialismo, em que mostra como os outros países exercem influência na economia do Brasil.

<sup>393</sup>A Teoria da Dependência advoga por um modelo de Revolução Socialista da qual defende a necessidade que primeiro haja uma Revolução burguesa, que superará os resquícios feudais, para só em seguida ocorra a Revolução Socialista. Vale salientar que somos contrários a esse tipo de teoria, tendo em vista que a Revolução Socialista só pode surgir somente através da classe trabalhadora.

Cabe uma análise sobre os tipos de relação de trabalho que os estudantes camponeses do Ensino Médio e seus parentes mantêm com os proprietários das terras em que eles executam suas atividades camponesas na condição de arrendatário, meeiro, morador, entre outras categorias analisadas na seção 3 dessa dissertação e que foram retiradas dos dados censitários. Isso prova os resquícios de semifeudalidade em Sumé, proveniente da colonização portuguesa que foi responsável pela expropriação de terras dos povos originários e pela formação de um escravismo-feudal (protocampesinato) e de uma semifeudalidade dos camponeses. Isso também é resultado da influência do imperialismo, principalmente, pós 1889, fazendo com que as características do país ainda continuassem estruturadas em um semicolonialismo em que se reorganizou, inclusive, para que a concentração de terras continuasse sendo em nome de uma burguesia e que se mantivessem voltadas para a monocultura exportadora de alguns produtos consumidos nos países imperialistas.

O capítulo 15, “Sociedade e meio ambiente”, comenta que o surgimento das civilizações se deu a partir das atividades agrícolas e que a concentração de terras ocasionou o esgotamento dos recursos ambientais e o aumento da fome do mundo com o passar dos anos. Observemos o sumário:

UNIDADE 6. A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção, 305  
 CAPÍTULO 15. Sociedade e meio ambiente, 356  
 1. Primeiras palavras  
**2. O Contexto histórico da problemática socioambiental**  
**3. Sustentabilidade e a produção de alimentos**  
 4. Modernização, transformação social e justiça ambiental  
 Considerações sociológicas – A “economia verde” como estratégia de mercado  
 Direito e sociedade – A Legislação ambiental  
 Interfaces – *Parkour*: um exercício de direito à cidade  
 Atividades  
 Movimento – Júri simulado: desocupação do Pinheirinho. (SILVA, 2016 p. s/n).  
 (Grifos nossos).

O capítulo ressalta o aumento da produção e acúmulo de riquezas pela sociedade capitalista e a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, tendo em vista que a concentração de terras é um dos motivos tanto da degradação do meio ambiente quanto da fome no mundo. Sendo assim, o capítulo diz ser necessário uma reforma agrária e uma valorização da agricultura familiar, que corresponde a 84% dos estabelecimentos produtivos no Brasil para produção interna.

Sabemos que o contexto do capitalismo brasileiro predominou a concentração de terras, o que marginalizou os pequenos produtores e aumentou o desemprego e a pobreza. A industrialização do campo por grandes transnacionais não permite o

desenvolvimento da agricultura familiar, que seria mais sustentável e garantiria melhor a qualidade de vida tanto às populações camponesas (que plantam para o mercado) quanto às populações tradicionais (que plantam para sua própria subsistência). (SILVA, 2013, p. 370).

A análise é pertinente e se aproxima com a realidade dos estudantes camponeses do Ensino Médio com relação da terra e a agricultura familiar e de subsistência dentro do território sumeense, como verificado no nosso estudo. A ideia trazida pelo imperialismo é que a agricultura familiar e sustentável, ao mote da Agroecologia, é o ideal para o meio ambiente e gera renda para os agricultores, contudo, isso não passa de uma forma de ratificar as condições de semifeudalidade do povo do campo, tendo em vista que não é dado ao agricultor familiar a propriedade da terra nem condições favoráveis para sua sobrevivência nem da sua família, mas precariza a existência dessas pessoas através de um discurso falacioso de bem-estar e empreendedorismo do povo camponês.

O capítulo traz ainda um pequeno texto apontando sobre o racismo ambiental ou ecorracismo, termo de Robert Bullard (SILVA, 2013, p. 376) utilizado para designar lugares de marginalização e exclusão social de periferias com concentração do povo negro, a exemplo, dos aterros sanitários ou locais com concentração de lixo nas cidades, ligados a uma alta concentração do número de pessoas pobres e negras, no caso em do mundo rural podemos verificar que a exclusão social, assim como a marginalização, está presente quando observamos que os posseiros dos minifúndios existentes com características semifeudais são constituídas pelo povo negro excluído da propriedade das terras. Percebamos que os minifúndios, locais, onde os camponeses realizam as atividades familiares de subsistência, predomina a precarização, em razão da pouca propriedade de terras por parte desses que fazem parte de um povo que tem sua ancestralidade negra e camponesa.

Importante salientar que os capítulos de ambos os livros abordam conteúdos e temáticas para a partir deles se trabalhar com os conceitos ou categorias sociológicas. Dessa forma, para além de trabalhar com questões da Sociologia, esses livros abordam categorias que permeiam as relações sociais dentro desses temas, como: fato social, ação social, classes, entre outros conceitos existentes no cotidiano dos estudantes, mas que nos livros são vislumbrados também a partir da ciência.

Como podemos verificar, os assuntos trazidos pelos livros didáticos do Ensino Médio de Sociologia podem fazer uma correlação com a questão local camponesa negra do município de Sumé. Contudo, essa correlação fica a cargo de cada professor, que deve tecer críticas e trazer as temáticas da esfera global para o local.

Ao término da análise dos livros didáticos de Sociologia que são utilizados como suporte para os professores ministrarem suas aulas na ECI-JGQ, notamos que o livro ainda traz forte referência a uma Sociologia mais ligada às regiões Sul e Sudeste, em que se concentra grande parte dos autores dos livros e das editoras. O professor, para analisar o assunto sobre a ótica mais local (Nordeste, Paraíba e Sumé), deve fazer uma análise extra, quase uma pesquisa para recolher documentos que o auxiliem no desenvolvimento de um conteúdo em sala, coisa que alguns professores tentam fazer, como foi visto em alguns documentos analisados. Contudo, uma aula em que o professor faça os alunos refletirem sobre sua realidade é algo perigoso para o sistema capitalista que quer que os estudantes permaneçam enquanto classe dominada e alienada. Assim, a educação como parte da superestrutura, a cargo do imperialismo, busca desenvolver entraves para que ela própria não surta efeitos revolucionários, para que o professor não coloque questionamentos que façam, de alguma maneira, esses estudantes refletirem criticamente.

#### 4.3.2 Planos, Projetos e Programas dos professores de Sociologia: uma análise das questões agrária e negra em Sumé

Passamos a analisar os conteúdos ministrados no componente curricular de Sociologia das duas escolas de Ensino Médio de Sumé-PB, através de seus Programas Gerais de Componente Curricular (Plano de Curso/Plano de Ensino)<sup>394</sup>, Guias de Aprendizagem<sup>395</sup>, Projeto Mestre da Educação<sup>396</sup>, Programas Estratégicos<sup>397</sup> e Planos de Aulas<sup>398</sup>, com o propósito de identificar se existe neles algum conteúdo ou temática relativas à questão histórico-

---

<sup>394</sup>O *Programa Geral de Componente Curricular* (Plano de Curso/ Plano de Ensino) corresponde ao planejamento do ano letivo e, portanto, dos quatro bimestres letivos, contendo: ementa, objetivo geral, objetivos específicos, conteúdos, procedimentos metodológicos e referências bibliográficas.

<sup>395</sup>O *Guia de Aprendizagem* corresponde ao planejamento do bimestre, contendo: justificativa, atividades didáticas – conteúdo, temas transversais, valores, objetivos específicos, atividades prévias, fontes e referências – professor, fontes e referências – aluno, atividades autodidáticas, atividades didático-cooperativas, atividades complementares e critérios de avaliação.

<sup>396</sup>*Projeto Mestre da Educação* correspondente a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias do ano letivo de 2019, contendo: análise interdisciplinar com os descritores de português e matemática; dados de avaliação da escola, justificativa, objetivos geral e específico, desenvolvimento, caminhos percorridos, cronograma e referências.

<sup>397</sup>*Programas Estratégicos* correspondente até a 4ª semana de planejamento do ano letivo de 2020, contendo: eixo norteador, habilidades da BNCC, objetivos, conteúdos, estratégias, atividades, data de envio e referência para os estudantes.

<sup>398</sup>*Planos de Aulas* correspondente ao 1º bimestre de 2020, contendo: temas, unidades, objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos e avaliação.

sociológica agrária e camponesa negra em Sumé. A seguir apresentamos o nosso conjunto de fontes que nos subsidiaram nessa análise.

**QUADRO 59 - DOCUMENTOS ANALISADOS DO COMPONENTE CURRICULAR DE SOCIOLOGIA DAS DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE SUMÉ-PB**

ESCOLA	MODALIDADE	ANOS	DOCUMENTOS
ECI-JGQ	Integral	1º Ano	- Programa Geral de Componente Curricular de 2019; - Guia de Aprendizagem dos 4 bimestres de 2019.
		2º Ano	- Programa Geral de Componente Curricular de 2019; - Guia de Aprendizagem dos 4 bimestres de 2019.
		3º Ano	- Programa Geral de Componente Curricular de 2019; - Guia de Aprendizagem dos 4 bimestres de 2019.
	EJA	1º Ano	- Plano de Ensino de 2015; - Projeto Mestre da Educação - Cartografia urbana: Sumé em imagens multicoloridas de 2019; - Programa Estratégico Eixo norteador: Economia. Tema: Economia Solidária referente ao 1º mês de 2020.
		2º Ano	- Plano de Ensino de 2015; - Projeto Mestre da Educação - Cartografia urbana: Sumé em imagens multicoloridas de 2019; - Programa Estratégico Eixo norteador: Natureza e sociedade. Tema: Sustentabilidade social referente ao 1º mês de 2020.
		3º Ano	- Plano de Ensino 2015; - Projeto Mestre da Educação - Cartografia urbana: Sumé em imagens multicoloridas 2019; - Programa Estratégico Eixo norteador: Identidade, Autonomia e Cultura. Tema: Cultura referente ao 1º mês de 2020.
IEIC	Ensino Médio	1º Ano	- Plano de Aula de 1º bimestre de 2020.
		2º Ano	- Plano de Aula do 1º bimestre de 2020.
		3º Ano	- Plano de Aula do 1º bimestre de 2020.

Fonte: Quadro elaborado pela autora do texto.

É importante frizar que a crítica realizada aqui por nós foi ao ensino de Sociologia e não direcionada aos professores que ministram esse componente curricular nas duas escolas estudadas. Entendemos que seus Programas Gerais de Componente Curricular (Plano de Curso/Plano de Ensino), Guias de Aprendizagem, Projeto Mestre da Educação, Programas Estratégicos e Planos de Aulas fazem parte do projeto maior de educação que nos é posto como parte de nossa superestrutura pela classe dominante burguesa a serviço do imperialismo que impõe diretrizes curriculares a serem seguidas e conteúdos a serem ministrados. Além do mais, essa superestrutura não se preocupa em desenvolver e ofertar uma formação continuada aos professores para que eles implementem uma visão crítica do cotidiano seu e dos seus alunos e, assim, fazendo com que eles se percebam enquanto agentes histórico-sociais construídos para serem excluídos tanto numa esfera macro quanto micro da sociedade.

Para agravar a situação dos professores, as aulas de Sociologia têm uma carga horária reduzida, com apenas 1 aula de 50 minutos semanal, quando se trata do Integral, e 1 aula

semanal com 35 minutos na EJA, ambos da ECI-JGQ. Com relação ao IEIC, o ensino de Sociologia dispõe de apenas 1 aula semanal de 45 minutos em cada série.

Ao analisarmos o conjunto dos documentos (Programas Gerais de Componente Curricular, Plano de Curso/Plano de Ensino, Guias de Aprendizagem, Projeto Mestre da Educação, Programas Estratégicos e Planos de Aulas) dos professores percebemos que, na maioria das vezes, eles são repetições dos conteúdos predefinidos nos PCN's, na BNCC e nos livros didáticos e, assim como em todos esses documentos, o componente curricular de Sociologia pouco traz referências ao meio rural, a não ser que o próprio professor se proponha adicionar. Mesmo que os conteúdos dos livros didáticos possam possibilitar uma reflexão sobre as relações sociais a nível nacional aos estudantes, como dito no tópico anterior, os o conjunto dos documentos (Programas Gerais de Componente Curricular, Plano de Curso/Plano de Ensino, Guias de Aprendizagem, Projeto Mestre da Educação, Programas Estratégicos e Planos de Aulas) analisados pouco propõem uma dimensão que possibilite uma reflexão a nível mais local.

Para isso, a de se revelar que uma das razões apontadas pelos professores é que, muitas vezes, eles tentam implementar temáticas que se proponham a uma reflexão mais local do cotidiano seus e de seus alunos, porém, devido ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>399</sup>, por exemplo, a cobrança é vinda dos próprios alunos para que os professores se atenham aos conteúdos que vão ser discutidos nessa prova. E como é de conhecimento, no ENEM a maioria dos conteúdos é voltada às questões das regiões do Sul e Sudeste do país, fazendo com que os conteúdos referentes ao Norte e Nordeste sejam vistos de forma superficial e limitada. Outra questão importante para se ressaltar e já visto na análise no PPP-JGQ, é a preocupação com a nota do IDEB da escola. Assim, os professores em suas disciplinas, de alguma forma, devem desenvolver metodologias de ensino aprendizagem de forma a dialogarem com as disciplinas que são cobradas no IDEB, isto é, Português e Matemática. Não estamos querendo tirar a parcela de culpa dos professores, mas examinar que os conteúdos

---

<sup>399</sup>O Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998, como uma ferramenta para avaliar o desempenho dos estudantes ao término do ensino médio. Contudo, no ano de 2009 começou a ser usado para o acesso ao ensino superior através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). O ENEM passou a ser instrumento para homogeneização do ensino no Brasil, e que direciona, assim como os livros dos didáticos, os conteúdos a serem abordados em suas avaliações, em que na sua maioria faz parte de realidades centro-sul do país, não abrangendo as diversidades regionais. Muitas escolas passaram, dessa forma, a direcionar o seu ensino com base nos conteúdos utilizados nos exames do ENEM, além do mais, as instituições de ensino passaram a usar o número de alunos aprovados no ENEM como forma de angariar mais estudantes. Muitos sistemas de ensino, financiados pelo capitalismo começaram a produzir materiais e elaborar “metodologias” de ensino para vender nas instituições de ensino privado do ensino médio como formas efetivas de aprovação. Dessa forma, o ENEM em nada auxiliar para uma educação que possibilite o aluno a realizar uma crítica as contradições existentes em seu cotidiano.

ministrados em sala de aula, na maioria das vezes, são imposição do sistema capitalista que propõe uma educação burguesa, que tende a prender, cada vez mais, os professores para realizar as suas imposições de forma entrar uma perspectiva de educação transformadora como todo.

Dessa forma, identificamos que há Planos de Aulas que apenas apresentam um rol de conteúdos sumariados, sem qualquer descrição de ementas, objetivos, metodologia, avaliação e referencial bibliográfico. Mas, também tivemos acesso a outros documentos como Programas Gerais de Componente Curricular, Guias de Aprendizagem, muito bem elaborados, contendo conteúdos, justificativa, estratégias de ensino, objetivo geral e específicos, metodologia, com várias referências bibliográficas, com links contendo textos e vídeos para trabalhar com os alunos, etc. Contudo, neles pouco foi encontrado a correlação possível com as relações histórico-sociais locais, no caso a formação do território de Sumé através do seu povo camponês negro.

Como já foi referendado, sobre a temática camponesa, questão agrária, rural pouco foi analisado no conjunto de documentos examinados. Com relação as questões éticas, encontramos em todos os documentos analisados (Programas Gerais de Componente Curricular, Plano de Curso/Plano de Ensino, Guias de Aprendizagem, Projeto Mestre da Educação, Programas Estratégicos e Planos de Aulas) sobre o conteúdo, porém relacionado apenas à esfera mais nacional. Se esses professores trataram sobre as questões das relações sociais camponesa negra nas suas aulas de Sociologia não foi deixado de forma explícita nos seus documentos analisados.

Com relação as questões étnicas, encontramos conteúdos e temáticas abordando-as, contudo, ligadas as referências teóricas apenas culturais/antropológicas. Muitos dos temas não aparecem explicitamente nos conteúdos abordados, mas estão melhor desenvolvidos nos objetivos ou nas estratégias de ensino do conjunto de documentos elaborados pelos professores e já referendados, como: O determinismo biológico na Europa e no Brasil; A diversidade cultural no Brasil Racismo, discriminação, preconceito e intolerância religiosa; Identidade, Autonomia e Cultura; Raça, Etnia e Multiculturalismo; Preconceito, Discriminação e Segregação; Raça, Racismo e Etnia: Aspectos Socioantropológicos (Teorias raciais e eugênicas; A teoria da democracia racial; Etnia: superando o conceito de raça.). A abordagem teórico-metodológica da Antropologia é diferente da metodologia histórico-dialética implementada na discussão de nossa dissertação. Dessa forma, os conteúdos abordados tanto com uma perspectiva cultural, antropológica e pós-modernas, no conjunto de documentos elaborados pelos professores, foram substituídos pelos conceitos e o método do materialismo histórico-dialético de Marx,

demonstrando a possibilidade de desenvolver uma aula no ensino médio utilizando da perspectiva marxista.

Dentre os conteúdos ministrados pelos professores de Sociologia das duas escolas de Ensino Médio estudadas (pública e particular) destacamos alguns que serviriam para suporte para reflexão sobre a questão histórico-social camponesa negra na cidade de Sumé. No caso do nosso estudo direcionaremos as indagações utilizando o método do materialismo histórico-dialético de Marx como feito na análise dos conteúdos dos livros didáticos utilizados no componente curricular de Sociologia no Ensino Médio de Sumé. Como os conteúdos já foram analisados nos livros didáticos do Ensino Médio de Sociologia que os próprios professores utilizam e citam nos seus documentos, optamos por nos ater aos objetivos, justificativas ou estratégias de ensino que abarcassem a temática da dissertação.

A partir desse momento passamos a analisar os documentos referentes ao Ensino de Sociologia da Escola JGQ, na sua modalidade Integral. Ao examinarmos o Programa Geral de Componente Curricular de 2019, Guia de Aprendizagem dos 4 bimestres de 2019 das três séries do Ensino Médio, pudemos constatar que poucos deles abarcam conteúdos relacionados à esfera “rural”, “agrária”, “campo” ou “camponês”, quando tratado foi de forma indireta, como quando do estudo do conteúdo Economia Solidária. Por outro lado, encontramos vários conteúdos ligados às questões urbanas, como: Projeto Mestres da educação temos: A nova Sociologia Urbana; Conflitos urbanos: violência e privatização do espaço público; Culturas Urbanas. O que se torna discrepante com um dos objetivos do PPP da ECI-JGQ, que é trabalhar com a realidade local, que, como já visto, o Ensino Médio de Sumé absorve grande parcela do alunado que faz parte do povo camponês.

Na análise do Guia de Aprendizagem da EIC José Gonçalves de Queiroz – 1º ano do Ensino Médio – 2019<sup>400</sup>, não encontramos no 1º bimestre conteúdo que pudéssemos fazer correspondência com a questão camponesa negra no município de Sumé. Assim, o primeiro conteúdo destacado foi “Socialização e instituições sociais” (Grupos sociais, Controle social: Mecanismos e agentes de controle social.), cuja abordagem parte do 2º bimestre, em que analisamos objetivos específicos:

- Compreender a importância do processo de socialização dos indivíduos, assim como conhecer e avaliar o papel das instituições sociais nesse processo.
- **Identificar os tipos de controle social exercido pelas instituições.**
- Analisar como a socialização e o controle social, influenciam nas escolhas e comportamento do indivíduo na sociedade;

---

<sup>400</sup>O componente curricular de Sociologia na modalidade integral da ECI-JGQ é atualmente ofertado por um professor efetivo, graduado em Ciências Sociais, e que possui Mestrado em Sociologia pelo Profocio.

**- Demonstrar como o processo de socialização vai nos tornando membros de uma sociedade onde já existem padrões a serem seguidos e ao longo dos anos aprendemos a internalizá-los.**

- Incentivar a interpretação de textos, tomando como referência as deficiências apresentadas com base nos descritores 11 e 14 de Língua Portuguesa. (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019). (Grifos nossos).

A indicação para abordagem do tema parte do materialismo histórico-dialético em que podemos analisar as instituições sociais como educação, judiciário e Igreja, superestrutura que ajudaram no surgimento das contradições. No caso de Sumé, observamos a existência de povos originários, não existindo propriedade privada das terras nessas sociedades “primitivas”. Assim, as contradições começaram a ocorrer a partir das invasões portuguesas e da consequente expropriação das terras dos povos originários, erguendo-se a propriedade privada em forma de latifúndios, a exemplo temos a análise das sesmarias de Sumé que são demonstrações da estruturação de grandes latifúndios no século XVIII. Além das contradições fundiárias, verificamos o aparecimento de classes antagônicas, os latifundiários como classe dominante e os escravizados como classe dominada. Assim, os mecanismos que levaram a essa construção, como as cartas de sesmarias e a legislação vinda de Portugal e implementada no Brasil, conformaram uma estrutura de semifeudalidade típica brasileira, mas que já era presente em Portugal há séculos.

Referente ainda ao 1º ano do Ensino Médio, classificamos alguns conteúdos do 3º bimestre, que trazem as seguintes temáticas: “Multiculturalismo; Preconceito, discriminação e segregação; Raça, racismo e etnia: aspectos socioantropológicos.”. Dessa forma, analisemos os objetivos específicos dos conteúdos:

**Compreender os conceitos de raça, racismo, etnia e etnicidade e suas inter-relações.**

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- **Discutir criticamente os temas do racismo e de algumas formas de preconceito e de discriminação como resultado das relações e práticas sociais estabelecidas historicamente.**

- **Identificar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais.**

- Perceber que a assimilação e a manutenção do pluralismo cultural são as principais formas de integração.

Incentivar a interpretação de textos, tomando como referência as deficiências apresentadas com base nos descritores 11 e 14 de Língua Portuguesa. (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019). (Grifos nossos).

O conteúdo ainda poderia abordar as questões da existência e do quantitativo de escravizados no território de São Thomé (Sumé), assim como, as atividades exercidas por esse povo dentro dos latifúndios da região, analisando concomitantemente a existência das fazendas

e dos senhores de ex-escravizados. É importante demonstrar a estrutura étnica dos alunos e as atividades que os mesmos exercem como resquícios de uma ancestralidade negra e camponesa.

No Guia de Aprendizagem da EIC José Gonçalves de Queiroz – 2º ano do Ensino Médio – 2019, a professora coloca como justificativa da unidade relativa ao 1º bimestre: “A sociologia como disciplina de Ensino Médio deve contribuir para o entendimento e as reflexões sobre o espaço social, motivando o desenvolvimento de análises críticas da realidade e compreendendo os métodos para analisar as realidades sociais.”. Da mesma forma, selecionamos alguns assuntos que servem como conexão para uma reflexão local como: “A contribuição da Sociologia para a interpretação da sociedade contemporânea”, cujo os objetivos específicos que estacarmos foram:

- Apresentar a sociologia como uma disciplina que tem como principal objeto de estudo a sociedade e suas transformações;
- **Desenvolver o senso crítico e problematizar as ações cotidianas dos alunos;** (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019) (Grifo nosso)

É importante a utilização dos estudos sociológicos para compreendermos as contradições, as desigualdades existentes nos dias atuais na região de Sumé, tanto com relação a população e suas relações sociais, quanto relativo ao próprio território, analisando os movimentos sociais locais camponeses e negros como forma de luta e resistência contra a classe dominante. É importante explorar a reflexão dos estudantes sobre sua realidade camponesa negra, através relações histórico-sociológicas já abordadas nas seções dessa dissertação, para que os mesmos construam uma consciência crítica e de classe para resistência e luta por seus direitos.

Passando para a análise do 2º bimestre, ainda referente ao 2º ano do Ensino Médio, classificamos alguns conteúdos: “O tema das desigualdades na sociedade contemporânea”; “As teorias de classe e estratificação social”; “Desigualdade social e dominação”.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Perceber a realidade social como objeto de investigação sociológica.
- **Identificar as expressões do fenômeno da desigualdade social na sociedade contemporânea.**
- **Conhecer algumas teorias explicativas de fenômenos como as posições sociais, as classes sociais e a estratificação social.** (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019). (Grifos nossos).

O presente conteúdo em conjunto com seus objetivos dá continuidade aos temas referendados no 1º bimestre, pois trata da realidade dos estudantes como construções históricas

que se reorganizaram com o passar dos tempos dentro da sociedade na formação de classes sociais. Dessa forma, os conteúdos do 3º bimestre, do 2º ano do Ensino Médio, abarcam: “Movimentos sociais”; “Movimentos sociais como fenômenos históricos”; “Características estruturais dos movimentos sociais”. Neles observamos os seguintes objetivos:

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Identificar movimentos sociais existentes em nossa realidade.
- Perceber como os movimentos sociais são originados.
- **Reconhecer as transformações dessa forma de luta social de acordo com as mudanças da sociedade, diferenciando os chamados movimentos tradicionais dos novos;**
- **Distinguir os elementos que conferem identidade aos movimentos sociais, bem como seus objetivos e antagonismos.** (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019). (Grifos nossos).

Os conteúdos reforçam a ideia trazida nas aulas anteriores e, ao mesmo tempo, traz a importância do conhecimento dessas relações de contradição da região como construtores de classes sociais antagônicas e desiguais em que muitos dos estudantes fazem parte da classe social dominada e não tem essa percepção da reflexão para a mudança de sua realidade na luta, resistência e busca por direito a propriedade das terras.

Com relação ao 4º bimestre do 2º ano do Ensino Médio Integral da ECI-JGQ, ainda selecionamos os conteúdos: “Juventude: uma invenção da sociedade”; “Juventude: Um tempo de preparação e responsabilidades”, em que verificamos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Desenvolver o olhar sociológico do aluno sobre a importância dos jovens na sociedade;
- ✓ Promover diálogo sobre o quanto a participação dos jovens nas questões sociais é importante;
- ✓ Apresentar a questão da identidade e sua importância na definição da juventude atual. (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019).

O conteúdo possibilita que os estudantes se percebam enquanto agentes transformadores da sua realidade, que podem utilizar o conhecimento das relações histórico-sociais para combater o sistema opressor, de forma a questionar a sua posição dentro da sociedade de classe.

Do Guia de Aprendizagem da EIC Jose Gonçalves de Queiroz – 3º ano do Ensino Médio – 2019, separamos e analisamos questões pertinente a pesquisa apenas do 1º bimestre, tendo em vista a correspondência com o objetivo do estudo. É relevante que analisemos a justificativa da unidade, qual seja:

Partindo do pensamento dos clássicos da sociologia pretendemos instigar os alunos a observar que a vida particular está vinculada à sociedade e que o dia a dia das pessoas se relaciona a acontecimentos próximos e distantes, no tempo e no espaço. Utilizando os recursos da Sociologia enfatizaremos a importância de alguns conceitos básicos para a compreensão da história cotidiana. Dessa maneira, a Sociologia é um instrumento para compreender como os indivíduos agem em sociedade. (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019).

Assim, no 1º bimestre destacamos os temas: “Marx analisa a realidade histórica.”; “Marx e a teoria da acumulação”. Dessa forma, analisemos um dos objetivos: “Relacionar o protagonismo do indivíduo ou da sociedade com as teorias fundamentais da Sociologia clássica” (IDEM). Como já visto, é possível utilizarmos conceitos marxistas para o ensino de Sociologia, assim como já foi demonstrado que também podemos realizar o ensino de Sociologia verificando o tema relativo ao povo camponês negro no município de Sumé utilizando de conceitos marxistas, por exemplo: classes dominante e dominada; contradições; superestrutura; infraestrutura; força de trabalho; meios de produção, etc.

O 2º bimestre do 3º ano do Ensino Médio Integral, de certa maneira, dá continuidade ao 1º bimestre, pois traz temáticas em que são utilizados conceitos marxistas. Dessa forma, destacamos os conteúdos: “O trabalhador e o trabalho no mundo atual”; “O sentido do trabalho”; “O lugar do trabalho na vida em sociedade”; “O labirinto do mercado de trabalho”; “Tecnologia, trabalho e mudanças sociais”; “Organização do trabalho no século XX”; “As experiências de racionalização do trabalho”; “A flexibilização e a sociedade”; “A terceirização do trabalho”; “Precarização do trabalho”; “Trabalho: cenário atual, avanços e retrocessos”; “As transformações recentes no mundo do trabalho”. Pensamos que seja importante analisarmos conjuntamente com os conteúdos a justificativa da unidade:

✓ É imprescindível pensar e analisar historicamente a questão do trabalho, remetendo a uma visão da diversidade das formas de trabalho em várias sociedades, até chegar a capitalista, deixando claro que muitas formas anteriores ainda sobrevivem e estão incorporadas à nossa sociedade. **É importante analisar a presença do trabalho escravo e servil com nova configuração nas sociedades contemporâneas.** (GUIA DE APRENDIZAGEM DE SOCIOLOGIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019). (Grifos nossos).

É relevante aqui destacar que a professora colocou enquanto justificativa da unidade o trabalho escravo e servil como fazendo parte das formas de trabalho existentes na sociedade. Para isso, examinamos também os objetivos da unidade:

**Fornecer aos alunos elementos para pensar e analisar historicamente a questão do trabalho, remetendo-os a uma visão da diversidade das formas de trabalho em várias sociedades, até chegar à capitalista.**

- ✓ Avaliar a importância das transformações no mundo do trabalho e seus impactos nos trabalhadores, nos sentidos do trabalho e na organização social.
- ✓ **Avaliar o trabalho como fator organizador da vida em sociedade;**
- ✓ Identificar que os sistemas flexíveis de produção tendem a precarizar o trabalho, levando ao aumento do desemprego, à desregulamentação dos contratos de trabalho e ao aumento da pressão pela redução dos custos com a mão de obra;
- ✓ Conhecer as mudanças recentes no mundo do trabalho e a reorganização das empresas com base nas inovações tecnológicas e organizacionais, bem como o estudo desses processos pela Sociologia; (IDEM). (Grifos nossos).

Utilizando dos conceitos de Marx, podemos analisar o trabalho dos estudantes provenientes do campo, examinando como se dão as relações de trabalho camponesas atuais e, ao mesmo passo, explorar o sentido que o trabalho tem para e na vida desses alunos e de seus familiares. Ao mesmo tempo, vislumbrar o lugar que o trabalho que eles exercem tem para com a sociedade que fazem parte, a forma de influência na economia do município, sondando as formas existentes de produtor que os caracterizam como: arrendamento, parceria, moradia, posseiro etc., indagando e fazendo com que eles reflitam quais formas de tecnologia utilizam no trabalho do campo. É importante aqui ressaltar a precarização das suas formas de trabalho dentro das terras e como a falta de propriedade e a forma de trabalho como arrendatário, meeiro, parceiro, influenciam na sua vida.

Agora passamos a analisar os documentos referentes ao EJA dessa mesma escola. Com relação aos Planos de Ensino da EJA só conseguimos os de 2015, a justificativa do professor foi que os Planos foram realizados na própria plataforma *online*, e a mesma não dava mais acesso ao professor verificar os planos de 2016 ao ano de 2019. Vale salientar que os Planos de Ensino da EJA estão divididas em 2 bimestres (1º e 2º bimestre) para cada série, que compreende 1 semestre. Isto é, a cada um semestre o aluno do EJA, sendo apto nas avaliações, passará para a próxima série do Ensino Médio. Analisamos também o Projeto Mestre da Educação de 2019, ligado a área das Ciências Humanas e suas Tecnologias, dos três anos do Ensino Médio. Ainda foi possível examinar o Programa Estratégico do componente curricular de Sociologia para as primeiras semanas de aulas de 2020, analisando, principalmente, os tópicos do programa: Apresentação da Disciplina: Eixo Norteador; Objetivos; e Estratégias. Dessa forma, analisamos a documentação que tínhamos em a nossa disposição.

Passando para explorar os Planos de Ensino do EJA, é importante ressaltar inicialmente que cada série do Ensino de Jovens e Adultos tem duração de um semestre (com dois bimestres cada). Assim, da mesma forma que analisamos os conteúdos do Ensino Integral referente aos 3 anos do Ensino Médio relativos aos quatro bimestres, aqui fizemos uma triagem dos conteúdos de cada ano que possibilitou uma reflexão sobre o cotidiano dos alunos, principalmente relativo à formação do grupo de camponeses negros.

Dessa forma, o tema analisados no Plano de Ensino ECI José Gonçalves de Queiroz, 1º ano do Ensino Médio EJA, 2015 foi no 1º bimestre: “Sociedade e indivíduo”, que tem como um dos objetivos “Proporcionar aos alunos os primeiros contatos com a Sociologia, seus temas e abordagens, evidenciando que, para realizar este exercício, precisamos estar munidos de ferramentas teóricas que nos auxiliem a compreender a dinâmica social.” (PLANO DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2015). Essa dinâmica social deve vir conjuntamente com a investigação do meio social que os estudantes interagem em conjunto com conceitos da ciência sociológica. Assim, podemos perceber que no EJA também existe a possibilidade de analisarmos os conceitos de Marx para que os estudantes percebam as dinâmicas sociais que os envolvem enquanto agentes sociais modificadores do seu meio. Como estamos trabalhando com a questão camponesa negra, a análise pode partir das características da semifeudalidade da qual fazem parte.

Conjuntamente com essa temática podemos dar continuidade as questões relativas à dinâmica social dos alunos nos conteúdos relativos ao 2º bimestre, os quais analisamos: “Karl Marx” e “A divisão social do trabalho na sociedade capitalista”, que traz como objetivos:

- Compreender as transformações acerca da concepção sobre trabalho ao longo da história.
- Identificar as mudanças no processo e na organização do trabalho
- Reconhecer que o trabalhador muitas vezes gera uma mercadoria não tem acesso a ela, ou não participa do uso, não tem condições de comprar, muitas vezes, aquilo que ele mesmo produziu. (PLANO DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2015).

É relevante aqui examinar as questões referentes ao trabalho que os estudantes exercem nos sítios que fazem parte e a sua relação com a terra: arrendatário, posseiro, parceiro, morador etc., sendo importante demonstrar que essa forma de produção rural, para além de está na realidade deles, está presente desde do período da colonização do território sumeense, formando as contradições fundiárias como latifúndio versus atividade camponesa de subsistência.

No Plano de Ensino EIC José Gonçalves de Queiroz do 2º ano do Ensino Médio EJA, 2015, separamos o conteúdo relativo ao 1º bimestre: “O determinismo biológico na Europa e no Brasil”, em que foi retirado o objetivo “Reconhecer o caráter multiétnico e a diversidade cultural da sociedade brasileira, adotando perante tal pluralidade atitudes isentas de preconceitos.” (PLANO DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2015). O conteúdo aqui retoma questões já

trazidas pelos livros didáticos, que partem da questão do determinismo biológico a partir da influência eurocêntrica.

Como buscamos do método do materialismo histórico-dialético buscando analisar a construção da classe camponesa negra no território de Sumé, aplicamos em nossa análise a construção da divisão de classes sociais a partir da produção material escravista no Brasil em que o capitalismo privilegiava a classe dominante, a burguesa branca, ao mesmo passo em que os censos brasileiros mostram um quantitativo maior da etnia negra na região de Sumé, assim como na zona rural do município como ancestralidade de um povo negro escravizado das fazendas locais formando um povo camponês negro.

Com relação ao 2º bimestre no 2º ano EJA da JGQ, temos as temáticas: “O que é educação?”; “A diversidade cultural no Brasil, Racismo, discriminação, preconceito e intolerância religiosa”, cujo o objetivo específico retirado e analisado foi: “Identificar traços culturais característicos de diferentes regiões do Brasil; Combater o preconceito e a discriminação concernente às tradições de matriz africana; Perceber a importância e o papel da escola na fomentação de uma ideologia de respeito à diferença.” (PLANO DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2015). Nesse conteúdo é interessante abordar o acesso a educação dos grupos sociais, percebendo o grau de instrução dos familiares desses estudantes, principalmente os provenientes da zona rural.

É importante entender aqui que a Escola e a Igreja como parte da superestrutura do sistema capitalista e, por isso, contribuintes para que essa marginalização do grupo dominado seja ratificada. A Escola fazendo com que os alunos não construam uma consciência de classe, ou seja, não se percebam enquanto classe explorada, com a falta de acesso a informações pertinentes para a transformação. A Igreja também como um importante instrumento que por muito tempo auxiliou na exclusão da classe dominada para favorecer a classe dominante.

Na análise do Plano de Ensino de Sociologia do 3º ano do Ensino Médio EJA da EIC José Gonçalves de Queiroz, 2015, os conteúdos examinados foram apenas do 2º bimestre: “Cidade e relações sociais”; e “A cidade como questão sociológica”. Em que temos como objetivos: “Analisar como a Revolução Industrial durante o século XIX, com o crescimento das cidades, alterou as relações sociais; Refletir sobre o processo de urbanização no Brasil como autoritário e excludente.” (PLANO DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2015). Destacando no território de Sumé as questões fundiárias, analisamos que, apesar do seu processo de urbanização o município, ainda detém um comércio dependente da circulação provenientes das atividades

rurais de pequenos agricultores da região, resquícios de uma formação de uma classe dominante latifundiária e da formação camponesa de agricultura de subsistência.

Passamos agora a investigar a proposta do Projeto Mestre da Educação do 1º ano Do Ensino Médio EJA da EIC José Gonçalves de Queiroz, 2019, cujo o título é “Cartografia Urbana: Sumé em Imagens Multicoloridas”. Observamos que o Projeto é um dos poucos de cita o trabalho na cidade de Sumé, tendo em vista que o projeto é direcionado a analisar a região através de imagens. Porém, o autor buscou direcionar seu trabalho para uma cartografia urbana, não relatando as questões rurais. Analisemos os objetivos do projeto:

- ✓ Relacionar teoria com a prática.
- ✓ Compreender criticamente a realidade sociohistórica em que estamos inseridos, possibilitando o acesso à educação contextualizada.
- ✓ **Analisar histórica e sociologicamente a cidade de Sumé a partir de fotografias feitas pelos educandos.**
- ✓ Incentivar a leitura, o debate e a produção textual a partir das fotografias.
- ✓ Incentivar a interdisciplinaridade, bem como o trabalho coletivo entre educadores e educandos. (PROJETO MESTRE DA EDUCAÇÃO DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2019). (Grifos nossos).

O trabalho é de grande importância para analisar as relações sociais dentro do território sumeense, sendo que aqui teria significativa relevância a análise de uma cartografia rural, com apontamentos da existência de muitos sítios e fazendas antigas, cujas as estruturas das casas ditam o tipo a classe social do morador daquelas residências rurais e, assim, a evidenciaria a relação fundiária. Em que muito dessas casas ainda servem de moradia dos estudantes junto com seus familiares e não sabem que a formação daquela residência é proveniente de uma cartografia histórico-social agrária repleta de contradições.

Partiremos para a análise dos Programas Estratégicos do EJA Ensino Médio da ECI José Gonçalves de Queiroz, 2020, que foram aplicados nas primeiras semanas de aula dessa modalidade de ensino. O professor não discrimina as séries nos Programas Estratégicos, mas, pela disposição e suas respectivas temáticas, acreditamos que seguem a sequência dos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio.

Os Programas Estratégicos do EJA de 2020 procuram integrar os estudantes a Sociologia com questões relativas as regiões e, conseqüentemente, a realidade dos alunos. Assim, são documentos que enfatizam o trabalho sobre o território de Sumé, o qual o Programa para o 1º ano EJA teve como temática: “Economia solidária” em que o professor se propôs “(… pesquisar sobre empreendimentos solidários em nossa região, inclusive pensar em construir seus próprios empreendimentos numa perspectiva do comércio justo e da economia solidária” (PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EJA ENSINO MÉDIO DA ECI JOSÉ GONÇALVES

DE QUEIROZ - 4ª SEMANA 2020a.) Aqui, além da importância de integração dos estudantes às categorias sociológicas, podemos acrescentar a questão da atividade de agricultura de subsistência e familiar na econômica dos estudantes e como atividade local. Examinando, ao mesmo passo, a classe social e étnica que é composta os camponeses que fazem parte da agricultura de subsistência e sua relação com a economia solidária.

O Programa para o 2º ano EJA teve como tema “Sustentabilidade social”, em que um dos objetivos do professor foi “Contribuir para a autonomia argumentativa dos alunos, de forma que os mesmo se percebam enquanto agentes inseridos numa determinada realidade local que está em constante diálogo com o global”, tendo como estratégia no ensino aprendizagem “Inicialmente, os alunos serão instigados a pensarem sobre nossa cultura em seus variadas manifestações. O objetivo é fazer com que eles percebam que nossas identidades são construções históricas.” (PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DO EJA ENSINO MÉDIO DA ECI JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ - 4ª SEMANA 2020b). É de extrema relevância que os estudantes se percebam enquanto classe social que fazem parte do grupo marginalizado. Apesar do professor trabalhar com identidade e cultura, a proposta da nossa pesquisa é trabalhar como classe dominante e classe dominada, sendo capaz de reverter as contradições históricas submetidas o povo camponês negro através da construção de uma consciência de classe que busque o caminho revolucionário.

Por fim, o Programa para o 3º ano EJA apresentou o “Eixo norteador: Identidade, Autonomia e Cultura. Tema: Cultura”, em que a estratégia do professor foi:

O objetivo é fazer com que eles percebam que nossas identidades são construções históricas. (...)Por fim, os alunos irão debater sobre a seguinte questão: se somos o resultado de uma diversidade étnico-racial e cultural, por que o racismo é tão forte no Brasil? (PROGRAMA ESTRATÉGICO DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO EJA DA EIC JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ, 2020).

Como já bem trabalhado em todo o estudo sobre a classe camponesa negra em Sumé, aqui podemos integrar os estudantes a essa realidade local, abarcando as questões da existência de escravizados na região e o quantitativo de habitantes negros em todo território, principalmente na zona rural, partindo da percepção deles mesmos enquanto descendentes e fazendo parte da etnia negra.

Partindo para a análise dos Planos de Aulas de Sociologia do Instituto Educacional Imaculada da Conceição (IEIC), só tivemos acesso aos do 1º bimestre de 2020 das três séries do Ensino Médio, os quais também fizemos uma triagem relativa ao ensino de Sociologia ligado

a classe camponesa negra de Sumé<sup>401</sup>. Infelizmente os Planos de Aulas cedidos são resumidos, não trazendo muitas informações que possibilitassem uma análise mais ampla da forma de abordagem que cada conteúdo foi realizado em sala de aula. A grande maioria dos professores têm receio de dispor do seu material pedagógico, principalmente dos Planos de Aula e dos Planos de Ensino, por receio de retaliação da própria comunidade acadêmica que em parte dos casos realizam críticas não apenas ao material, mas ao próprio profissional de educação. O que não é objetivo do presente estudo, tendo em vista que a finalidade é analisar quais conteúdos se aproximam ou podem ser utilizados para abordar o ensino camponês da etnia negra em Sumé, por meio o ensino de Sociologia analisando o conjunto de documentos elaborados pelos professores assim como os conteúdos trazidos pelos livros didáticos. É fato que foram realizadas críticas à documentação examinada, mas entendemos que os apontamentos aos materiais desses professores são mais direcionadas à superestrutura que os absorvem por meio dos livros didáticos, falta de tempo, carência de formação continuada, precarização da profissão, entre outras problemáticas, que servem de ferramentas para que o sistema capitalista burocrático faça que a educação reflexiva e combativa não alcance os estudantes e professores. Dessa forma, que as críticas do presente estudo sirvam de incentivo, assim como sabemos que a nossa dissertação também será alvo de críticas de futuros trabalhos científicos de outros pesquisadores, inclusive de futuras críticas nossa mesma.

Destacamos os conteúdos que o professor de Sociologia colocou em seu Plano de Aula referente ao 1º ano do Ensino Médio para o 1º bimestre de 2020:

**Conteúdos: 1ª unidade**

- Conceitos de Sociologia
- Senso comum e Conhecimento Científico
- Imaginação sociológica

**Conteúdos: 2ª unidade**

- Contexto histórico
- Sociologia de Auguste Comte
- Teoria dos três estados de Auguste Comte

Influência do positivismo no Brasil (PLANO DE AULA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA DA CONCEIÇÃO, 2020).

Dos conteúdos demonstrados acima, referentes ao 1º bimestre do 1º ano do Ensino Médio, não encontramos nenhum que pudéssemos relacionar ao cotidiano dos alunos que vem do meio rural e que fazem parte da etnia negra na região de Sumé. Muitas vezes o conteúdo não demonstra de forma inteligível as temáticas que podem ser desenvolvidas pelos professores,

---

<sup>401</sup>O componente curricular de Sociologia da modalidade EJA da ECI-JGQ é atualmente ofertado por um professor efetivo, porém que possui graduação em História, e Mestrado em Sociologia pelo ProfSocio.

mas que podem está contidos nos objetivos do Plano de Aula. Assim, analisamos os objetivos dos referidos conteúdos:

**Tema:** Sociologia: a ciência da sociedade

**Objetivos: 1ª unidade (23/01/2020 a 20/02/2020)**

- Compreender a identificar a diferença entre senso comum e conhecimento científico;
- **Compreender a metodologia de produção do conhecimento;**
- **Entender o conceito e a importância da imaginação Sociologia para a compreensão do indivíduo e sociedade.**

**Tema:** Surgimento da Sociologia

**Objetivos: 2º unidade (27/02/2020 a 02/04/2020)**

- Analisar o conteúdo histórico social que caracteriza o surgimento da Sociologia;
- Compreender a teoria positivista de Auguste Comte;
- Compreender as influências do positivismo no Brasil. (IDEM). (Grifos nossos).

Os temas fazem referência as questões mais introdutórias do componente curricular da Sociologia. Podemos analisar que a Sociologia, enquanto ciência, pode ser utilizada para entender a produção de conhecimento dos alunos. Contudo, chamamos atenção com relação a metodologia utilizada na presente dissertação que é o do materialismo histórico-dialético de Marx, que parte da produção histórica e social a partir da realidade dos indivíduos, sendo contrário a essa produção de um conhecimento sociológico a partir da imaginação<sup>402</sup>, tendo em vista que o indivíduo, por ser um sujeito social, produz fatos concretos materiais do seu cotidiano.

Ao analisarmos o Plano de Aula referente ao 2º ano do Ensino Médio do IEIC, nos deparamos com os seguintes conteúdos propostos para serem trabalhados no 1º bimestre de 2020:

Conteúdos: 1ª unidade

- O que é cultura?
- Conceito antropológico de cultura
- **Etnocentrismo e relativismo cultural**

Conteúdos: 2ª unidade

- **Diversidade cultural brasileira**
- **Conflito étnico-raciais no Brasil**
- **Questão afro-brasileira**
- **Questão indígena**

**Culturas urbanas.** (PLANO DE AULA DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA DA CONCEIÇÃO, 2020). (Grifos nossos).

---

<sup>402</sup> Marx faz uma crítica a Hegel, principalmente porque este analisava que o ser social a partir inicialmente do campo das ideias, do idealismo da metafísica para o concreto. Assim, a crítica de Marx a Hegel não é devida o campo da metafísica em si, mas que essas subjetivações devem partir do concreto, do real, das relações sociais materiais. A nossa provocação é justamente converter esse ensino de Sociologia que parte do campo das ideias, para o materialismo, isto é, da produção material vinda da realidade dos próprios alunos a partir da construção da história de seus antepassados permeando sua realidade enquanto seres sociais. MARX, 2007, p. 93.

Examinando os conteúdos elencados, destacamos os temas que poderiam ser abarcados no ensino de Sociologia direcionado a questão camponesa negra local. É importante também que também se apresente os objetivos que estão relacionados aos conteúdos, os quais seguem:

Tema: Faces da cultura

Objetivos: 1ª unidade (23/01/2020 a 20/02/2020)

- Compreender o conceito antropológico de cultura;
- Problematizar a relação entre natureza e cultura;
- **Problematizar as noções de etnocentrismo, alteridade e relativismo cultural,**

Tema: Diversidade cultural

Objetivos: 2ª unidade (27/02/2020 a 02/04/2020)

- Compreender as noções de diversidade cultura e multiculturalismo;
- **Problematizar a identidade nacional e o conflitos étnico-raciais no Brasil, especialmente as questões indígenas e afro-brasileiras**
- Compreender as dinâmicas culturais juvenis e as tribos. (IDEM). (Grifos nossos).

Mais uma vez encontramos uma maior presença de conteúdos relacionados a uma perspectiva culturalista, a crítica que fazemos não é a cultura em si, mas como ela é abordada dentro dos conteúdos relativos aos teóricos culturalistas da antropologia e a pós-modernidade, pois estes redimensionam o cultural ao mundo das ideais, das mentalidades e omitem que as relações sociais culturais surgem do concreto, da materialidade. Quando analisamos a diversidade cultural brasileira estamos examinando a heterogeneidade étnica existente no país que se deu a partir do processo de colonização. Mas, para além disto, o que se deve colocar em consideração é que essa diversidade está presente através da existência dos povos originários locais, como é o caso do povo Sucuru, ainda através da etnia dos escravizados, assim como também dos povos europeus invasores. Podemos indagar que essa diversidade se deu através de desigualdades sociais, de maneira a formar classes antagônicas como a classe dominante, a dos invasores europeus e da classe dominada, as dos povos originários locais e depois do povo africano escravizado que, como já demonstrado, teve sua existência no território.

Os conflitos étnico-raciais se desenvolveram justamente na formação do latifúndio dentro do território, retirando as terras dos povos originários, realizando, inclusive, o etnocídios destes, assim como a negação de terras tanto aos descendentes desses povos - que quase inexistem atualmente - quanto pela renúncia a propriedade de terras aos escravizados.

Destacamos na citação acima ainda o conteúdo “Culturas urbanas”, por ser um tema recorrente nos documentos das aulas do ensino de Sociologia. Notamos que é comum os professores darem mais relevância aos conteúdos relativos a zona urbana, a cidade, e em contrapartida, existe uma omissão ou a falta de conteúdos que abarquem o meio agrário, principalmente as questões relativas ao camponeses.

Verificamos, ainda, uma similaridade com os Planos de Aulas de Sociologia do IEIC 2020, com os Guias de Aprendizado da ECI-JGQ, tanto no Ensino Integral 2019, quanto com o Plano de Ensino da EJA 2015, ainda com o Projeto 2019 e com Programas Estratégicos 2020, com relação a ligarem os conteúdos as questões culturais antropológicas.

Passando para análise do Plano de Aula referente ao 3º ano do Ensino Médio do IEIC, identificamos os seguintes conteúdos propostos para serem trabalhados no 1º bimestre de 2020:

Tema: Poder, dominação e política

Conteúdos: 1ª unidade

• Conceito de dominação

• **Poder e política no Brasil**

Conteúdos: 2ª unidade

• Democracia participativa e representativa

• Cidadania: uma construção histórica

• **Participação política e movimento sociais.** (PLANO DE AULA DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA DA CONCEIÇÃO, 2020). (Grifos nossos)

Destacamos dentre os temas “Participação política e movimentos sociais”, uma vez que foi uma temática recorrente dentro dos movimentos rurais, e foi da mesma forma abordado nos demais conjunto de documentos elaborados pelos professores do ensino público, e agora observamos a existência de uma temática que traz o assunto para o meio do ensino privado do IEIC. Verifiquemos quais são os objetivos desses conteúdos:

Tema: Democracia e cidadania

Objetivos: 1ª unidade (23/01/2020 a 20/02/2020)

• Apreender o significado dos termos sociológicos utilizados para entender os fenômenos políticos;

• **Entender que os fenômenos políticos ocorrem em dado contexto e conforme a história específica de cada civilização;**

Objetivos: 2ª unidade (27/02/2020 a 02/04/2020)

• **Entender como o regime político democrático funciona no Brasil;**

• **Perceber como a cidadania depende de políticas públicas que as garantam.** (IDEM). (Grifos nossos).

Contudo, na tentativa de analisar mais profundamente como é explorado os movimentos sociais dentro do componente curricular de Sociologia na escola supramencionada, constatamos que não foi possível analisar se o professor trata do tema sobre movimentos sociais camponês em suas aulas, essa omissão pode demonstrar tanto uma falta de conhecimento relativo aos movimentos sociais, principalmente o que tange ao conteúdo que trata dos movimentos rurais, quanto a falta de documentação não cedida para exame, para que pudéssemos observar se nos demais bimestre o professor traz à tona novamente algum conteúdo que pudesse analisar questões de movimentos camponeses agrários.

Embora o conteúdo “Poder e política no Brasil” não se trata de um conceito marxista, podemos analisar o tema sob a ótica do materialismo histórico-dialético, sendo o poder do Estado superestrutura do capitalismo e, assim, representação da burguesia sob crivo do imperialismo que faz com que se forme classes sociais, dominante e dominada. Assim sobre Estado e política Marx coloca:

Como o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. (MARX, 2007, p. 76).

Os movimentos sociais populares, como MST e LCP (Liga dos Camponeses Pobres), surgem contra essa política hegemônica do Estado que se diz democrático, mas historicamente vem colocando as margens as camadas mais populares da civilização, fazendo com que as desigualdades não apenas se perpetuem, mas alarguem-se. A má distribuição de terras no território sumense é um exemplo dessa política imperialista, que não faz com que haja a distribuição de terras para quem necessita mais, mas efetiva a perpetuação da concentração de terras, fazendo com que os latifúndios existentes desde a colonização, como vistas nas sesmarias de Sumé, continuem existindo até os dias atuais.

Existe uma falta consciência de que somos cidadãos detentores de direitos plenos, na realidade a legislação, como superestrutura do Estado burguês, realiza manobras que faz com que pensemos que somos possuidores de direitos, quanto esses direitos são negados ou retirados da população, principalmente as que necessitam das instituições ditas públicas. O desmantelamento dessa falsa consciência de que somos detentores de direitos está no próprio jargão de “educação como direitos de todos”, sendo que a classe mais pobre da sociedade vive fora dela e em se tratando no meio camponês e negro essa marginalização se alastra e se torna mais visível. A problemática é que isso não é posto para nossos estudantes, o que faz com que o conhecimento deles fique redimensionado a uma esfera nacional que é distante das realidades que eles estão.

Podemos verificar, dessa forma, que existe a possibilidade de se trabalhar com estudantes enquanto sujeitos históricos transformadores da sua realidade social e econômica de forma sustentável, através da agricultura de subsistência, em contrapartida a exploração do latifundiário que busca a agricultura exportadora. É importante relacionar as atividades econômicas realizadas pelos estudantes e seus familiares fazendo parte de uma classe dominada pelo latifundiário. Examinar, indagar e demonstrar que as atividades que praticam nas terras,

fazem parte de uma ancestralidade negra camponesa que trabalhavam em atividades de subsistência desde as invasões dessas no período da colonização e interiorização do território.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as temáticas histórico-sociais sobre a formação do latifúndio, e a constituição do povo camponês negro no município de Sumé, não estamos examinando apenas uma questão local, contendo as suas particularidades, mas também as influências sofridas no contexto nacional - tendo em vista que as questões agrárias negra são vislumbradas em todo território brasileiro - sobre domínio do imperialismo em as características semifeudais imperam até os dias atuais nas relações rurais, principalmente quando se trata de pequenos agricultores que sobrevivem através de uma agricultura de subsistência.

O etnocídio dos povos originários para expropriação de suas terras, assim como a concentração e a formação da propriedade privada latifundiária, foi inaugurado pela política implementada pela Coroa portuguesa com as capitânicas hereditárias e com as sesmarias, depois repassadas sua manutenção para outros países imperialistas. A economia voltada ao escravismo fazia com que a formação de classes antagônicas estivesse presente junto a construção do latifúndio local, que se desenvolveu através da objetificação dos africanos escravizados que passaram a exercer a força de trabalho no campo, e esteve presente também no território sumeense como mostra os registros de batismo, crismas, casamentos, óbitos e inventários analisados. Essa marginalização foi firmada pelas próprias superestruturas do Estado, da legislação e da Igreja Católica, a serviço da burguesia, que permitia o uso desses indivíduos como classe dominada explorada, vivendo de forma precária e desumana. Assim, observando o quantitativo de escravizados na região de Sumé, constata-se a formação de uma classe negra local, que vai está presente até nos dias atuais através de seus descendentes, povo negro camponês, conforme verificado nos censos demográficos analisados, demonstrando que o povo sumeense é proveniente desse passado escravista.

Para além de uma classe negra, a estrutura fundiária do território foi – como ainda permanece sendo -, formada por uma maioria de camponeses, estes, descendentes de escravizados que conseguiram se firmar pequenas glebas de terras para produzir uma agricultura de subsistência no tempo que não estavam trabalhando para os seus senhores. A permanência do povo escravizado nessas glebas formou uma classe de pequenos produtores rurais que não detiveram a propriedade dessas terras, mas na maioria das vezes, constituíram um escravismo-feudal, para depois se estruturar com características de um semifeudalismo através das figuras dos moradores, meeiros, arrendatários e parceiros, numa estrutura semifeudal.

Falamos de traços semifeudais na estrutura fundiária brasileira, tendo em vista que, parte do que era, – como ainda há continuidade com as relações entre os camponeses atualmente no território - produzido na agricultura, ou parcela da criação de animais desses pequenos agricultores, era repassados para os proprietários das terras que eles viviam há anos, muitas, repassadas por seus ancestrais há séculos. Formas bem parecidas com as “obrigações” servis (como a talha, a corveia, etc.) características do feudalismo Europeu, mas que ganhou particularidades dentro da estrutura fundiária brasileira. Não estamos dizendo que existiu feudalismo no Brasil, na Paraíba ou em Sumé, estamos afirmando que essas formas de atividades econômicas pré-capitalistas/semifeudais têm estrutura semelhante da que era vista no feudalismo europeu, uma vez que, na Europa, existia o pagamento de “obrigações” feitas pelos servos/camponeses, por meio do trabalho nas terras dos senhores, ou ainda através do direcionamento de parte das mercadorias produzidas por eles aos senhores feudais, como forma de tributo que permitia que os camponeses pudessem permanecer produzindo nelas.

Essa estrutura fundiária não fornecer ao produtor/camponês a propriedade da terra, demonstrando que o problema agrário no Brasil não foi resolvida, tendo em vista, que grande parcela dessas terras não são de propriedade de quem realmente produz nelas, de quem de fato atribuiu uma função social e faz a economia local se desenvolver, estamos falando dos pequenos agricultores que trabalham a partir de uma economia familiar, na maioria das vezes de subsistência.

Grande parte dos alunos do território sumeense faz parte da zona rural, trabalhando nas terras conjuntamente com seus familiares, porém, não se percebem nas contradições existentes ao seu redor, enquanto camponeses, negros, pobres que fazem parte de uma classe dominada sem direito a propriedade de terras, os colocando à margem da sociedade.

Assim, a educação que poderia formar uma consciência de classe para luta contra o capitalismo, faz parte da superestrutura do sistema capitalista, que historicamente exclui do direito a educação à classe negra, camponesa e mais pobre da sociedade. E quando de fato oferta a educação para classe dominada é justamente para constituição de uma força de trabalho, e não para formação de uma consciência de classe, em que os estudantes se entendam enquanto explorados pelas forças do imperialismo.

Mesmo com a chamada redemocratização política no Brasil, pós ditadura militar, e com a homologação da Constituição de 1988, entre outros aparatos legais, esse movimento foi realizado pela camada dominante da sociedade. Não estamos aqui dizendo que não houve conquistas de direitos da classe dominada, houve, em vários campos. Mas essas conquistas foram mínimas pelo ganho que a burguesia, classe dominante, obteve utilizando as

reivindicações dos movimentos sociais. Além do mais, as poucas conquistas vindas realmente do povo marginalizado, foram efetivadas a toque de esmolos, como um “cala boca” para que os movimentos populares estancassem suas lutas. Porém, muitas dessas conquistas, foram e estão sendo retiradas, o que demonstra que a classe dominante nunca esteve preocupada em manter as conquistas do povo.

A educação como direito de todos é um exemplo disso. A construção da educação nunca foi para todos, mas para os filhos e filhas da classe dominante, tendo em vista, a construção dos livros didáticos, que na maioria dos casos não abarcam as realidades que possam modificar a vida dos estudantes mais pobres e marginalizados da sociedade. O que podemos constatar é que até houve uma entrada em massa nas escolas dos filhos e filhas da classe dominada, contudo quando se observa a permanência dos estudantes provenientes dessa classe marginalizada, assim como a qualidade de ensino que é ofertado nas escolas, notamos uma alta porcentagem dos índices de evasão, permanência e repetência.

Estamos a mercê de editoras do Sul e Sudeste que estão à cargo do imperialismo, que redimensionam os conteúdos a realidades dessas regiões como se fosse uma realidade nacional, homogeneizando as diferenças regionais. Além disso, a própria estrutura educacional, os componentes curriculares, a carga horária, não fazem com que os estudantes permaneçam ou deem continuidade a sua instrução escolar.

Assim, o sistema do capitalismo burocrático vem se reorganizando para manter a classe dominada em um locus de marginalização. O ataque a educação vem sendo um dos principais objetivos. Verifica-se que por mais que a porcentagem de estudantes provenientes da classe dominada venha aumentando tanto no ensino médio quanto no superior, ainda continua ínfima comparada ao número elevado de estudantes que fazem parte da classe dominante e que estão dentro do ensino médio e superior, sendo ainda mínima a presença dos filhos da classe dominada principalmente dentro dos cursos tidos como de elite. Mas fato é que existe um crescimento mínimo do povo marginalizado dentro da educação. Contudo qualquer movimento que a classe dominada faça, é perigoso para o capitalismo, que vem estando em crise desde 2008.

Assim, o sistema capitalista investe contra a educação através principalmente dos componentes curriculares humanas, a exemplo, Sociologia que hoje tem uma carga reduzida, de 1 aula semanal em cada série do ensino médio. Ainda dentro do sistema das Escolas Integrais Cidadãs, verificamos a precarização dos profissionais na área da educação em que, os professores ficam presos dentro da estrutura escolar em dois turnos sem poder sair delas, sobrecarregando sua função. O espaço de pesquisa que o professor fazia no tempo que não

estava na escola foi, desta forma, retirado junto com o tempo e com o aumento da carga de trabalho que são utilizadas para ministrarem componente curriculares suplementares, ou itinerários formativos, que não agregam ao campo de luta e resistência dos alunos.

Os livros didáticos quase não abarcam a realidade camponesa, para piorar a situação dos alunos provenientes das zonas rurais, como foi analisado, sendo o professor, muitas vezes, responsável por trazer temáticas relacionadas à essa realidade. Assim, o sistema capitalista vem tentando de todas as formas acabar com uma tentativa de ensino que possibilite uma construção reflexiva dos estudantes do ambiente em que vivem e buscar a resistência de qualquer ensino voltado a imposições da classe burguesa.

Os movimentos de ocupação de provenientes de muitos movimentos estudantis secundaristas ocorridos no Brasil é um exemplo de resistência contra a estrutura opressora do capitalismo em uma perspectiva classista, combativa e transformadora da realidade. Esses estudantes que ocuparam os prédios das escolas de ensino médio eram contra justamente os acordos financeiros feitos pelo governo que realizou alianças com a política imperialista, na tentativa de reorganizar a educação e abrir condições para conglomerados financeiros internacionais tomassem conta da educação básica, fato que abriu brechas para que ideias neoliberais adentrassem aos muros das escolas.

Agora, no contexto em que vivemos de pandemia do COVID-19, neste ano de 2020, o governo fascista em conjunto com corporações privadas, em formato de plataformas digitais como o Zoom, Google Classroom, Microsoft Teams, ligadas ao imperialismo tomou conta da educação do Brasil. Essas plataformas, além de precarizar a educação - as tornando uma educação à distância - estão tendo acesso a todos os dados pessoais dos professores e até mesmo dos alunos.

Essa reorganização do capital burocrático aparece de forma mais visível na pandemia, porém podemos dizer que ela já existia, mas, que se fortaleceu com a justificativa de que a educação não poderia parar e que as plataformas digitais serviriam como solução momentânea para que os estudantes não “perdessem” o ano letivo. O que de fato era apenas uma justificativa para que o capitalismo, em crise, se reerguesse e fortalecesse sua estrutura utilizando da educação básica. Acontece que com a pandemia, o capitalismo só encontrou uma brecha para esfacular ainda mais com a educação, através das plataformas que buscam cada vez mais a desconexão com o ensino reflexivo que apenas é possível dentro das escolas com o contato professor e alunos.

Para piorar a situação, muito dos governos, Federais, Estaduais e Municipais até cogitam que essas plataformas possam continuar no pós-pandemia, isso só ratifica a maneira necrosada

que o capitalismo tenta reproduzir a sua forma de exclusão social, tendo em vista que nem todos os estudantes estão podendo ter acesso por falta de recursos físicos. Mas essa educação na forma de plataformas digitais precarizada ainda mais a educação, pois nem todos os alunos das escolas da rede pública de ensino têm acesso a internet ou aos meios digitais para acessarem as plataformas. Muitos dividem computadores com os irmãos, pais e outros familiares para poderem acessar suas aulas, outros esperam os pais ou algum familiar chegar em casa para poder acessar as aulas disponibilizadas pelos professores. Outros quando não têm nenhum outro tipo de acesso, são disponibilizados atividades impressas, as chamadas atividades dialógicas, é o caso dos alunos provenientes da zona rural, camponeses em que a internet mal chega nos sítios que residem, muitas vezes também não tem como se deslocar para pegar as atividades impressas, o que já se torna um engodo querer dizer que o acesso está sendo de forma igualitária através de uma folha repleta de atividades.

Aqui temos um abismo, uma problemática que passaremos anos para resolver, e se for integrada as aulas híbridas, isto é, aulas nas plataformas digitais conjuntamente as aulas presenciais esse problema aumentará.

A implementação dessas aulas à distância, que inicialmente seriam impostas nas universidades, encontrou seu espaço na educação básica, prejudicando não apenas uma educação reflexiva, mas até mesmo a saúde dos professores, estudantes e pais de alunos que se veem numa realidade que não abarca sua existência enquanto cidadão de direito, e até ser humano. Causando adoecimento e desistência dos que não conseguem acompanhar porque não têm os meios para poder dar continuidade, causando desestímulo.

E o que fazer? A luta e resistência por direitos deve vir em forma de conhecimento para formação de uma consciência de classe, forte, que não esteja em nenhum âmbito a serviço da burguesia, deve estar apenas e somente a serviço do povo sem acordo com qualquer área da classe dominante do capitalismo burocrático.

Movimentos reivindicatórios estudantis dentro de escolas de educação básica demonstram que um ensino que busca vislumbrar as contradições do ambiente social dos alunos, através de uma formação de uma consciência de classe, os transforma em agentes ativos para modificação da sua realidade e da coletividade que fazem parte. A Sociologia enquanto componente curricular que integra a reflexão da realidade dos alunos é uma ferramenta para que questões como essas emergem dentro do ambiente escolar na abordagem para conhecimentos revolucionários.

O campo é uma demonstração de locus de contradições, de formação de classes antagônicas, e são nas escolas que a juventude rural está e precisa ficar atenta de onde é formada

as relações sociais desiguais em que os colocam as margens da estrutura capitalista e que precisam realizar uma reflexão para a revolução de sua realidade enquanto classe.

Por fim, a pesquisa desenvolvida partiu da análise da realidade dos estudantes do município de Sumé-PB, mas para além de ser um trabalho acadêmico parte da experiência de sala de aula, no ensino do componente curricular de História. Contudo, as grandes discussões sobre as relações sociais vindos dos estudantes, dos colegas professores, professores da área de Sociologia, e posteriormente das proposta do próprio programa de mestrado, Profsocio, proporcionou visualizar e realizar uma pesquisa em que a mesma fizesse sentido e tivesse importância prática para a vida dos estudantes, para os professores de Sociologia e para questões acadêmicas. Mas quero registrar que foi de grande relevância para a autora que desenvolveu a dissertação, pois a partir da pesquisa e análise das contradições existentes dentro do âmbito de sala de aula, que verificou-se que o cerne das problemáticas devem ser vistas a partir da raiz dos problemas, dessa feita, o meu radicalismo perante o problema da educação vem justamente do que o próprio Marx dizia do que era ser “radical”, isto é, ir até a “raiz”. Assim parto para a luta, resistência para uma educação que traga não a transformação, mas a revolução a partir da nossa classe dominada.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888. Campina Grande, 2011.p.70.
- ACERVO PARTICULAR FRANCISCO ADRIANO COSTA MOURA, disponível em:< [https://www.facebook.com/messenger\\_media?thread\\_id=100006468384459&attachment\\_id=170307447746035&message\\_id=mid.%24cAAAAB4xK2rp4akw821yOQbwgaTI\\_>](https://www.facebook.com/messenger_media?thread_id=100006468384459&attachment_id=170307447746035&message_id=mid.%24cAAAAB4xK2rp4akw821yOQbwgaTI_>): acesso em 21 de maio de 2020.
- ALEXANDER, Michelle. **Renascimento das Castas**. O encarceramento. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de e SANCHEZ, Livia **Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil**. Revista Eletrônica de Educação, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.
- ALMEIDA, Moises Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco**: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 181-205, jul. 2016. Quadrimestral. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3942>. Acesso em: 19 outubro 2020.
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte rupestre nos cariris velhos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVARÁ 5 DE OUTUBRO DE 1795. Disponível em:< <https://arisp.files.wordpress.com/2010/02/alvara-de-5-de-outubro-de-1795-dig.pdf>>: Acesso em 03 de março de 2019. BRASIL. Decreto nº 8072, de 20 de junho de 1910. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, RJ, 24 jun. 1910.
- ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio**: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. 2015.p. 68. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em:<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/saojoaodocariri.pdf>>: Acesso em 23 de Abril de 2019.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. **Assentos de Batismo de 1752-1837**, livros 1, 2 e 3, folhas 02 a 91, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.
- ARQUIVO DA PARÓQUIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. **Assentos de Batismo de 1850-1872**, livros 8,9, 10, 11, 12 e 13, folhas 84 a 199, localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. **Assentos de Crismas de 1778-1816**, livros 2 ao 68 localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. **Assentos de Casamentos de 1752-1816**, livros 51 a 166 localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. **Assentos de Óbitos de 1778-1808**, livros 101 ao 148 localizada na cidade de São João do Cariri no Estado da Paraíba.

BARBOSA, Dione Pereira. **A questão agrária no Município de Monteiro – PB: problematizações no ensino de Sociologia**. p.247. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Prof socio) Universidade Federal de Campina Grande, Pós-Graduação, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé. Sumé – PB. 2020.

BARBOSA, José Elias Borges. **As nações indígenas da Paraíba**. In.: IHGP. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000, p. 134 - 150.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)**. Campina Grande, 2010.

BERRIOS, G.E. O estupor revisitado. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 145-165, mar.2011. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142011000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000100011)>: Acesso em 21 de mar de 2020.

BIBLIOTECA DIGITAL CURT NIMUENDAJÚ. **Línguas e culturas indígenas sul-americanas**. Disponível em <:<http://www.etnolinguistica.org/index:obras>>: Acesso em 21 de maio de 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918**. Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, RJ, 08 de janeiro 1918.

BRASIL . **Lei 15 de novembro de 1827**. Disponível em:<ver em [BRASIL. \*\*Ato Adicional de 16 de agosto de 1834\*\*. Disponível em <:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>: Acesso em 02 de agosto de 2010.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html#:~:text=Manda%20criar%20escolas%20de%20primeiras,logares%20mais%20populosos%20do%20Imperio.&text=Art%204%C2%BA%20As%20escolas%20ser%C3%A3o,que%20f%C3%B3r%20possivel%20estabelecerem%2Dse.>: Acesso em 02 de agosto de 2010.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

BRASIL. **Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854.** Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. >: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Lei Eusébio de Queirós, Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm)>: Acesso em 15 de março de 2018.

BRASIL. Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. **Lei do Ventre Livre.** Disponível em: <  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>>: Acesso em 15 de março de 2018.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872** - Parahyba. pag. 70. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v5\\_pb.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf)>. Acessado em: 21 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879. Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885. **Lei do Sexagenário** Disponível em:  
 < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/516121> >: Acesso em 18 de março de 2018.

BRASIL. Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885. **Legislação Servil.** Disponível em:  
 < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179463> >: Acesso em 18 de março de 2018.

BRASIL. Lei Imperial n. 3.353 de 13 de maio de 1888. **Lei Áurea.** Disponível em: <  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/385454>>: acesso em 13 de março de 2018.

BRASIL. Decreto 981, de 08 de novembro de 1890. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Código Civil de 1916**, Lei nº 3.071 de 1916.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de Janeiro de 1925.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm)

BRASIL. **Decreto nº 19.402, de 14 de Novembro de 1930, Secretária de Estado.** Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ver em: Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931.** Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1934.** Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) >: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm)>: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> >: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>>: Acesso em 02 de agosto de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Terra, Lei nº. 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Senado Federal, 1964.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Câmara dos Deputados, Brasília, 15 dez. 1967. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-normaatualizada-pl.pdf>> Acesso em: 16 setembro. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>: Acesso em 08 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 08 de agosto de 2020.

BRASIL. Parecer nº 853/71, de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei 5.692. *In Documenta nº 132*, Rio de Janeiro, nov. 1971.

BRASIL. **Parecer nº 853/71**, de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei 5.692. *In Documenta nº 132*, Rio de Janeiro, nov. 1971.

BRASIL. **Resolução N.º 8**, de 1.º de dezembro de 1971. Rev. Bras. Enferm. vol.25 no.1-2 Brasília Jan./Apr. 1972. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reben/v25n1-2/0034-7167-reben-25-02-0176.pdf>> Acesso em 8 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.** <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6888-10-dezembro-1980-365941-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. **Decreto nº 89.531, de 5 de abril de 1984.** <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89531-5-abril-1984-439813-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982.**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997, p. 24. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acesso em 21 de agosto de 2020.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM). **Parecer CNE/CEB 15/98.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=853-parecer-ceb-15-98-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=853-parecer-ceb-15-98-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)>: Acesso em 19 de agosto de 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 03/98.**

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao\\_ceb\\_0398.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0398.pdf)

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.** Lei nº 9.394/96. Brasília, 1997. BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Lei n.º 9.394 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Bases Legais. Brasília: Ministério da Educação, 2000.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> acesso em 22 de agosto de 2020.

BRASIL. MEC. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2000.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>> acesso em 22 de agosto de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** 2004.

BRASIL. **Lei nº. 11.684 de junho de 2008.**

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-publicacaooriginal-99168-pl.html>

BRASIL. MEC. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Volume 3. 2006.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)> Acesso em 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2006.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)> Acesso em 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEMTEC, 2006.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_02\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf)> Acesso em 21 de agosto de 2020.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCNs+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 2002.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>> 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, 05 de out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 30 de abril agosto de 2020.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)> Acesso em: 27 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 30 abril. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.** Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 30 de abril. 2020.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira:** um estudo sobre o estado do Acre. P. 284. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A brecha camponesa no sistema escravista.** In: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade:** a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano. 2015. p.183. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. João Pessoa, 2015.

CIRNE, Ruy. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 4.ed. Brasília: ESAF, 1988, p. 36.

DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808. **Ordenações Filipinas**. Título XLIII: Das Sesmarias. Disponível em:< <http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l4pa1028.htm>>: Acesso em 3 de março de 2019.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais no Brasil**. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>: acesso em 27 de abril de 2020.

ESCOLA AGROTÉCNICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO EVALDO GONÇALVES DE QUEIROZ. **ALMANAQUE DE SUMÉ**: Lenda e história de um povo caririzeiro. Prefeitura Municipal de Sumé. SUMÉ 2011.

FERREIRA, Líbia Naftali Lucena. **Imagens da arte**: a cidade de Sumé/Pb e o ensino das artes visuais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A questão agrária no Brasil: da incompreensão teórica ao oportunismo onguista**. Geografia das Redes de Mobilização Social na América Latina: resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida. Curitiba, 1 de novembro de 2017.

GALLIZA, Diana Soares de. **A escravidão na Paraíba**. In.: IHGP. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Editora Fulgor Biblioteca de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1964.

GUIA DE APRENDIZAGEM. **Sociologia, 1º ano Ensino Médio. 2019**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral. Sumé – PB, 2019.

GUIA DE APRENDIZAGEM. **Sociologia, 2º ano Ensino Médio. 2019**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral. Sumé – PB, 2019.

GUIA DE APRENDIZAGEM. **Sociologia, 3º ano Ensino Médio. 2019**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral. Sumé – PB, 2019.

HERCKMAN, Elias. **Descrição geral da Capitania da Parahyba**. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, Recife, Tomo V, n. 31, 1886.

IBGE, 2017. **Cidades**. Disponível

em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/historico>>: Acesso em 23 de Abril de 2019.

HOMANN, Johann Baptist. **Portugalliae et Algarbiae cum finitimis Hispaniae Regnis: Castiliae, Legionis, Andalusiae**. Biblioteca Nacional de Portugal, 1664-1724. Disponível em:< <http://purl.pt/912>>: Acesso em 20 de abril de 2019.

IBGE. Sumé. *In.*: **Cidades e Estados**. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/sume.html>>: Acesso em 21 de junho de 2019.

IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Diretoria Geral de Estatística. **Parahyba**. pag. 70. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v5\\_pb.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_pb.pdf)>. Acessado em: 21 jan. 2020.

INNOCENTINI, Thaís Cristina **Capitanias Hereditárias: Herança colonial sobre desigualdade e instituições**. Dissertação de Mestrado Escola de Economia de São Paulo. 2012, p. 15.. 2009. Disponível em:< [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2790/1\\_63070100009.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2790/1_63070100009.pdf) >: Acesso em 23 de maio de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Saeb**. Disponível em:< <https://medium.com/@inep/resultados-do-saeb-2017-f471ec72168d>>: Acesso em 21 de setembro de 2020.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. 2. ed. Brasília-DF: Thesaurus, 1977.

KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. **Os índios Tapuias do Cariri Paraibano no período colonial: ocupação e dispersão**. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN). V.9. N.24, set/out. 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval & SANFELICI, José Luis (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 77-95.

LEI DE TERRAS DE 1850, **Lei nº 601/1850**. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1850 - vol. 00.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história social da escravidão em Campina Grande- século XIX. 2008. p.429. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D. & Sanfelice, J. L. (Eds.) (2002). **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 3ª ed. Autores Associados. Campinas-SP, 2005.

MACHADO, Igor José de Renó; et al. **Sociologia Hoje**. Volume único: ensino médio. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **O Manifesto do Partido Comunista**. 4ª edição, Boitempo Editorial. São Paulo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Crítica à filosofia de direito de Hegel**. Tradução: Rubens Enderle e Leonardo de Deus, 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005, p.27-143.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano, 1ª ed. São Paulo: Editora: Boitempo, 2007, p. 85-98.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Editora Boitempo. São Paulo, 2012, p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I o processo de produção do capital. Editora Boitempo, 2013.

MATTOS, INOCCENTINI, Thaís e BENELLI, Yuri. **Capitanias Hereditárias e desenvolvimento**: Herança colonial sobre desigualdade e instituições. Enlinson Mattos (coord.), Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE. v. 42, n. 3 . dez. 2012. Disponível em:< <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1428/1124>>: Acesso em 23 de maio de 2019.

MEDEIROS, Tarcízio Dinoá,; MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do Cariri paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

MEDEIROS. J. B. Coriolano de. PARAHYBA. *In.*: **Revista do Instituto Histórico e Geográfica de São Paulo**. Typographia do Diário Oficial. São Paulo, 1915.

MENDONÇA, José Ricardo Nunes. Do oásis à miragem: uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé – PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010. Disponível em:< <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp132697.pdf>>: Acesso em 19 de setembro de 2020.

MEUCCI, Simone. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil**: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. Mediações, Londrina, V. 12, N. 1, P. 31-66, JAN/JUN. 2007.

MORAES, Amaury. **Ensino de sociologia**: periodização e campanha pela obrigatoriedade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011.

MOREIRA, Adriano. **Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494**. *In.*: Legado Político do Ocidente. (cooperação) A. Moreira e Alejandro Bugalho São Paulo, 1978.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos**. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 42-59, set. 2006.

NOZOE, Nelson Hideiki. **Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia**. Economia: revista da ANPEC, Brasília, ANPEC, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006. Disponível em: < [http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587\\_605.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf)>. Acesso em 20 de março 2020.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Currais, cangalhas e vapores**: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920). 2017.

p. 429. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB, 2017.

NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etnico-histórico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

NIMUENDAJU, Curt (1883-1945). **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2. ed. Brasília, DF : IPHAN, IBGE, 2017.

ORDENAÇÕES AFONSINAS: Livro IV, Título LXXXI: Das sesmarias, Disponível:<  
<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l4p281.htm>>: Acesso em 3 de março de 2019.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Livro IV Título 67: Das sesmarias. Disponível em:<  
<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l4p164.htm>>: Acesso em 3 de março de 2019.

ORTIZ, Renato. **Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil**. Novos Estudos, nº 27, julho, 1990, pp.163-175.

PAIVA, Isadora Barreto; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **A Sociologia no ensino médio: uma revisão crítica de estudos selecionados**. Revista Eletrônica Armada Crítica. Ano 2: Número Especial. Dezembro 2010. ISSN1984473.

PAIVA, Isadora Barreto; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **O ensino de sociologia nos termos dos parâmetros curriculares nacionais: Uma crítica ontológica**. MovimentoAção, Dourados, v. 3, n. 4, p. 55-69, fev. 2016.

PALUDO. Conceição. **Materialismo Histórico Dialético: relações trabalho educação, movimentos sociais e desafios para a pesquisa**. In.: Trabalho e educação : interlocuções marxistas, Georgia Cêa, Sonia Maria Rummert, Leonardo Gonçalves (Orgs.). Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas, escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 – 1843**. 2014. 330p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

PARAÍBA. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas**. 2020. Disponível em:  
<https://sites.google.com/view/ecipb/programa>. Acesso 14 de setembro 2020.

PEREIRA, Maciel, Kátia Maria. **Distorção idade-série e evasão no Ensino Médio Regular Diurno na E. E. E. F. M. Profº. José Gonçalves de Queiroz entre os anos de 2010 A 2016** Sumé – PB. (Monografia de especialização em Gestão Pública), UFCG-CDSA. 2017.

PRÉVOST, A. F. **Carte du Bresil, prem. partie, depuis la Riviere des Amazones jusqua la Baye de Tous les Saints, pour servir à l'Histoire Generale des Voyages**. Biblioteca Nacional de Portugal, 1757. Disponível em: <<http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/306/306.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

PINTO JUNIOR Joaquim Modesto e FARIAS Valdez (org.), **Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata**, Brasília: MDA, 2007 Vol. III.

PINTO JUNIOR Joaquim Modesto e FARIAS Valdez. Lei das Sesmarias 1375. Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata, Brasília: MDA, 2007 Vol. III.

POLLIG, João Victor. **Apropriação de terras no Caminho Novo**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, PPGH, 2012.

POMBO, Rocha. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. 2. ed. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Letras, 2011.

PORTUGAL. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494**. Disponível em:<  
[http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado\\_tordesilhas/ficha.html](http://purl.pt/162/1/brasil/obras/tratado_tordesilhas/ficha.html)>: Acesso em 23 de Maio de 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ**. Documento impresso fornecido pela direção da Escola. Sumé – PB. 2018.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ**. Documento impresso fornecido pela direção da Escola. Sumé – PB. 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ**. Documento impresso fornecido pela direção da Escola. Sumé – PB. 2020.

PLANO DE ENSINO. **Sociologia. 1º ano Ensino Médio EJA**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2015. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB, 2015.

PLANO DE ENSINO. **Sociologia. 2º ano Ensino Médio EJA**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2015. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB, 2015.

PLANO DE ENSINO. **Sociologia. 3º ano Ensino Médio EJA**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2015. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB, 2015.

PROGRAMA GERAL DE COMPONENTE CURRICULAR. **Sociologia, 1º ano Ensino Médio. 2019**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral. Sumé – PB, 2019.

PROGRAMA GERAL DE COMPONENTE CURRICULAR. **Sociologia, 2º ano Ensino Médio. 2019**. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral. Sumé – PB, 2019.

PROGRAMA GERAL DE COMPONENTE CURRICULAR. **Sociologia, 3º ano Ensino Médio.** 2019. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral. Sumé – PB, 2019.

PROJETO MESTRE DA EDUCAÇÃO. **Cartografia urbana:** Sumé em imagens multicoloridas 2019. Ciências Humanas e suas Tecnologias do ano letivo de 2019. Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz, 2019. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB, 2019.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS. **Eixo norteador: Economia. Tema: Economia Solidária.** 4ª semana 2020, **1º ano Ensino Médio** Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB. 2020a.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS. **Sociologia. Eixo norteador: Natureza e sociedade. Tema: Sustentabilidade social.** 4ª semana 2020, **1º ano Ensino Médio** Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB. 2020b.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS. **Sociologia. Eixo norteador: Identidade, Autonomia e Cultura. Tema: Cultura.** 4ª semana 2020, **1º ano Ensino Médio** Escola Cidadã Integral Professor José Gonçalves de Queiroz. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Educação de Jovens e Adultos da Escola. Sumé – PB. 2020c.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **INSTITUTO EDUCACIONAL IMACULADA DA CONCEIÇÃO, 2020.** Documento fornecido pela direção da Escola. Sumé – PB. 2020.

PLANO DE AULA **Sociologia, 1º ano Ensino Médio.** Instituto Educacional Imaculada Da Conceição, 2020. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola. Sumé – PB, 2020.

PLANO DE AULA **Sociologia, 2º ano Ensino Médio.** Instituto Educacional Imaculada Da Conceição, 2020. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola. Sumé – PB, 2020.

PLANO DE AULA. **Sociologia, 3º ano Ensino Médio.** Instituto Educacional Imaculada Da Conceição, 2020. Documento fornecido pelo professor de Sociologia da Escola. Sumé – PB, 2020.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **A História Social da Escravidão na Paraíba:** um estudo de caso: Sumé-PB. Monografia (Licenciatura Plena em História) Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-PB, 2006.

QUEIROZ, Maria Neuza Almeida e HOUSOME, Yassuko. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte).** *Print version* ISSN 1415-2150 *On-line version* ISSN 1983-2117. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-21172018000100223#B6](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172018000100223#B6) > Acesso em 08 de agosto de 1962.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDO DO BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do Recenseamento 31 de dezembro de 1890.** Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro 1898, pág. 77. Disponível

em:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4/browse?value=Censo+demogr%C3%A1fico%2C+Brasil%2C+1900&type=subject>>: Acesso em 23 de março de 2020.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDO DO BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. **Synopse do Recenseamento 31 de dezembro de 1900**. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro 1905, pág. 77. Disponível em:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>>: Acesso em 23 de março de 2020.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDO DO BRAZIL. Ministério da Agricultura da Indústria e Comercio. **RECENSEAMENTO DO BRASIL. POPULAÇÃO**: população do Brasil por Estados, municípios e districtos, segundo o sexo, estado civil e a nacionalidade. 01 de setembro de 1920. Volume IV, 1ª parte. TYP. DA Estatística. Rio de Janeiro 1926, pág. 458. Disponível em :< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6461.pdf>>: Acesso em 23 março de 2020.

REYDON, Bastiaan Philip e PLATA, Ludwig Einstein Agurto. **O mercado de arrendamento e parceria no Brasil**. In.: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Mercados de terras no Brasil: estrutura e dinâmica. (org.) organizadores Bastiaan Philip Reydon. Francisca Neide Maemura Cornélio. Brasília : NEAD, 2006.

RODRIGUES, Rafael Pinto. **A educação literária no colégio de Pedro Segundo (1838-1854)**. p. 115. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em:<<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3956/2/2010%20-%20Rafael%20Pinto%20Rodrigues.pdf>>: Acesso em 23 de setembro de 2020.

RIBEIRO, Márden de Pádua e SILVA, Andréia Vanessa Maciel. **IDEB: AVANÇO OU RETROCESSO À EDUCAÇÃO BRASILEIRA? O QUE DIZEM ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS ENTRE 2007-2014?** .Universidade do Estado do Rio de Janeiro. LABORE. Laboratório de Estudos Contemporâneos. Revista Eletrônica Polêmica, v. 14, janeiro/março de 2015. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/14266/10805>>: Acesso em 19 de outubro de 2020.

SAEB. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório SAEB** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

SANCHES, Marcos Guimarães. **“DEVE PRODUZIR ABALO” E AFETAR O “SOSSEGO DOS POVOS”:** AS SEMARIAS NO BRASIL E OS DILEMAS DO REFORMISMO ILUSTRADO. *Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018. Disponível em:< <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/download/694/pdf>>: Acesso em 23 de maio de 2019.*

SANTOS, Luciana Martins Teixeira dos. **Direitos humanos à memória da educação no Brasil autoritária**: documentos legais e narrativas de ex-participantes do MOBREAL (1967-1985). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

SAVIANI, Demerval. **Transformações do capitalismo do mundo do trabalho e da educação**. *Ind.*: Lombardi, J. C., Saviani, D. & Sanfelice, J. L. (Eds.) (2002). Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas, SP: Autores Associados, 3ª ed. Autores Associados. Campinas-SP, 2005, p. 13-26.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara onze teses sobre educação e política. 32ª ed. Autores Associados, Coleção plêmicas do nosso tempo; v5, Campinas, SP, 1999.

SCHWARCZ . L. K. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. 1993.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **A conquista do sertão paraibano**. *In.*: IHGP. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000, p. 108 – 133.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. A conquista e povoamento do sertão da Paraíba. **Almanaque da Paraíba**. João Pessoa: Almanaque da Paraíba, Ltda, 1973, p. 12.

SILVA, Sonielson Juvino. **Das coisas que precederam...** Histórias da cidade de Sumé-PB. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.126-127.

SILVA, Ileizi Fiorelli. A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007. Moraes, Amaury César. Parecer sobre o ensino de Filosofia e de sociologia. *Mediações*, Londrina, V. 12, N. 1, P. 239-248, JAN/JUN. 2007.

SILVA, Afrânio; etall. **Sociologia em Movimento**. Ensino médio. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. “poder e política na Paraíba: Colônia e Império”. *In.*: \_\_\_\_\_ (et al). **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1999.

SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da rede Urbana do Sertão dos Piranhas e Pianco da Capitania da Paraíba Setecentista**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

TAVARES, João Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, volume CCXLV, 1982.

TONET, Ivo. **Cidadão ou homem livre?** Disponível em: < [www.ivotonet.xpg.com.br](http://www.ivotonet.xpg.com.br) >. Acesso em 29 de setembro de 2020.

VERAS, Aline Camacho de Andrade. **A Escravidão no Brasil e Formas de Resistência Negra**. ENCONTROS – ANO 13 – Número 25 – 2º semestre de 2015. Departamento de História do Colégio Pedro II – Rio de Janeiro, 2015.

ZORZI, Analisa, KIELING, Francisco dos Santos e WEISHEIMER, Nilson. **Desigualdade, estratificação e mobilidade social**. *In.*: Organização social e movimentos sociais rurais. (org.) Gehlen e Daniel. Gustavo Mocelin . UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da EAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.